



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS, EMPRESARIAIS E TECNOLÓGICAS

Doutoramento em Economia

ESPECIALIDADE EM ECONOMIA DA EMPRESA

ECONOMIA DA FELICIDADE.

**DETERMINANTES DA FELICIDADE E A INFLUÊNCIA DAS DIMENSÕES
SOCIOCULTURAIS. UM ESTUDO MULTICULTURAL**

Tese para a obtenção do grau de Doutor em Economia, especialidade em Economia da Empresa

Autor: Anabela Sousa Santos

Orientador: Professor Doutor Georg Dutschke

Lisboa, Março de 2015

Agradecimentos

Uma vez que nenhum trabalho resulta apenas de empenho individual, quero agradecer a todos aqueles que contribuíram para a conclusão da presente investigação.

Agradeço ao Professor Doutor Georg Dutschke pela orientação, pelo seu pragmatismo e constante otimismo.

Agradeço aos meus pais e à minha irmã o apoio incondicional.

Agradeço ao Gustavo Homem pelo seu aguçado espírito crítico, e ao João Almeida e ao Vasco Vieira pela sua disponibilidade, e por partilharem comigo o seu conhecimento científico.

Agradeço ainda ao Bob Julian e ao Gerd Hammer, pelo apoio.

Agradeço a todos aqueles que preencheram e divulgaram os questionários, viabilizando assim a execução do presente trabalho.

Agradeço aos meus amigos, pela compreensão, pelo incentivo, e pelos momentos de lazer.

Agradeço ainda a todos os professores e colegas, com quem tive o prazer de me cruzar ao longo de todo o meu percurso escolar e académico, e que, cada um do seu modo particular, contribuíram para a conclusão desta etapa.

“Todo o conhecimento e todo o aumento do nosso conhecimento não terminam com um ponto final, mas sim com um ponto de interrogação.”

(„Alles Wissen und alles Vermehren unseres Wissens endet nicht mit einem Schlußpunkt, sondern mit einem Fragezeichen.“)

Hermann Hesse

Índice de Conteúdos

Agradecimentos.....	2
Índice de Conteúdos	4
Índice de Quadros.....	9
Índice de Gráficos	12
Resumo.....	14
Abstract	15
Zusammenfassung.....	16
Introdução	17
1. Justificação do tema	18
2. Objetivos da investigação	20
3. Estrutura da tese	20
4. Metodologia	24
5. Principais resultados	25
Capítulo I	26
Revisão bibliográfica.....	26
1.1 Economia da Felicidade	29
1.1.1 Definição de Felicidade	29
1.1.2 História da Felicidade	31
1.1.3 Felicidade na Economia	41
1.1.3.1 Felicidade na Economia Clássica.....	41
1.1.3.2 Primórdios da Economia da Felicidade	43
1.1.3.3 Atualidade da Economia da Felicidade.....	57
1.1.3.3.1 Relação entre o rendimento e a Felicidade	60
1.1.3.3.2 Análise histórica e as implicações políticas da Economia da Felicidade	68
1.1.3.3.3 Felicidade e a avaliação de bens não comercializáveis	72
1.1.3.3.4 Análise das correlações com a Felicidade	74
1.1.3.3.4.1 Determinantes da Felicidade.....	74
1.1.3.3.4.1.1 Fatores demográficos	75
1.1.3.3.4.1.2 Características pessoais.....	76
1.1.3.3.4.1.3 Características socialmente desenvolvidas	78

1.1.3.3.4.1.4 Como ocupamos o nosso tempo	81
1.1.3.3.4.1.5 Atitudes e crenças	83
1.1.3.3.4.1.6 Capital social.....	86
1.1.3.3.4.1.7 Circunstâncias económicas, sociais e políticas	89
1.1.4 Outros contributos.....	99
1.1.4.1 Contributos da Filosofia.....	99
1.1.4.2 Contributos da Sociologia.....	100
1.1.4.3 Contributos da Psicologia	103
1.1.4 3.1 Contributos da psicologia positiva.....	104
1.1.4 3.2 Contributos da psicologia hedónica	107
1.1.4.3.3 Balanço dos contributos da Psicologia	116
1.1.4.4 Balanço dos contributos	119
1.1.5 Como medir a Felicidade?	120
1.1.6 Algumas linhas de investigação a desenvolver no âmbito da Economia da Felicidade	130
1.1.7 Porquê estudar Felicidade?	131
1.1.7.1 A Felicidade é possível?	132
1.1.7.2 Queremos ser felizes?	133
1.1.7.3 Devemos ser felizes?.....	134
1.2 Cultura.....	138
1.2.1 Definição de Cultura	138
1.2.2 Dimensões culturais	143
1.2.2.1 Modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961).....	144
1.2.2.2 Modelo de Hall (1976).....	147
1.2.2.3 Modelo de Hofstede (1980)	149
1.2.2.4 Modelo de Schwartz (1999).....	168
1.2.2.5 Modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000)	171
1.2.2.6 Modelo GLOBE (2004)	175
1.2.2.7 Revisão dos modelos culturais.....	181
1.3 Cultura Nacional e Felicidade.....	186
Capítulo II.....	196
Modelo, questões e hipóteses de investigação	196
2.1 Modelo de investigação	197
2.2 Questões de investigação	199

2.3 Hipóteses de investigação	200
Capítulo III	206
Metodologia	206
3.1 Unidade de análise	207
3.2 Unidade de observação	208
3.3 Recolha de dados	208
3.3.1 Aferir valores socioculturais	209
3.3.2 Aferir felicidade	213
3.3.2.1 <i>General Social Survey</i>	213
3.3.2.2 <i>Satisfaction with Life Scale</i>	214
3.3.2.3 <i>General Health Questionnaire</i>	216
3.4 Modelo estrutural de investigação	218
3.5 Tratamento de dados	219
3.5.1 Gravação e a compilação de dados	219
3.5.2 Caracterização e análise da amostra	220
3.5.2.1 Medidas de tendência central e de distribuição	221
3.5.2.2 Nível de confiança e o erro amostral	221
3.5.2.3 Alpha de Cronbach	221
3.5.2.4 Análise de componentes principais.....	222
3.5.2.5 Testes de permutações	225
3.5.2.6 Coeficiente de correlação de Pearson	226
Capítulo IV	229
Análise e discussão de resultados.....	229
4.1 Análise da amostra	230
4.2 Análise da representatividade da amostra.....	232
4.3 Análise da fiabilidade do questionário.....	234
4.3.1 Valores socioculturais	234
4.3.2 Felicidade	234
4.3.2.1 <i>Satisfaction with Life Scale</i>	234
4.3.2.2 <i>General Health Questionnaire</i>	235
4.4 Análise de componentes principais.....	235
4.4.1 Valores socioculturais	235
4.4.2 Felicidade	236

4.5 Análise das diferenças entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães	237
4.5.1 Valores socioculturais	237
4.5.1.1 Distância do poder	237
4.5.1.2 Individualismo	239
4.5.1.3 Masculinidade	241
4.5.1.4 Aversão à incerteza	243
4.5.1.5 Orientação a longo prazo	244
4.5.1.6 Indulgência.....	246
4.5.1.7 Monumentalismo	247
4.5.2 Felicidade	249
4.5.2.1 <i>General Social Survey</i>	250
4.5.2.2 <i>Satisfaction with Life Scale</i>	250
4.5.2.3 <i>General Health Questionnaire</i>	252
4.6 Análise da relação entre os valores socioculturais e a Felicidade	254
4.6.1. Relação entre os valores socioculturais e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	255
4.6.1.1 Relação entre a Distância do poder e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	255
4.6.1.2 Relação entre o Individualismo e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	256
4.6.1.3 Relação entre a Masculinidade e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	257
4.6.1.4 Relação entre a Aversão à incerteza e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	258
4.6.1.5 Relação entre a Orientação a longo prazo e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	259
4.6.1.6 Relação entre a Indulgência e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	260
4.6.1.7 Relação entre o Monumentalismo e a <i>Satisfaction with Life Scale</i>	261
4.6.2 Relação entre os valores socioculturais e o <i>General Health Questionnaire</i>	263
4.6.2.1 Relação entre a Distância do poder e o <i>General Health Questionnaire</i>	263
4.6.2.2 Relação entre o Individualismo e o <i>General Health Questionnaire</i>	264
4.6.2.3 Relação entre a Masculinidade e o <i>General Health Questionnaire</i>	265
4.6.2.4 Relação entre a Aversão à incerteza e o <i>General Health Questionnaire</i>	266
4.6.2.5 Relação entre a Orientação a longo prazo e o <i>General Health Questionnaire</i> ...	267
4.6.2.6 Relação entre a Indulgência e o <i>General Health Questionnaire</i>	268
4.6.2.7 Relação entre o Monumentalismo e o <i>General Health Questionnaire</i>	269
4.6.3 Validação das hipóteses	271
Capítulo V	278
Conclusões, limitações do estudo e sugestões para futuras investigações	278

5.1 Principais conclusões	279
5.2 Conclusões secundárias	283
5.3 Limitações do estudo	284
5.4 Sugestões para investigações futuras	285
5.5 Principais contributos.....	286
Bibliografia.....	287
Anexos.....	331
Anexo A – Definições de cultura	332
Anexo B – Questionário português	333
Anexo C – Questionário alemão	341
Anexo D – Alphas de Cronbach.....	350
Anexo E - Quadro de correlações entre as dimensões culturais e a felicidade	352
Anexo F -Quadro de significâncias das correlações entre as dimensões culturais e a felicidade	353

Índice de Quadros

Quadro 1: A satisfação com a vida: um modelo sequencial de condições e processos	102
Quadro 2: Os componentes do bem-estar subjetivo.....	111
Quadro 3: A felicidade em Portugal e na Alemanha em 1999 segundo o <i>European Values Survey</i>	122
Quadro 4: Os valores médios de felicidade na Alemanha por estado federal e total em 2012	124
Quadro 5: A orientação de valores de Kluckhohn e Strodtbeck (1961).....	146
Quadro 6: As dimensões culturais de Hall (1976)	149
Quadro 7: As diferenças entre sociedades com Distância do poder reduzida e sociedades com elevada Distância do poder	153
Quadro 8: As diferenças entre sociedades individualistas e sociedades coletivistas	156
Quadro 9: As diferenças entre sociedades que evitam fortemente a incerteza e sociedades que não evitam a incerteza	158
Quadro 10: As diferenças entre sociedades masculinas e sociedades femininas	161
Quadro 11: As diferenças entre sociedades com orientação a curto prazo e sociedades com orientação a longo prazo	164
Quadro 12: As diferenças entre sociedades indulgentes e sociedades com elevada restrição	165
Quadro 13: As diferenças entre sociedades com índices de Monumentalismo elevados e sociedades com índices de Monumentalismo reduzidos.....	166
Quadro 14: Os <i>clusters</i> culturais segundo Hofstede (s.d.). As seis imagens mentais da sociedade	167
Quadro 15: As dimensões culturais segundo Schwartz (1999).....	170
Quadro 16: As dimensões culturais de Hampden-Turner e Trompenaars (2000).....	174
Quadro 17: As dimensões culturais GLOBE (2004).....	180
Quadro 18: O bem-estar subjetivo: médias e norma em diferentes nações	187
Quadro 19: O índice de Distância do poder	210
Quadro 20: O índice de Individualismo	211
Quadro 21: O índice de Masculinidade.....	211
Quadro 22: O índice de Aversão à incerteza.....	211

Quadro 23: O índice de Orientação a longo prazo	212
Quadro 24: O índice de Indulgência	212
Quadro 25: O índice de Monumentalismo	212
Quadro 26: O índice de satisfação com a vida	214
Quadro 27: O índice de felicidade segundo o GHQ.....	217
Quadro 28: A caracterização da amostra - sexo, idade e habilitações literárias	230
Quadro 29: A representatividade da amostra – género.	233
Quadro 30: A representatividade da amostra – idade	233
Quadro 31: A representatividade da amostra – habilitações literárias	234
Quadro 32: Os resultados da PCA - dimensões culturais.....	236
Quadro 33: Os resultados da PCA – felicidade.....	236
Quadro 34: As medidas de tendência central e de dispersão - Distância do poder.....	238
Quadro 35: As medidas de tendência central e de dispersão - Individualismo.....	239
Quadro 36: As medidas de tendência central e de dispersão - Masculinidade	241
Quadro 37: As medidas de tendência central e de dispersão - Aversão à incerteza.....	243
Quadro 38: As medidas de tendência central e de dispersão - Orientação a longo prazo.....	245
Quadro 39: As medidas de tendência central e de dispersão - Indulgência	246
Quadro 40: As medidas de tendência central e de dispersão - Monumentalismo.....	247
Quadro 41: A significância das diferenças entre países, idades e géneros quando comparados relativamente às dimensões culturais	249
Quadro 42: As medidas de tendência central e de dispersão - <i>General Social Survey</i>	250
Quadro 43: As medidas de tendência central e de dispersão - <i>Satisfaction with Life Scale</i> ..	251
Quadro 44: As medidas de tendência central e de dispersão - <i>General Social Survey</i>	252
Quadro 45: A significância das diferenças entre países, idades e géneros quando comparados relativamente aos níveis de felicidade.....	253
Quadro 46: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).	255
Quadro 47: A correlação entre o Individualismo e a felicidade medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).	256
Quadro 48: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).	257

Quadro 49: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).	262
Quadro 50: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).	263
Quadro 51: A correlação entre o Individualismo e a felicidade medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p)...	264
Quadro 52: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p)...	265
Quadro 53: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p)...	270
Quadro 54: As correlações entre os valores socioculturais e a felicidade (media com base nos <i>Satisfaction with Life Scale</i> e <i>General Health Questionnaire</i>). Panorama geral	271
Quadro 55: A validação das hipóteses. Panorama geral	277
Quadro 56: Evolução da taxa de inflação (%) em Portugal e na Alemanha nos últimos 10 anos.....	280

Índice de Gráficos

Gráfico 1: A satisfação com a vida nos países da OCDE. 2012	39
Gráfico 2: O <i>Happy Planet Index</i> 2012.....	40
Gráfico 3: A felicidade e o PIB em 14 países, por volta de 1960	46
Gráfico 4: O número de publicações na área da Economia da Felicidade (1999-2008).....	58
Gráfico 5: O número de publicações na área da Economia da Felicidade por fonte (1999-2008).....	59
Gráfico 6: O número de artigos publicados no âmbito da Economia da Felicidade referenciados no EconLit (1986 – 2011).....	59
Gráfico 7: As apresentações dos dados de felicidade média em países com níveis de riqueza diferentes em 1960, segundo Cantril (1942)	61
Gráfico 8: O rendimento e a satisfação com a vida. Comparação entre estimativas intra-país e inter-países	65
Gráfico 9: O crescimento da satisfação com a vida e do PIB na Europa	65
Gráfico 10: O rendimento e a felicidade: comparação entre países	89
Gráfico 11: A evolução da felicidade e do desemprego em Portugal (1985-2010)	95
Gráfico 12: O Flow	106
Gráfico 13: A satisfação com a vida em Portugal e na Alemanha em Maio de 2013 segundo o <i>Eurobarometer</i>	122
Gráfico 14: As camadas culturais segundo Trompenaar e Hampden-Turner (1997)	141
Gráfico 15: As abordagens interdisciplinares à investigação intercultural	142
Gráfico 16: O contexto, a informação e o significado em culturas de elevado e baixo contexto	148
Gráfico 17: O índice de Distância do poder em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.).....	154
Gráfico 18: O índice de Individualismo em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)	156
Gráfico 19: Índice de Aversão à incerteza em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.).....	159
Gráfico 20: O índice de Masculinidade em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)	161
Gráfico 21: O índice de Orientação a longo prazo em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)	164
Gráfico 22: As dimensões culturais segundo Schwartz (1999).....	170
Gráfico 23: Os <i>clusters</i> culturais segundo GLOBE (2004).....	181
Gráfico 24: O modelo teórico de investigação	197
Gráfico 25: Modelo estrutural de investigação	219
Gráfico 26: A distribuição etária da amostra	231

Gráfico 27: O nível de habilitações literárias da amostra	232
Gráfico 28: A distribuição amostral das dimensões culturais para os respondentes portugueses (PT) e alemães (DE).....	249
Gráfico 29: A distribuição amostral dos níveis de felicidade para os respondentes portugueses (PT) e alemães (DE).....	253
Gráfico 30: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade, medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Declive (b)	256
Gráfico 31: A correlação entre o Individualismo e a felicidade, medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Declive (b)	257
Gráfico 32: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade, medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Declive (b)	258
Gráfico 33: A correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Declive (b)	259
Gráfico 34: A correlação entre a Indulgência e a felicidade, medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Declive (b)	261
Gráfico 35: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base na <i>Satisfaction with Life Scale</i> . Declive (b)	262
Gráfico 36: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	264
Gráfico 37: A correlação entre o Individualismo e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	265
Gráfico 38: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	266
Gráfico 39: A correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	267
Gráfico 40: A correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	268
Gráfico 41: A correlação entre a Indulgência e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	269
Gráfico 42: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base no <i>General Health Questionnaire</i> . Declive (b)	270

Resumo

Portugal tem vindo a debater-se com uma profunda crise económica enquanto a Alemanha sobressai como potência económica na Europa. Este cenário impõe que se questionem possíveis razões para esta divergência.

A ligação entre a economia e a felicidade tem sido alvo de cada vez mais atenção por parte de economistas e políticos, e tem vindo a identificar-se a relação existente entre a felicidade e fatores económicos, tais como a inflação, o desemprego, o PIB, e o crescimento económico. Face a esta ligação entre a economia e a felicidade, afigura-se proveitoso entender quais os fatores que incrementam a felicidade. Apesar de os determinantes da felicidade serem objeto de estudo intenso, o elemento cultura tem sido menos considerado nesta equação.

A presente investigação visa aprofundar o conhecimento sobre a relação entre a cultura nacional e a felicidade dos cidadãos, analisando a influência dos valores socioculturais na felicidade, enquanto um dos possíveis elementos de impacto na economia.

Para esse efeito, após uma extensa revisão bibliográfica na área da Economia da Felicidade, bem como na área da Cultura, construiu-se um modelo, que foi verificado através de um estudo empírico, confrontando dois países com situações económicas distintas, Portugal e a Alemanha, referente às suas dimensões socioculturais e respetivos níveis de felicidade.

O estudo empírico evidencia diferenças significativas entre ambos os países nos níveis de felicidade, bem como nos valores socioculturais Distância do poder, Individualismo, Masculinidade e Monumentalismo. Os resultados comprovam ainda uma correlação entre a felicidade e todos os valores socioculturais, com exceção da Distância do poder. Tendo em conta as relações entre a economia e a felicidade, e a felicidade e a cultura nacional, os dados sugerem que os valores socioculturais tenham impacto na economia de um país.

Palavras-chave: Economia da Felicidade, Valores socioculturais, Hofstede, *General Social Survey*, *Satisfaction with Life Scale*, *General Health Questionnaire*

Abstract

Portugal has been struggling with a profound economic crisis while Germany emerges as an economic force in Europe. This scenario leads to question the possible reasons for this divergence.

The connection between the economy and happiness has been the subject of increasing attention by economists and politicians, and the existing relationship between happiness and economic factors such as inflation, unemployment, GDP and economic growth has been identified. Given this relationship between economics and happiness, it is helpful to understand which factors increase happiness. Although the determinants of happiness are the subject of intense study, the element culture has been less considered in this equation.

This research aims to deepen the understanding of the relationship between national culture and the happiness of citizens, analysing the influence of socio-cultural values on happiness, as one of the possible elements of impact on the economy.

To this end, after an extensive literature review in the fields of Economics of Happiness and Culture, a model was constructed. This model was then verified through an empirical study confronting two countries with distinct economic situations, Portugal and Germany, regarding their socio-cultural dimensions and respective levels of happiness.

The empirical study shows significant differences between both countries in the levels of happiness, as well as in the socio-cultural values Power distance, Individualism, Masculinity and Monumentalism. The results also demonstrate a correlation between happiness and all the socio-cultural values, except for Power distance. Considering the relationships between the economy and happiness, and happiness and the national culture, the data suggest that socio-cultural values have an impact on a country's economy.

Keywords: Happiness Economics, Socio-cultural values, Hofstede, *General Social Survey*, *Satisfaction with Life Scale*, *General Health Questionnaire*

Zusammenfassung

Während Portugal seit einiger Zeit mit einer gravierenden Wirtschaftskrise zu kämpfen hat, zeichnet sich Deutschland als Wirtschaftsmacht in Europa aus. Diese Situation fordert dazu heraus, mögliche Motive dieser Diskrepanz zu hinterfragen.

Die Verbindung zwischen Wirtschaft und Glück gewinnt immer mehr Aufmerksamkeit bei Ökonomen und Politikern, und die zwischen Glück und wirtschaftlichen Faktoren wie Inflation, Arbeitslosigkeit, BIP und Wirtschaftswachstum bestehende Beziehung wird zunehmend erkannt. Angesichts dieser Beziehung zwischen Wirtschaft und Glück erscheint es sinnvoll zu verstehen, welche Faktoren Glück steigern. Obwohl die Determinanten des Glücks Gegenstand intensiver Forschung sind, wurde der Kultur in dieser Gleichung bisher wenig Beachtung geschenkt.

Diese Arbeit hat zum Ziel, das Verständnis der Beziehung zwischen der nationalen Kultur und dem Glück der Bürger zu vertiefen, indem die Einwirkungen der soziokulturellen Werte auf das Glück als ein möglicher Einflussfaktor auf die Wirtschaft analysiert wird.

Zu diesem Zweck wurde nach einer umfassenden Literaturrecherche in den Bereichen Glücksökonomie und Kultur ein Modell konstruiert, das anhand einer empirischen Studie verifiziert wurde, indem zwei Länder mit unterschiedlichen wirtschaftlichen Situationen, Portugal und Deutschland, hinsichtlich ihrer soziokulturellen Dimensionen und ihres jeweiligem Glücksniveaus analysiert wurden.

Die empirische Studie zeigt deutliche Unterschiede zwischen beiden Ländern sowohl bezüglich des Glücksniveaus, als auch der soziokulturellen Werte Machtdistanz, Individualismus, Maskulinität und Monumentalismus. Die Ergebnisse zeigen auch eine Korrelation zwischen Glück und allen soziokulturellen Werten, mit Ausnahme der Machtdistanz. Angesichts der Beziehungen zwischen Wirtschaft und Glück und Glück und nationaler Kultur legen die Daten den Einfluss soziokultureller Werte auf die Wirtschaft eines Landes nahe.

Schlüsselwörter: Glücksökonomie, soziokulturelle Werte, Hofstede, *General Social Survey*, *Satisfaction with Life Scale*, *General Health Questionnaire*

Introdução

1. Justificação do tema

Portugal tem vindo a debater-se com graves problemas económicos nos últimos anos.

O défice orçamental foi aumentando, atingindo um pico de 10,2% do PIB em 2009. Registando um PIB (PPC)¹ de 76 em 2012, Portugal encontra-se claramente abaixo da média da União Europeia. A economia tem vindo a retrair-se, assinalando uma recessão histórica de -2,9 % de taxa de variação do PIB em 2009, e registando um valor de -1,4% em 2013. A taxa de desemprego tem vindo a crescer, atingindo o seu máximo histórico de 16,3% em 2013, e com um coeficiente de Gini² de 34,5 em 2012, a disparidade de rendimento encontra-se acima da média da União Europeia (30,6)³. No passado recente, a delicada situação socioeconómica portuguesa levantou sérias preocupações sobre a sustentabilidade das finanças públicas portuguesas nos mercados financeiros, o que por sua vez se refletiu em desvalorizações sucessivas dos *ratings* dos títulos de dívida pública atribuídos pela Moody's, Standard & Poor's e Fitch. Face a este cenário, Portugal perdeu a capacidade de angariar refinanciamento a taxas que fossem compatíveis com uma sustentabilidade orçamental a longo prazo. Simultaneamente, a banca portuguesa, apresentando uma elevada dependência de financiamento externo, deparava-se com dificuldades acrescidas em financiar-se no mercado internacional, incrementando assim a sua dependência do Eurosistema no que respeita a obtenção de fundos. Confrontando-se com este desarranjo severo da atividade económica e financeira, Portugal oficializou o seu pedido de assistência financeira à União Europeia, aos Estados-Membros da zona do Euro e ao Fundo Monetário Internacional em 7 de Abril de 2011, sendo aprovado em Maio de 2011.

Já a Alemanha encontra-se numa situação económica mais positiva. Foi o único país da União Europeia que em 2012 não apresentou défice orçamental (excedente de 0,2% do PIB). Registando um PIB (PPC) de 123 em 2012, a Alemanha encontra-se claramente acima da média europeia e apresentou crescimento económico (0,4% de taxa de variação) em 2013. A Alemanha apresentou a segunda taxa de desemprego mais baixa da Europa (5,1%) em

¹ Ao expressar o PIB em PPC eliminam-se as diferenças dos níveis de preços dos países, permitindo assim uma comparação mais fidedigna dos países. Expresso em relação à União Europeia (EU 27 = 100), um país que apresente um valor superior a 100 significa que o nível de PIB per capita desse país é superior à média europeia, e um país que apresente um valor inferior a 100 encontrar-se-á abaixo da média europeia.

² O coeficiente de Gini (Gini, 1912) é uma medida de dispersão que representa a distribuição de rendimento e é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de rendimento entre os habitantes de um país. O seu valor varia entre o 0 (ou os 0%), que corresponde a uma igualdade perfeita de rendimento, em que todos os valores são iguais, e o 1 (ou os 100%) que corresponde a uma desigualdade máxima de rendimentos.

³ Fonte: Eurostat

Dezembro de 2013, e com um coeficiente de Gini de 28,3, encontra-se abaixo da média europeia no que diz respeito à disparidade de rendimento⁴.

Enquanto Portugal batalha para se recompor de uma profunda crise económica, a Alemanha é considerada um ” (...) gigante que mantém a Europa à tona.” (Jeffries, 2013). Foram estas diferenças a nível económico entre Portugal e a Alemanha que nos levaram a questionar possíveis razões para esta discrepância, surgindo assim a temática da economia da felicidade e da cultura.

Como veremos detalhadamente ao longo do presente trabalho, o estudo da relação entre a economia e a felicidade tem vindo a gozar de cada vez mais interesse no seio da economia (Clark et al., 2008; Edwards, 2009; Kahneman & Krueger, 2006; Stutzer & Frey, 2012), dando origem à economia da felicidade. Tem-se evidenciando a existência de uma correlação entre fatores económicos e a felicidade, sendo que esta relação se verifica tanto a nível micro como macroeconómico. No âmbito da microeconomia tem-se encontrado evidência para que níveis superiores de felicidade estejam associados com maior produtividade, bem como com menores níveis de absentismo e de rotação (Kesebier & Diener, 2008). Na esfera da macroeconomia tem-se vindo a detetar indícios para a existência de uma relação entre a felicidade e fatores económicos tais como a taxa de inflação (Alesina et al., 2004; Di Tella et al., 2001, 2003; Graham & Pettinato, 2001; Wolfers, 2003), a taxa de desemprego (Alesina et al., 2004; Caleiro, 2011; Clark & Oswald, 1994; Di Tella et al., 2001, 2003; Fahey & Smith, 2004; Frey & Stutzer, 1999, 2000, 2002; Gerdtham & Johanesson, 2001; Helliwell, 2003; Korpi, 1997; Oswald, 1997; Stutzer, 2004; Winkelmann & Winkelmann, 1998; Woittiez & Theeuwes, 1998; Wolfers, 2003), e a disparidade de rendimentos (Alesina et al., 2004; Fahey & Smyth, 2004; Hagerty, 2000; Morawetz et al., 1977; Schwarze & Härpfer, 2003), entre outros. A relação entre a riqueza e a felicidade tem sido a mais debatida. No âmbito individual defende-se que níveis de felicidade mais elevados conduzam a rendimentos futuros superiores (Diener et al., 2002; Graham et al., 2004; Marks & Flemming, 1999; Schyns, 2001;). A nível coletivo, evidencia-se uma relação entre o PIB e a felicidade (Diener et al., 2002; Easterlin, 1974; Frey & Stutzer, 2002; Graham et al., 2004; Layard, 2006, 2008; Marks & Flemming, 1999; Minkov, 2009; Schyns, 2001; Stevenson & Wolfers, 2008), e o fomento de maior crescimento económico pela felicidade (Kenny, 1999; Li & Lu, 2008, 2010).

⁴ Fonte: Eurostat

Face a esta ligação entre a economia e a felicidade, afigura-se proveitoso entender quais os fatores que incrementam a felicidade. Apesar de os determinantes da felicidade serem objeto de estudo intenso, o elemento cultura tem sido menos considerada nesta equação.

Assim, a crescente consciência da relevância da economia da felicidade (Clark et al., 2008; Edwards, 2009; Kahneman & Krueger, 2006; Stutzer & Frey, 2012; a título de exemplo), e a escassez de estudos sobre a mesma em Portugal (Ramos, 2012), bem como a carência de estudos sobre a relação entre a cultura e a felicidade (Diener et al., 2003), esteve na origem da escolha do tema do presente trabalho.

2. Objetivos da investigação

Sabendo que existe uma relação entre a felicidade dos cidadãos e a economia de um país, o objetivo primário da presente dissertação é entender melhor a relação entre a cultura e a felicidade, analisando a influência dos valores socioculturais na felicidade, enquanto um dos possíveis elementos de impacto na economia. Tendo em conta este objetivo, a hipótese de partida a ser verificada no presente trabalho, poderá ser apresentada da seguinte forma:

Existe uma relação entre a economia de um país e o nível de felicidade dos seus cidadãos, que, por sua vez, está relacionada com a cultura nacional.

A partir de esta hipótese base, poderemos derivar diversas hipóteses subordinadas. Deste modo formula-se a hipótese da existência de uma diferença entre ambos os países que servirão como unidade de análise no que respeita os níveis de felicidade dos seus cidadãos.

Formula-se ainda a hipótese de uma diferença entre estes países no que respeita as culturas nacionais, ou seja diferenças nos respetivos índices de Distância do poder, Individualismo, Masculinidade, Aversão à incerteza, Orientação a longo prazo, Indulgência e Monumentalismo.

Por último, impõe-se a hipótese da existência de uma correlação entre a felicidade dos cidadãos de um país e a respetiva cultura nacional, ou seja a correlação entre os índices de felicidade e os índices de Distância do poder, Individualismo, Masculinidade, Aversão à incerteza, Orientação a longo prazo, Indulgência e Monumentalismo.

3. Estrutura da tese

O presente trabalho desenvolve-se em cinco capítulos.

Após a presente introdução de âmbito genérico, que pretende facultar uma perspetiva global de todo o trabalho, no primeiro capítulo far-se-á uma extensa revisão bibliográfica à literatura científica nos domínios da felicidade e da cultura. Serão referidos e definidos conceitos que servirão de base para o estudo a elaborar e ir-se-á tentar esquematizar a estruturação das áreas em apreço.

No âmbito da revisão bibliográfica do domínio da felicidade, iremos delimitar o nosso campo de estudo, avançando com definições do conceito de felicidade. De seguida, será feita uma breve revisão histórica ao conceito e ao estudo da felicidade, que nos levará a diversas disciplinas que têm contribuído para o estudo da felicidade. Tendo em conta o âmbito da nossa tese, iremos dar especial atenção à economia da felicidade. Iremos assim rever o conceito de felicidade no seio da economia clássica, revisitando economistas como Smith (1759/ 2006, 1776/ 1904), Ricardo (1817/ 1821) e Malthus (1789/ 2004), entre outros. Seguindo a ordem cronológica, iremos abordar a génese da Economia da Felicidade, evidenciando o paradigmático trabalho de Easterlin (1971), de Scitovsky (1976 a, 1976b), Ng (1978) e de Layard (1980). Após esta incursão ao passado da economia da felicidade, iremos dedicar-nos à sua atualidade, que poderá ser estruturada em quatro domínios de trabalho. Iremos assim abordar o estudo da relação entre o rendimento e a felicidade, o papel da economia da felicidade na política, e a avaliação de bens não tangíveis. Por último iremos retratar extensivamente o estudo das correlações com a felicidade.

Após esta incursão na economia da felicidade, iremos abordar, embora de forma um pouco menos aprofundada, os contributos ao estudo da felicidade, oriundos de outras disciplinas, tais como a filosofia, a sociologia e, com destaque especial, a psicologia.

Iremos ainda aprofundar a temática da medição da felicidade, que se afigura como fulcral ao estudo da mesma, e evidenciar a relevância da felicidade e do estudo da mesma.

Uma segunda etapa da nossa revisão bibliográfica será consagrada à cultura. Aquando da revisão bibliográfica no domínio da cultura, iremos uma vez mais, iniciar com uma tentativa de definição do conceito, de forma a delimitar o nosso campo de estudo.

De seguida, ir-se-á abordar os modelos de dimensões culturais, analisando os mais paradigmáticos, tais como o modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961), o modelo de Hall (1976), o modelo de Hofstede (1980), o modelo de Schwartz (1999), o modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000) e o modelo GLOBE (2004).

No entanto, ir-se-á dar especial relevo ao contributo paradigmático de Hofstede (1976, 1981, 1983, 1991, 2002, 2006, 2011) e ao seu referencial teórico desenvolvido a partir de 1980 e que é, hoje, a referência mais citada em investigação no domínio da cultura. Desta forma destacar-se-á o modelo de dimensões culturais segundo Hofstede (1976, 1981, 1983, 1991, 2002, 2006, 2011), composto pelas dimensões Distância do poder, Individualismo versus Coletivismo, Aversão à incerteza, Masculinidade versus Feminilidade, Orientação a longo prazo, Indulgência versus Restrição e Monumentalismo versus Humildade.

Ainda no primeiro capítulo, ir-se-á, igualmente, analisar os diferentes modelos culturais apresentados, debatendo-se os seus pontos fortes e as suas fraquezas, de modo a justificar a escolha do modelo teórico para a elaboração do presente trabalho.

A conclusão deste primeiro capítulo será feita com uma revisão bibliográfica à relação entre a felicidade e a cultura. Neste âmbito, iremos mostrar que existem diferenças entre nações e grupos étnicos, no que respeita a felicidade. Iremos ver também que não apenas os níveis de felicidade variam entre culturas, como também a abordagem das mesmas à felicidade, existindo culturas que tendem a exteriorizar mais a felicidade do que outras, bem como a relevância que as culturas atribuem à felicidade.

Iremos ainda debruçar-nos sobre o trabalho de Diener, Suh e Oishi, que apresentam os estudos mais relevante sobre a relação entre a cultura e a felicidade (Diener & Diener, 1995; Diener et al., 1995; Diener et al., 2003; Oishi et al., 1999a; Oishi et al., 1999b; Schimmack et al., 2005; Suh et al., 1998; Suh & Oishi, 2002), evidenciando que os indivíduos que residem em culturas individualistas são mais felizes do que indivíduos que residem em sociedades com ênfase numa cultura coletivista, que os atributos psicológicos ligados à autocaracterização, tais como a autoestima e a autoconsciência, têm maior peso na felicidade de sociedades individualistas do que na felicidade de sociedades coletivistas, e que a autoavaliação da felicidade está intimamente ligada a diferentes tipos de experiências entre as culturas.

Iremos dar especial relevo a Arrindell et al. (1997), que cruzando dados de bem-estar subjetivo com quatro dimensões culturais de Hofstede, detetou indícios para que índices baixos de Individualismo estejam correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo, que índices elevados de Aversão à incerteza estejam correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo, que a Aversão à incerteza apresente a relação mais significativa com bem-estar subjetivo, e que em países pobres, índices elevados de Masculinidade estejam

correlacionados positivamente com o bem-estar subjetivo, ao contrário dos países ricos, onde índices elevados de Masculinidade estão correlacionados negativamente com o bem-estar subjetivo.

Iremos concluir este primeiro capítulo, apontando as lacunas dos estudos acima referidos, justificando assim a realização do presente trabalho.

O segundo capítulo do presente trabalho será dedicado ao modelo de investigação, que servirá como fio condutor da análise que nos propomos efetuar, bem como às respetivas questões e hipóteses de investigação, que serão devidamente fundamentadas recorrendo ao referencial teórico abordado aquando da revisão bibliográfica do capítulo I.

No terceiro capítulo iremos debruçar-nos, detalhadamente, sobre a metodologia, que nos irá permitir levar a cabo o trabalho que nos propomos desenvolver. Iremos assim iniciar por definir a nossa unidade de análise, bem como a nossa unidade de observação. Será ainda abordada a fase de recolha de dados, detalhando de que forma pretendemos aferir os valores socioculturais, bem como os níveis de felicidade, referentes à nossa unidade de observação. Iremos assim, focar-nos no questionário que servirá de base ao trabalho em apreço.

Este terceiro capítulo servirá igualmente para discriminar o modelo estrutural subjacente ao presente estudo, bem como para detalhar o modo como os dados obtidos serão tratados, referindo assim diversas medidas estatísticas uni-, bi- e multivariadas, tais como as medidas de dispersão, a análise de componentes principais, os testes de permutações, o alpha de Cronbach e o coeficiente de correlação de Pearson, especificando a finalidade da utilização de cada uma delas.

No quarto capítulo iremos apresentar os resultados do nosso estudo empírico, obtidos com base na metodologia de análise exposta no capítulo anterior.

No quinto capítulo, que constitui o último do presente trabalho, serão retiradas as principais conclusões. Este capítulo final irá igualmente servir para apontarmos as limitações ao presente estudo, bem como para deixarmos em aberto sugestões para futuras investigações. Iremos concluir o presente trabalho por referir os principais contributos para a universidade bem como para a economia.

4. Metodologia

Com o intuito de validarmos a hipótese de base anteriormente formulada, bem como as hipóteses que iremos derivar da mesma, propomo-nos levar a cabo uma profunda revisão bibliográfica sobre a influência da felicidade na economia e um estudo empírico onde procuramos identificar relações entre a cultura nacional e níveis de felicidade. Para a realização do estudo empírico consideramos dois países com realidades económicas distintas: Portugal e Alemanha.

Inicialmente será feita uma revisão à literatura científica da área da economia da felicidade, bem como da cultura, de forma a contextualizar a temática. Seguidamente, de forma a conduzir um estudo empírico estrutural e estruturado, utilizar-se-á instrumentos de medição de felicidade e o modelo teórico desenvolvido por Hofstede a partir de 1980 para avaliar a felicidade, tal como a cultura nacional.

Com o intuito de aferir os respetivos níveis de felicidade serão utilizados, os modelos *General Social Survey* (NORC, s.d.), a *Satisfaction with Life Scale* (Diener et al., 1985), e o *General Health Questionnaire* (Goldberg, 1972). Tendo em conta que a medição da felicidade no seio da economia é, habitualmente, efetuada através de dois tipos de questionários: os de uma só pergunta, e os questionários constituídos por diversas questões, que no seu conjunto ponderado determinam o nível de felicidade do respondente (Oswald, 1997; Di Tella, 2006; a título de exemplo), optámos por incorporar no nosso questionário ambos os géneros de questionários. Enquanto questionário de item único iremos recorrer ao *General Social Survey*, uma vez que foi esta a ferramenta utilizada por artigos que se encontram entre os mais paradigmáticos da economia da felicidade (Oswald, 1997; Di Tella et al., 2001; Frey e Stutzer, 2000, 2002; Easterlin 2006), publicados em revistas científicas altamente conceituadas. Relativamente aos questionários compostos por diversos itens, iremos servir-nos da *Satisfaction with Life Scale* (Diener et al., 1985) uma vez que esta ferramenta de medir felicidade é referida como a mais proeminente de entre as abordagens de itens múltiplos (Frey & Stutzer, 2001; Linely et al. 2009). Ainda no âmbito dos questionários de itens múltiplos, Oswald (1997) refere o *General Health Questionnaire (British Household Panel Study)* que pretende medir a saúde mental do respondente, enfocando por um lado na incapacidade de desenvolver funções vulgares, e por outro na ocorrência de novas experiências negativas. Inicialmente foi desenvolvido por Goldberg (1972). Tendo em conta, que a *Satisfaction with Life Scale* pretende medir a satisfação com a vida, e o GHQ12, medindo a saúde mental, está

virado para uma vertente mais clínica, optámos por incorporar ambas as ferramentas de medição de felicidade no nosso questionário, de modo a obter uma perspectiva mais abrangente da felicidade.

Para verificar a cultura nacional será utilizado o modelo VSM 08 (Hofstede et al., 2008), que considera as dimensões Distância do poder, Individualismo versus Coletivismo, Aversão à incerteza, Masculinidade versus Feminilidade, Orientação a longo prazo, Indulgência versus Restrição e Monumentalismo versus Humildade. A utilização deste modelo de Hofstede (1980), deve-se ao facto de se tratar de um modelo que, apesar de ter vindo a ser alvo de muita crítica, continua a ser considerado um marco paradigmático na investigação intercultural (Kirkman et al., 2006; Sondergaard, 1994; Taras et al., 2009) e a ferramenta mais adequada ao estudo que nos propusemos efetuar.

Os questionários que medem a felicidade individual e a cultura nacional serão aplicados a indivíduos com naturalidade e residência em Portugal e na Alemanha.

Os dados obtidos serão analisados estatisticamente, recorrendo a ferramentas tais como as medidas de tendência central e de distribuição, a análise de componentes principais, os testes de permutações, e o coeficiente de correlação de Pearson, o que conduzirá a conclusões que permitirão confirmar ou infirmar as hipóteses anteriormente formuladas.

5. Principais resultados

Poderemos avançar que o nosso estudo empírico evidencia diferenças significativas entre ambos os países nos níveis de felicidade, bem como nos valores socioculturais Distância do poder, Individualismo, Masculinidade e Monumentalismo. Os resultados comprovam ainda uma correlação entre a felicidade e todos os valores socioculturais, com exceção da Distância do poder.

Assim, o estudo apresenta como principal conclusão que o país com fatores económicos mais positivos, a Alemanha, apresenta um nível superior de felicidade, bem como a existência de correlações entre a felicidade e os valores socioculturais. Assim, tendo em conta as relações entre a economia e a felicidade, e a felicidade e a cultura nacional, os dados sugerem que os valores socioculturais tenham impacto na economia de um país.

Capítulo I

Revisão bibliográfica

Neste primeiro capítulo far-se-á uma extensa revisão bibliográfica à literatura científica nos domínios da felicidade e da cultura. Serão referidos e definidos conceitos que servirão de base para o estudo a elaborar e ir-se-á tentar esquematizar a estruturação das áreas em apreço.

No âmbito da revisão bibliográfica do domínio da felicidade, iremos delimitar o nosso campo de estudo, avançando com definições do conceito de felicidade. De seguida, será feita uma breve revisão histórica ao conceito e ao estudo da felicidade, que nos levará a diversas disciplinas que têm contribuído para o estudo da felicidade. Tendo em conta o âmbito da nossa tese, iremos dar especial atenção à economia da felicidade. Iremos assim rever o conceito de felicidade no seio da economia clássica, revisitando economistas como Smith (1759/ 2006, 1776/ 1904), Ricardo (1817/ 1821) e Malthus (1789/ 2004), entre outros. Seguindo a ordem cronológica, iremos abordar a génese da Economia da Felicidade, evidenciando o paradigmático trabalho de Easterlin (1971), de Scitovsky (1976 a, 1976b), Ng (1978) e de Layard (1980). Após esta incursão ao passado da economia da felicidade, iremos dedicar-nos à sua atualidade, que poderá ser estruturada em quatro domínios de trabalho. Iremos assim abordar o estudo da relação entre o rendimento e a felicidade, o papel da Economia da Felicidade na política, e a avaliação de bens não tangíveis. Por último iremos retratar extensivamente o estudo das correlações com a felicidade.

Após esta incursão na economia da felicidade, iremos abordar, embora de forma um pouco menos aprofundada, os contributos no estudo da felicidade, oriundos de outras disciplinas, tais como a filosofia, a sociologia e, com destaque especial, a psicologia.

Iremos ainda aprofundar a temática da medição da felicidade, que se afigura como fulcral ao estudo da mesma, e evidenciar a relevância da felicidade e do estudo da mesma.

Uma segunda etapa da nossa revisão bibliográfica será consagrada à cultura. Aquando da revisão bibliográfica no domínio da cultura, iremos uma vez mais, iniciar com uma tentativa de definição do conceito, de forma a delimitar o nosso campo de estudo.

De seguida, ir-se-á abordar os modelos de dimensões culturais, analisando os mais paradigmáticos, tais como o modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961), o modelo de Hall (1976), o modelo de Hofstede (1980), o modelo de Schwartz (1999), o modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000) e o modelo GLOBE (2004).

No entanto, ir-se-á dar especial relevo ao contributo paradigmático de Hofstede (1976, 1981, 1983, 1991, 2002, 2006, 2011) e ao seu referencial teórico desenvolvido a partir de 1980 e que é, hoje, a referência mais citada em investigação no domínio da cultura. Desta forma destacar-se-á o modelo de dimensões culturais segundo Hofstede (1976, 1981, 1983, 1991, 2002, 2006, 2011), composto pelas dimensões Distância do poder, Individualismo versus

Coletivismo, Aversão à incerteza, Masculinidade versus Feminilidade, Orientação a longo prazo, Indulgência versus Restrição e Monumentalismo versus Humildade.

Ainda no primeiro capítulo, ir-se-á, igualmente, analisar os diferentes modelos culturais apresentados, debatendo-se os seus pontos fortes e as suas fraquezas, de modo a justificar a escolha do modelo teórico para a elaboração do presente trabalho.

A conclusão deste primeiro capítulo será feita com uma revisão bibliográfica à relação entre a felicidade e a cultura. Neste âmbito, iremos mostrar que existem diferenças entre nações, e grupos étnicos, no que respeita a felicidade. Iremos ver também que não apenas os níveis de felicidade variam entre culturas, como também a abordagem das mesmas à felicidade, existindo culturas que tendem a exteriorizar mais a felicidade do que outras, bem como a relevância que as culturas atribuem à felicidade.

Iremos ainda debruçar-nos sobre o trabalho de Diener, Suh e Oishi, que apresentam o estudo mais relevante sobre a relação entre a cultura e a felicidade (Diener & Diener, 1995; Diener et al., 1995; Diener et al., 2003; Oishi et al., 1999a; Oishi et al., 1999b; Schimmack et al., 2005; Suh et al., 1998; Suh & Oishi, 2002), evidenciando que os indivíduos que residem em culturas individualistas são mais felizes do que indivíduos que residem em sociedades com ênfase numa cultura coletivista, que os atributos psicológicos ligados à autocaracterização, tais como a autoestima e a autoconsciência, têm maior peso na felicidade de sociedades individualistas do que na felicidade de sociedades coletivistas, e que a autoavaliação da felicidade está intimamente ligada a diferentes tipos de experiências entre as culturas.

Iremos dar especial relevo a Arrindell et al. (1997), que cruzando dados de bem-estar subjetivo com quatro dimensões culturais de Hofstede, detetou indícios para que índices baixos de Individualismo estejam correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo, que índices elevados de Aversão à incerteza estejam correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo, que a Aversão à incerteza apresente a relação mais significativa com bem-estar subjetivo, e que em países pobres, índices elevados de Masculinidade estão correlacionados positivamente com o bem-estar subjetivo, ao contrário dos países ricos, onde índices elevados de Masculinidade estão correlacionados negativamente com o bem-estar subjetivo.

Iremos concluir este primeiro capítulo, apontando as lacunas dos estudos acima referidos, justificando assim a realização do presente trabalho.

1.1 Economia da Felicidade

Iremos iniciar este primeiro capítulo do presente trabalho, fazendo uma revisão bibliográfica na área da economia da felicidade.

1.1.1 Definição de Felicidade

Iremos iniciar esta revisão bibliográfica por vermos diferentes definições do termo felicidade, com o intuito de delimitar o nosso campo de estudo.

Nesta tentativa de definição do conceito de felicidade, teremos de antecipar, que várias são as áreas científicas que se têm dedicado ao estudo da felicidade. Optámos assim, por observar definições de algumas das figuras mais paradigmáticas de cada uma das áreas científicas que mais têm contribuído para o estudo da felicidade.

Iniciando com uma definição da área da filosofia, poderemos citar Aristóteles (IV a.C./ 2000), que definiu a felicidade como uma conduta de vida de acordo com as características pessoais do indivíduo, desenvolvendo todo o potencial das mesmas e em concordância com as virtudes mais valorizadas.

“ (...) definimos a felicidade praticamente como uma espécie de boa vida e boa ação. (...) felicidade é uma atividade da alma de acordo com a perfeita virtude (...).”
(Aristóteles, IV a.C./ 2000, pp. 12, 18)

Apesar de Aristóteles ser uma figura incontornável no que respeita o estudo da felicidade pela filosofia, será no entanto também interessante ver uma visão mais atual do que é a felicidade nesta disciplina. Assim, o filósofo contemporâneo Sumner (1999) vê a felicidade como uma resposta do indivíduo à percepção que o mesmo tem das suas condições de vida.

“ (...) felicidade (ou infelicidade) é uma resposta de um sujeito às suas condições de vida, tal como ele as vê (...).” (Sumner, 1999, p. 156)

Na área da sociologia o termo felicidade dá lugar a um outro conceito unívoco. O sociólogo Ruut Veenhoven (1984, 1991a, 1991b, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000a, 2000b, 2004, 2005a, 2005b, 2008, 2009) utiliza o termo *life satisfaction* (satisfação com a vida) como sinónimo de felicidade. Prefere este termo, considerando que acentua a natureza subjetiva do conceito, referindo-se a uma avaliação da vida como um todo. Para Veenhoven (1996) a

satisfação com a vida é, de forma muito sucinta, o grau com que o indivíduo se sente agradado com a vida que leva.

“ (...) o grau com que a pessoa avalia positivamente a qualidade global da sua vida como um todo. Em outras palavras, quanto uma pessoa gosta da vida que leva.” (Veenhoven, 1996, p.14)

Também a psicologia tem as suas dificuldades em utilizar o termo felicidade como objeto de estudo, preferindo o conceito de *subjective well-being* (bem-estar subjetivo). Na ótica de Diener (1984, 2000), o bem-estar subjetivo é um conceito lato que engloba não só a satisfação com a vida, como também a experiência de emoções positivas e a experiência reduzida de sentimentos negativos.

“Bem-estar subjetivo é definido como as avaliações cognitivas e afetivas de uma pessoa da sua vida. Estas avaliações incluem reações a eventos, bem como julgamentos cognitivos de satisfação e realização. Assim, bem-estar subjetivo é um conceito lato que inclui a experiência de emoções agradáveis, níveis baixos de estados de espírito negativos, e elevada satisfação com a vida.” (Diener et al, 2005, p. 63)

O psicólogo Seligman (2002, 2011) recusa o termo felicidade, preferindo usar o conceito de ‘*flourishing*’, que para ele é constituído por elementos como a felicidade, o *flow*, significado, amor, gratidão, realização, crescimento e melhores relações.

“ (...) felicidade, *flow*, significado, amor, gratidão, realização, crescimento, melhores relações – constituem *flourishing*.” (Seligman, 2011, p. 2)

Tendo em conta estas diferentes definições de felicidade da área da psicologia, poderemos concluir que a psicologia moderna não concorda com uma definição universal de felicidade. Tem no entanto, vindo a descortinar componentes da felicidade, que por sua vez, se encontram enraizados nos mais diversos estudos e que passam pelos seguintes elementos (Kesebier & Diener, 2008):

- satisfação com a vida (avaliação global da sua vida)
- satisfação com áreas importantes da vida (satisfação com o trabalho, com a saúde, com o casamento, ...)
- afetação positiva (predominância de estados de espírito e sentimentos positivos)

- níveis baixos de afetação negativa (emoções e estados de espírito desagradáveis)

Face a esta reduzida seleção de definições de felicidade, ou de termos sinónimos, poderemos concluir que o único consenso entre quem estuda a felicidade é a dificuldade em definir este conceito. Tendo em conta esta dificuldade, economistas não vêm grande sentido em tentar definir este conceito.

“Porque a felicidade é um conceito tão elusivo, faz pouco sentido continuar a tentar definir o que é a felicidade. (Frey & Stutzer, 2002, p. 4)

1.1.2 História da Felicidade

No seu artigo no New York Times, em que faz uma revisão do livro “*Happiness: A history*” de McMahon (2006), Holt (2006) resume a história do conceito de felicidade muito sucinta e humoristicamente a algumas equações.

- felicidade = sorte (era homérica)
- felicidade = virtude (era clássica)
- felicidade = céu (era medieval)
- felicidade = prazer (era do Iluminismo)
- felicidade = cachorrinho fofo (era contemporânea)

Apesar da evidente nota humorística desta cronologia, este resumo tem o seu cerne de verdade, como iremos ver, de forma mais detalhada, de seguida.

Para traçar um compêndio histórico da felicidade, teremos de remontar à antiguidade grega, sendo que Demócrito (~460 a.C. – 370 a.C.) é considerado o primeiro filósofo a questionar a natureza da felicidade no mundo ocidental (Tatarkiewicz, 1976). Demócrito avançou com uma visão subjetivista, defendendo que a felicidade não seria apenas resultado de um destino favorável ou de circunstâncias externas, mas sim do modo de pensar do ser humano. Contudo, esta visão não foi partilhada por Sócrates, nem pelo seu pupilo Platão, que se referiram à felicidade como “gozo seguro do que é bom e bonito” (Platão, III a.C./ 1999, p. 80).

No entanto foi Aristóteles, no séc. IV a.C., que com sua obra *Nicomachean ethics*, contribuiu de forma mais sólida para o estudo da felicidade. Nesta obra, que aborda a felicidade como temática central. Aristóteles (IV a.C./1992) afirma que a felicidade é acessível a qualquer

pessoa, desde que esta leve uma vida de acordo com as virtudes mais valorizadas. Aristóteles (IV a.C./ 1992) acreditava que o objetivo da vida seria a eudemonia, uma felicidade ligada a uma conduta virtuosa e reflexão filosófica.

Ainda na antiga Grécia, será de referir Aristipo, discípulo de Sócrates e fundador da escola cirenaica, que avançou com a ideia de que tudo para além do prazer seria irrelevante, sendo a virtude o menos importante de tudo, e que na busca do prazer, não deveria haver restrições (Tatarkiewicz, 1976). Epicuro (III a.C./ 1994), que por vezes é visto como hedónico, apregoa que a virtude e o prazer seriam interdependentes e que uma vida agradável apenas seria possível se a mesma fosse vivida de forma correta, honrosa e prudente.

O estoico Cícero acreditava de tal forma que a virtude seria a fonte da felicidade, que sugeriu que um homem em posse de virtude seria feliz, mesmo se torturado (McMahon, 2006).

Assim, poderemos afirmar que tanto na antiga Grécia, como mais tarde em Roma, a felicidade e a virtude eram vistas como faces da mesma moeda.

Esta ideia manteve-se durante a Idade Média, sendo que foi o fator fé foi ganhando relevância. A felicidade encontrava-se agora não nas mãos do Homem, mas sim nas mãos de Deus. Deste modo, para atingir felicidade seria necessário viver uma vida de virtude e de devoção religiosa, e caso a felicidade não fosse atingida durante a vida, esta conduta virtuosa e religiosa de vida garantiria a felicidade eterna (Tatarkiewicz, 1976).

A abertura da cultura ocidental relativamente à felicidade é bastante recente, sendo que até ao século XVIII era esperado que as pessoas tivessem uma abordagem mais triste à vida, mostrando uma expressão facial correspondente (McMahon, 2006).

Esta atitude mudou radicalmente com o século XVIII. Com os valores do Iluminismo a busca da felicidade tornou-se legítima e dever-se-ia evitar ser, ou pelo menos parecer infeliz. Historiadores concordam que pelo menos a nível de retórica, se deu uma mudança na cultura ocidental há cerca de 250 anos atrás.

Assim, com o Iluminismo, assiste-se a uma mudança de conceção de felicidade, que voltou a deslocar o conceito de felicidade do além para a realidade. O Iluminismo modificou alguns valores cristãos, originando uma maior focagem na vida atual, e um afastamento do pecado original. Porém não se tratava de todo de um movimento antirreligioso, mas sim de cariz religioso, acreditando-se que a felicidade do Homem agradaria a Deus. Nas culturas

ocidentais, o prazer passou a ser visto como o caminho para e até mesmo como sinónimo de felicidade.

Um exemplo desta conceção encontra-se nas doutrinas utilitárias. Bentham (1789/ 1988, 1789/ 2008) defendia que o objetivo máximo do ser humano deveria ser ter o máximo prazer possível e que a felicidade máxima do número máximo de pessoas deveria ser a base da moral e da legislação. A melhor sociedade seria aquela em que os cidadãos fossem mais felizes (*Greatest Happiness Principle*). Neste sentido, a melhor política pública seria aquela que aportasse a maior felicidade. Já a nível individual, o comportamento correto seria aquele que conduziria à maior felicidade para as pessoas afetadas.

O século XVIII também trouxe avanços no que respeita o conforto das classes médias e mais baixas, proporcionando comodidades tais como métodos que permitiam um mais fácil aquecimento das casas, e a disponibilidade de chapéus-de-chuva. Houve também desenvolvimentos na área da medicina dentária, o que poderá ter levado as pessoas a sentirem-se mais confortáveis a mostrar os dentes, sorrindo (McMahon, 2006).

A Era Moderna trouxe consigo a convicção de que o Homem deveria ser feliz. Sinal deste novo paradigma é o facto de a busca da felicidade constar no preâmbulo da Declaração de Independência Americana de 1776 como direito inalienável.

As conceções clássicas e medievais de felicidade enquanto virtude ou perfeição foram abandonadas ao longo dos últimos séculos, ou nas palavras de McMahon (2006), o Homem atual refere-se à felicidade “mais como sentir-se bem, do que ser bom” (McMahon, 2006, p. 65). Durante o século XIX, a felicidade invadiu o quotidiano, conquistando não apenas a esfera profissional, como também a esfera familiar. A ideia de que o trabalho e a felicidade seriam compatíveis começou a surgir, gerando novos parâmetros no local de trabalho. Na esfera familiar, mulheres e mães de família eram incentivadas a fomentar um ambiente de felicidade em casa, de forma a compensar os seus maridos que trabalhavam arduamente, e com o intuito de criar crianças de sucesso. Esta ideia de que a felicidade seria importante para as crianças refletiu-se também nos manuais de educação, que começaram por disseminar a crença que uma das principais responsabilidades dos pais seria fomentar a felicidade dos seus filhos.

Mesmo a morte, que por si será difícil de relacionar com a felicidade, passou a ter uma conotação mais positiva, sendo que a ideia, de que o céu seria um lugar feliz, ganhou terreno.

Foi em 1925 que os estudos empíricos no âmbito da felicidade tiveram o seu início com o trabalho de Flugel (1925), que pedia a indivíduos para registarem as suas emoções ao longo de 30 dias num diário.

A canção de aniversário mais popular, *Happy Birthday*, foi composta em 1926, e mais tarde traduzida para as mais diversas línguas. Mais, a celebração do aniversário tornou-se uma tradição não apenas na cultura ocidental, mas também em países como a China e os Emirados Árabes Unidos.

A felicidade foi ainda reconhecida como sendo uma vantagem competitiva, que poderia trazer benefícios às empresas, pelo que os publicistas começaram a entender a utilidade de associar os seus produtos à felicidade. A cara sorridente amarela *smiley* é da origem de Harvey Ball um responsável de publicidade, que criou este ícone em 1963, que somente na primeira década arrecadou mais de 50 Mio \$ em direitos de autor.

O sorriso entrou também no mundo da fotografia. Não só em fotografias familiares, como também em retratos de cariz oficial as pessoas começaram a sorrir, sendo agora perfeitamente vulgar ver, por exemplo, chefes de estado a sorrir-nos de fotografias.

A felicidade estimulou impérios comerciais, cujo leme seria “fazer as pessoas felizes” (Walt Disney), deu origem a refeições felizes, com o lançamento do *Happy Meal* pela cadeia de *fast food* McDonald’s em 1977, e conquistou o mundo da música, com a canção *Don’t worry, be Happy* de Bobby McFerrin a manter o primeiro lugar dos *Billboard Hot 100* durante duas semanas em 1988.

A felicidade tornou-se num tópico relevante da atualidade, o que se manifesta através de um vasto número de publicações em torno da temática da felicidade, que abordavam a importância da mesma, a relevância de a conquistar e os métodos para o fazer, com títulos como *14.000 things to be happy about* (Kipfer, 1990) *Happiness is a choice* (Kaufman, 1991) ou *A thousand paths to happiness* (Baird, 2000). Será de salientar que as publicações dedicadas à temática da felicidade abrangem não apenas livros direcionados para o lazer e a autoajuda, como também publicações científicas e monografias para o grande público da autoria de cientistas conceituados (Layard, 2011; Lyubomirsky, 2007; Seligman, 2002, 2011; a título de exemplo).

As publicações e investigações no campo da felicidade têm sido de tão elevado número, que o sociólogo Veenhoven (1984, 1991a, 1991b, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000a, 2000b,

2004, 2005a, 2005b, 2008, 2009) sentiu a necessidade de criar uma revista científica, bem como uma base de dados, dedicadas ao tema da felicidade.

Em 2000 foi lançada a revista *Journal of Happiness Studies*, sob iniciativa de Veenhoven (1984, 1991a, 1991b, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000a, 2000b, 2004, 2005a, 2005b, 2008, 2009). Concebida como espaço multidisciplinar dedicado ao estudo científico da felicidade, esta revista conta com contribuições das mais diversas áreas científicas, tais como a psicologia, a sociologia ou a economia.

A *World Database of Happiness* pretende ser uma ferramenta que permita facilitar o acesso estruturado a informação científica relacionada com a felicidade. Esta ferramenta agrega tanto indicadores quantitativos (quão felizes as pessoas estão), bem como evidências correlacionais (determinantes de felicidade) (Veenhoven, 2009). A *World Database of Happiness* é composta por dez coleções distintas:

- a coleção *Bibliography* com cerca de 4.000 publicações dedicadas ao tema da felicidade
- a coleção *Directory* aglomera contactos de mais de 10.000 cientistas que publicaram investigação subordinada ao tema da felicidade
- a coleção *Measures of Happiness* fornece uma visão sobre cerca de 800 técnicas de medição de felicidade
- a coleção *Happiness in Nations* acumula dados de cerca de 3.000 questionários, referentes à felicidade subjetiva da população geral em nações
- a coleção *Happiness in Regions* agrega dados de cerca de 3.000 questionários, referentes à felicidade subjetiva da população geral em regiões da Alemanha, do Reino Unido e dos Estados Unidos da América
- a coleção *Happiness in Publics*, reúne cerca de 3.000 estudos, oferecendo uma visão global por segmentos, tais como a idade, género, etnia, rendimento, entre muitos outros
- a coleção *Correlational Findings* contém os resultados empíricos de cerca de 15.000 covariantes de felicidade, oriundos de cerca de 1.400 estudos
- a coleção *States of Nations* proporciona informação sobre 155 nações, no que respeita às suas características, tais como o crime, a riqueza, ou a saúde, entre outros
- a coleção *Trends in Nations* reúne dados sobre a tendência da felicidade em 14 nações

- a coleção *Finding Reports* permite gerar os mais diversos relatórios, tais como relatórios sobre nações e rankings da felicidade em nações, entre outros

Assim sendo, a *World Database of Happiness* afigura-se como ferramenta útil para quem se dedica ao estudo do campo da felicidade.

A felicidade começa também a ter cada vez mais peso na política. Vejamos o caso pioneiro de um pequeno país oriental, o Butão. Em 1972, Jigme Singye Wangchuck, rei do Butão, cunhou o termo *Gross National Happiness*, de forma a dar expressão à sua intenção de abrir o seu reinado à globalização, mas de não descurar os valores espirituais budistas, próprios do Butão. O novo rei defendia que um desenvolvimento sustentável apenas poderia consistir numa abordagem holística, que englobasse não apenas progresso económico, como também aspetos não económicos determinantes da felicidade. Assim, no parágrafo 9, alínea 2 da constituição deste pequeno reinado, poderemos ler que “O estado deverá lutar para promover aquelas condições que irão permitir a busca da *Gross National Happiness*”. Inicialmente, o conceito de *Gross National Happiness* apoiava-se, em quatro pilares, que poderão facilitar a compreensão deste conceito: o bom governo, o desenvolvimento socioeconómico sustentável, a preservação cultural e, por último, a conservação do ambiente. Atualmente, já são contemplados nove domínios distintos: o bem-estar psicológico, a saúde, a educação, o uso do tempo, a diversidade cultural e a sua resiliência, o bom governo, a vitalidade da comunidade, a diversidade ecológica e a sua resiliência, e os parâmetros de vida.

Tendo este conceito como pano de fundo, o *Center for Buthan Studies* desenvolveu uma ferramenta para medir o nível geral de bem-estar da população, que por sua vez serve de base ao planeamento político deste país: o *Gross National Happiness Index*. Trata-se de um indexante de um número apenas, que resulta dos nove domínios referidos, que por sua vez se baseiam em 33 indicadores. Segundo o *site* do *Center for Buthan Studies*, o *Gross National Happiness Index* é passível de ser analisado sob a perspetiva de qualquer característica demográfica, de forma a permitir a criação de incentivos políticos para o governo, organizações não-governamentais e empresas, com o intuito de incrementar a *Gross National Happiness*.

Esta consciência, de que deverá haver parâmetros alternativos, não económicos, que poderão permitir medir o progresso de uma nação começou a surgir um pouco por todo o mundo.

Neste âmbito será de referir o *Human Development Index (HDI)*, apresentado pelo programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 1991). Trata-se de um indicador cuja autoria é atribuído ao economista paquistanês Mahub ul Haq (2003) e ao economista Amartya Sen (1970), galardoado com o Prémio Nobel da Economia, e pretende permitir medir o desenvolvimento humano de um determinado país. Para tal, este índice tem por base três pilares chave do desenvolvimento humano, nomeadamente uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida decente.

“O HDI tem três componentes chave: longevidade, conhecimento e rendimento. A longevidade é medida pela esperança média de vida à nascença, como único indicador não ajustado. O conhecimento é medido mediante duas variáveis educacionais: a literacia adulta e a média de anos de escolarização (...). A terceira variável, o rendimento (...).” (ul Haq, 2003, pp.128-129)

O desejo de encontrar medidas alternativas que permitissem medir o progresso de uma nação, alternativas ao PIB⁵, não passou ao lado do continente europeu. Vejamos o caso da Grã-Bretanha, país em que o gabinete estratégico do primeiro-ministro facultou recomendações no sentido de incrementar a felicidade do país (Paxton & Dixon, 2004). Mais, David Cameron, atual primeiro-ministro britânico, no seu discurso de 22 de Maio de 2006 pronunciou claramente a relevância da felicidade, discursando:

“Está na altura de admitirmos que existe mais na vida do que dinheiro, e está na altura de nos focarmos não apenas no PIB, mas no *GWB – General Well-Being*.” (Cameron, 2006)

Para além da Grã-Bretanha, será ainda de salientar um outro chefe de estado europeu que mostrou interesse em alternativas ao PIB. Nicolas Sarkozy, aquando do seu mandato enquanto Presidente da República Francesa, incumbiu uma equipa de investigadores de ponta, liderada pelo economista galardoado com um prémio Nobel da Economia, Joseph Stiglitz, de se dedicar ao estudo da medição de produtividade económica e progresso social. A *Commission*

⁵ O Produto Interno Bruto foi apresentado pelo economista Simon Kuznets (1934), no âmbito de um relatório para o congresso americano intitulado de *National Income, 1929-1932*, enquanto medida que englobasse toda a produção económica de indivíduos, empresas e do estado, numa única medida, cujo valor aumentasse em tempos de prosperidade, e diminuísse em tempos mais duros. No seguimento das conferências de Bretton Woods, que em 1944 estabeleceram instituições financeiras internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional e o *World Bank*, bem como normas para as relações monetárias entre estados independentes, o PIB torna-se indicador padrão no que respeita a economia de um país (Dickinson, 2011). Porém tem vindo a ser questionada enquanto medida de bem-estar (Abramovitz, 1959; Easterlin, 1974; Sen, 1970; a título de exemplo).

on the measurement of economic performance and social progress foi criada em 2008. A intenção da criação deste grupo de trabalho foi que se identificassem os limites do PIB enquanto indicador de desenvolvimento económico e de progresso social, e que se fizesse um levantamento de qual outra informação adicional permitiria traçar um retrato mais fidedigno. Pretendia-se também que a comissão avaliasse qual seria a forma mais apropriada de apresentar esta informação e de testar a exequibilidade da ferramenta de medição proposta. Economistas e outros cientistas sociais das mais diversas áreas de especialização, desde contabilistas a economistas de mudanças climáticas, aceitaram o convite e, segmentados em três grupos de trabalho, dedicaram-se a assuntos clássicos relacionados com o PIB, com a qualidade de vida e com a sustentabilidade. O relatório final foi publicado em 2009 e encontra-se disponível para ser consultado, juntamente com outros artigos produzidos pela comissão, no *site* desta.

A comissão reconhece as dificuldades inerentes à medição de sustentabilidade, mas frisa a importância em ultrapassá-las da melhor forma possível, tentando chegar a soluções, mesmo que estas possam não ser perfeitas.

“De modo global, problemas com a medição de sustentabilidade são grandes, mas necessitamos de oferecer soluções, por mais imperfeitas que possam ser.” (Stiglitz et al, 2009, p. 264)

Recomenda que o foco seja direcionado para oito áreas da qualidade de vida:

- nível de vida material (rendimento, consumo e riqueza)
- saúde
- educação
- atividades pessoais (incluindo o trabalho)
- governo e participação política
- relações sociais
- ambiente (condições atuais e futuras)
- insegurança (tanto a nível pessoal como económico).

Apoiando-se na *Commission on the measurement of economic performance and social progress*, a OCDE desenvolveu o programa *Better Life Initiative*, em Maio de 2011. No âmbito desta iniciativa, foi criado o *Better Life Index* sob o lema “Existe mais na vida do que números frios do PIB e de estatísticas económicas”. Trata-se de um indexante que permite a

comparação entre países no que diz respeito a 11 parâmetros considerados relevantes para o bem-estar do ser humano. Estes parâmetros são a habitação, o rendimento, o emprego, a comunidade, a educação, o ambiente, o empenho cívico, a saúde, a satisfação com a vida, a segurança e o equilíbrio entre o trabalho e a vida. O parâmetro mais relevante, no âmbito do presente trabalho, será a satisfação com a vida. Este parâmetro pretende medir a forma como o indivíduo avalia a sua vida como um todo. No *site* dedicado a este indexante, podem ser consultados dados sobre 36 países, que cobrem todos os continentes, havendo a possibilidade de atribuir a relevância que se entender a cada um dos parâmetros, obtendo-se assim um ranking dos países, segundo um *Better Life Index* personalizado.

Os últimos dados disponíveis aquando da elaboração do presente trabalho datam de 2012, constituindo um ranking da satisfação com a vida nos países da OCDE (Gráfico 1). A média dos países que integram o *Better Life Index* é de 6,6, sendo que as médias dos países variam entre 10, no caso da Suíça, e 0,0 no caso da Hungria.

Portugal ocupa o penúltimo lugar da tabela com um resultado de 1,0. De modo geral, 71% dos portugueses afirmam ter mais experiências positivas (satisfação, orgulho, descanso, entre outros) do que negativas (dor, tristeza, preocupação, entre outros), num dia normal. Também neste aspeto, Portugal encontra-se abaixo da média dos países da OCDE, que se situa nos 80%.

A Alemanha, com um resultado de 6,6 ocupa um lugar a meio da tabela, sendo que 81% dos alemães indica ter mais experiências positivas do que negativas, num dia normal.

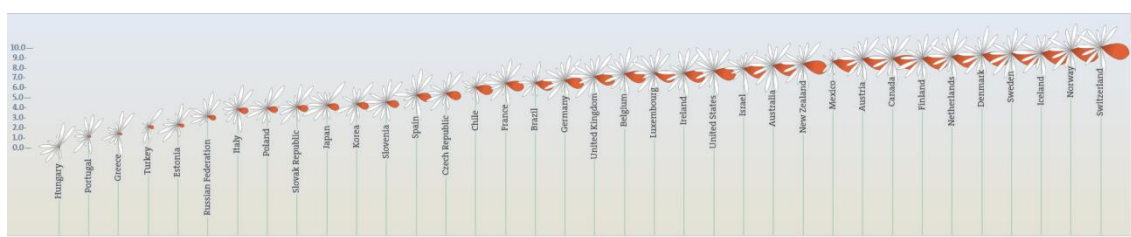


Gráfico 1: A satisfação com a vida nos países da OCDE. 2012

Fonte: OECD *Better life index*

Uma outra iniciativa a referir é da autoria da *New Economics Foundation*, que defende que o seu *Happy Planet Index* é a medida líder a nível global para aferir o bem-estar sustentado. Este indexante é composto por dados globais que compreendem a esperança média devida, o bem-estar experienciado e a pegada ecológica, sendo calculado da seguinte forma:

$$\text{Happy Planet Index} \approx \frac{\text{Bem-estar experienciado} \times \text{Esperança de vida}}{\text{Pegada ecológica}}$$

Cada um destes componentes tem por base uma medida à parte. No caso do bem-estar experienciado, que é o elemento que nos interessa para o presente trabalho, foi usada uma questão do *Gallup World Poll*, a *Ladder of Life*. Esta escada da vida consiste em pedir que os respondentes imaginem uma escada em que 0 representa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível, e que indiquem o degrau da escada em que se encontram atualmente. Atualmente o *site* disponibiliza dados para 151 países.

No caso dos países que nos servirão como objeto de estudo do presente trabalho, os resultados mais recentes, que datam de 2012 (Gráfico 2), apresentam um bem-estar experienciado médio de 4,9 para Portugal e de 6,7 para a Alemanha.

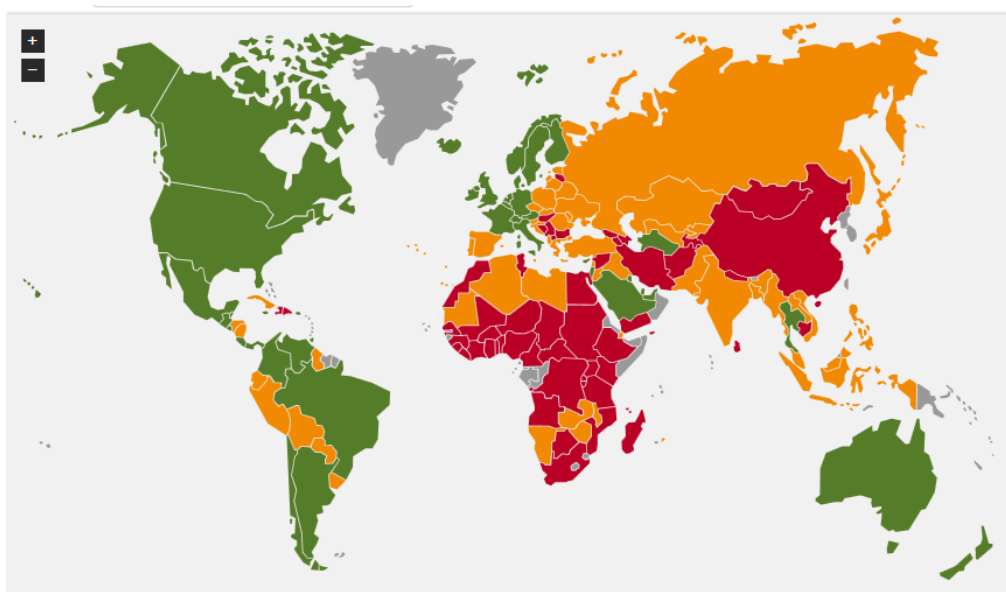


Gráfico 2: O *Happy Planet Index* 2012

Fonte: *Happy Planet Index*

Em Portugal, a 09 de Maio de 2012, o jornal *Sol* avançava com a notícia “Portugal pode vir a medir Felicidade Interna Bruta”. Dois estudantes universitários lançaram uma petição para que o Banco de Portugal iniciasse trabalhos com o objetivo da medição da Felicidade Interna Bruta em Portugal. Apesar de não ter angariado o número de assinaturas necessário para ser debatida no plenário, esta iniciativa chamara a atenção de Luís Leite Ramos, um deputado do Partido Social Democrata (PSD), que ouviu o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE) sobre o assunto. Face a este contacto, o INE manifestou ser possível

começar a trabalhar neste sentido em Portugal, e avançou já estar envolvido em vários projetos desta natureza. Ainda que o Banco de Portugal tenha transmitido que se trataria de uma proposta "interessante e muito importante", salientou ainda que os trabalhos sobre a felicidade não seriam uma missão prioritária (Lusa, 2012).

Será ainda de salientar que a ONU declarou o dia 20 de Março como o Dia Internacional da Felicidade, sendo celebrado pela primeira vez em 2013 e ilustrando assim a crescente importância que se tem vindo a atribuir à felicidade.

1.1.3 Felicidade na Economia

Como vimos, a felicidade, que na Antiguidade era objeto de estudo da filosofia, conseguiu, ao longo dos tempos conquistar cada vez mais áreas, estando não só presente no nosso quotidiano, como também sendo objeto de estudo de diversas áreas científicas. Tendo em conta a natureza do nosso estudo, iremos agora debruçar-nos sobre o estudo da felicidade na área da economia, ou seja sobre a economia da felicidade.

1.1.3.1 Felicidade na Economia Clássica

Numa tentativa de esboçar uma cronologia histórica da felicidade na economia, o historiador económico italiano, Luigino Bruni (2004a, 2004b, 2006), é uma figura incontornável. Juntamente com o seu colega Pier Luigi Porta, editou um manual dedicado à história da economia (2007), em que dedicam uma primeira parte, intitulada de *“Lessons from the Past”*, à economia clássica.

Desde Adam Smith (1759/2006, 1776/ 1904), que a teoria económica está assente na crença de que mais rendimento leva a mais utilidade.

“O trabalho anual de cada nação é o fundo que originalmente a abastece com todas as necessidades e conveniências de vida que consome anualmente, e que consistem sempre ou no produto imediato desse trabalho, ou no que é comprado com esse produto de outras nações. Assim, como este produto, ou o que é comprado com ele, suporta uma maior ou menos proporção do número daqueles que o consomem, a nação será abastecida melhor ou pior com todas as necessidades e conveniências para as quais tem ocasião.” (Smith, 1776/ 1904, p.1)

Associada à utilidade encontra-se a felicidade. Será de salientar que Smith (1776/ 1904) na sua paradigmática obra, *Riqueza das Nações*, relaciona o rendimento e a felicidade, referindo a impossibilidade de felicidade num estado de pobreza:

“Nenhuma sociedade, em que a parte maior dos membros é pobre e miserável, poderá certamente florescer e ser feliz.” (Smith, 1776/ 1904, p.80)

Poderemos encontrar esta ligação entre a riqueza e a felicidade referida nas mais marcantes obras dos primórdios da ciência económica.

Vejamos Bentham (1789/ 2008), um dos mais emblemáticos pensadores do Iluminismo, e que, como vimos anteriormente, defendia o *Greatest Happiness Principle*. Alegava que uma sociedade seria boa, na medida que os seus membros seriam felizes. Desta forma, uma lei apenas seria boa se levasse ao incremento da felicidade da sociedade, e à redução da sua miséria.

“A medida do governo (que é, não mais do que um tipo particular de ação, realizada por uma pessoa ou pessoas em particular) será compatível com ou ditada pelo princípio da utilidade, quando, na forma como a tendência que tem para aumentar a felicidade da comunidade é maior do que qualquer uma para diminuí-la.” (Bentham, 1789/ 2008, p.586)

Malthus (1789/ 2004), retomando a doutrina de Adam Smith (1759/ 2006, 1776/ 1904), expõe claramente que a riqueza de uma nação é algo diferente da felicidade da mesma e critica Smith (1759/ 2006, 1776/ 1904), salientando que a riqueza e a felicidade de uma nação poderão não estar tão relacionadas como Smith (1776/ 1904) defendera.

“O objeto de investigação professada do Dr. Adam Smith é a natureza e as causas da riqueza das nações. Existe uma outra investigação, no entanto, talvez ainda mais interessante, que ele de vez em quando mistura com ela; Refiro-me a uma investigação sobre as causas que afetam a felicidade das nações (...). Tenho noção o suficiente da conexão destes dois assuntos, e que as causas que tendem a incrementar a riqueza de um estado, tendem também, falando de um modo geral, a incrementar a felicidade das classes mais baixas. Mas, talvez, o Dr. Adam Smith tenha considerado estas duas perguntas como ainda mais ligadas do que realmente são;” (Malthus, 1789/ 2004, p.124)

Na sua obra *On the principles of political economy and taxation*, Ricardo diz claramente que o objetivo de incrementar a produtividade, é aumentar a felicidade.

“Não veem que o derradeiro objetivo de todo o comércio é incrementar a produção, e que incrementando a produção, apesar de poder ocasionar perda parcial, incrementa-se a felicidade geral.” (Ricardo, 1817/ 1821, p.318)

Jevons (1871/ 1970), um dos fundadores da economia neoclássica, é ainda mais direto, referindo que o propósito da economia é a maximização da felicidade, conseguindo comprar prazer ao menor custo.

“ (...) e o objeto da Economia é maximizar a felicidade, adquirindo prazer, como seria, ao custo mais baixo da dor.” Jevons (1871/ 1970, p. 91)

Será também interessante citar Marshall, que relaciona o incremento de riqueza diretamente com o bem-estar geral, adiantando-se com a questão se o aumento da riqueza levaria a um incremento da felicidade.

“Por fim, o espírito da época induz a uma maior atenção para a questão se a nossa riqueza crescente poderá não ir mais longe do que vai na promoção do bem-estar geral; e isto obriga-nos novamente a examinar em que medida o valor de troca de qualquer elemento de riqueza, seja no uso coletivo ou individual, representa corretamente o que adiciona à felicidade e ao bem-estar.” Marshall (1890/ 2004, p. 85)

Como vimos, o termo ‘felicidade’ é recorrente em alguns textos económicos clássicos. No entanto a felicidade nunca foi alvo de estudo explícito na economia clássica.

Segundo Mota (2010), a felicidade seria uma preocupação implícita, uma vez que era largamente aceite como derradeiro objetivo da sociedade e consecutivamente da política. Ou seja, a felicidade não era vista como tema central da economia, mas era o motivo que tornava a economia relevante. Distinguia-se entre o bem-estar económico e o bem-estar não-económico, e acreditava-se numa relação positiva entre a riqueza e a felicidade.

1.1.3.2 Primórdios da Economia da Felicidade

Tendo em conta não só que a investigação da felicidade se baseia sobretudo no bem-estar subjetivo reportado, mas também o cariz tendencialmente materialista da economia, que se centra essencialmente na geração de riqueza, a entrada da felicidade como objeto de estudo

explícito, nesta ciência não é evidente. Acresce que a tradição behaviorista formatou os economistas para observar comportamentos e daí inferir determinadas preferências, ao contrário de quem investiga a felicidade, que ouve o que as pessoas dizem, colocando questões como “De modo geral como se sente? Diria que é muito feliz, bastante feliz ou nada feliz”. Para aferir a utilidade que um indivíduo retiraria de um determinado bem ou serviço, os economistas neoclássicos observavam o comportamento e as preferências desse mesmo indivíduo, acreditando que os indivíduos optariam por comportamentos que maximizassem a utilidade individual ou o respetivo bem-estar (Dolan et al., 2007). Assim, o estudo da felicidade esteve muito tempo longe da agenda explícita da economia, sendo, como vimos anteriormente, objeto de estudo de outras ciências sociais, tais como a psicologia.

“Existe uma história longa e respeitada no campo das ciências sociais da investigação com questionários que extraem testemunhos subjetivos (ou seja, autorrelatos) sobre sentimentos, crenças, valores, expectativas, planos, atitudes e comportamentos, incluindo a investigação intensiva sobre possíveis deficiências de tais dados. Este extenso corpo de evidência é, infelizmente, excluído em grande parte da análise económica, embora a teoria económica inclua quase sempre referência a motivações, expectativas, bem-estar e afins.” (Easterlin, 2004, p. 21)

Porém, começaram a surgir dúvidas sobre se a mera observação direta do comportamento humano seria suficiente para descortinar preferências (Colinsk, 1996; Kahneman, 2003; Simon, 1978). A natureza nem sempre racional do comportamento humano, a informação imperfeita aquando da tomada de decisão e a constatação do peso de normas sociais, que poderão exercer pressão sob o indivíduo para que o mesmo adote um comportamento que não seja aquele que levaria a mais utilidade (Akerlof, 1980; Thaler, 1992) cimentaram estas dúvidas.

“O uso exclusivo de uma abordagem objetivista pela teoria económica clássica está portanto sujeito a dúvida, teórica e empiricamente.” (Frey e Stutzer, 2002, p. 405)

A ligação de resultados de estudos da área da psicologia com a economia é assim relativamente recente. O pioneiro foi Easterlin (1974), sendo o primeiro economista a cruzar dados oriundos de estudos de felicidade com dados económicos, no seu artigo *Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence*. Sendo a relação entre o desenvolvimento económico e o bem-estar social um pilar central da economia, era até então largamente aceite que maior rendimento se repercutiria em maior utilidade. Contudo,

colocando a questão “Existe evidência para que o crescimento económico esteja associado positivamente a riqueza social, ou seja, felicidade humana?” (Easterlin, 1974, p. 6), Easterlin (1974) desafiou esta premissa e deparou-se com evidências que contrariavam esta crença. Apresentou estes seus resultados em três partes.

Numa primeira parte, intitulada de *The concept and measurement of happiness*, Easterlin (1974) introduz o conceito de felicidade enquanto resultado de avaliações subjetivas de respondentes e esclarece como a felicidade foi medida. Easterlin (1974) utilizara dados oriundos de questionários referentes à felicidade de 14 países. Parte dos dados foram obtidos através de um questionário que colocava a questão ‘Em geral quão feliz diria que é – muito feliz, bastante feliz ou não muito feliz?’. Uma outra parte dos dados resultou de um questionário que pedia que o respondente indicasse numa escala de 0 (pior vida possível) a 10 (melhor vida possível) onde se encontraria. Apesar da diferença dos dados, Easterlin (1974) argumentava que o conceito de felicidade subjacente seria o mesmo, uma vez que se tratava de avaliações subjetivas de respondentes. No que respeita a fidedignidade destes dados, Easterlin (1974) apoia-se em resultados de investigações levadas a cabo por psicólogos como Cantril (1965) e Wilson (1967). Admite possíveis enviesamentos, defendendo no entanto que estes não invalidam os seus resultados,

“ (...) a possibilidade de enviesamento diferencial nas respostas por nível de rendimento não pode ser descartada (...). O meu próprio sentimento é que, enquanto tal enviesamento possa existir, não é significativo o suficiente para invalidar a associação entre rendimento e felicidade. Talvez a base mais importante para este julgamento seja a consistência impressionante dos resultados em uma variedade de tempos e lugares com muitas circunstâncias culturais e socioeconómicos amplamente diferentes.” (Easterlin, 1974, p. 15)

Numa segunda parte, intitulada de *The evidence*, Easterlin (1974) apresenta dois resultados distintos e de certa forma contraditórios, que mais tarde viriam a ser conhecidos como “Paradoxo de Easterlin”. Primeiro, Easterlin (1974) revela uma correlação positiva entre o bem-estar subjetivo e o rendimento dentro de cada um dos países, sendo que indivíduos com rendimentos superiores reportavam níveis de felicidade mais elevados:

“Maior felicidade está relacionada com maior rendimento? (...) Em cada um dos estudos, aqueles no grupo de estatuto mais elevado, eram, em média, mais felizes, do que aqueles no grupo de estatuto mais baixo (...). Estou inclinado a interpretar os

dados como mostrando principalmente uma conexão ocasional correndo do rendimento para a felicidade. " (Easterlin, 1974, pp. 15, 20)

Este primeiro resultado era assim consistente com estudos de alguns psicólogos, tais como Inkeles (1960), Gurin et al. (1960), Davis (1965), Wilson (1967), Bradburn (1969) e Robinson e Shaver (1969).

O segundo resultado, por sua vez, consistia numa correlação fraca entre o bem-estar subjetivo e o rendimento médios, entre os países. Esta correlação fraca revelava-se também nos dados americanos recolhidos ao longo do tempo, ou seja a correlação positiva entre o rendimento e a felicidade apenas era válida num determinado ano: apesar de o rendimento individual dos americanos ter aumentado desde a Segunda Guerra Mundial, os níveis de felicidade não acompanhavam esta evolução. O Gráfico 3 pretendia ilustrar este resultado, sendo que a área entre as duas linhas horizontais picotadas, pretendem demonstrar a ausência de relação entre o rendimento e a felicidade.

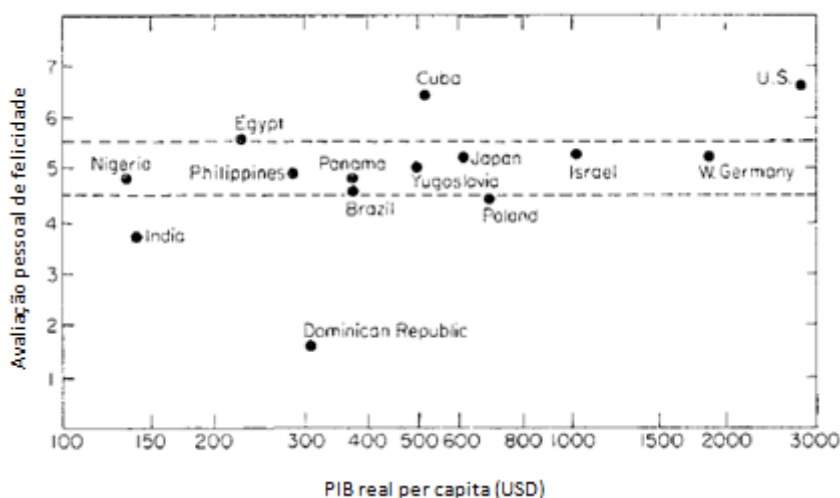


Gráfico 3: A felicidade e o PIB em 14 países, por volta de 1960

Fonte: Easterlin (1974, p. 22)

Easterlin (1974) comenta este gráfico do seguinte modo:

“A inferência sobre uma associação positiva depende fortemente das observações para a Índia e os Estados Unidos. (...) Os índices de felicidade pessoal de 10 dos 14 países encontram-se praticamente dentro de meio ponto da classificação do ponto médio de 5, o que é representado pelas linhas horizontais quebradas no diagrama (...). As diferenças de felicidade entre países ricos e pobres que se poderiam esperar com base

nas diferenças intra-país do estatuto económico não são confirmadas pelos dados internacionais. " (Easterlin, 1974, pp. 21, 23)

Na terceira parte do seu artigo, intitulada de *Interpretation*, Easterlin (1974) avança com explicações para os resultados obtidos. Baseando-se no conceito de rendimento relativo de Duesenberry (1949), defende e que será a sociedade a ditar a norma do consumo, influenciando assim a satisfação que um indivíduo retirará do consumo.

" (...) Existe uma " norma de consumo ", que se encontra numa determinada sociedade num determinado momento, e que entra no padrão de referência de praticamente todos. Isto fornece um ponto de referência comum em autoavaliações de bem-estar, levando aqueles abaixo da norma a sentirem-se menos felizes e aqueles acima da norma, mais felizes. " (Easterlin, 1974, pp. 28-29)

Easterlin (1974) dá continuidade a este raciocínio, apoiando-se num estudo em que Cantril (1965) demonstrara que estas normas de consumo de um país dependem diretamente do desenvolvimento económico desse mesmo país, e que haveria uma adaptação a estas normas. Assim, a adaptação às normas de consumo seriam responsáveis por anular o impacto positivo que um incremento de rendimento teria no bem-estar subjetivo.

" (...) Existem boas razões psicológicas para que pessoas possam não se sentir melhor, mesmo quando ‘deveriam’. Isto porque o padrão de referência com a qual as avaliações de bem-estar são formadas é por si só uma função de condições sociais. À medida que essas condições ‘melhoram’, a norma tende a avançar juntamente com a experiência real das pessoas. " (Easterlin, 1974, p. 33)

De forma muito simplista, o paradoxo de Easterlin evidencia que acima de um determinado nível de rendimento o crescimento económico não melhora o bem-estar humano. Estudos têm evidenciado que será a partir dos 20.000 USD que deixa de haver correlação entre o rendimento médio e a felicidade média (Layard, 2006).

Mostrando que um acréscimo do rendimento ao longo do tempo, não aumenta o nível de felicidade, o estudo de Easterlin (1974) contraria grande parte das funções de utilidade, que partiam do princípio que maiores níveis de rendimento pessoal levariam a maior utilidade. Comprovando que a relação entre ambos os fatores não é uma correlação positiva simples, Easterlin (1974) confirmou assim a suspeita que Abramovitz (1959) formulara.

Depois de Easterlin, também os economistas começaram a procurar formas alternativas de medir utilidade. Autores como Tibor Scitovsky (1976 a, 1976b), Yew-Kwang Ng (1978) e Richard Layard (1980) seguiram.

Scitovsky (1941, 1951, 1972, 1973), que ao longo da sua carreira trabalhara na área da economia do bem-estar publica o seu livro *The joyless economy* (1976a) dois anos a seguir ao trabalho seminal de Easterlin (1974). No entanto, esta obra que revê e confronta as teorias sobre motivação de foro psicológico e económico, avançando com uma alternativa à teoria da escolha do consumidor, passou algo despercebida, tendo captado a atenção de investigadores da área da economia comportamental e da felicidade, apenas algumas décadas após a sua publicação.

Na primeira parte de *The joyless economy*, intitulada de *The psychology and economics of motivation*, Scitovsky (1976a) analisa e compara abordagens ao comportamento do domínio da psicologia e do âmbito da economia.

Esta análise teórica contrariava as abordagens económicas ao comportamento do consumidor apontando-lhes que se preocupariam quase exclusivamente com a escassez. Ao terem uma imagem do consumidor como alguém que apresenta uma vasta panóplia de necessidades e de desejos, que ambiciona ver satisfeitos, mas dificilmente terá os recursos financeiros, o tempo ou mesmo a energia, para os satisfazer todos, os economistas, na opinião de Scitovsky (1976a), estariam a limitar-se ao consumo em contextos de escassez. Consequentemente, o homem ideal dos economistas estaria em falta constante de satisfazer todas as suas necessidades e desejos na sua plenitude.

“Se o ‘homem ideal’ do economista não é rico o suficiente para preencher todas as suas necessidades até à fartura, ele irá parar longe de satisfazer plenamente todas elas, não apenas uma ou algumas. Para além de manter margens insatisfeitas em todas as suas necessidades e desejos, ele também deverá assegurar que qualquer dólar extra que gaste em algo, lhe traga tanta satisfação como a que o dólar extra lhe traria, se o gastasse em outra coisa. Se isto não fosse assim, um pequeno reajuste no seu padrão de gastos poderia colocá-lo numa situação melhor, sem custo adicional.” (Scitovsky, 1976a, pp. 64, 65)

Todavia, Scitovsky (1976a) menciona estudos da área da psicologia que haviam demonstrado que o ser humano alcançava satisfação plena em determinados momentos. Estudos empíricos

havia mostrado que o ser humano não procurava constantemente a satisfação de todas as suas necessidades, acabando por não conseguir assim satisfazer nenhuma por completo. Procurava sim satisfazer uma ou algumas das suas necessidades de cada vez, alcançando assim satisfação plena de modo intermitente.

"Homens e animais têm muitas necessidades, mas porque não podem satisfazer todas de uma só vez, satisfazem a maioria das necessidades de forma intermitente, uma de cada vez (...): as pessoas conseguem satisfação completa intermitente, com os momentos ou períodos de saciedade completa convenientemente espaçados ao longo do tempo. Também são possíveis outras formas de compromisso. Por exemplo, é muito mais provável que um homem que seja demasiado pobre para aquecer a sua casa à temperatura mais agradável, aqueça uma parte dela a essa temperatura, ao invés de aquecer o todo a uma temperatura abaixo do ideal. " (Scitovsky, 1976a, pp. 64, 67)

Para Scitovsky (1976a) a satisfação de uma necessidade daria origem a prazer e a conforto. No entanto, baseando-se na *Adaptation-Level-Theory* de Helson (1947, 1964, 1971) e na teoria da *Hedonic Treadmill* (Brickman & Campbell, 1971)⁶, Scitovsky (1976a) defende que se o conforto fosse constante, o prazer seria eliminado. Assim, estádios de conforto pleno caracterizar-se-iam pela ausência de prazer e de dor, sendo o conforto contínuo incompatível com sentimentos de prazer.

" (...) A satisfação de uma necessidade aporta tanto prazer como conforto. Mas a manutenção contínua de conforto eliminaria prazer, porque com a excitação contínua em seu nível ótimo, não pode haver nenhuma mudança na excitação em direção ao ideal. Por outras palavras, um conforto incompleto intermitente é acompanhado por prazer, enquanto conforto completo e contínuo é incompatível com o prazer. " (Scitovsky, 1976, p. 71)

Scitovsky (1976) alerta para o facto de geralmente se confundir bem-estar com consumo, que por sua vez resulta do rendimento, e refere que existem duas necessidades do indivíduo, que originam sentimentos distintos: o estímulo que aporta alegria e o conforto que implica

⁶ Ambas as teorias postulam a adaptação do ser humano a novas condições. Assim, independentemente de acontecimentos importantes positivos ou negativos na vida de um indivíduo, o nível de felicidade deste regressaria rapidamente a um estágio relativamente estável de felicidade. Segundo a teoria *Hedonic treadmill*, um aumento dos recursos financeiros de um indivíduo implicam um aumento das expectativas e dos desejos, o que resulta em que o ganho da felicidade não seja permanente.

aborrecimento, e defende que crescimento económico aporta descontentamento, não alegria. Isto colocaria o consumidor perante a escolha entre o conforto ou o prazer.

"Ações para aliviar o desconforto, simulação para aliviar tédio, e os prazeres que podem acompanhar e reforçar ambos - essas são as três forças impulsoras do comportamento, atualmente distinguidas por psicólogos (...). Proponho que a classificação tripla dos psicólogos seja simplificada em uma dupla. Doravante devermos preocupar-nos com escolha, especialmente com a escolha nas sociedades economicamente avançadas e ricas, onde o principal foco para escolher entre o prazer e o conforto se encontra na área de simulação, porque a afluência expulsa para muitas pessoas, os prazeres de querer satisfação. Em tais sociedades, querer satisfação pode ser mais ou menos equiparado a conforto. Neste género de sociedade, a maior parte dos prazeres da maioria das pessoas advém da estimulação. " (Scitovsky, 1976a, pp. 78-79)

Assim, Scitovsky (1976a) pretende corrigir a teoria económica da escolha do consumidor, introduzindo este dilema da escolha entre o conforto e o prazer em contextos afluentes. Nestes contextos, o consumidor seria um consumidor na maioria das vezes satisfeito. Apesar de construir a sua teoria sob teorias oriundas da psicologia, o objetivo de Scitovsky (1976a) nunca deixa de ser o de um economista do bem-estar: formular recomendações para políticas económicas. Todavia em vez de se centrar na produtividade e na escassez dos recursos, Scitovsky (1976a) debruça-se sobre as preferências dos agentes económicos. Evidenciando o enviesamento de conforto entre crescimento económico e consumo, e a incapacidade do sistema de preço de incorporar toda a informação de bem-estar importante, este economista aponta claramente para a necessidade de construir indicadores mais fidedignos de bem-estar, uma vez que o tradicional PIB não representa uma fonte fidedigna de bem-estar social. Para Scitovsky (1976a) a felicidade seria o objetivo principal da sociedade e a análise económica tradicional de bem-estar estaria enviesada no sentido do lado objetivo, material e quantitativo do bem-estar. Contudo, para aumentar a felicidade, os aspetos subjetivos ou qualitativos do bem-estar seriam essenciais.

Na segunda parte do seu livro, intitulada de *The American way of life*, este pensamento é aplicado numa comparação entre os estilos de vida dos europeus e dos americanos. Scitovsky (1976a) aponta aos americanos uma preferência por bens de conforto, em detrimento da busca de estímulo,

“ (...) padrão de consumo em prol do conforto e em detrimento do prazer do estímulo (...).” (Scitovsky, 1976a, p. 224)

e defende que será esta alocação distorcida de recursos que faça com que o consumidor americano não sinta prazer. Entre os fatores responsáveis por este padrão de consumo, Scitovsky refere influências culturais (o ‘fantasma puritano’), educacionais (o desdém pela cultura) e económicas (produção em massa e especialização).

O economista chinês Ng (1978, 1980, 1997) foi dos primeiros economistas a virar-se para a análise de dados de bem-estar subjetivo. No seu *Economic growth and social welfare: The need for a complete study of happiness*, Ng (1978) postula que a economia apenas teria capacidade para dar respostas no domínio do bem-estar objetivo, mas que falhava relativamente ao bem-estar subjetivo. Para colmatar tal lacuna e permitir entender melhor o bem-estar de uma sociedade e dar as respetivas indicações para a política, a economia teria de se dedicar ao estudo da felicidade, através do diálogo com cientistas de outras áreas, nomeadamente psicólogos.

Em 1980 Layard publica o artigo *Human satisfaction and public policy* no *The Economic Journal*, em que se refere à felicidade como métrica para o bem-estar enquanto desafio para a política pública. Aborda dois fatores, que influenciarão a felicidade: o estatuto e as expectativas. Layard (1980) inicia a sua análise da felicidade com o argumento que, no mundo ocidental, apesar do crescimento económico, as pessoas não se sentiam mais felizes. Face a esta observação, Layard (1980) questiona as conclusões políticas a retirar.

" (...) se o estatuto e as expectativas forem determinantes tão importantes da satisfação humana como parecem ser, economistas não poderão dizer a decisores políticos para ignorá-los. Há pouca virtude em soluções limpas que ignoram os principais elementos de uma situação. " (Layard, 1980, p. 748)

Começa por apontar a competitividade, a comparação social como causas de um efeito negativo no bem-estar. Assim, segundo Layard (1980), o estado deveria intervir e aplicar impostos de forma a combater a sede individual por estatuto.

“Se conseguisse identificar as ações que incrementam o estatuto, o governo poderia taxá-las. Por exemplo, se o rendimento conferir estatuto, poderá e deverá ser tributado por motivos de eficiência.” (Layard, 1980, p. 737)

Layard (1980) reconhece a sede por estatuto do indivíduo como agente penalizador da felicidade, mas vai mais longe, apontando também o efeito negativo do bem-estar na tentativas de instituições gerarem motivação. Se o ser humano é competitivo por natureza, as instituições incitam a essa competitividade. Concorde com o efeito positivo que estas medidas exercem sobre a motivação e a performance económica, mas salienta o efeito negativo que exercem sobre o bem-estar do ser humano.

"O âmbito da concorrência por estatuto é, naturalmente, também afetado por instituições. Pode ser verdade que a natureza humana seja intrinsecamente competitiva. Mas a extensão com que o motivo competitivo domina o seu comportamento depende do número de competições que lhe estão abertos. Todo o organizador sabe disso, e quando se preocupa sobre motivação insuficiente entre aqueles pelos quais é responsável, é tentado a inventar uma competição (...). Não existe dúvida de que esses mecanismos irão motivar. A questão é se eles adicionam ao ou subtraem do bem-estar humano." (Layard, 1980, p. 738)

De forma a combater este efeito das instituições, Layard (1980) sugere não apenas a modificação das instituições, como também uma mudança da natureza humana. Para modificar a estrutura de preferências do consumidor, propõe medidas que, segundo ele, surtirão um maior efeito do que a instituição de impostos sobre rendimentos. Layard (1980) ambiciona uma modificação da função de utilidade do indivíduo, para que este consiga retirar mais prazer do bem-estar dos outros e menos do sentimento de ser melhor do que outros.

" (...) O problema é que cada etapa da vida está repleta de instituições que reforçam o sistema de valor competitivo (...). Se gastamos tanto tempo a colocar por ordem, podemos realmente esperar que trabalhem por motivos alheios a uma ordem de posição? No entanto, se não podermos, não será fácil melhorar o bem-estar humano (a qualquer ritmo, uma vez que um mínimo de conforto físico foi alcançado). Se a personalidade é em grande parte construída nos primeiros seis anos de vida, talvez a melhor esperança resida num código moral que proíba todas as comparações entre as crianças até que elas tenham, digamos, seis anos ". (Layard, 1980, p.738)

No que respeita as expectativas, Layard (1980) aborda tanto as expectativas de rendimento como de estatuto, baseando-se no referencial teórico de Scitovsky (1941, 1951, 1972, 1973, 1976a, 1976b), do efeito da habituação. Defende que o aumento da expectativa de rendimento seria o motivo pelo qual o aumento de rendimento não tinha aportado mais felicidade. Para

evitar que os rendimentos sejam mais baixos do que o rendimento esperado, Layard (1980) aconselha a implementação de políticas que mantenham as expectativas salariais baixas.

"O que tenho vindo a defender apresenta alguma relação com o argumento de Scitovsky sobre novidade. Precisamos de ser surpreendidos, e isso é uma coisa difícil para o indivíduo planear para si mesmo. Estará claramente numa situação melhor se o seu rendimento for sempre superior às suas expectativas. Isto argumenta em favor de políticas públicas para incentivar expectativas baixas e, talvez, salários baixos para os jovens. " (Layard, 1980, pp. 747-748)

Com base em estudos referentes à aversão à perda, levados a cabo por economistas comportamentais, Layard (1980) acreditava que o efeito negativo no bem-estar de perder estatuto seria superior ao efeito de alcançar estatuto. Assim, manifestou-se em favor de *rankings* de estatuto e opôs-se à redistribuição de riqueza, uma vez que qualquer modificação nas posições relativas iria deteriorar o bem-estar subjetivo da comunidade como um todo.

" (...) Podemos supor que os aumentos no estatuto para acima do nível esperado produzam ganhos menores na felicidade do que a perda da felicidade causada por uma queda no estatuto para abaixo do nível esperado (...). A importância do estatuto esperado não é, naturalmente, um argumento contra a redistribuição de rendimento. O facto de os pobres não ressentirem as riquezas dos abastados, não significa que a felicidade não poderia ser aumentada por um corte maior. Mas isto argumenta novamente em favor da preservação de *rankings* relativos, a menos que haja uma boa razão para o contrário. " (Layard, 1980, p. 748)

Face ao exposto, poderemos afirmar que Layard (1980) defende que o estatuto e as expectativas influenciam a felicidade, de forma que esta não seja perfeitamente correlacionada com crescimento económico ao longo do tempo. Incorporando o trabalho de Easterlin (1974) e de Scitovsky (1941, 1951, 1972, 1973, 1976a, 1976b), defende a mudança na conceção da política para que o crescimento possa efetivamente fomentar bem-estar

Estes quatro autores (Easterlin, Scitovsky, Ng e Layard), que acabámos de abordar, partilham a crença de que a análise económica do bem-estar não é satisfatória, que o uso tradicional do PIB como métrica de bem-estar poderia resultar em conselhos errados para a política do bem-estar, e acreditam que a economia teria muito a aprender com outras ciências, como nomeadamente a psicologia. Apesar de ser largamente aceite que estes autores marcam o

início da economia da felicidade, Edwards (2009) adverte que estes autores se inserem num movimento mais amplo, que surgiu pouco após a Segunda Guerra Mundial: o da *Economics of affluence*. Perante um sentimento de inadequação da economia aos problemas do pós-guerra, o trabalho desta corrente focou-se em recursos naturais, na produção em massa, em questões ambientais e a satisfação do consumidor. Se procurarmos um resumo das principais ideias deste movimento, poderemos consultar a obra do economista Galbraith (1958, 1967, 1977).

Galbraith (1985) partilhava a opinião que a economia clássica não se adequava à situação económica que se vivia na época. No passado, os bens eram escassos, e como tal afigurava-se necessário o foco sobre a produtividade e a eficiência. Contudo, num contexto de afluência, tal como os Estados Unidos o estavam a viver, as políticas económicas deveriam deixar de se preocupar com a escassez e atualizar-se.

"No mundo de Ricardo os bens eram escassos. Também estavam intimamente relacionados, se não com a sobrevivência, pelo menos com os confortos elementares do Homem (...). Agora os bens são abundantes. Nos Estados Unidos morrem mais devido a muita comida do que de muito pouca (...). No entanto, a produção continua a ser fundamental nos nossos pensamentos. " (Galbraith, 1958, pp. 96-97)

Duesenberry (1949), Hirsch (1977) e Frank (1985, 1989) são exemplos paradigmáticos desta *Economics of affluence*.

Após Easterlin (1974) fez notar-se algum entusiasmo inicial em torno da felicidade enquanto objeto de estudo da economia. Contudo as investigações relacionadas com a felicidade no âmbito da economia, não tiveram grandes desenvolvimentos, e só a partir do simpósio *Controversy: Economics and happiness*, levado a cabo pelo *Economic Journal* em 1997, o assunto ganhou interesse renovado. Os trabalhos de Oswald (1997), Frank (1997) e Ng (1997), publicados aquando deste simpósio estudavam as implicações do bem-estar na economia e no desempenho, tanto a nível teórico, como empírico.

Em *Happiness and economic performance*, Oswald (1997) pretende mostrar a relevância de dados referentes à felicidade.

"Ao contrário do produto interno bruto e da inflação, a felicidade não é algo que os governos tentem gravar de ano para ano. Este ensaio vai mostrar que eles poderiam e,

para as questões das tendências económicas no próximo século, possivelmente deveriam ". (Oswald, 1997, p. 1815)

Procede à análise de dados de bem-estar subjetivo e resume os principais resultados empíricos em sete itens.

“ RESULTADO 1: Felicidade com a vida parece estar a aumentar nos Estados Unidos. Este aumento é porém tão pequeno, que parece que rendimento adicional não esteja a contribuir significativamente para a qualidade de vida das pessoas. " (Oswald, 1997, p. 1818)

“RESULTADO 2. Os níveis de satisfação com a vida reportada nos países europeus têm subido, em média, muito ligeiramente desde o início dos anos 70.” (Oswald, 1997, p. 1820)

Estes primeiro dois resultados referem-se ao estudo inicial sobre o paradoxo do rendimento e da felicidade, e devem-se sobretudo a Easterlin (1995), que com o seu artigo Will raising the incomes of all increase the happiness of all?, atualizara o seu primeiro estudo (1974).

“RESULTADO 3. Pessoas desempregadas são muito infelizes.” (Oswald, 1997, p. 1822)

“RESULTADO 4. A felicidade reportada é elevada entre aqueles que são casados, têm um rendimento elevado, mulheres, brancos, bem-educados, trabalhadores por conta própria, reformados, e aqueles que tomam conta da casa. Aparentemente a felicidade a nível de idade apresenta uma forma de U (minimizando nos 30). (Oswald, 1997, p. 1825)

“RESULTADO 5. Consistente com os padrões de dados de felicidade, comportamento suicida é mais prevalente entre homens, desempregados, e aqueles com problemas maritais. A longo prazo, à medida que a Grã-Bretanha ficou mais rica, a taxa de suicídio diminui (apesar de isto não ser verdade para homens desde os 1970). Países ricos aparentemente têm mais suicídios.” (Oswald, 1997, p. 1825)

“RESULTADO 6. Desemprego elevado pode aumentar o número de pessoas que colocam fim à própria vida. A taxa de suicídio sugere que o desemprego seja uma fonte importante de angústia.” (Oswald, 1997, p. 1825)

Os primeiros economistas da felicidade efetuaram alguns estudos sobre determinantes da felicidade. A relação entre o desemprego e a felicidade foi estudada entre outros por Clark e Oswald (1994).

“RESULTADO 7. Na Grã-Bretanha e na América, o nível de satisfação com o trabalho não está a aumentar ao longo do tempo.” (Oswald, 1997, p. 1827)

Os primeiros estudos relevantes sobre a satisfação no trabalho foram de Borjas (1977), Hamermesh (1977), Freeman (1978), Blanchflower e Oswald (1996), e Clark e Oswald (1996). Freeman (1978) afirma que os estudos sobre a satisfação no trabalho advêm da sociologia e da psicologia, tendo sido estudada por poucos economistas.

Robert Frank (1997) contribuiu para o estudo da felicidade com um artigo intitulado de *The frame of reference as a public good*, em que se debruçava sobre as implicações que o paradoxo da felicidade teriam na política económica. Frank (1997) evidencia que um aumento geral no consumo não melhora significativamente o bem-estar subjetivo, defendendo que uma diferente alocação dos mesmos recursos poderia aumentar de forma prolongada o bem-estar subjetivo. Tal como Layard (1980), também Frank (1997) vê a busca por estatuto social como algo de negativo, que deverá ser combatido com a imposição de impostos. Se alguns bens de consumo erradamente parecem atrativos ao olho do consumidor, a solução mais simples seria tornar estes bens menos atrativos através da imposição de impostos.

“Se o nosso problema for que certas formas de consumo privado pareçam ser mais atrativas aos indivíduos do que à sociedade como todo, a solução mais simples seria tornar estas formas menos atrativas, tributando-as. Sem aumentar a nossa fatura de impostos global, um imposto progressivo de consumo modificaria os nossos incentivos precisamente nos modos desejados.” (Frank, 1997, pp. 1841-1842)

Segundo Frank (1997), os padrões de consumo são originados pela informação incompleta que o consumidor tem sobre como se adaptará a diferentes bens e experiências, mas também por muitas formas de consumo parecerem muito mais atrativas para o indivíduo do que para a sociedade como um todo. À semelhança de Layard (1980), Frank (1997) não sugere apenas a introdução de impostos, para resolver o problema identificado, mas pretende ir mais longe e moldar a estrutura de preferências do indivíduo, através de meios menos formais.

“O imposto progressivo de consumo é uma simples medida política que pode ajudar a moldar o quadro de referência em maneiras mutuamente benéficas (...). Mesmo com uma taxa deste género, seria útil melhorar as externalidades de consumo através de uma variedade de medidas menos formais – adoção de normas sociais, escolha de grupos de referência pessoais, introspeção, e por aí fora. “ (Frank, 1997, p.1844)

No seu trabalho *Case for happiness, cardinalism, and interpersonal comparability*, Ng (1997) aborda a problemática da seguinte forma:

“ (...) nos países economicamente avançados (cujo número está a aumentar) existe evidência que na sociedade como um todo, a longo prazo (em termos de poder de compra real), a felicidade não compre felicidade, ou pelo menos não muita.” (Ng, 1997, p. 1849, referências omitidas)

Ng (1997) critica não apenas a relutância dos economistas em utilizar conceitos de natureza mais subjetiva, como também a sua oposição a traçar comparações entre utilidades cardinais. Ng (1997) defende que, sempre que possível, se deveria optar pela utilização de conceitos objetivos. No entanto, apela ao uso de conceitos mais subjetivos, e mesmo da sua comparação interpessoal, sempre que necessário, defendendo assim o uso de conceitos ordinais na economia.

“A maioria dos economistas não sofreu tal intensa lavagem cerebral. Acreditam que utilidade cardinal não seja insignificante (...). Os resultados de impossibilidade de Arrow (1963), Sen (1970), Kemp e Ng (1976) e Parks (1976) mostram a impossibilidade de decisões sociais razoáveis sem comparação interpessoal da utilidade cardinal (...). Assim, é criado um paradoxo: necessitamos de utilidades cardinais mas temos dificuldade em medi-las.” (Ng, 1997, pp. 1852, 1855)

1.1.3.3 Atualidade da Economia da Felicidade

Os trabalhos acima referidos, publicados aquando do simpósio *Controversy: Economics and Happiness*, de 1997, fomentaram a investigação do bem-estar subjetivo, no seio dos economistas, e os estudos empíricos de determinantes da felicidade para diversos países e períodos temporais começaram a ser levados a cabo em grande número.

“Ao longo da última década, estudar as causas e os fatores que apresentam correlação com a felicidade humana tornou-se um dos assuntos de entusiasmo na economia, com tanto o número como a profundidade da literatura a aumentar a uma taxa exponencial.” (Clark et al. 2008, p. 95, referências omitidas)

Kahneman e Krueger (2006) referem mais de 100 artigos que analisam dados de felicidade autoreportados, apenas entre os anos 2001 e 2005. Clark et al. (2008) ao efetuarem uma busca EconLit de artigos em periódicos, que tivessem as palavras felicidade, satisfação com a vida ou bem-estar no título, identificaram 465 artigos publicados no período de 1960 a 2006. Com uma distribuição ao longo do tempo de 363 artigos (78%) publicados após 1995, 285 artigos (61%) publicados após 2000 e 173 artigos (37%) publicados entre os anos 2005 e 2008, é evidente o incremento do interesse da felicidade por parte da ciência.

No entanto, Edwards (2009) apela a algum cuidado ao aclamar a magnitude da economia da felicidade como subárea da economia, alegando que apesar do incremento indiscutível de estudos, estes perfazem apenas uma pequena parcela dos estudos totais.

O Gráfico 4, que mostra todas as referências EconLit entre 1999 e 2008, que tenham os termos felicidade, bem-estar ou satisfação com a vida no título, confirma, de facto, um incremento do tópico da felicidade. Porém mostra também que apesar deste aumento, até 2008, a felicidade não perfazia mais de 5% do número total de publicações.

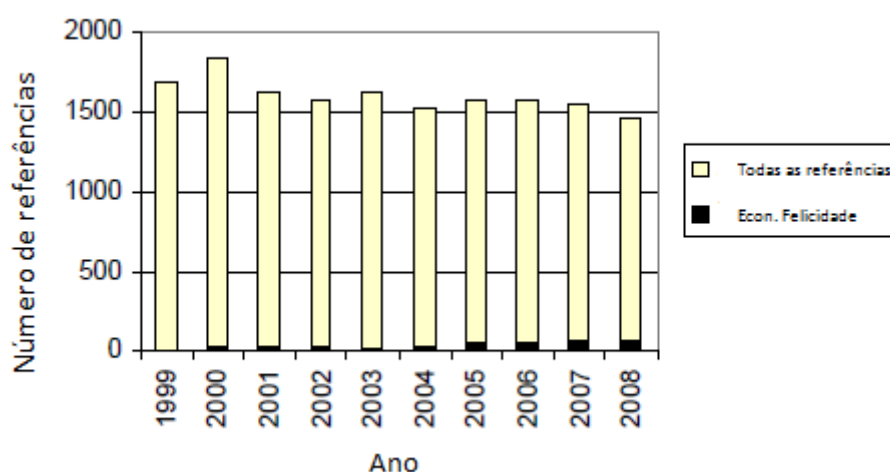


Gráfico 4: O número de publicações na área da Economia da Felicidade (1999-2008)

Fonte: Edwards (2009, p. 86)

Edwards (2009) realça ainda o facto de nem todas estas publicações se enquadrarem na disciplina da ciência económica. Numa análise mais pormenorizada às fontes das publicações

acima mencionadas, Edwards (2009) defende que nem todas das cerca de 400 referências referidas pelo EconLit são oriundas de fontes económicas.

Com o Gráfico 5, Edwards (2009) confirma a sua afirmação, salientando que entre 2000 e 2005 diversos estudos foram publicados no *Journal of Happiness Studies*, sendo que grande parte dos estudos publicados nesta revista científica multidisciplinar não são do domínio da economia.

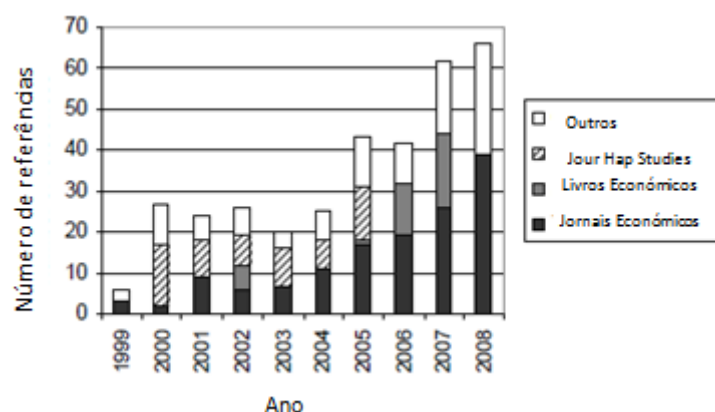


Gráfico 5: O número de publicações na área da Economia da Felicidade por fonte (1999-2008)

Fonte: Edwards (2009, p. 87)

A tendência quase exponencial de aumento do número de artigos económicos publicados em torno da economia da felicidade tem-se mantido (Gráfico 6).

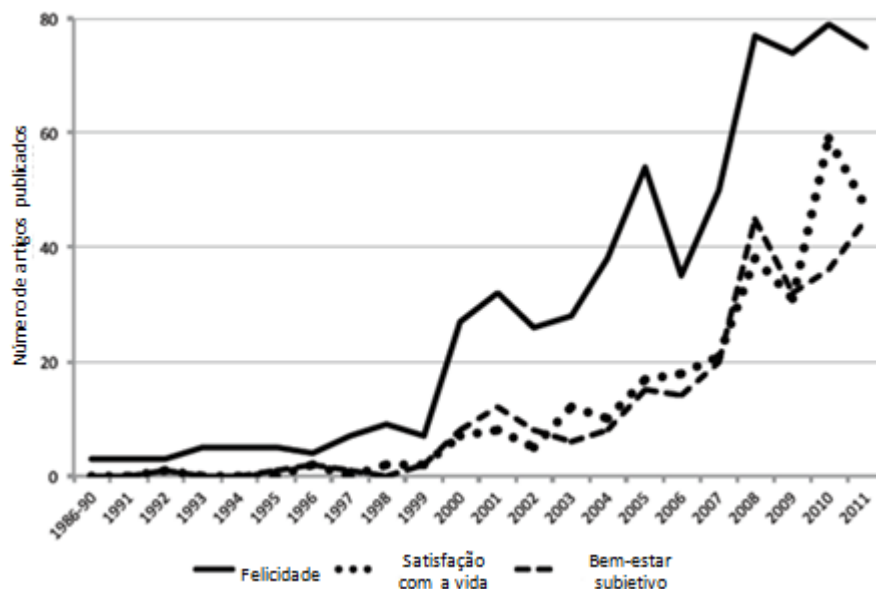


Gráfico 6: O número de artigos publicados no âmbito da Economia da Felicidade referenciados no EconLit (1986 – 2011)

Fonte: Stutzer e Frey (2012, p. 2)

Apesar de o Gráfico 6 demonstrar claramente a evolução vertiginosa da temática da felicidade no seio da ciência económica, teremos de ter em atenção que se trata apenas de dados meramente indicativos. Não poderemos deixar de referir que existem artigos, tais como Frank (2005) ou Helliwell (2005), que não constam neste diagrama, pelo simples facto de as palavras felicidade, satisfação com a vida e bem-estar não constarem do título.

Mais, as publicações do *Journal of Happiness Studies*, deixaram de ser englobados na base de dados da EconLit, por não se tratar de uma revista económica, mas sim multidisciplinar. Desta forma, os contributos económicos publicados nesta revista depois de 2006, não se encontram neste diagrama. Já entre 2000 e 2005, o *Journal of Happiness Studies* inflacionou os valores do diagrama com estudos não económicos.

Tendo em conta este incremento de interesse dos economistas pela felicidade, e o seu trabalho com dados de felicidade reportada, será importante referir, que ao contrário dos psicólogos, que como iremos ver mais adiante, dedicaram grande parte da sua investigação ao desenvolvimento de novas técnicas com o intuito de medir corretamente o bem-estar subjetivo, eliminando enviesamentos devidos à retrospeção dos questionários, os economistas nutrem especial interesse por estes enviesamentos.

“ (...) precisamente por factos cognitivos entrarem na felicidade subjetiva, estes conceitos são úteis para assuntos relacionados com felicidade, que têm influência em aspetos sociais.” (Frey e Stutzer, 2004, p. 6)

Uma vez que constatámos a relevância do estudo da felicidade no seio da economia, será importante percebermos quais as temáticas concretas que estão a ser alvo de estudo por parte dos economistas.

Edwards (2009) distingue quatro linhas de investigação: 1) a análise do paradoxo da felicidade, ou seja a relação entre o rendimento e o bem-estar subjetivo, 2) a análise histórica e as implicações políticas da Economia da Felicidade, 3) a abordagem da satisfação com a vida para avaliar bens não comercializáveis e 4) a análise de correlações com a felicidade.

1.1.3.3.1 Relação entre o rendimento e a Felicidade

O estudo do paradoxo de Easterlin tem sido um tópico fulcral no desenvolvimento da economia da felicidade. Diferentes estudos empíricos, levados a cabo, entre outros, por economistas, apontaram para que o dinheiro não traria felicidade, contradizendo assim a

economia tradicional, que tendia a defender que o rendimento fosse um dos principais motivos do comportamento do indivíduo.

Um dos autores que mais tem contribuído para a análise deste paradoxo, é o já referido sociólogo Veenhoven (1984, 1991a, 1991b, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000a, 2000b, 2004, 2005a, 2005b, 2008, 2009). No seu artigo *Is happiness relative?*, Veenhoven (1991a) começa por colocar em causa as teorias da felicidade relativa da área da psicologia, salientando que a investigação mais recente na área da felicidade não apoia a teoria antiga de que a felicidade é relativa.

“A teoria de que a felicidade é relativa baseia-se em três postulados: (1) felicidade resulta de comparação, (2) os parâmetros e comparação ajustam-se, (3) parâmetros e comparação são constructos arbitrários (...). Investigações recentes em felicidade (no sentido de satisfação com a vida) reivindicam suporte a esta antiga teoria.” (Veenhoven, 1991a, p. 1, referências omitidas)

Após de se manifestar contra a felicidade relativa, Veenhoven (1991a) reprovava claramente o paradoxo de Easterlin (1974), contrapondo a representação gráfica, com que Easterlin demonstrara a ausência de relação entre o rendimento e a felicidade, com uma da sua própria autoria (Gráfico 7).

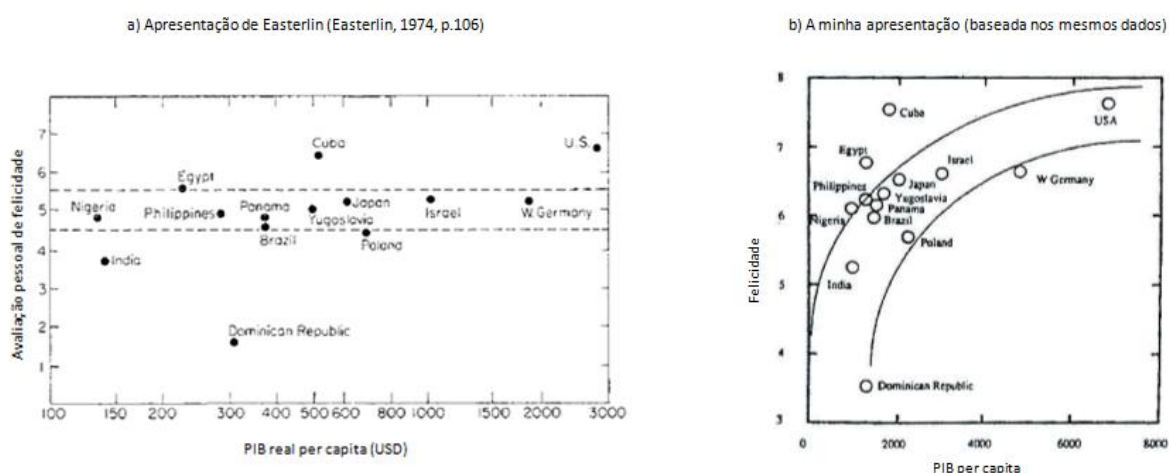


Gráfico 7: As apresentações dos dados de felicidade média em países com níveis de riqueza diferentes em 1960, segundo Cantril (1942)

Fonte: Veenhoven (1991a, p. 11)

Analisando os dados de Easterlin (1974), Veenhoven (1991a) alega que o gráfico de Easterlin é falacioso, uma vez que este terá utilizado uma escala para a riqueza nacional com mais do dobro da dimensão da escala utilizada para a felicidade e logaritmo. Ao igualar as escalas, Veenhoven obtém um gráfico que demonstra a existência de uma relação positiva entre o rendimento e a felicidade, refutando assim os resultados de Easterlin.

“Calculei correlações produto-momento. Estas são de +0.51 e +0.59 respetivamente. Não chamaria a esta relação ‘incerta’ como o faz Easterlin (...) Como é que estas correlações se adaptam a apresentação do *exhibit Ia* [esquerda]? Esta apresentação é simplesmente enganadora. Easterlin fez o clássico truque das escalas: a escala para riqueza nacional é 2,5 vezes mais longa do que a escala de felicidade e logarítmica. Se ambas as variáveis forem colocadas a escalas iguais, emerge uma imagem bem diferente. Vide *exhibit Ib* [direita]. Agora não vemos apenas uma relação positiva clara, como também um padrão curvilíneo, que sugere que a riqueza esteja sujeita a uma lei de retorno de felicidade diminuinte.” (Veenhoven, 1991, p. 10)

Veenhoven (1991a) mantém esta sua posição e anos mais tarde reforça a mesma referindo os perigos inerentes à forma tão leviana com que o postulado de Easterlin fora aceite.

“É preocupante que o trabalho original de Easterlin tenha sido aceite tão facilmente, uma vez que ele próprio advertiu que os seus dados eram reduzidos e não fidedignos (...). Aceitar a conclusão que o crescimento económico não tem qualquer efeito na felicidade teria implicações extensas para a política nacional, sugerindo que o foco no crescimento económico não irá beneficiar a felicidade a longo prazo dos cidadãos.” (Hagerty & Veenhoven, 2003, pp. 2-3)

Em 2005, Easterlin responde com o seu artigo *Feeding the illusion of growth and happiness: A reply to Hagerty and Veenhoven*, alegando que as conclusões não são muito diferentes das suas.

“Assim, parece apropriado apresentar algumas palavras em resposta, especialmente porque as conclusões do artigo H-V serão, sem dúvida, citadas frequentemente como substancialmente diferentes dos meus, quando, na realidade, não o são.” (Easterlin, 2005, p. 430)

Nesta sua defesa, Easterlin (2005) vai desconstruindo o estudo empírico de Hagerty e Veenhoven (2003), criticando a escolha de dados (o facto de incluírem dados do *General Social Survey*, que segundo Easterlin (2005) não são comparáveis com os restantes dados⁷; no caso dos países emergentes. Easterlin (2005) ainda acusa Hagerty e Veenhoven (2003) de terem excluído o Japão propositadamente com o intuito de conseguir os resultados pretendidos⁸). Critica também a interpretação de dados (no caso dos dados para os países da Europa, Easterlin (2005) adverte que os resultados de Hagerty e Veenhoven (2003) não são muito distintos dos seus^{9;10}). Na sua defesa, Easterlin (2005) recorre ainda a estudos de diversos investigadores que corroboram a sua própria opinião.

A disputa pública continua e um ano mais tarde, Hagerty e Veenhoven (2006) respondem a Easterlin (2005), com o artigo *Rising happiness in Nations 1946-2004. A reply to Easterlin*. Iniciam por atribuir as diferenças entre as suas conclusões e as de Easterlin (1974, 2005) à ambiguidade dos dados, que segundo Hagerty e Veenhoven (2006) se deve ao facto de as modificações na felicidade serem ténues.

⁷ “É evidente que os questionários não GSS não são comparáveis ao GSS, e juntando estes dois conjuntos de questionários, como o fazem H-V, leva a uma conclusão errónea sobre os EU em termos de felicidade e a sua relação como PIB per capita.” (Easterlin, 2005, p. 434)

⁸ “Na sua análise do Japão, H-V evidenciam que a felicidade não modificou, apesar de um crescimento sem precedentes do rendimento. Como este resultado aparentemente não é bem-vindo, H-V querem colocar o Japão de parte, tanto enquanto desenvolvido (p. 10) como enquanto excepção (p. 24).” (Easterlin, 2005, p. 437)

⁹ “Eu não disse ‘nenhum país apresentou desenvolvimentos significativos em felicidade’. Reportei tendências positivas significativas em um país e tendências negativas significantes em dois (p. 39, Figura 2). Isto compara-se com o 3 a 1 de H-V, de 11 países. Baseado nestas correcções a H-V, e os estudos de outros investigadores acima referidos, penso que a evidência continua a suportar a minha generalização no estudo de 1995: “O padrão geral... é claramente de uma tendência fraca ou inexistente... (p. 38, ênfase adicionada).” (Easterlin, 2005, p. 436)

¹⁰ ““Maior felicidade está relacionada com maior rendimento nacional” (...). A hipótese é rejeitada em 15 de 21 casos, o que me faz sentir, pelo menos no que respeita a evidência de H-V, que não gostaria de apostar o meu dinheiro na afirmação dos autores que “felicidade (...) pode ser incrementada com crescimento no rendimento nacional” (p.24).” (Easterlin, 2005, p. 439)

“As diferenças surgem devido ao facto que dados disponíveis nem sempre serem claros e por isso permitirem diferentes interpretações. Easterlin lê os dados como mostrando que o copo está meio vazio, enquanto nós vemos o copo meio cheio. Existem diversas razões para esta ambiguidade: Uma razão é que as modificações na felicidade são tipicamente pequenas. (...) Outra razão é que a tendência provavelmente não é suave.” (Veenhoven & Hagerty, 2006, p. 422)

Alegam que serão necessários dados de séries temporais mais longas, para que os dados sejam mais claros, e baseando-se em novos dados disponibilizados, entre outros por Jones (2004), Saad (2004) e Carroll (2005), reiteram a sua afirmação que a felicidade média aumentou ligeiramente nos países ricos e consideravelmente em alguns países mais pobres. Mais, afirmam que como a esperança média de vida aumentou, também o número de anos de vida felizes aumentaram. Será no entanto de salientar que optam por uma formulação bastante mais cautelosa relativamente à relação positiva entre a riqueza e a felicidade.

“Na última metade do século XX, a vida tornou-se melhor na maioria dos países. A vida não só é mais agradável para o cidadão médio, como a longevidade média dos cidadãos também aumentou. Juntamente, isto resulta em ganhos consideráveis de anos de vida felizes. Assim, a melhoria da qualidade de vida acompanha a crescente riqueza, e, pelo menos em alguns casos, existe evidência para efeitos casuais.” (Veenhoven & Hagerty, 2006, p. 429)

Um artigo de Stevenson e Wolfers (2008) reacendeu o debate sobre a relação entre o rendimento e a felicidade, ao apresentarem resultados empíricos que contrapõem a ideia da natureza relativa do rendimento. Na sua análise, estes investigadores efetuam três tipos de comparação do binómio rendimento – felicidade: dentro do mesmo país, entre países e séries temporais nacionais, concluindo que a relação estimada entre o rendimento e a felicidade não é apenas significativa, mas também robusta entre os países, e ao longo do tempo (Gráfico 8 e Gráfico 9).

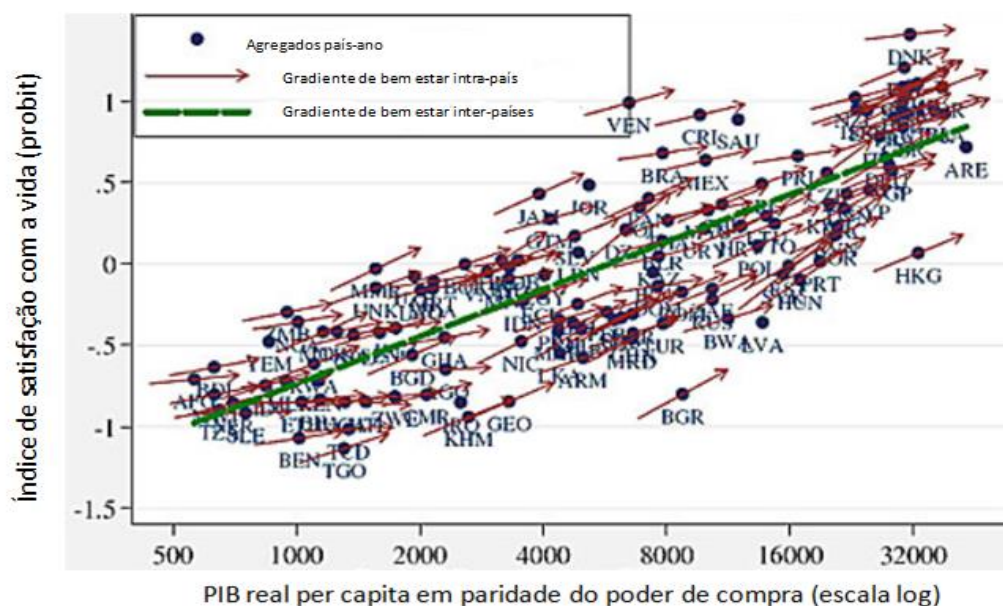


Gráfico 8: O rendimento e a satisfação com a vida. Comparação entre estimativas intra-país e inter-países

Fonte: Stevenson e Wolfers (2008, p.4)

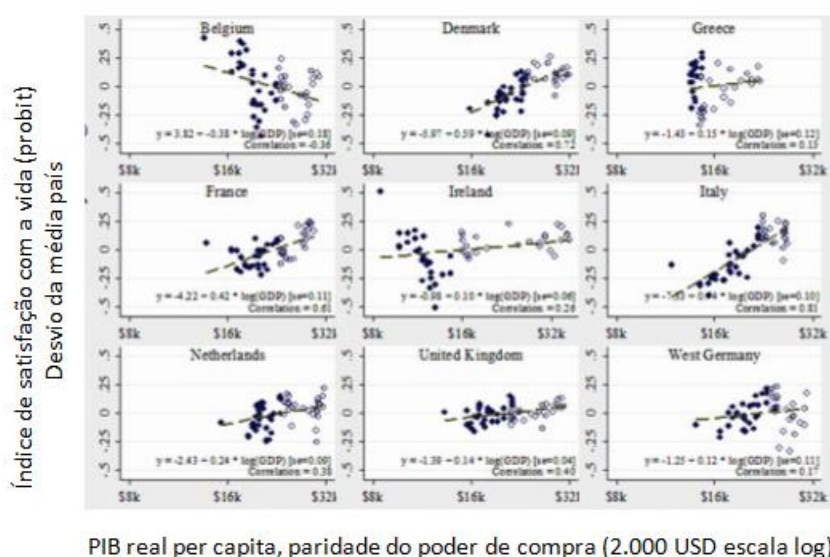


Gráfico 9: O crescimento da satisfação com a vida e do PIB na Europa

Fonte: Stevenson e Wolfers (2008, p.4)

“Na nossa análise dos dados felicidade-rendimento, olhamos para três tipos de comparação: dentro de um país, entre países e séries temporais nacionais. E, em contraste com literatura mais antiga, detetamos que a relação estimada entre o rendimento e a felicidade não é apenas significativa, como também notavelmente robusta entre os países, dentro dos países e um pouco ao longo do tempo. Os nossos

resultados colocam de parte a declaração antiga que desenvolvimento económico não aumenta o bem-estar subjetivo. “ (Stevenson & Wolfers, 2008, pp. 1, 4)

No entanto, Ferrer-i-Carbonell (2013) atenua estes resultados, advertindo que apesar de Stevenson e Wolfers (2008) terem detetado uma relação positiva entre o rendimento médio e a felicidade para alguns países, esta relação se revelou fraca no caso dos Estados Unidos da América, e de alguns países europeus.

Easterlin e Sawangfa (2009) refutam as conclusões de Stevenson e Wolfers (2008), alegando que os resultados positivos encontrados se devem, por um lado, ao facto de estes cientistas terem utilizado dados de curto prazo, e por outro, por a análise se ter centrado em países em transição, numa situação de colapso e recuperação de PIB muito particular.

Face ao exposto, poderemos afirmar que a literatura mais recente sobre o paradoxo de Easterlin, contradiz os resultados de Easterlin (1974), defendendo que o rendimento aumenta a felicidade.

“Um corpo paralelo de trabalho produziu uma grande quantidade de evidência sugerindo que o dinheiro interessa.” (Clark et al., 2008, p. 97)

Desta forma, esta literatura mais atual, ao desenvolver um referencial teórico que adota as funções de utilidade, usando os dados de bem-estar subjetivo como representante para a utilidade, coloca a economia da felicidade novamente próxima da economia mais tradicional.

Clark et al. (2008) dividem os argumentos da literatura que defende uma relação entre rendimento e felicidade em três segmentos.

Assim, salientam que submetendo os dados de um país a uma análise de regressão, por norma se obtém uma relação positiva significativa, tanto no caso de países desenvolvidos (Blanchflower & Oswald, 2004; Shields & Wheatley Price, 2005) como no caso de países ainda em desenvolvimento (Graham & Pettinato, 2002; Lelkes, 2006).

“1) A regressão de felicidade para rendimento, usando dados de questionários transseccionais de um país (com ou sem controlo demográfico padrão), produz, geralmente, um coeficiente estimado positivo para o rendimento. Isto aplica-se tanto para países desenvolvidos, como em desenvolvimento. Contudo, o declive

rendimento-felicidade é superior em economias em desenvolvimento ou transição, do que em desenvolvidas.” (Clark et al., 2008, p. 97, referências omitidas)

De seguida, Clark et al. (2008) referem que estudos recentes, que nos dados controlam os efeitos de traços individuais, tais como a personalidade, demonstram que alterações no rendimento real apresentam correlação com modificações nos níveis de felicidade (Clark et al., 2005; Ferrer-i-Carbonell, 2005; Ferrer-i-Carbonell & Frijters, 2004; Ravallion & Lokshin, 2002; Senik, 2004; Winkelmann & Winkelmann, 1998). Alguns destes estudos dedicam-se a encontrar o efeito causal do rendimento na felicidade (Frijters et al., 2004a, 2004b, 2006; Gardner & Oswald, 2007).

“2) Trabalho recente utilizou dados de painel para controlar efeitos individuais fixos não observados, tais como traços de personalidade, e conclui que modificações em rendimento real estão correlacionadas com modificações em felicidade. Mais, um número destes estudos conseguiu utilizar variações exógenas em rendimento para estabelecer de forma mais sólida o efeito causa do rendimento na felicidade. Dá-se mais uma vez o caso que o rendimento tem um efeito superior em países em transição do que em desenvolvidos. Em adição, o declive da relação rendimento-felicidade não é necessariamente o mesmo entre grupos.” (Clark et al., 2008, pp. 97-98, referências omitidas)

Mais, Clark et al. (2008) mencionam que alguns estudos evidenciam que a felicidade se altera consoante variáveis macroeconómicas, tais como o PIB ou a inflação (Alesina et al., 2004; Di Tella et al., 2003; Helliwell, 2003; Leigh & Wolfers, 2006).”

“3) Estudos recentes sobre a ‘macroeconomia da felicidade’, usando amostras muito amplas e modelos, através do tempo e de países, que controlam efeitos fixos dos países, mostraram que a felicidade se comove com variáveis macroeconómicas, incluindo PIB, crescimento do PIB e inflação.” (Clark et al., 2008, p. 98, referências omitidas)

Segundo Clark et al. (2008), os resultados contraditórios sobre a relação entre o rendimento e a felicidade se devem ao rendimento relativo na função de utilidade, uma vez que o rendimento poderá ser avaliado em comparação com outros, tratando-se assim de uma

comparação social, ou em comparação com a própria situação no passado, tratando-se assim de habituação.

Face ao exposto, poderemos afirmar que a relação entre o rendimento e a felicidade é alvo de muita polémica no seio da economia da felicidade e será expectável que este debate tenha continuidade, e que surjam estudos empíricos adicionais.

1.1.3.3.2 Análise histórica e as implicações políticas da Economia da Felicidade

O estudo da felicidade tem aportado novos conhecimentos à ciência económica, e o uso deste novo conhecimento tem vindo a ser requerido na política. O já referido relatório *Measurement of economic performance and social progress* (Stiglitz et al., 2009) ou o *World Happiness Report* (Helliwell et al., 2012) são exemplos disto.

Booth (2012) dedica todo um livro, intitulado de *...and the pursuit of Happiness. Wellbeing and the role of government*, à felicidade e o desafio que o estudo da mesma coloca à política. Este compêndio de ensaios da autoria de economistas de renome poderá dividir-se em dois segmentos.

Os primeiros ensaios debruçam-se sobre alguns resultados empíricos, frequentemente usados para defender a intervenção do governo na fomentação do bem-estar. De forma bastante sucinta, autores como Ormerod, (2012) e Snowden (2012), entre outros, avançam com a tese de que as sociedades que apresentam níveis superiores de desigualdade não apresentam níveis de felicidade inferiores. Defendem ainda que os indicadores de bem-estar subjetivo não são medidas exatas e o contributo de Sacks, Stevenson e Wolfers (2012) põem em causa o paradoxo de Easterlin, alegando que a felicidade apresenta uma relação com o rendimento e o crescimento económico. Desta forma, estes artigos representam uma crítica àqueles economistas da felicidade que solicitam ações por parte do governo para incrementar o bem-estar subjetivo, alegando que os seus argumentos são errados ou banais.

Na segunda parcela dos artigos deste livro, autores como de Vos (2012), Boettke e Coyne (2012) e Schwartz (2012) debruçam-se sobre a questão se o governo deveria empenhar-se em maximizar o bem-estar dos seus cidadãos. Roçando já a esfera da filosofia, é colocada a questão do que acontece, quando esta abordagem entra em conflito com perceções morais, ou limita a liberdade do indivíduo. Questionam ainda se o governo tem fracassado em

incrementar o rendimento nacional, porque deveria agora empenhar-se em incrementar o bem-estar subjetivo, e se a sociedade deveria perseguir um único objetivo comum.

No entanto, nem todos os economistas têm uma aversão à intervenção do governo na sociedade com o intuito de fomentar a felicidade. Um dos grandes adeptos da política empenhada na maximização da felicidade é Layard (1980, 2006, 2011). Este economista tem dedicado grande parte do seu trabalho à análise das principais consequências de investigação de felicidade em modelagem, teoria e política económicas. No seu artigo *Happiness and public policy: A challenge to the profession*, Layard (2006) critica a economia pública por não ter em conta resultados relevantes obtidos pela psicologia.

“A teoria por trás da economia pública necessita de reformas radicais. Falha a explicar a história recente da riqueza humana e ignora algumas das mais importantes descobertas da psicologia moderna. (...) Estas descobertas colocam um desafio à teoria e às conclusões da economia pública (...). O desafio à economia pública é a incorporação das descobertas da psicologia moderna, mantendo o rigor do referencial teórico custo-benefício, que é a força e a glória da nossa disciplina. (...) Atualmente as nossas políticas baseiam-se demasiado nos julgamentos dos decisores políticos sobre como estes se sentiriam numa determinada situação, em vez de estudos detalhados de como pessoas realmente se sentem.” (Layard, 2006, pp. C24, C 29)

Layard (2006) refere que apesar de o poder de compra ter aumentado desde os anos 50, a felicidade não tem acompanhado esta evolução e refere três resultados da psicologia da felicidade, que explicam esta falta de relação entre o rendimento e a felicidade, e que são ignorados pela economia pública.

A primeira explicação reside no que Layard (2006) intitula de ‘externalidade negativa’ e que consiste no facto de a felicidade do indivíduo ser influenciada de forma negativa pelo rendimento de terceiros.

O segundo conhecimento obtido pela psicologia que serve como justificação para o facto de mais rendimento não acarretar mais felicidade, será a habituação, a rápida adaptação do indivíduo a níveis de rendimento superiores.

Por último, a psicologia revelou que os nossos gostos e preferências não são firmes, e que consequentemente a felicidade que retiramos daquilo que possuímos é determinado, em grande parte, pela cultura.

Demonstrando a problemática da rivalidade e habituação no consumo, Layard (2006) propõe uma política de impostos corretivos, que desalente o consumo e incentive o lazer, alegando que este tipo de política iria fomentar o bem-estar da sociedade.

“Estamos aqui a falar de um imposto corretivo - um que irá reduzir o esforço laboral a um nível em que o incentivo inútil de aumentar o rendimento relativo tenha sido totalmente compensado: o custo externo foi completamente internalizado. (...) Se estamos dispostos a tributar substâncias viciantes, também deveríamos estar dispostos a tributar outras formas de vício.” (Layard, 2006, pp. C27, C 29)

Já no caso de os gostos serem influenciados socialmente, Layard (2006) avança com um caso concreto que, segundo ele, deveria ser alvo de uma diferente intervenção política. Layard (2006) aponta a publicidade como instrumento manipulador dos gostos dos indivíduos, que provoca quase sempre no indivíduo a necessidade de ter mais dinheiro; necessidade esta que o indivíduo não teria, se não fosse influenciado pela publicidade.

Layard (2006) defende assim a incorporação direta de conhecimento obtido pelas ciências sociais que se dedicam ao estudo da felicidade na política, não descurando no entanto o referencial teórico

“Concluo que a economia usa exatamente o referencial teórico correto para pensar sobre política pública. Os instrumentos políticos estão calibrados para maximizar a soma de utilidades (cardinais), com peso adicional atribuído àquelas cuja utilidade é baixa. O que está errado é a conta do que faz as pessoas felizes. (...) Isto requer colaboração entre economistas e outros cientistas sociais, especialmente psicólogos. Na minha perspetiva, o objetivo principal da ciência social deveria ser a descoberta do que fomenta e impede felicidade. (...) Economistas têm muito para contribuir, especialmente a análise custo-benefício.” (Layard, 2006, pp. C32, C 33)

Frey e Stutzer (2012) assinalam diversas vantagens a esta abordagem de Layard (2006). Salientam que uma fusão entre a economia da felicidade e o referencial teórico da economia tradicional permitiria o desenvolvimento de políticas adequadas, de forma numérica. Outra vantagem seria a base empírica, que contrasta com a função de riqueza social puramente teórica.

Por último, Frey e Stutzer (2012) argumentam que a utilização de dados de felicidade para construir uma medida de bem-estar social seria um processo democrático, uma vez que permitiria atribuir o mesmo peso a cada indivíduo.

Apesar de anotarem estas vantagens, Frey e Stutzer (2012) intitulam visões como a de Layard (2006), que assumem que o governo deverá empenhar-se em maximizar a felicidade dos cidadãos, guiando-se pelo bem-estar reportado, como abordagem de ditador benevolente.

“Tendo em conta as consequências políticas derivadas destas discussões, a investigação neste campo tende a seguir uma abordagem de ‘ditador benevolente’, de forma explícita ou implícita, em que se espera que o governo, políticos individuais e oficiais públicos sejam capazes e estejam dispostos a perseguir a felicidade das pessoas para maximizar a função de riqueza social, em que a riqueza dos indivíduos é colocada como *proxy* pelo ‘bem-estar subjetivo reportado’ dos indivíduos.” (Frey & Stutzer, 2012, p. 660)

Frey e Stutzer (2012) consideram que esta visão representa uma conceção simplista da política pública, que ignora o facto de os indivíduos serem diferentes no que respeita o seu julgamento do que consideram refletir as suas preferências. Segundo estes autores, a abordagem de ditador benevolente deixaria também descurados os incentivos negativos da manipulação de medidas de bem-estar empíricas.

Consequentemente, Frey e Stutzer (2012) avançam com uma abordagem alternativa, baseando-se nos conhecimentos da teoria da escolha pública. Apostolam que a soberania dos indivíduos não se deveria reduzir ao seu bem-estar reportado, exigindo a envolvimento dos cidadãos, de modo a legitimar a ação política. No centro desta sua abordagem encontra-se a convicção de que a felicidade das pessoas passa pela qualidade do processo político. Sugerem portanto uma abordagem constitucional e que os resultados obtidos pela investigação na área da felicidade devam apenas servir como elementos quase que sugestivos no processo político.

“Os resultados obtidos pela investigação de felicidade deveriam servir como *input* ao processo político. Estes *inputs* terão de se colocar à prova em competição política e no discurso entre cidadãos, e entre cidadãos e políticos. Esta visão difere fundamentalmente de uma abordagem assente na maximização de uma função de riqueza social, ou de felicidade agregada.” (Frey & Stutzer, 2012, p. 671)

A inclusão de resultados obtidos através da investigação da felicidade no processo político, não é apenas defendida por economistas, como também requerida por psicólogos.

“Decisões políticas aos níveis organizado, corporativo e governamental deveriam ser mais fortemente influenciadas por assuntos relacionados com bem-estar – a avaliação das pessoas e sentimentos sobre as suas vidas.” (Diener & Seligman, 2004, p. 1)

1.1.3.3 Felicidade e a avaliação de bens não comercializáveis

O facto de a análise de dados de felicidade permitir averiguar quais condições de vida beneficiam o bem-estar, e quais condições o prejudicam, abre novas possibilidades para a atribuição de valor a bens não comercializáveis, tais como o clima, o ruído, a saúde, ou as crianças, a título de exemplo. Devido a esta característica, de não se encontrarem no mercado, a sua avaliação apesar de relevante, entre outros no contexto político, afigurava-se bastante complicada. A economia da felicidade poderá ajudar a resolver este dilema.

“A economia da felicidade faculta um método complementar promissor que evita algumas das principais dificuldades inerentes a abordagens anteriores para avaliar bens públicos.” (Frey & Stutzer, p. 10)

A análise de dados de felicidade permite atribuir um valor a um bem não mercantil em termos utilitários, utilizando o bem-estar subjetivo como representante para a riqueza individual, e correlacionando o montante de bem não mercantil com o bem-estar subjetivo reportado. Através da estimativa de curvas de inferência, os economistas conseguem calcular qual a quantidade de rendimento seria equivalente a uma modificação de um determinado bem não comercializável. Assim, o rendimento equivalente representaria o valor monetário de um bem não comercializável, permitindo também calcular qual o rendimento necessário para compensar uma modificação num bem não comercializável.

Vejamos o exemplo facultado por Ferrer-i-Carbonell (2013), em que representa a satisfação com a equação abaixo, em que y_{it} representa o rendimento individual, e hit corresponde à variável à qual pretendemos atribuir um valor, tal como, a título de exemplo, o estatuto de saúde individual medido pelo número de doenças crónicas. Os α e β estimados servirão para calcular a alteração no rendimento que seria equivalente a modificar o estatuto de saúde inicial (rendimento equivalente).

$$S_{it} = \alpha \log(y_{it}) + \beta h_{it} + \sum_k \gamma_k z_k + \varepsilon$$

Ferrer-i-Carbonell (2013) refere ainda que, apesar de o resultado obtido ser distinto, se pode calcular de forma semelhante qual o rendimento necessário para que a satisfação individual regresse ao seu nível inicial, após uma deterioração no estado de saúde (δ_{hit}) enquanto rendimento compensatório. Assim, a relação estimada entre α e β poderá ser utilizada para calcular o valor monetário de uma mudança marginal (δ) na saúde. Uma vez que se parte do princípio que existe uma utilidade marginal decrescente associada ao rendimento, este é frequentemente colocado em forma de logaritmo na equação de satisfação com a vida. Deste modo, o valor monetário de um bem varia consoante o rendimento, pelo que indivíduos mais abastados necessitarão de compensações monetárias superiores.

A grande vantagem inerente a este método, intitulado de *Life Satisfaction Approach*, será o facto de se basear em preferências e de não ter elevados custos de implementação.

“O principal atractivo deste método de avaliação é que é baseado na preferência e que é relativamente acessível de implementar.” (Ferrer-i-Carbonell, 2013, p. 52)

A *Life Satisfaction Approach* tem sido aplicada em diversos estudos de bens não comercializáveis. Vejamos alguns exemplos.

Na área da saúde, Ferrer-i-Carbonell e van Praag, (2002) e Groot et al. (2004) estudaram a valorização de episódios de doença, e Oswald e Powdthavee (2008b) a morte de um parente, tendo reportado que o rendimento compensatório no primeiro ano da morte de um filho se situará na ordem dos 200.000 EUR

Van den Berg e Ferrer-i-Carbonell (2007) publicaram um artigo em que aplicam a *Life Satisfaction Approach* para atribuir valor ao cuidado informal prestado a terceiros.

A *Life Satisfaction Approach* também tem servido como ferramenta para atribuir valor a bens não negociáveis. Assim a poluição do ar (Levinson, 2009; Luechinger, 2009; MacKerron & Mourato, 2009; Welsch, 2006), períodos de seca (Carroll et al. 2009), inundações (Luechinger & Raschky, 2009), o clima (Bereton et al., 2008; Frijters & van Praag, 1998), amenidades cénicas (Ambrey & Fleming, 2011), e a poluição sonora provocada por um aeroporto (van Praag & Baarsma, 2005) foram alvo de estudo.

Frey et al. (2009) estudaram o terrorismo, e Stutzer e Frey (2005) o tempo decorrido em deslocações entre a casa e o emprego com base na *Life Satisfaction Approach*.

Com estas aplicações, a *Life Satisfaction Approach* tem vindo a evoluir, e espera-se que possa vir a ser muito mais do que uma mera ferramenta de investigação.

“Estudos recentes que aplicam a LSA já alcançaram um nível avançado, e as pré-condições para a sua aplicação são entendidas e formuladas de forma mais clara. O que até à data era o desenvolvimento de um novo método, motivado academicamente, poderá rapidamente tornar-se uma ferramenta empírica para ser usada no processo político.” (Frey & Stutzer, 2012, p. 10)

1.1.3.3.4 Análise das correlações com a Felicidade

No que respeita a análise das correlações com a felicidade, estes estudos empíricos que visam descortinar os determinantes da felicidade são geralmente formulados da seguinte forma:

SWB report = $r(h)$

em que o bem-estar subjetivo reportado (SWB report) representa uma função do verdadeiro bem-estar subjetivo (h), que por sua vez é causado por uma panóplia de fatores de foro social económico e ambiental (X_s). Por norma, reflete-se, empiricamente, numa função de adição

$$SWB_{it} = \alpha + \beta_1 X_{1it} + \beta_2 X_{2it} + \dots + \epsilon_{it}$$

onde as diferenças individuais a nível do *reporting* são captadas no termo de erro (Dolan et al. 2008).

Iremos agora entrar de forma mais detalhada nos estudos empíricos e respetivos resultados, com que a economia tem contribuído para o estudo da felicidade, de forma a descortinar os determinantes da felicidade.

1.1.3.3.4.1 Determinantes da Felicidade

Segundo Angrist e Pischke (2009) a investigação mais interessante nas ciências sociais é dedicada a questões de causalidade.

“(…) acreditamos que a investigação mais interessante nas ciências sociais é sobre as questões de causa e efeito (...). Uma relação causal é útil para fazer predições sobre as

consequências de mudar circunstâncias ou políticas; diz-nos o que iria acontecer em mundos alternativos (ou “contra-factuais”).” (Angrist & Pischke, 2009, p. 9)

Aparentemente mais investigadores partilham esta visão. Devido ao facto de as mais diversas disciplinas se dedicarem ao estudo da felicidade, muitos têm sido os estudos que tentam elucidar o que determina a felicidade.

1.1.3.3.4.1.1 Fatores demográficos

Como sociólogos se interessaram antes de psicólogos e economistas pela área da felicidade, as primeiras investigações sobre as causas da felicidade, envolviam primariamente fatores demográficos, tais como a idade, o sexo, e variáveis sobre o estado pessoal, tal como o estado marital e a saúde.

IDADE

Estudos têm evidenciado uma relação negativa entre a idade e o bem-estar subjetivo. Por sua vez a relação entre a idade ao quadrado e o bem-estar subjetivo, é positiva (Blanchflower & Oswald, 2004a; Ferrer-i-Carbonell & Gowdy, 2007) e graficamente representada por uma curva em forma de U, em que os maiores níveis de bem-estar são registados nas fases de menor e maior idade, e os níveis de menor satisfação com a vida se encontram sensivelmente entre os 32 e os 50 anos.

Helliwell et al. (2012) corroboram uma relação em forma de U entre a felicidade e a idade, com um ponto mínimo por volta dos 40 aos 50 anos, ressaltando, no entanto a existência de países com um padrão distinto.

Easterlin (2006) refere que este gráfico poderá induzir em erro, defendendo que o que origina esta curva em forma de U são as circunstâncias (saúde, rendimento, relação, ...) de vida. Afirma que a idade não tem impacto no bem-estar. Acompanhando os mesmos indivíduos, os níveis de felicidade média, apesar de altos e baixos circunstanciais (saúde, rendimento, relação...), revelam-se bastante estáveis, ao longo de toda a vida (Easterlin, 2001).

SEXO

Também aqui encontramos opiniões contraditórias. Se em alguns estudos evidenciam que mulheres indicam níveis de felicidade superiores (Alesina et al., 2004), já no *General Health Questionnaire* apresentam os piores níveis de felicidade (Clark & Oswald, 1994). Ainda

outros estudos sugerem que não existe relação alguma entre o sexo e a felicidade (Layard, 2011; Louis & Zhao, 2002).

Helliwell et al. (2012) referem que as mulheres apresentam índices superiores de felicidade, salientando que isto é notório sobretudo em países economicamente mais desenvolvidos, salientando no entanto, que são igualmente as mulheres que apresentam níveis superiores de *stress* psicológico.

ETNIA

Em estudos levados a cabo nos EUA, caucasianos tendem a reportar níveis de bem-estar subjetivo superiores a americanos de origem africana (Thoits & Hewitt, 2001) e esta diferença revela-se mais significativa em idades mais jovens e tende a atenuar com a idade. Já os hispânicos apresentam níveis de bem-estar subjetivo superiores (Luttmer, 2005).

Vários estudos demonstraram que fatores demográficos têm pouco impacto na felicidade, sendo que apenas 8-15% são responsáveis pela variação no bem-estar subjetivo (Diener et al., 1999). Assim, psicólogos e economistas começaram a focar-se noutros fatores, que iremos abordar de seguida.

1.1.3.3.4.1.2 Características pessoais

PERSONALIDADE

A investigação sobre felicidade demonstra que as diferenças que existem entre os indivíduos no que respeita à forma de reagirem a pessoas e a acontecimentos, têm grande relevância no respetivo nível de felicidade, sugerindo assim que a personalidade afeta a felicidade.

Lykken e Tellegen (1996) defendem que estas tendências temperamentais estáveis, geneticamente influenciadas, são responsáveis por 50% da variação da felicidade.

Segundo Rusting e Larsen (1997), alguns traços de personalidade, como a título de exemplo a extroversão, tendem a fomentar sentimentos positivos, enquanto outros traços, como por exemplo a neurose, criam uma predisposição para sentimentos negativos.

DeNeve e Cooper (1998) e Lucas et al. (1996) sugerem que traços de personalidade como a autoconfiança, o otimismo, a confiança, a defesa repressiva, o desejo de controlar, e a delicadeza sejam indicadores de felicidade

Magnus et al. (1993) revelam que a extroversão serve como indicador fidedigno para prever com que frequência eventos objetivos positivos terão lugar na vida de um determinado indivíduo, do mesmo modo que a neurose será um bom indício para prever a frequência de eventos objetivos negativos na vida de um determinado indivíduo.

No entanto será de referir que Helliwell (2006), baseando-se em dados do *World Values Survey*, detetou que, quando se controla outros fatores como por exemplo a religião e a confiança, a relação entre a personalidade e a felicidade se revela fraca.

Também um estudo levado a cabo por Ehrhardt et al. (2000), evidencia volatilidade considerável da satisfação com a vida, colocando assim em causa as teorias que atribuem uma relação positiva entre a personalidade e a felicidade.

APARÊNCIA FÍSICA

A aparência física parece ter pouca influência na felicidade (Keltner & Harker, 2001). Diener et al. (1995) encontraram alguma correlação, mas quando o cabelo, roupas e joias são cobertos, a correlação é insignificante.

Será, no entanto de referir o estudo empírico de Margraf et al. (2013), que evidencia efeitos positivos a longo termo de cirurgias estéticas no bem-estar.

INTELIGÊNCIA

Segundo Lykken (1999), a inteligência parece não ter grande influência na felicidade, uma vez que a correlação entre o QI e a felicidade é fraca.

No entanto Ali et al. (2013) evidenciam que existe uma correlação positiva entre o QI e a felicidade. Referem ainda que uma melhoria das variáveis rendimento e sintomas neuróticos, poderá incrementar os níveis de felicidade dos grupos com QI inferior.

GENES

Christakis et al. (2012) estudaram a relação entre os genes e a felicidade. Os resultados apontam para que cerca 33% da variação na felicidade possa ser explicada pela genética. Mais, apresentam evidência empírica para que indivíduos com uma versão mais eficiente do gene responsável pelo transporte de serotonina (SLC6A4) apresentem níveis de satisfação com a vida significativamente superiores.

Estes resultados vão ao encontro com os de Tellegen et al. (1988) e Lykken (1999), que evidenciam que gémeos monozigóticos apresentam níveis de felicidade mais semelhantes do que gémeos bivitelinos, mesmo que tenham crescido separados, sugerindo assim que gémeos monozigóticos apresentem níveis de felicidade muito semelhantes, devido ao facto de os seus genes serem iguais.

1.1.3.3.4.1.3 Características socialmente desenvolvidas

EDUCAÇÃO

No que respeita a educação, deparamo-nos com resultados antinómicos. Existem estudos que sugerem que existe uma relação positiva, sendo que quanto maior for o nível de educação formal, maior será a felicidade (Blanchflower & Oswald, 2004b).

Todavia existem outros, que indicam que será um grau de educação média, que trará níveis de bem-estar subjetivo mais elevados (Stutzer, 2004), estudos que sugerem que não exista relação entre a educação e a felicidade (Flouri, 2004; Helliwell, 2003) e existem ainda estudos que reportam que a educação tem um impacto negativo na felicidade (Clark, 2003; Clark & Oswald, 1994).

Existe ainda evidência para que o impacto da educação na felicidade seja maior em países com menor rendimento (Fahey & Smyth, 2004; Ferrer-i-Carbonell, 2005). Layard (2011) e Helliwell et al. (2012) referem que o efeito positivo que a educação tem na felicidade passa pelo rendimento, uma vez que um grau mais elevado de educação fomenta o acesso a cargos com remuneração superior, aumenta a empregabilidade, a promoção e a segurança no trabalho, incrementando assim a felicidade.

SAÚDE

A saúde influencia positivamente a felicidade (Lyubomirsky et al., 2006; Okun et al., 1984;. Episódios como ataques cardíacos ou acidentes vasculares cerebrais condicionam o bem-estar (Shields & Wheatley Price, 2005).

A obesidade apresenta uma relação negativa com o bem-estar (Oswald & Powdthavee, 2007).

Contudo, apesar de estudos revelarem uma relação forte entre a felicidade e a saúde, este fator nunca afigura como um dos mais importantes determinantes da felicidade (Michalos, 2003).

Será de salientar que a saúde mental apresenta uma relação mais forte com o bem-estar subjetivo, do que a saúde física.

Dados revelam que o indivíduo se adapta, pelo menos parcialmente, a limitações físicas (Oswald & Powdthavee, 2006), tendo-se observado que indivíduos que sofreram acidentes e se tornaram paraplégicos, algum tempo após o episódio traumático, voltavam a reportar níveis de felicidade muito semelhantes aos níveis de antes do acidente.

Já no caso das doenças mentais, esta adaptação parece não existir.

Será importante salientar que a relação entre a saúde e a felicidade é recíproca, como iremos ver mais adiante.

ALIMENTAÇÃO

Apesar de pouco se saber sobre a relação entre a alimentação e o bem-estar subjetivo, Blanchflower et al. (2013) publicaram recentemente um artigo que demonstra uma ligação positiva entre a ingestão de fruta e legumes e níveis elevados de bem-estar. O pico do bem-estar será alcançado com sensivelmente 7 porções diárias.

NATUREZA DO TRABALHO

Analisando dados de trabalhadores britânicos, Bardasi e Francesconi (2004) depararam-se com uma correlação positiva entre trabalho casual e a bem-estar subjetivo.

No entanto outros investigadores, como por exemplo Kaiser (2002) apontam para um impacto negativo de contratos laborais temporários na felicidade, sendo que o que tem maior peso é a perceção referente à possibilidade de perder o emprego (Origoa & Paganib, 2009; Theosdossiyou & Vasileiou, 2007).

Foram realizados alguns estudos sobre trabalhadores independentes e apesar de muitos estudos não detetarem correlação alguma entre o trabalho independente e a felicidade, Blanchflower e Oswald (1998) encontraram uma correlação positiva. Já segundo Alesina et al. (2004) o efeito positivo de não trabalhar por conta de outrem, no bem-estar não é universal, estando reservado aos indivíduos financeiramente desafogados.

A segurança no trabalho é relevante, apresentando uma relação positiva com a felicidade (Green, 2011).

SITUACÃO DE DESEMPREGO

Diversos estudos apontam para um impacto negativo do desemprego no bem-estar subjetivo (Clark & Oswald, 1994; Frey & Stutzer, 1999; Gerdtham & Johanesson, 2001; Korpi, 1997; Oswald, 1997; Winkelmann & Winkelmann, 1998; Woittiez & Theeuwes, 1998). Estatísticas de suicídio corroboram estes resultados (Oswald, 1997).

Desempregados tendem a reportar 5-15% menos satisfação com a vida do que quem tem emprego (Di Tella et al., 2001; Frey & Stutzer, 2000, 2002; Helliwell, 2003; Stutzer, 2004). Este impacto é superior em países de rendimento elevado (Fahey & Smith, 2004).

No passado avançou-se com a hipótese de que será mais provável pessoas infelizes ficarem desempregadas, por serem menos produtivas ou terem um estado de saúde mais débil, entre outros.

O impacto negativo de desemprego difere consoante o sexo, sendo que tem mais peso no sexo masculino (Clark, 2003a, 2003b; Dockery, 2003; Gerlach & Stephan, 1996; Lucas et al., 2004; Theodossiou, 1998). Alguns estudos sugerem que indivíduos de meia-idade também sejam mais afetados pelo desemprego do que pessoas mais novas (Clark & Oswald, 1994; Pichler, 2006; Winkelmann & Winkelmann, 1998).

Resultados do Reino Unido demonstram que indivíduos com um grau de educação mais elevada sofrem mais com o desemprego (Clark & Oswald, 2004). Nos Estados Unidos da América, a tendência política parece ser relevante na dimensão do impacto do desemprego na felicidade, sendo que o impacto negativo é superior em indivíduos com convicções políticas de direita (Alesina et al., 2004).

No entanto o impacto negativo do desemprego na felicidade também depende da taxa de desemprego na área em que o indivíduo se encontra. Um estudo levado a cabo por Shields e Price (2005) revela que com uma taxa de desemprego na ordem dos 22%, o impacto negativo do desemprego individual é neutralizado. Já um estudo de Clark (2003a), indica que esta taxa será de 24%.

Os dados também sugerem que o desemprego do cônjuge tenha impacto negativo na felicidade de um indivíduo profissionalmente activo. Se o indivíduo não tiver emprego, o desemprego do parceiro terá influência positiva na sua felicidade (Clark, 2003a).

Como referido anteriormente, Di Tella et al. (2001) evidenciam que, mesmo que não afete o indivíduo diretamente, o desemprego generalizado tenha um impacto negativo na felicidade.

No que respeita a adaptação ao desemprego, os estudos não são claros. Num estudo de Clark e Oswald (1994), os dados evidenciam que o efeito negativo do desemprego na felicidade diminui com o tempo. Winkelmann e Winkelmann (1998) não detetaram qualquer impacto da duração do desemprego, e Lucas et al. (2004), por sua vez indicam que um período de desemprego de mais de um ano, tem um impacto mais negativo na felicidade. Clark et al. (2008) e Ferrer-i-Carbonell e van Praag (2009) defendem que não existe adaptação ao desemprego.

Também se conduziram estudos referentes ao impacto a longo prazo de um episódio de desemprego, tendo-se evidenciado o efeito de *scarring* (Knabe & Rätzl, 2011), que consiste numa marca negativa que perdura para além do episódio de desemprego. Segundo Louis e Zhao (2002) qualquer caso de desemprego que tenha ocorrido nos últimos 10 anos influencia a felicidade de modo negativo.

1.1.3.3.4.1.4 Como ocupamos o nosso tempo

HORAS TRABALHADAS

No que respeita a influência das horas trabalhadas na felicidade, os resultados são, mais uma vez contraditórios. Tanto Meier e Stutzer (2006) como Weinzierl (2005) encontraram evidência para que a satisfação com a vida aumente quando as horas trabalhadas aumentam. Os resultados de Schoon et al. (2005) corroboram isto, demonstrando que quem trabalha a tempo inteiro reporta estar mais satisfeito com a vida, do que indivíduos em situação laboral de *part-time*.

Contudo outros estudos apontam para que a felicidade não seja influenciada por trabalho a tempo inteiro ou parcial (Bardasi & Francesconi, 2004; Blanchflower & Oswald, 2004a, 2005)

Luttmer (2005) por sua vez achou uma relação negativa entre as horas trabalhadas e a felicidade.

E finalmente Meier e Stutzer (2006) revelam ainda que a relação entre as horas trabalhadas e a felicidade se apresenta em forma de U invertido. Ou seja, estes autores indicam que a felicidade aumenta com o número de horas trabalhado apenas até um certo ponto, sendo que depois a felicidade diminui à medida que as horas de trabalho aumentam.

FINS-DE-SEMANA E TEMPO LIVRE

Face à extrema importância do lazer na felicidade (Minkov, 2009), para além das horas trabalhadas, também o impacto dos fins-de-semana na felicidade, foi alvo de investigação. Os resultados obtidos por Helliwell e Hang (2013) revelam um incremento significativo de felicidade, de diversão, e de risos, e um decréscimo significativo de ansiedade, de tristeza e de raiva nos fins-de-semana e feriados.

Numa tentativa de entender o peso e os determinantes do efeito do fim-de-semana, estes autores referem a importância do contexto social, tanto no local de trabalho, como em casa. O efeito positivo do fim-de-semana na felicidade é o dobro no caso de empregados a tempo inteiro, em comparação com o resto da população. Quando o superior hierárquico é visto mais como parceiro, do que como chefia, e quando o ambiente de trabalho é reportado como sendo de confiança, o impacto do fim-de-semana na felicidade diminui.

Um determinante relevante deste efeito positivo dos fins-de-semana e feriados na felicidade está relacionado com o tempo que os indivíduos passam com amigos ou família. A média de 5,4h dos dias úteis aumenta para 7,1h aos fins-de-semana e feriados. Este incremento de 1,7h de tempo social aumenta a felicidade média em cerca de 2% (Helliwell e Hang, 2013).

De acordo com estudos neuroeconómicos, o próprio final de um dia de trabalho parece ter efeitos no bem-estar, sendo que o picos dos níveis de testosterona coincidem com a altura do dia em que a grande maioria das pessoas abandona o local de trabalho (Elvik, 2004; Donário, 2013).

DESLOCAÇÕES PARA E DO TRABALHO

Segundo Frey e Stutzer (2005), o nível de satisfação com a vida diminui com o aumento do tempo que se dispensa em deslocações entre a casa e o trabalho.

Segundo Roberts et al. (2011), o efeito negativo das deslocações na saúde psicológica é notório no sexo feminino, mas não no sexo masculino. Numa tentativa de explicação para esta discrepância entre os sexos, os autores avançam com a possibilidade de a sensibilidade superior ao tempo gasto em deslocações de e para o trabalho, se deve à sua responsabilidade acrescida no que respeita as tarefas domésticas do quotidiano, incluindo o cuidar das crianças.

EXERCÍCIO FÍSICO

Como o exercício físico está diretamente ligado não só à redução de fatores negativos como a obesidade ou sintomas depressivos, como também ao incremento de fatores positivos de foro fisiológico, será de supor que o exercício físico levará a mais felicidade. No entanto, existem ainda poucos estudos que se debruçam sobre esta temática (Biddle & Ekkekakis, 2005).

De acordo com Ferrer-i-Carbonell e Gowdy (2007) exercícios leves tal como a jardinagem, a título de exemplo, têm repercussões positivas nos índices de satisfação com a vida, sobretudo em indivíduos com mais de 60 anos (Baker et al., 2005).

Haung e Humphreys (2012) defendem que o contributo da atividade física no incremento da felicidade corresponde a três vezes o tamanho da perda da felicidade associada ao desemprego. Apesar de ambos os sexos apresentarem níveis superiores de felicidade associados à atividade física, os homens parecem tirar mais partido.

ATIVIDADES RELIGIOSAS

Diversos estudos apontam para o efeito positivo de atividades religiosas no bem-estar subjetivo (Clark & Lelkes, 2005; Hayo, 2004; Helliwell, 2003). No entanto existe alguma discrepância entre a frequência necessária apontada. Os resultados de Helliwell (2003) apontam para uma necessidade de ir à eucaristia uma vez por semana, e os de Clark e Lelkes (2005) para uma frequência necessária de uma vez por mês.

SONO

Apesar de serem poucos os estudos que estudaram a relação entre o sono e a felicidade, estes sugerem que carência de sono de qualidade tenha uma influência negativa tanto no bem-estar emocional (Kahneman et al., 2004), como na satisfação com a vida (Ferrer-i-Carbonell & Gowdy, 2005).

1.1.3.3.4.1.5 Atitudes e crenças

CONFIANÇA

Diversos estudos revelam que a confiança depositada nas outras pessoas está relacionada com maior satisfação com a vida e felicidade, bem como com menor probabilidade de suicídio (Bjørnskov, 2007; Helliwell, 2003, 2006; Helliwell & Putnam, 2004; Li et al., 2005, Lindström, 2003; Zak et al., 2005). Estudos na área da neurociência têm vindo a descortinar

que sentimentos de confiança estão ligados à hormona oxytocina, que induz o fluxo de dopamina, sendo que níveis superiores desta hormona estão positivamente correlacionados com confiança (Zak et al., 2005; Zak & Fakhar, 2006).

No entanto não é apenas a confiança social, que influencia a felicidade. A confiança no governo e no sistema legal também contribuem positivamente para uma maior satisfação com a vida (Helliwell & Putnam, 2004; Hudson, 2006; Rözer & Kraaykamp, 2013).

ATITUDES PERANTE AS NOSSAS CIRCUNSTÂNCIAS

Estudos empíricos têm demonstrado que a forma como o indivíduo encara e avalia as circunstâncias com que se depara está intimamente ligada à satisfação com a vida.

A satisfação financeira é uma das áreas a que se tem dedicado mais estudos e diversos investigadores confirmam que quanto pior for a avaliação que um indivíduo tem da sua situação financeira, menos satisfeito estará com a sua vida (Graham & Pettinato, 2001; Hayo & Seifert, 2003; Louis & Zhao, 2002).

A apreciação temporal das circunstâncias financeiras também tem impacto na felicidade do indivíduo. Neste sentido, Brown et al. (2005) encontraram evidência para que uma perceção mais negativa da situação financeira atual, face ao ano anterior origine níveis de felicidade inferiores. Segundo Wildman e Jones (2002) o ser humano sofre por antecipação, sendo que a perceção de condições financeiras futuras menos favoráveis do que as atuais, tem igualmente como consequência níveis de felicidade mais baixos.

Será importante referir que a avaliação da situação financeira se sobrepõe ao estado real da mesma, tendo um impacto superior na felicidade (Johnson & Krueger, 2006).

Para além da apreciação da situação financeira, Graham e Pettinato (2001) e Dockery (2003) investigaram o impacto da perceção da estabilidade no emprego, tendo desvendado que se o emprego for avaliado como seguro, a satisfação com a vida será mais elevada.

Teremos ainda de referir Minkov (2009), que num estudo que abrangeu 97 países, encontrou evidência para que a perceção de controlo sobre a própria vida seja um dos elementos que mais impacto tem na felicidade. Deste modo, uma perceção de controlo apresenta uma relação positiva com a felicidade, enquanto uma perceção de falta de controlo sobre a própria vida revela uma relação negativa com a felicidade.

CONVICÇÃO POLÍTICA

Ainda existem poucos estudos sobre o papel da convicção política na felicidade. Graham e Pettinato (2001) sugerem que uma preferência pela democracia esteja associada a maiores índices de felicidade na América Latina e na Rússia.

Como referido anteriormente, o desemprego e a inflação têm um impacto negativo em pessoas com convicções políticas de direita, enquanto a desigualdade afeta de forma negativa a felicidade de indivíduos com convicções políticas de esquerda (Alesina et al., 2004).

RELIGIÃO

Na Idade Média, a religião cristã acreditava que a felicidade residia em Deus e que a única forma de a atingir seria a devoção religiosa.

Karl Marx, no entanto, refuta a contribuição da religião na felicidade do ser humano, considerando-a o ópio do povo. Marx defendia que a religião apenas oferecia uma felicidade ilusória, e para que a verdadeira felicidade pudesse ser alcançada, seria imprescindível reconhecer o carácter falacioso da religião (McMahon, 2006).

Ilusória ou não, estudos empíricos têm vindo a sugerir que a religião contribui de forma positiva para a felicidade (Baumeister, 2002; Diener et al., 1999; Ellison, 1991).

Segundo Ferris (2002) e Poloma e Pendleton (1990), a título de exemplo, a relação com Deus, rezar, e a participação em serviços religiosos têm uma relação positiva com a felicidade.

Porém será importante salientar que isto não se verifica em todos os países, sendo que na Lituânia e na Eslováquia, a título de exemplo, pessoas religiosas reportam índices de felicidade mais reduzidos.

Tendo em conta que indivíduos crentes reportam níveis superiores de felicidade, a religião parece ter uma influência positiva (Helliwell, 2003, 2006). De acordo com Helliwell e Putnam (2004) esta correlação é mais forte nos EUA do que na Europa, e Smith (2003) não encontrou relação alguma.

Será também importante referir que a natureza da religião (Cristianismo, Judaísmo, Budismo, Hinduísmo, ...) parece ser indiferente (Cohen, 2002; Ferris, 2002; Hadler, 2006; Haller & Rehdanz & Maddison, 2005;).

A crença numa religião não só aporta maior felicidade, como atenua o impacto negativo da perda de rendimento ou emprego (Clark & Lelkes, 2005).

Esta relação entre a religião e a felicidade vai no sentido de Gigerenzer (2008), que no seu ensaio sobre a incerteza e o modo como o ser humano lida com ela, identifica a religião como resposta ao desejo humano de segurança, e como vimos anteriormente a confiança e a segurança estão relacionados com a felicidade.

1.1.3.3.4.1.6 Capital social

Diener e Seligman (2004) defendem uma probabilidade superior de indivíduos apresentarem índices elevados de bem-estar, quando residem em países com elevado capital social.

Neste sentido, Putnam (2001) apresentou dados que demonstram que coletivos com índices elevados de voluntariado e de associativismo (em clubes diversos ou na igreja) apresentam níveis de bem-estar superiores do que coletivos em que estas características não apresentam índices tão elevados.

CASAMENTO E RELAÇÕES ÍNTIMAS

As relações têm grande influência na felicidade do ser humano. De acordo com diversos estudos, uma relação estável aporta os maiores níveis de felicidade (Argyle, 1999; Blanchflower & Oswald, 2004; Clark & Oswald, 1994; Lee et al., 1991; Oswald, 1997), sendo que estar só influencia a felicidade de forma mais negativa, do que estando numa relação, independentemente da natureza desta (Blanchflower & Oswald, 2004).

O maior nível de felicidade parece estar associado com o casamento e a menor felicidade é reportada por indivíduos separados, sendo que a felicidade atinge níveis inferiores à de indivíduos divorciados ou viúvos (Helliwell, 2003).

As uniões de facto alcançam o mesmo impacto positivo na felicidade como os casamentos, quando são consideradas relações estáveis (Brown, 2002).

Também existe evidência para que não haja diferença entre homens e mulheres (Frey & Stutzer, 2000).

O único estudo exploratório, que seja do nosso conhecimento, sobre a causalidade da relação entre um parceiro e a felicidade aponta para que uma relação estável incremente a felicidade,

mas que a felicidade não aumente a probabilidade de encontrar uma relação estável (Stutzer & Frey, 2006).

Segundo Blanchflower e Oswald (2004a) o divórcio dos pais parece afetar a felicidade mesmo em idade adulta. Contudo Louis e Zhao (2002) não corroboram este resultado.

TER FILHOS

A literatura científica não está em concordância sobre a relação de filhos com a felicidade. Haller e Hadler (2006) aventam que crianças não têm um impacto significativo na felicidade, mas um efeito significativo na satisfação com a vida.

Contudo, crianças também podem ser nefastas para a felicidade. Isto acontece em casos de pais solteiros (Frey & Stutzer, 2000), mães divorciadas (Schoon et al. 2005), quando as crianças têm mais de 3 anos (Shields & Wheatley Price, 2005), quando a família teve de mudar de casa (Magdol, 2002), quando os recursos financeiros da família são escassos (Alesina et al., 2002), ou quando a criança necessita de cuidados especiais (Marks et al., 2002).

Powdthavee (2009) salienta um impacto negativo, mesmo que fraco, entre o número de crianças e a satisfação com a vida.

VER FAMÍLIA E AMIGOS

O peso atribuído ao relacionamento inter-humano, perdura desde a antiguidade. Aristóteles (IV a.C./ 2000) acreditava que nenhum homem, mesmo que tivesse todos os outros bens, escolheria viver sem amigos, e Epicuro defendia que a posse de amizades seria a condição de mais peso para a felicidade (De Botton, 2000).

Esta relação positiva entre as relações inter-humanas e a felicidade, comprova-se em estudos empíricos. Diener e Seligman (2002) detetaram que cada uma das pessoas muito felizes do seu estudo empírico tinha excelentes relações sociais. A quantidade e sobretudo a qualidade das relações sociais apresentam uma correlação positiva com a felicidade e a solidão está associada à depressão.

Lansford (2000) evidencia que relações sociais de qualidade fomentam o bem-estar.

Helliwell e Huang (2013) defendem que duplicar o número de amigos representa um incremento nos níveis de bem-estar subjetivos superiores a um incremento de 50% no

rendimento. Será ainda de salientar que os amigos têm especial importância no bem-estar de quem não se encontra numa relação íntima, tais como solteiros, divorciados e viúvos.

De modo geral, socializar tem um impacto positivo na felicidade (Baker et al., 2005; Kringelbach & Berridge, 2010; Lelkes, 2006; Pichler, 2006; Ritchey et al., 2001). Reis e Gable (2003) sugerem que sólidas relações sociais sejam a fonte mais relevante da felicidade.

Tendo em conta a proliferação das redes sociais virtuais, será importante salientar que se o número de amigos reais apresenta uma correlação positiva com o bem-estar subjetivo, o mesmo não acontece com o número de amigos de redes sociais virtuais (Helliwell & Huang, 2013)

ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E VOLUNTARIADO

A investigação aponta para uma relação positiva entre a filiação em organizações não religiosas e o bem-estar subjetivo (Pichler, 2006). De acordo com Helliwell (2003), este impacto positivo não advém apenas da filiação do próprio indivíduo, mas também da média nacional de filiações em organizações não religiosas.

No entanto, investigação efetuada por Li et al. (2005) e Bjørnskov (2003) sugere que o associativismo influencie a satisfação com a vida negativamente.

Relativamente ao voluntariado, Haller e Hadler (2006) não identificam qualquer relação com a felicidade. Já Meier e Stutzer (2008) defendem que o voluntariado terá um efeito positivo.

Apesar de Thoits e Hewitt (2001) terem detetado alguma relação entre o voluntariado e o bem-estar, aparentemente não será o voluntariado a contribuir para mais felicidade, mas sim por pessoas mais felizes se dedicarem mais ao voluntariado.

CUIDAR DE TERCEIROS

Investigação revela que o tempo dedicado a cuidar de terceiros, de um modo informal, pesa negativamente na felicidade (Hirst, 2003, 2005; Marks et al., 2002) e está relacionado com sintomas depressivos.

Ryan e Deci (2001) identificam a autonomia como pré-requisito essencial para o bem-estar. Assim, poderá ser a perda de autonomia, implícita a cuidar de terceiros, que aporta a relação negativa entre o prestar cuidados a terceiros e a felicidade.

1.1.3.3.4.1.7 Circunstâncias económicas, sociais e políticas

RIQUEZA

Já na antiguidade a questão sobre o peso da riqueza na felicidade, foi foco de muito interesse, e consecutivamente de muito debate. As opiniões divergiam. Aristóteles (IV a.C./ 1991) acreditava que a riqueza seria um pré-requisito fundamental para a felicidade. Já os estoicos defendiam que nem a riqueza, nem bens materiais seriam necessários para a felicidade. Os epicurianos, por sua vez, mantinham uma posição mais ponderada relativamente à riqueza e a felicidade, acreditando que seriam necessários recursos financeiros em quantidade suficiente que permitissem assegurar condições básicas, tais como abrigo, e proteção de agressões e de dor.

Como vimos anteriormente, o interesse desta questão mantém-se na atualidade e a questão da relação entre os bens materiais e a felicidade continua a ser alvo de muitos estudos e debates.

Com Easterlin (1974) a investigação tinha vindo a confirmar a visão epicuriana, indicando que seria necessária uma determinada quantidade de recursos financeiros, para a concretização da felicidade. No entanto, a felicidade não seria ditada em exclusivo por bens materiais. Vejamos o Gráfico 10, em que os resultados apontam para uma correlação positiva, mas decrescente entre o rendimento e a felicidade.

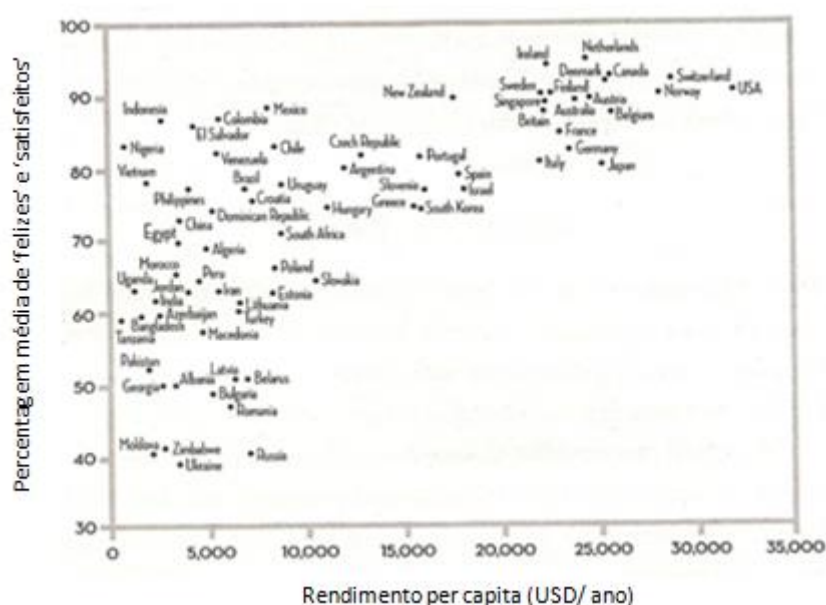


Gráfico 10: O rendimento e a felicidade: comparação entre países

Fonte: Layard (2005, p. 32)

Frey e Stutzer (2002) defendem que o rendimento tem uma grande influência na felicidade, em áreas geográficas com níveis de desenvolvimento baixos. Já desde a barreira dos sensivelmente 20.000USD anuais *per capita*, o rendimento e a felicidade deixam de ter uma correlação forte (Layard, 2008).

Há, no entanto quem minimize o impacto do rendimento na felicidade (Di Tella & MacCulloch, 2008; Ferrer-i-Carbonell & Frijters, 2004). Diener et al. (1985) pertencem a este grupo, evidenciando que pessoas com grandes fortunas (retirados da lista dos americanos mais ricos da revista *Forbes*), apenas eram ligeiramente mais felizes do que pessoas do grupo de controlo que vivia na mesma área geográfica.

Tem-se procurado explicações que permitam justificar a evidência de Easterlin (1974), de que apesar de o rendimento aumentar, a felicidade não acompanhar essa evolução.

Uma das justificações avançadas consiste na adaptação. A felicidade não acompanharia a mesma evolução positiva do rendimento, por o ser humano se adaptar rapidamente a níveis de rendimento mais elevados (Layard, 2006). O estudo mais emblemático é o de Brickman et al. (1978), em que, através do caso de vencedores de lotaria, mostram a adaptação completa a um incremento de rendimento. Di Tella et al. (2007) evidenciam alguma adaptação ao rendimento, mas não ao estatuto. Já Ferrer-i-Carbonell e van Praag (2009) defendem que os indivíduos apenas se adaptam parcialmente ao rendimento.

Outra explicação possível para a felicidade não acompanhar a evolução positiva do rendimento será a sua relatividade. Se a felicidade que o indivíduo retira do seu rendimento depende de como este se posiciona relativamente a terceiros, um incremento de rendimento distribuído igualitariamente, não iria aumentar a felicidade. Estudou-se assim o impacto do rendimento relativo, conceito que apresenta já alguma tradição na economia (Duesenberry, 1949; Frank, 1985; Knight, 1922). A forma como o rendimento relativo é formado varia de indivíduo para indivíduo, bem como o respetivo grupo de referência, com que o indivíduo se compara (Dorn et al., 2007; Ferrer-i-Carbonell, 2005; Luttmer, 2005; Weinzierl, 2005) e conclui-se que o impacto do rendimento no bem-estar é fortemente dependente de terceiros. A felicidade de um indivíduo é afetada negativamente pelo rendimento de outro (Clark & Oswald, 1996; Ferrer-i-Carbonell, 2005; Helliwell & Huang, 2010; Layard, 2006; Luttmer, 2005; McBride, 2001; Stutzer, 2004; Vendrik & Woltjer, 2007). Se um grupo de comparação

relevante tiver o mesmo aumento de rendimento, o incremento de rendimento não irá trazer mais felicidade. Sabe-se que existe uma grande diversidade de grupos de comparação, que passa por colegas de trabalho, amigos e familiares, mas o modo como o grupo de comparação é formado é ainda desconhecido. (Clark & Senik, 2010). A percepção do estatuto financeiro tem maior influência na felicidade do que o rendimento (Haller & Hadler, 2006; Johnson & Krüger, 2006; Wildman & Jones, 2002).

No que respeita o rendimento relativo, teremos ainda de referir um estudo de Clark e Senik (2010), em que defendem que a intensidade com que o indivíduo se compara com outros diminui com o aumento de rendimento, ou seja: quanto melhor for a situação financeira de um indivíduo, menos ele tende a comparar-se a outros. Os indivíduos que têm maior tendência a comparar a sua situação financeira com a de terceiros, reportam níveis de felicidade inferiores.

Outro estudo interessante a referir no âmbito da relatividade do rendimento é o de Clark et al. (2009), que revelou que o aumento do rendimento da vizinhança direta tem um efeito positivo na felicidade autoreportada.

Expectativas e aspirações elevadas influenciam o bem-estar subjetivo de forma negativa, a um determinado nível (Knight & Gunatilaka, 2012; Macdonald & Douthitt, 1992; McBride, 2010; Stutzer, 2004). As aspirações devem-se a níveis de rendimento passados, sendo que ocorre uma adaptação a níveis mais elevados (Di Tella, et al., 2010; Stutzer, 2004).

Assim, tanto a adaptação como a relatividade da felicidade que um indivíduo retira do seu rendimento, poderão enquadrar-se na lógica de raciocínio de objectividade posicional¹¹ de Sen (1993).

Pelo menos parte desta correlação positiva entre o rendimento e a felicidade poderá ser inversa, como sugerido por estudos que revelam que maiores níveis de felicidade levam a rendimentos futuros superiores (Diener et al., 2002; Graham et al., 2004; Marks & Flemming, 1999; Schyns, 2001;). Kenny (1999), baseando-se em dados de países da OCDE, de quatro décadas, defende que se existir alguma ligação entre o crescimento e a felicidade, ela aparenta fluir da felicidade para o crescimento, e não vice-versa. Esta linha tem sido explorada por Li e Lu (2008, 2010), que usando dados da *World Database of Happiness*, encontram evidência

¹¹ A objetividade posicional de Sen (1993) implica que a nossa percepção de um fenómeno seja influenciada pelo ponto a partir do qual observamos o fenómeno em causa.

para que a felicidade tenha uma relação positiva e causal com o crescimento económico, defendendo que o aumento de um desvio padrão na felicidade incrementa a taxa de crescimento em aproximadamente dois pontos percentuais.

“Os (...) resultados mostram que países com cidadãos mais felizes crescem mais rapidamente. Sendo outros elementos iguais, felicidade um desvio padrão superior poderá gerar uma taxa de crescimento dois pontos percentuais superior.” (Li & Lu, 2008, p.17)

No seu estudo de 2010, Li e Lu vão mais longe. Com o objetivo de entender de que forma a felicidade aumenta o crescimento económico, encontram evidência para que a felicidade fomenta o investimento, bem como a esperança de vida¹², o que por sua vez promove crescimento económico.

“ (...) felicidade encoraja o investimento e a esperança de vida, dos quais ambos promovem crescimento económico.” (Li & Lu, 2010, p.20)

Como vimos anteriormente, nos últimos tempos também têm surgido estudos que contradizem estas teorias, que de forma mais ou menos acentuada, contrariam a relativização ou até minimização do peso de recursos financeiros na felicidade, defendendo uma relação positiva entre dinheiro e felicidade (Stevenson & Wolfers, 2008). Teremos ainda de referir Minkov (2009), que num estudo que abrangeu 97 países, encontrou evidência de que a riqueza é um dos elementos que mais impacto tem na felicidade.

Terá de se colocar a hipótese de que um rendimento superior não trará apenas felicidade pela questão monetária, mas também pelo facto de empregos com salários elevados por norma tenderem a ter outro tipo de recompensa associados ao bem-estar, tais como a autonomia e o desempenho de um trabalho aliciante (Argyle, 1996), o que como vimos anteriormente, terá um impacto positivo na felicidade.

Ainda no âmbito da relação entre a riqueza e a felicidade, não poderemos deixar de referir a teoria de prospecção que Kahneman e Tversky (1979, 1992) apresentam como alternativa à teoria da utilidade esperada. Kahneman e Tversky (1979, 1992) advertem que ganhos e perdas têm pesos diferentes, e salientam a aversão à perda, intrínseca ao ser humano. Tendo em conta

¹² Lorentzen, McMillan, and Wacziarg (2008) mostraram que uma reduzida esperança de vida desencoraja o investimento, e como tal o crescimento económico.

que o impacto de uma perda é aproximadamente duas vezes mais potente do que o impacto positivo de um ganho, é natural que esta aversão à perda tenha repercussões na felicidade.

Não podemos abordar a relação entre a riqueza e a felicidade, sem salientar que diversos estudos identificam que indivíduos de natureza mais materialista tendem a apresentar níveis inferiores de bem-estar e de felicidade (Belk, 1985; Kasser & Ryan, 1993, Kasser, 2002; Richnis & Dawson, 1992).

Como referimos anteriormente, a relação entre a riqueza e a felicidade sempre foi e continua a ser um dos tópicos mais estudados e discutidos no estudo da felicidade, em grande parte pela falta de dados de longo prazo para uma grande amostra de países (Frey & Stutzer, 2012). Será de esperar que mais estudos e debates surjam em torno desta questão.

DISPARIDADE DE RENDIMENTO

Os resultados de estudos sobre o impacto da disparidade de rendimento na felicidade não são uniformes.

Morawetz et al. (1977), Fahey e Smyth (2004) e Hagerty (2000) encontraram evidência para uma relação negativa entre a disparidade de rendimento e a felicidade, sendo que a disparidade de rendimento influencia negativamente a satisfação com a vida e o bem-estar subjetivo. Haller e Hadler (2006) por sua vez, avançam com a ideia oposta, defendendo que a desigualdade aumenta a satisfação com a vida. Bjørnskov (2003) tenta explicar estes resultados contraditórios, avançando com a ideia de que a inclusão dos dados de determinados países poderá ter influenciado os resultados, apresentando como exemplo os países da América Latina, que tendem a apresentar níveis de felicidade elevados, tal como níveis de desigualdade. Já nos antigos países comunistas, a disparidade de rendimento tende a ser bastante baixa, tal como os índices de felicidade.

A nível de dados individuais, os estudos empíricos também apresentam resultados distintos. Enquanto na América Latina (Graham & Felton, 2006), nos EUA (Hagerty, 2000), e na Alemanha (Ferrer-i-Carbonell & Ramos, 2009; Schwarze & Harpfer, 2007), a igualdade de rendimentos influencia negativamente o bem-estar subjetivo, no caso da Rússia (Senik, 2004) e da Polónia (Grosfeld & Senik, 2008), a disparidade de rendimentos não parece ser relevante para o bem-estar subjetivo.

Será no entanto de salientar que segundo Alesina et al. (2004), a correlação negativa apurada entre a equidade de rendimentos e o bem-estar subjetivo apenas será relevante para indivíduos mais abastados.

No caso europeu, os estudos são igualmente contraditórios. Se O'Connell (2004) deteta uma relação positiva, tanto Schwarze e Härpfer (2003) como Alesina et al. (2004) detetam que a disparidade de rendimentos tem um impacto negativo na satisfação com a vida. Este impacto negativo é especialmente evidente em indivíduos mais carenciados, bem como em indivíduos com convicções políticas de esquerda.

Num estudo mais recente, Rözer e Kraaykamp (2013), apontam que indivíduos que residem em países mais dispares, reportam níveis de bem-estar superiores do que indivíduos que habitam em países com uma disparidade de rendimento menos acentuada. Salientam, contudo, que esta relação não se aplica a todos os indivíduos do mesmo modo. A influência positiva da disparidade de rendimento de uma nação é mais fraca quando os indivíduos revelam mais confiança social e nas instituições.

TAXA DE DESEMPREGO

Como visto anteriormente, um indivíduo tende a ser menos feliz quando se encontra em situação de desemprego. No entanto, mesmo que o indivíduo não se encontre em situação de desemprego, a sua felicidade poderá ser afetada indiretamente pelo desemprego de terceiros. Di Tella et al. (2001) evidenciaram que, mesmo que não afetem o indivíduo diretamente, o desemprego generalizado e a inflação têm um impacto negativo na felicidade.

Se estudos de Di Tella et al. (2001, 2003), Wolfers (2003), e Alesina et al. (2004), indicam que a taxa de desemprego é responsável por um bem-estar mais baixo, sugerindo que a origem desta correlação poderá residir no receio de perder o emprego, que será maior em situações em que o desemprego nacional é elevado, Alesina et al. (2004) não encontraram a mesma evidência com dados europeus.

Ainda no âmbito do estudo dos efeitos não pecuniários do desemprego, poder-se-ão consultar autores como Darity e Goldsmith (1996), Winkelmann e Winkelmann (1998) e Theodossiou (1998).

Será também de referir que Lyubomirsky et al. (2005) evidenciam que não apenas os indivíduos desempregados são menos felizes, como também a probabilidade de indivíduos infelizes manterem ou conseguirem um emprego, é mais reduzida.

Não poderemos deixar de mencionar um estudo sobre o caso português do desemprego e da felicidade. Caleiro (2011) corrobora a relação negativa entre o desemprego e a felicidade (Gráfico 11).

“Conforme a Figura (...) deixa transparecer, parece existir uma relação inversa entre o nível de felicidade e a taxa de desemprego em Portugal, sendo esta relação ainda mais evidente pela (quase) simétrica das tendências (polinomiais) também presentes na figura.” (Caleiro, 2011, p. 8)

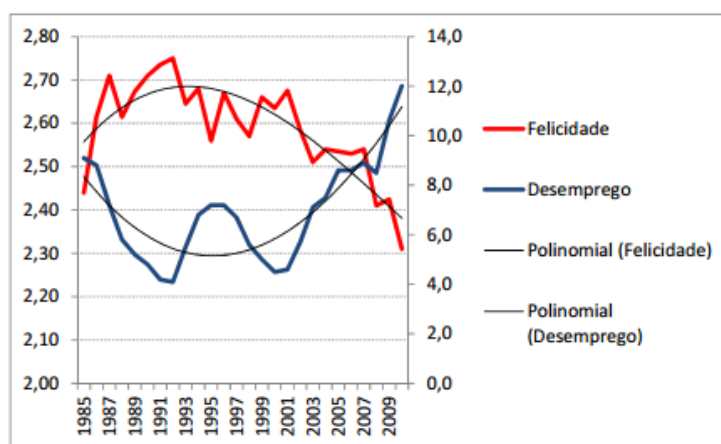


Gráfico 11: A evolução da felicidade e do desemprego em Portugal (1985-2010)

Fonte: Caleiro (2011, p. 8.)

INFLAÇÃO

Apesar de os resultados obtidos por Bjørnskov (2003) não revelarem correlação significativa entre a inflação e a satisfação com a vida, outros estudos evidenciam uma correlação negativa, tanto com dados referentes ao continente europeu (Alesina et al., 2004; Di Tella et al., 2001, 2003; Wolfers, 2003), como aos Estados Unidos da América (Alesina et al., 2004; Di Tella et al., 2003) e a América Latina (Graham & Pettinato, 2001).

Alguns estudos têm tentado estimar o dano relativo causado pela inflação. Todavia, os resultados não são conclusivos e variam entre 1,6:1 (Di Tella et al., 2001), 2,9:1 (Di Tella et al., 2003) e 5:1 (Wolfers, 2003). Não obstante, será de salientar que o impacto negativo da inflação tem menos peso do que o desemprego, sendo que um aumento de um ponto

percentual da taxa de desemprego tem consequências mais negativas na felicidade, do que o aumento de um ponto percentual da taxa de inflação (Di Tella et al., 2001).

GOVERNO

Um governo eficaz e digno de confiança apresenta uma correlação positiva com o bem-estar dos indivíduos de uma nação (Helliwell, 2003b), sendo que índices baixos de corrupção e um sistema de justiça eficaz aumentam a satisfação com a vida dos indivíduos (Helliwell, 2003a).

Inglehart e Klingemann (2000) apontam para uma correlação positiva entre a liberdade e o bem-estar dos indivíduos de uma nação. De acordo com Veenhoven (2000), a correlação entre a liberdade económica e o bem-estar será superior em países pobres, sendo que a correlação entre a liberdade política e o bem-estar será superior em países mais abastados.

Diener et al. (1995) apontam para uma correlação positiva entre os direitos humanos de um país e o bem-estar médio dos habitantes do mesmo.

O suíço Frey tem usado dados de felicidade para calcular diversas regressões, relacionando a felicidade com diversas variáveis económicas, institucionais e sociais. Em conjunto com Stutzer (2000, 2002) analisaram o impacto de instituições políticas na felicidade e demonstraram a correlação positiva entre um meio envolvente democrático e a felicidade. Quanto mais direto o sistema democrático, mais feliz a sociedade e os indivíduos que a compõem e o simples processo de participação democrática tem uma contribuição positiva para a felicidade, independentemente do seu resultado. Assim a descentralização do governo, fomentaria a participação política, e consequentemente a felicidade. Donovan e Halpern (2003) mostram que nações com governos democráticos apresentam níveis de bem-estar individual elevados.

Apesar de com uma significância menor, outros estudos confirmam a influência positiva da democracia na felicidade (Dorn et al., 2007; Inglehart & Klingemann, 2000), será, porém, de salientar que os dados apontam para o facto de que uma organização política estável parecer ser mais relevante para o bem-estar do que a democracia (Helliwell, 2003a; Inglehart & Klingemann, 2000).

FATORES AMBIENTAIS

Apesar de os estudos que se dedicam à relação entre os fatores ambientais e a felicidade, não serem ainda muito numerosos, serão de referir os cientistas Murgea e Marini (s.d.), que numa

tentativa de entender melhor a relação entre o estado de espírito e as decisões de investimento, fazem uma revisão bibliográfica de estudos empíricos que, entre outros, se foquem na ligação entre o estado de espírito e variáveis tais como a meteorologia. Murgea e Marini (s.d.) concluem que as variáveis meteorológicas têm uma grande influência no estado de espírito das pessoas, sendo que tempo bom fomentará estados de espírito positivos, enquanto mau tempo terá uma relação com estados de espírito menos positivos, num número relevante de pessoas. Kals (1982) estima que cerca de um terço das pessoas são influenciadas pela meteorologia.

Um dos factores meteorológicos que a crença popular associa frequentemente à felicidade é o sol. Efectivamente a influência deste no estado de espírito tem sido alvo de alguma investigação (Cunningham,1979; Parrott & Sabini,1990; Persinger & Levesque,1983). Curiosamente, Denissen et al. (2008) evidenciam um efeito negativo significativo da luz do sol na disposição. Uma das possíveis explicações para este impacto negativo da luz solar poderá estar associada à vitamina D3, que é produzida aquando da exposição da pele à luz solar, e está envolvida no processo de transformação dos níveis de serotonina no cérebro (Lambert et al., 2002).

Um outro factor meteorológico que aparenta ter influência no estado de espírito das pessoas é a temperatura, sendo que temperaturas elevadas parecem ter impactos negativos, revelando uma relação com níveis superiores de hostilidade (Anderson et al.,1995), agressão (Howarth & Hoffmann, 1984; Anderson, 1989) e histeria e apatia (Wyndham,1969).

Também a pressão atmosférica influencia o estado de espírito. Schory et al. (2003) encontraram evidência para que exista uma associação significativa entre uma pressão atmosférica baixa e um incremento de actos de violência. Digon e Bock (1966) corroboram este resultado, reportando uma relação entre níveis de pressão baixos e uma acrescida taxa de suicídio.

A influência de distúrbios severos do campo geomagnético no estado de espírito das pessoas tem sido alvo de estudo por cientistas como Mulligan et al. (2010), Babayev (2007) e Nastos et al.(2006), entre outros, tendo-se encontrado uma relação positiva entre distúrbios severos do campo magnético e estados depressivos e de ansiedade.

Segundo Rehdanz e Maddison (2005) condições climatéricas extremas parecem ser algo prejudiciais ao bem-estar subjectivo.

Welsh (2002, 2006) tem-se dedicado ao estudo da relação entre a poluição e a felicidade. Apontou para a dificuldade em isolar o efeito da poluição, uma vez que este fator apresenta uma forte correlação negativa com o rendimento. No entanto, apesar deste obstáculo, Welsh (2002, 2006) sugere que a felicidade é prejudicada pela poluição. Di Tella e MacCulloch (2008) corroboram este resultado.

Ferrer-i-Carbonell e Gowdy (2007) corroboram a teoria de que problemas de foro ambiental reduzem a satisfação com a vida.

No mesmo artigo, estes autores sugerem que preocupações com a camada de ozono deterioram o bem-estar subjetivo, enquanto um cuidado com a proteção de espécies em vias de extinção, incrementam o bem-estar subjetivo.

Ainda no âmbito dos fatores ambientais, também se têm desenvolvido estudos sobre o impacto de políticas ambientais na felicidade. Sekulova e van den Bergh (2013) defendem que, a longo prazo, as políticas ambientais não tenham de reduzir a felicidade, mesmo que estas reduzam o rendimento e a emissão de dióxido de carbono. Indicam que as políticas ambientais até poderão ajudar a aumentar o bem-estar, se forem acompanhadas de medidas compensatórias formais que, por exemplo, reduzam as horas trabalhadas, enquanto mantêm a segurança do trabalho.

SEGURANÇA

Diversos estudos (Ferrer-i-Carbonell & Gowdy, 2007; Lelkes, 2006; Shields & Wheatley Price, 2005) apontam para uma relação positiva entre a segurança e a felicidade: Indivíduos que residem em áreas com maiores índices de criminalidade reportam níveis mais baixos de satisfação com a vida.

URBANIZAÇÃO

Vários investigadores sugerem que viver em grandes centros urbanos prejudica a satisfação com a vida, ao contrário da vida em ambientes rurais, que terá um efeito positivo (Dockery, 2003; Gerdtham & Johannesson, 2001; Graham & Felton, 2006; Hayo, 2004).

Porém, outros estudos não revelam evidência significativa para uma relação entre a densidade populacional e a felicidade (Rehdanz & Maddison, 2005), a felicidade com a vida (Peterson et al., 2005) ou a saúde mental (Shields & Wheatley Price, 2005).

PRESTAÇÕES SOCIAIS

Blanchflower (2009) evidencia uma relação negativa significativa entre a impossibilidade de consultar um médico nos últimos 12 meses devido a questões financeiras e a felicidade.

No entanto Veenhoven (2000) encontrou evidência para que o nível de benefícios facultado pela segurança social nas nações não esteja associado ao bem-estar.

1.1.4 Outros contributos

Depois de nos termos debruçado sobre a economia da felicidade, iremos agora dedicar-nos aos contributos mais emblemáticos de outras ciências sociais, que se têm destacado no estudo da felicidade. Iremos dedicar alguma atenção mais acrescida ao estudo da felicidade na área da psicologia, uma vez que foi sobretudo a esta ciência, que a economia da felicidade foi beber.

1.1.4.1 Contributos da Filosofia

Como visto anteriormente, a temática da felicidade foi primordialmente âmbito de estudo dos filósofos gregos. No entanto, hoje em dia, os ensaios filosóficos que se dedicam à felicidade são mais raros.

Será de referir o filósofo alemão Ludwig Marcuse (1962), que na sua obra *Philosophie des Glücks* (Filosofia da felicidade), tentou elaborar um resumo exaustivo e espirituoso das mais diversas filosofias de felicidade, iniciando com Hiob do Antigo Testamento e passando por Séneca, Spinoza e Tolstoi, entre muitos outros. Marcuse (1962) apercebe-se das diferenças fundamentais entre os diversos filósofos e as suas concepções de felicidade, sem tomar partido. Ele próprio defende a existência de alguns momentos de felicidade ao longo da vida, rejeitando a ideia de uma felicidade plena e permanente.

Outra contribuição relevante é do filósofo americano Nozick, notório sobretudo pela sua experiência *Experience Machine*. Este ensaio consistia em que se imaginasse que a neurociência teria desenvolvido uma máquina que iria permitir estimular o cérebro de tal modo que experienciaríamos prazer hedónico contínuo, sem que fôssemos capazes de distinguir se este prazer seria ou não real. Perante a questão se optaríamos por uma vida cheia de prazer induzida por uma máquina, ou pela vida real, a maior parte das pessoas escolhe a vida real. Assim, Nozick (1974) conclui que o prazer hedónico não poderá ser o derradeiro

objetivo da vida humana e deduz que a felicidade consiste em mais do que na maximização do prazer.

Se antigamente era a filosofia que se dedicava ao estudo da felicidade, ao longo dos séculos, a felicidade foi-se tornando objeto de estudo de outras disciplinas, e poderemos fazer a passagem da filosofia para a sociologia com uma citação de um dos sociólogos de mais renome, que tem consagrado a sua carreira ao estudo da felicidade:

“A tradição filosófica produziu muitas ideias, mas pouco conhecimento fatual. De facto, filósofos levantaram mais questões do que às que responderam.” (Veenhoven, 2009, p. 225)

1.1.4.2 Contributos da Sociologia

A sociologia foi uma das áreas fundamentais a dedicar-se ao estudo da felicidade, levando a cabo primeiras investigações sobre as causas da felicidade, com o intuito de perceber qual o impacto de primariamente fatores demográficos, tais como a idade e o sexo, entre outros, e variáveis sobre o estado do indivíduo, tal como o seu estado marital e a saúde, na felicidade.

Foi nos anos 60, que nos Estados Unidos da América, foram levados a cabo os primeiros estudos que usavam medições de satisfação com a vida, focando-se essencialmente na saúde mental. Exemplos destes estudos são da autoria de cientistas como Gurin et al. (1960), Bradburn (1969) ou ainda Cantril (1965) que inovara com um estudo internacional sobre as preocupações humanas.

Nos anos 70, a satisfação com a vida era um tópico de peso em diversos estudos que se dedicavam aos indicadores sociais americanos. Campbell et al. (1976) e Andrews e Withey (1976) são exemplos paradigmáticos desta corrente. No entanto, esta investigação não se centrou apenas nos Estados Unidos da América. Allardt (1976) avançou com investigação nos países nórdicos e Glatzer e Zapf (1984) na Alemanha.

Nos anos 80 Headey e Wearing (1992) efetuaram o primeiro estudo longitudinal de larga escala sobre a satisfação com a vida na Austrália.

Serão ainda de referir as revisões publicadas por Veenhoven (1984), Argyle (1987) e Meyers (1992).

O já anteriormente citado sociólogo que mais se destaca com as suas contribuições para o estudo da felicidade é Veenhoven (1984, 1991a, 1991b, 1993, 1994, 1995, 1996a, 1996b, 2000, 2004, 2005^a, 2005b, 2008, 2009). Não só é diretor da já supramencionada *World Date of Happiness*, como também, como referido anteriormente, juntamente com Diener e Michalos, fundou a revista *Journal of Happiness Studies*, sendo o autor do primeiro artigo da primeira edição: *The four qualities of life* (2000).

Veenhoven (1996) identifica quatro determinantes de satisfação com a vida (Quadro 1):

- as oportunidades de vida, onde inclui a qualidade da sociedade, a posição que o indivíduo ocupa nessa sociedade, bem como as habilidades pessoais
- o rumo dos eventos da vida, havendo pessoas a quem notoriamente ocorrem situações menos agradáveis com maior frequência do que a outros, a quem a vida parece ocorrer sem grandes dificuldades
- o fluxo de experiência
- o processo interno de avaliação.

Oportunidades da vida =>	Curso dos acontecimentos =>	Fluxo de experiência =>	Avaliação da vida
Recursos sociais: -riqueza econômica -igualdade social -liberdade política -cultura -ordem moral -etc.	Confrontação com: -necessidade ou riqueza -ataque ou proteção -solidão ou companhia -humilhação ou honra -rotina ou desafio -falta de beleza/ beleza -etc.	Experiências de: -ânsia ou saturação -ansiedade ou segurança -solidão ou amor -rejeição ou respeito -aborrecimento ou excitação -repulsa/ arrebatamento -etc.	Avaliação do efeito médio: -Comparação com parâmetros da boa vida -encontrar um balanço global
Habilidades individuais: -aptidão física -força psíquica -capacidade social -capacidade intelectual -etc.			
Condições para satisfação com a vida		Processo de avaliação	

Quadro 1: A satisfação com a vida: um modelo sequencial de condições e processos

Fonte: Veenhoven (2005, p. 40)

Para Veenhoven (2005) a satisfação com a vida é um dos indicadores que, juntamente com indicadores de saúde mental e física, indica o bem-estar de uma pessoa, e deverá integrar o conceito de qualidade de vida. Neste âmbito avança com o conceito de *Happy-Life-Years*, considerando que este será a forma mais correta de medir o bem-estar de indivíduos e de nações.

“ (...) vimos que a melhor avaliação de saúde nas nações é quanto tempo as pessoas vivem e que a melhor medição de felicidade é a satisfação com a vida como um todo autoreportada. Ambas as medidas são indicativas de quão bem as pessoas prosperam num país, mas nenhuma delas capta este assunto completamente. (...) Este problema é resolvido quando se combina estas avaliações. (...) poder-se-ia computar 'Happiness

Adjusted Life Years'. (...) Chamo a esta medição *Happy-Life-Years* (HLY). A seguinte fórmula simples poderá ser aplicada: *Happy-Life-Years* = esperança de vida à nascença x 0-1 felicidade “ (Veenhoven, 2005, pp. 5-6)

Estudou, ainda a relação entre o dinheiro e a felicidade, opondo-se ao paradoxo de Easterlin, como vimos de modo mais pormenorizado quando nos debruçámos sobre os contributos da ciência económica no estudo da felicidade.

1.1.4.3 Contributos da Psicologia

De modo geral, os psicólogos estudam a felicidade como um estado psicobiológico limitado, que poderá ser observado e descrito com tal detalhe que seria possível induzir a mesma (Jacobsen, 2007). Contudo, Mota (2010) refere que mesmo a psicologia, que se ofereceria como uma das áreas da ciência que mais teria a ver com a felicidade, se mostrou relutante perante o estudo da mesma. Durante muito tempo, a psicologia centrou-se no estudo de patologias, na tentativa de cura de disfunções do foro psicológico, tais como a depressão e a esquizofrenia, entre outras, descurando a prevenção do mal-estar e o fomento da felicidade.

O primeiro estudo empírico sobre a felicidade levado a cabo por um psicólogo é o já referido trabalho de Flugel (1925). Durante 30 dias, indivíduos deveriam anotar, várias vezes por dia, num diário de emoções, quais as emoções que haviam experienciado nos últimos minutos, quanto tempo teriam experienciado esses sentimentos e qual a dimensão hedónica desses sentimentos. Diener et al. (2005) consideram este estudo como precursor das abordagens modernas empíricas para medir o bem-estar subjetivo de forma *online*, no decorrer do quotidiano dos indivíduos.

Especialmente na segunda metade do século XX, muitos outros estudos empíricos seguiram, tendo-se evidenciado por exemplo que os efeitos agradáveis e desagradáveis não seriam meros opostos, mas elementos independentes, com correlações distintas (Bradburn, 1969). A implicação direta deste resultado para a psicologia consiste em mostrar que as tentativas de apagar estados clínicos negativos, não resultariam automaticamente na ativação de estados positivos.

“A eliminação de dor poderá não resultar num aumento correspondente de prazer; libertando o mundo de tristeza e de ansiedade não irá necessariamente torná-lo num lugar feliz. “ (Diener et al., 2005, p. 64)

Os psicólogos cognitivos Levinsohn e Graf (1973) elaboraram uma lista de cerca de 50 itens de atividades agradáveis que deveriam aportar felicidade. A ideia subjacente seria que se pacientes com quadros clínicos de depressão pusessem em prática pelo menos algumas destas atividades, estariam a contribuir proactivamente para combater a sua depressão e incrementar a sua felicidade (Argyle, 1987).

1.1.4 3.1 Contributos da psicologia positiva

Com o surgimento da psicologia positiva, deu-se uma mudança de paradigma, sendo que esta área da psicologia se tem debruçado sobre sentimentos positivos, tais como a gratidão, o otimismo e a felicidade, entre outros. Neste âmbito tem-se vindo a produzir os mais diversos estudos no sentido de definir a felicidade, de medir a felicidade, e de descortinar as suas causas e as suas consequências. O conceito de felicidade é de bem-estar subjetivo, que inclui experiências agradáveis, níveis reduzidos de mau humor e uma elevada satisfação com a vida.

Na psicologia positiva, acredita-se ser possível formatar o cérebro do ser humano para que este alcance níveis superiores de felicidade. Em vez de se limitar a tratar depressões e ansiedade, a psicologia positiva vai mais longe e sugere exercícios que assentam na prática diária de gratidão, de gentileza e de explorar as forças do indivíduo, em vez de atacar as suas fraquezas.

Assim, por exemplo, o mediático psicólogo Shawn Achor (2012) alega que exercitar o cérebro não será muito diferente de exercitar os músculos no ginásio, defendendo ser possível tornar o cérebro mais positivo. Achor (2012) desenvolveu um plano de treino, que promete formatar o cérebro em apenas 3 semanas. Este treino é constituído pelos seguintes exercícios: anotar três coisas pelas quais o indivíduo está grato; escrever uma mensagem positiva a alguém da sua rede de contactos; meditar durante dois minutos; fazer exercício físico durante 10 minutos; e descrever brevemente num diário próprio uma experiência positiva que tenha ocorrido nas últimas 24h. Seguindo este plano de treino diariamente durante 3 semanas, um grupo de teste apresentou um incremento significativo na *Satisfaction with Life Scale*; incremento este que se manteve ao longo de vários meses.

Jacobsen (2007) critica esta perceção da felicidade enquanto estado mental que poderá ser programado no ser humano, argumentando que o ser humano é visto como moldado por o meio-ambiente e programas psico-educacionais e políticos, sem que haja espaço para uma

visão de um ser humano capaz de livre escolha e que tome decisões conscientes de acordo com os seus próprios objetivos, valores e obrigações.

Não poderemos abordar a psicologia positiva numa perspetiva de felicidade, sem referir os seus dois autores mais paradigmáticos: Seligman (2002, 2011) e Csikszentmihalyi (1975, 1989, 1990, 1996, 1997, 2002).

Seligman (2011), que Layard (2011) intitula como “ (...) inventor da psicologia positiva e uma figura maior no movimento de bem-estar”, recusa o termo felicidade, alegando que este estaria inevitavelmente carregado de uma conotação dominante de um ânimo alegre, de boa disposição. Refuta igualmente o termo satisfação com a vida, argumentando que o estado de espírito poderá determinar em mais de 70% da satisfação com a vida que o indivíduo reporta.

Seligman (2011) avança com uma nova teoria de felicidade, que ele intitula de *Well-being theory*.

“Agora penso que o tópico da psicologia positiva é o bem-estar, e que o parâmetro para medir o bem-estar é *flourishing*, e que o objetivo da psicologia positiva é aumentar *flourishing*. Esta teoria (...) é intitulada por mim de *well-being theory* (...)” (Seligman, 2011, p. 13)

Assim, Seligman apela a substituir o termo ‘felicidade’ por uma medida mais alargada de bem-estar, a que ele chama *flourishing*. Este conceito é composto por cinco elementos, os PERMA:

- *positive emotion* (sentir-se bem, felicidade, satisfação)
- *engagement* (manter-se ocupado)
- *relationships* (manter boas relações sociais)
- *meaning* (reconhecer um propósito na vida)
- *accomplishment* (sentimento de sucesso nas conquistas).

Segundo Seligman (2011), cada um destes elementos contribui para o bem-estar.

O outro investigador paradigmático, Csikszentmihalyi (1975, 1989, 1990, 1996, 1997) é reconhecido pelo conceito de *flow*, que descobriu quando investigava a criatividade. O estado de apatia, em que um artista se encontra quando o trabalho flui, de modo a fazer ignorá-lo sensações físicas, tais como fome, cansaço, e demais desconfortos, estando completamente

absorvido pela sua atividade, despertara o interesse de Csikszentmihalyi (1975, 1989, 1990, 1996, 1997) ao ponto de se dedicar ao estudo deste estado de *flow*.

Nakamura e Csikszentmihalyi (2002) identificam seis características do *flow*:

- uma concentração intensa e focada naquilo que o indivíduo está a fazer no atual momento
- uma simbiose entre a ação e a consciência
- a perda de uma autoconsciência refletiva
- uma sensação de que se pode controlar as suas ações, que está em domínio da situação porque sabe perfeitamente o que será necessário fazer e terá capacidades para corresponder ao que será exigido de seguida
- uma deformação da experiência temporal, que por norma se manifesta através da percepção de que o tempo passara mais rapidamente do que normal
- a sensação de extrema recompensa através da atividade em causa, sendo que o objetivo final será frequentemente apenas uma desculpa para o processo.

O Gráfico 12 pretende ser uma representação do estado de *flow*.

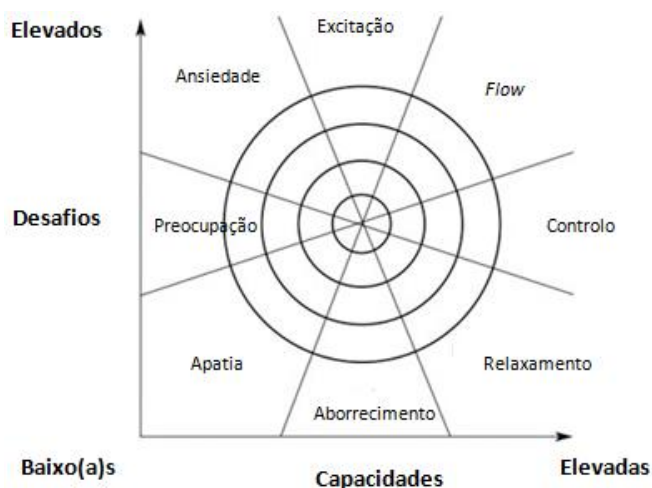


Gráfico 12: O Flow

Fonte: Nakamura e Csikszentmihalyi (2002, p. 95)

A entrada neste estado de *flow* dá-se quando se cumpre um equilíbrio entre as oportunidades percebidas de uma ação e as capacidades percebidas dessa ação. Trata-se de um equilíbrio muito delicado, sendo que quando o desafio excede as capacidades, se instala primeiro

vigência, que pouco depois se transforma em ansiedade. Se, no entanto, as capacidades ultrapassarem o desafio, o indivíduo, começa por relaxar, acabando por se aborrecer. A intensidade da experiência aumenta com a distância dos níveis médios de desafio e competência do indivíduo, representado aqui graficamente pelos círculos.

“Entrar no *flow* depende de estabelecer um equilíbrio entre as capacidades de ação perçecionadas e as oportunidades de ação perçecionadas. O equilíbrio é intrinsecamente frágil. Se os desafios começarem a exceder as capacidades, primeiro fica-se vigilante e depois ansioso; se as capacidades começam a exceder os desafios, relaxa-se e aborrece-se.” (Nakamura & Csikszentmihalyi, 2002, p. 90)

Quando o indivíduo entra em estados de ansiedade ou aborrecimento, sentirá pressão para reencontrar o ténue equilíbrio entre os desafios e as competências, de forma a sair desta condição desfavorável e voltar a experienciar *flow*.

Diversos estudos têm revelado que ações em que este estado de *flow* é frequentemente experienciado são atividades desportivas (Jackson, 1995, 1996), escrita literária (Perry, 1999), experiências de cariz estética (Csikszentmihalyi & Robinson, 1990) e o estudo de artes e ciências (Csikszentmihalyi, 1996), entre outras.

1.1.4 3.2 Contributos da psicologia hedónica

Esta área da psicologia é fruto de mais de sete décadas de produção e de análise de dados de bem-estar subjetivo. Existem 3 artigos de maior relevância, que nos ajudarão a ter uma visão global desta área: Wilson (1967), Diener (1984) e Diener et al. (1999)

Wilson (1967) analisa o período de 1930 a 1967 no seu *Correlates of avowed happiness*. Começa por analisar o artigo *Happiness among adult students of education* de Watson (1930), que estudou a felicidade de alunos de educação e os fatores que influenciariam a felicidade destes. Watson (1930) conclui que não serão fatores como o sucesso escolar, a inteligência, ou a educação e a situação financeira dos pais que influenciavam a felicidade, mas sim uma boa saúde, um bom ambiente familiar, boas relações com outras pessoas, e uma relação íntima, como verdadeiros contributos para a felicidade. Apesar de este artigo de Watson (1930) se dedicar à felicidade e às suas correlações, Wilson (1967) evidencia que a grande maioria da investigação levada a cabo nestes trinta anos, se debruça sobre o conceito de bem-estar subjetivo, avançando com diferentes propostas para a medição deste conceito, e a questão da fidedignidade dos dados. Para tal, os investigadores, essencialmente comparavam

os resultados obtidos através da aplicação de medidas subjetivas de bem-estar de participantes, com as avaliações que terceiros, os chamados juízes, teciam sobre os mesmos indivíduos. A conclusão destes estudos foi positiva, suportando assim uma abordagem subjetivista ao tema da felicidade.

“Dados destes diversos estudos sugerem que juízes concordem de modo fraco entre eles, que juízes variam na extensão em que concordam com autoavaliações, e que poucos juízes concordam de modo próximo com autoavaliações. Ao mesmo tempo, os dados mostram que a maioria dos juízes concorda com autoavaliações até certo ponto, e que o conjunto das estimativas dos juízes aumenta a concordância com as autoavaliações. Estes factos parecem suportar a validade de autoavaliações.” (Wilson, 1967, p. 295)

Para além de estes estudos de cariz mais conceptual no período de 1930-1967 também foi publicada uma série de estudos que se debruçava sobre as diferenças da felicidade reportada entre os indivíduos, e ainda uma outra série de estudos, que se dedicavam à análise da felicidade dos indivíduos ao longo do tempo. Segundo estes estudos, o indivíduo feliz seria de ambos os sexos, jovem, saudável, inteligente, bem-educado, extrovertido, autoconfiante, otimista, sem preocupações, casado, bem pago, motivado profissionalmente e de aspirações modestas (Wilson, 1967).

O artigo *Subjective well-being* de Diener (1984) pretende ser uma revisão da disciplina. Mostra a intensidade com que esta área da psicologia tem sido estudada, identificando mais de 700 estudos desenvolvidos no período de 1967 e 1984. Diener refere-se a estes estudos, e à investigação na área do bem-estar subjetivo em geral, do seguinte modo:

“A área do bem-estar subjetivo tem três marcos. Primeiro, é subjetivo (...). Segundo, bem-estar subjetivo inclui medidas positivas. Não é apenas a ausência de fatores negativos, como é verdade na maioria das avaliações de doenças mentais (...). Terceiro, as avaliações de bem-estar subjetivo incluem tipicamente uma avaliação global de todos os aspetos da vida de uma pessoa. Apesar de emoção ou satisfação numa certa área poder ser avaliada, a ênfase é habitualmente colocada num julgamento integrado da vida da pessoa.” (Diener, 1984, pp. 543-544)

Nesta sua revisão, Diener evidencia que as conclusões salientadas por Wilson (1967) se mantêm ainda atuais. Porém, ao contrário de Wilson (1967), Diener (1984) defende que as

correlações entre variáveis de ordem demográfica e o bem-estar subjetivo serão insignificantes. Desta forma, foram estudadas outras possíveis correlações, tais como traços de personalidade e atitudes.

“Um número de investigadores notou com desânimo a pequena proporção de variância que poderá ser tida em consideração por variáveis demográficas. Isto levou alguns a procurar noutro sítio variáveis mais potentes, para áreas como a personalidade ou atitudes (...). Contudo, bem-estar subjetivo é provavelmente determinado por um elevado número de fatores que poderão ser conceptualizados a diversos níveis de análise e talvez seja irrealista esperar que algumas variáveis sejam de importância esmagadora.” (Diener, 1984, p. 561)

Foi nesta fase entre 1967 e 1984, mais precisamente em 1971 que a *Adaptation-Level Theory* de Helson¹³ (1947, 1964, 1971) foi aplicada à análise da felicidade. No entanto na opinião de Diener (1984), tanto a produção como a análise de dados de bem-estar subjetivo não teria atingido um grau de maturidade que permitisse justificar este fenómeno da adaptação. Diener (1984) evidencia que existe uma correlação entre fatores tais como o rendimento ou a saúde e o bem-estar subjetivo e refuta a ideia de que o ser humano se adaptaria a todas e quaisquer condições.

“Adaptação a acontecimentos significa que quando eles ocorrem inicialmente, acontecimentos podem produzir ou felicidade ou infelicidade, dependendo de se são bons ou maus. Contudo, com o tempo estes acontecimentos perdem o seu poder de evocar emoção. A pessoa adapta-se a condições boas, de modo a que já não evoquem felicidade, e um processo de adaptação similar ocorre para acontecimentos negativos (...). Na teoria de comparação social, usa-se pessoas como parâmetro (...). Na adaptação (...), a vida passada de uma pessoa é usada para figurar como parâmetro.” (Diener, 1984, p. 567, referências omitidas)

¹³ Trata-se de uma teoria que o psicólogo americano Helson apresentou pela primeira vez em 1947 no *American Journal of Psychology*. De modo muito sucinto, Helson (1947, 1964, 1971) alega que a avaliação de uma circunstância actual está relacionada com circunstâncias passadas, que criaram uma certa adaptação. Foram sobretudo Brickman e Campbell (1971) que aplicaram esta teoria da adaptação de Helson (1947) a questões de prazer e felicidade.

Na ótica de Diener (1984), o fenómeno da adaptação poderia atenuar, mas não suprimir por completo os efeitos de algumas mudanças no bem-estar subjetivo e estes limites da adaptação careceriam ainda de pesquisa.

Outro marco importante a assinalar neste período foi o lançamento da revista *Social Indicator Research* em 1974. Esta revista interdisciplinar tornou-se numa revista de referência no que respeita a investigação e medição de qualidade de vida e são publicados tanto estudos empíricos como estudos de cariz mais teórico, abrangendo áreas tão distintas como a economia, a política, a saúde, a religião ou a tecnologia.

Em 1999 Diener e os seus colegas Suh, Lucas e Smith publicam o artigo *Subjective well-being: Three decades of progress*, que tal como o título indica ambiciona ser uma revisão dos desenvolvimentos no estudo do bem-estar subjetivo. Iniciam o seu artigo, com uma parte sobre o campo do bem-estar subjetivo, onde salientam que os psicólogos deixaram de olhar para o bem-estar subjetivo como um mero constructo, para o encarar como área de investigação científica.

“Definimos bem-estar subjetivo como uma área geral de investigação científica, em vez de um simples constructo científico (...). Estados de espírito e moções, que juntamente com emoções rotuladas, representam as avaliações *online* das pessoas e dos acontecimentos que ocorrem nas suas vidas (...). Para além de estudar as reações emotivas, investigadores de bem-estar subjetivo interessam-se por avaliações cognitivas de satisfação com a vida. “ (Diener et al., 1999, pp. 276-277)

Depois de se debruçarem sobre o campo do bem-estar subjetivo, Diener et al. (1999) fazem uma revisão dos componentes do bem-estar subjetivo (Quadro 2), reiterando, o que já Diener (1984) evidenciara, que variáveis demográficas demonstravam ter pouca influência no bem-estar subjetivo.

Efeito agradável	Efeito desagradável	Satisfação com a vida	Satisfação com o domínio
Alegria	Culpa e vergonha	Desejo de mudar vida	Trabalho
Júbilo	Tristeza	Satisfação com vida atual	Família
Contentamento	Ansiedade e preocupação	Satisfação com o passado	Lazer
Orgulho	Raiva		Saúde
Carinho	Stress	Satisfação com o futuro	
Felicidade	Depressão	Como o parceiro vê a nossa vida	Eu
Êxtase	Inveja		O nosso grupo

Quadro 2: Os componentes do bem-estar subjetivo

Fonte: Diener et al. (1999, p. 277)

De seguida apresentam os principais progressos relativamente à conceção, produção e análise de dados de bem-estar subjetivo. Diener et al. (1999) reservam também uma secção deste artigo para visitar as conclusões de Wilson (1967), concluindo que os resultados apresentados por este não perderam validade. Porém, a psicologia tinha claramente deixado de se focar em correlações entre variáveis demográficas e o bem-estar, para se dedicar à produção e à análise de novos dados. Em vez de se basearem em dados obtidos através de questionários antigos, estes investigadores usavam avaliações de experiências hedónicas imediatas para desenvolver novas técnicas que permitissem medir a felicidade. Deste modo, a melhoria da medição da felicidade encontrava-se no centro da agenda dos psicólogos que se dedicavam ao estudo do bem-estar subjetivo.

O ano de 1999 foi igualmente paradigmático por ser considerado o ano da institucionalização da psicologia hedónica, através da publicação de um volume coletivo dos psicólogos Kahneman, Diener e Schwarz (1999), intitulado de *Well-Being: The foundations of hedonic psychology* onde definem esta área da psicologia como “(...) o estudo do que torna as experiências de vida agradáveis ou desagradáveis” (Kahneman et al., 1999, p. ix). No prefácio desta publicação adiantam a ideia da relevância deste campo para a política social:

“(...) propomos que nações deveriam começar a monitorizar prazer e dor mediante o registo de experiências online entre amostras de respondentes para complementar indicadores sociais existentes, e providenciar avaliações mais diretas do resultado final sobre o que mais preocupa as pessoas.” (Kahneman et al., 1999, p. xii)

Em *Objective happiness*, que constitui o primeiro capítulo do livro supra-referido, Kahneman (1999) avança com um novo conceito de felicidade, distinguindo entre a felicidade objetiva e a felicidade subjetiva. Segundo Kahneman (1999) os antigos métodos de medição de felicidade, que consistiam numa avaliação retrospectiva da satisfação com a vida, permitiram aferir a felicidade subjetiva. Contudo, isolando o elemento afetivo da experiência hedônica, através da avaliação imediata, obter-se-ia a felicidade objetiva.

“A felicidade subjetiva é avaliada perguntando aos respondentes para indicar quão felizes são. A felicidade objetiva é derivada de uma gravação de utilidade instantânea ao longo do período relevante. (...) Felicidade objetiva baseia-se, naturalmente, em última análise, em dados subjetivos (...). É rotulada objetiva por a agregação de utilidade instantânea ser gerida por uma regra lógica e poderá, em princípio, ser realizada por qualquer observador com acesso ao perfil temporal de utilidade instantânea (...).” (Kahneman, 1999, p. 5)

O problema desta felicidade subjetiva, assentando na utilidade recordada, seria o facto de não espelhar o sentimento originado pela experiência vivida no seu todo, negelecenciando a duração da experiência. Psicólogos comportamentais ao investigarem o processo de tomada de decisão, chegaram à mesma conclusão. Através de quatro estudos empíricos distintos, Kahneman et al. (1997) demonstram que a avaliação retrospectiva de bem-estar subjetivo é possível de ser prevista corretamente com base no pico e no final da experiência hedônica. Assim, a utilidade recordada, que era medida até à data seria um indicador fraco de bem-estar subjetivo. Kahneman (1999) defendia que seria a felicidade objetiva que iria permitir uma base objetiva para a análise do bem-estar subjetivo.

“ (...) diversos estudos mostraram que as avaliações intuitivas das suas próprias experiências e das experiências de outros derivam nitidamente da integração temporal (...). As avaliações retrospectivas e escolhas observadas nestes estudos geralmente obedecem a uma regra simples de avaliação do pico final. (...) Um corolário significativo de avaliação de pico final é ignorar a duração. A duração foi um fator em todos os estudos (...). No contexto de medição de bem-estar, estes resultados transmitem uma mensagem desanimadora: é provável que avaliações retrospectivas de experiências providenciem estimativas erradas da ‘real’ utilidade total de experiências passadas.” (Kahneman, 1999, pp. 19-20)

Considerando a diferença entre a avaliação retrospectiva de uma experiência, ou seja a utilidade recordada, e a utilidade instantânea, a psicologia hedônica desenvolveu métodos que permitissem medir a utilidade total, ou seja a soma da utilidade instantânea de experiências hedônicas reportadas: o *Experience Sampling Method* e o *Day Reconstruction Method*. Iremos ver estes métodos mais em detalhe, mais à frente, quando nos debruçarmos sobre a questão da medição da felicidade.

Poderemos assim afirmar que os psicólogos hedônicos preferem aferir o bem-estar recorrendo a medições subjacentes em avaliações em tempo real (abordagem *bottom-up*), em detrimento de medições gerais de bem-estar subjetivo (abordagem *top-down*).

“As principais vantagens da nossa abordagem *bottom-up approach* comparada com avaliações de satisfação de vida *top-down* são: (i) evita alguns dos enviesamentos (por exemplo negligência da duração) das avaliações retrospectivas globais; e (ii) está ligado à alocação de tempo, que pode ser medido.” (Kahneman et al., 2004, p. 433)

Após esta incursão pela psicologia hedônica, será benéfico abordarmos rapidamente a polémica discussão em torno da distinção entre a felicidade hedônica e a felicidade eudemónica.

Na sua obra *Nicomachean ethics*, Aristóteles (IV a.C./ 2000) distingue entre o hedonismo (a vida preenchida pela busca de prazer) e a eudemonia (felicidade que advém de bom trabalho). Esta distinção oriunda do séc. IV a.C. foi retomada na psicologia contemporânea, alegando-se existirem dois campos conceptuais no que respeita a investigação do bem-estar. Assim, nos últimos anos, investigadores têm distinguido entre felicidade eudemónica (significado e propósito, participar em atividades que fomentem as capacidades, talentos e potencial do indivíduo, entre outros) e a felicidade hedônica (elevada frequência de afeto positivos, frequências baixas de afeto negativos, e o avaliar a própria vida como sendo satisfatória, entre outros).

Vejamos estes dois conceitos mais pormenorizadamente.

Como vimos anteriormente, Aristóteles (IV a. C./ 2000) destacou-se no estudo da felicidade com a sua obra *Nicomachean ethics*, onde distinguiu entre o prazer e a boa vida. A felicidade, que ele denominara de *eudaimonia*, consistia em viver a vida de acordo com as características pessoais do indivíduo, desenvolvendo todo o potencial das mesmas. Assim, para Aristóteles

(IV a.C./ 2000) eudemonia consistiria em agir de forma nobre. O ser humano apenas alcançaria eudemonia, desenvolvendo as suas capacidades ao seu potencial máximo, através de uma operacionalização da excelência e da virtude. Aristóteles (IV a. C./ 2000) aponta virtudes como coragem, moderação, ambição, paciência, simpatia, modéstia, veracidade, perspicácia, justa indignação, entre outras, como merecedoras de se perseguirem. A eudemonia seria uma ação constante e serviria para terceiros postumamente avaliarem se determinada pessoa teria vivido ou não uma boa vida. Tal como Aristóteles (IV a. C./ 2000), também Locke (1964) acredita que a virtude e sentimentos agradáveis estão intimamente ligados.

Esta visão eudemónica da felicidade tem servido como base a teorias objetivistas da felicidade. As teorias em causa são consideradas objetivistas por defenderem que o que faz com que alguém tenha uma vida boa são valores objetivos, tais como a sabedoria, a amizade e a ética, entre outros. A felicidade não é vista como um sentimento subjetivo, mas como o resultado de uma vida plena de virtude.

“(...) felicidade não é um sentimento, ou um estado subjetivo (...). Felicidade é antes a caracterização de uma vida inteira que pode ser avaliada apenas aquando da morte.”
(McMahon, 2006, p. 7)

Assim, esta abordagem apresenta a virtude e o esforço como elementos essenciais da felicidade. A felicidade parece ser merecida, mediante uma boa conduta, opondo-se assim à abordagem hedonista, que, por sua vez apresenta uma ambiguidade moral. Neste sentido, poder-se-á afirmar que a escola objetivista coloca ênfase no motivo da felicidade de um indivíduo, em detrimento de se o indivíduo se encontra ou não feliz.

Kashdan et al. (2008) alegam que não existe uma abordagem que capte a essência da felicidade eudemónica. Segundo estes autores, toda a investigação, que não se centre numa base explicitamente afetiva, parece ser aglomerada na categoria de bem-estar eudemónico. Deste modo, tanto Ryff (1998), Ryff e Singer (1998) com o seu bem-estar psicológico, Deci e Ryan (2000) com a sua teoria de autodeterminação, o florescer de Keyes (2002), Seligman (2002) e a sua felicidade autêntica, a autorrealização de Waterman (1993), Waterman et al. (2008), e o fluxo de Vittersø (2003), Ryan et al. (2008), McGregor e Little (1998), Vittersø (2003, 2004), Nix et al. (1999), entre outros, parecem integrar-se na categoria do bem-estar eudemónico.

Contudo, Kashdan et al. (2008) defendem que nenhum destes autores, bem como os respetivos estudos fazem jus à essência da palavra eudemonia, usada por Aristóteles (IV a. C./ 2000) e citada em praticamente todos estes estudos.

A felicidade hedónica, por sua vez, consiste numa abordagem subjetivista, centrada no prazer. Já Bentham (1988), como Hobbes (1651/ 1987) reconhecem que o prazer seria uma poderosa fonte de motivação e imprescindível na busca da felicidade. Os defensores desta abordagem hedonista, os subjetivistas ou mentalistas, defendem que o ser humano procura essencialmente o máximo prazer e o mínimo sofrimento possível.

Assim, a abordagem hedonista da felicidade foca-se no modo como o indivíduo se sente relativamente à própria vida, enquanto a abordagem eudemónica da felicidade coloca a tónica na vivência de uma vida plena, de acordo com o potencial do indivíduo Ryan e Deci (2001).

Ryan e Deci (2001) afirmam que a maior parte da investigação na área da psicologia hedónica se tem dedicado quase exclusivamente ao bem-estar subjetivo, que segundo Diener (1984) será constituído por dois elementos afetivos (afeto positivo e negativo) e um elemento cognitivo (satisfação com a vida). Grande parte da investigação nesta área tem-se dedicado a estudos empíricos acerca dos fatores que influenciam a avaliação da qualidade de vida, tais como o bem-estar material (Diener & Biswas-Diener, 2002), os parâmetros de comparação (Michalos, 1985) e o temperamento (Lykken & Tellegen, 1996).

Por norma, esta abordagem hedónica é considerada pelos investigadores que se enquadram na linha eudemónica, como insuficiente para ilustrar a boa vida (Ryan & Deci, 2001). Mais, objetivistas, encaram a felicidade hedónica como resultado de um comportamento possivelmente condenável, uma vez que o prazer do indivíduo poderá ser suscitado por uma ação condenável, como ilustra a seguinte citação.

“Algumas pessoas sentem-se felizes quando ajudam senhoras idosas a atravessar a rua; outras sentem-se felizes quando torturam cachorrinhos.” (Annas, 2004, p. 45)

Apesar de o termo psicologia hedónica ter sido introduzido por Kahneman et al. (1999), Kashdan et al. (2008) salientam que estes autores não distinguem entre um bem-estar hedónico ou eudemónico. Defendem que esta distinção apenas surgiu mais tarde e tem vindo a conquistar cada vez mais aceitação, sendo que diversos investigadores, tais como Deci e Ryan (2000), Keyes et al. (2002), Maltby et al. (2005), Seligman (2002), Vittersø (2003,

2004), Waterman (1993, 2007), Waterman et al. (2008) (Ryan e Deci (2001) Ryff e Singer (1998 se têm dedicado ao bem-estar, dentro desta categorização.

Apesar de estas duas linhas na psicologia, e de Waterman (2008), defender que existem qualitativamente diferentes tipos de felicidade, Biswas-Diener et al. (2009) rejeitam esta distinção, afirmando que esta distinção oriunda da filosofia, não se aplica na ciência da psicologia e salientam a falta de dados que sustentem esta separação.

Kashdan et al. (2008) também não vêem de bom grado a distinção entre a felicidade eudemónica e a hedónica. Defendem que a eudemonia não está suficientemente bem definida e consequentemente a medição da mesma deixa a desejar, e salientam que os resultados empíricos têm vindo a demonstrar que o bem-estar hedónico e o eudemónico se sobrepõem conceptualmente, podendo representar um mecanismo psicológico que opera em conjunto.

1.1.4.3.3 Balanço dos contributos da Psicologia

Tendo em conta as distintas abordagens à felicidade por parte das diversas subáreas da psicologia, será interessante ver a proposta de Diener et al. (2005), que segmenta as diversas abordagens à felicidade, que surgiram após Aristóteles, em três grupos: 1) as teorias de necessidade e de satisfação de objetivos, 2) as teorias de processo ou atividade e 3) as teorias de pré-disposição genética ou de personalidade.

O que agrupa as teorias de necessidade e de satisfação de objetivos é a ideia central de que a eliminação de tensões, tais como a dor e a satisfação de necessidades fisiológicas e psicológicas iria aportar felicidade. Nesta linha de pensamento enquadram-se, por exemplo, a teoria do princípio do prazer de Freud (1933)¹⁴ e a hierarquia das necessidades de Maslow (1954)¹⁵. O trabalho de Omodei e Wearing (1990) suporta estas teorias, tendo evidenciando uma relação positiva entre o grau de preenchimento das necessidades dos indivíduos com o

¹⁴ De acordo com o princípio do prazer de Freud (1933), o indivíduo procuraria instintivamente maximizar o seu prazer e evitar dor, de forma a satisfazer as suas necessidades biológicas e psicológicas.

¹⁵ A teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1954) é frequentemente apresentada graficamente através de uma pirâmide. Na base desta pirâmide encontram-se as necessidades fisiológicas, tais como respirar, água, alimento, dormir e sexo, entre outras. No patamar seguinte, encontram-se as necessidades de segurança que passam pela saúde, por ter um abrigo, família e recursos, entre outros. O terceiro patamar é constituído por necessidades afetivas e de pertença. Aqui enquadram-se a amizade, a família e a intimidade sexual. No quarto patamar encontramos as necessidades de estima, com itens como a confiança, a autoconfiança e o respeito de outros. No topo da pirâmide Maslow (1954) coloca as necessidades de realização pessoal, onde se enquadram a resolução de problemas ou a criatividade, a título de exemplo. Os quatro primeiros patamares são o que Maslow (1954) designara de *deficiency needs*. Se estas necessidades não forem preenchidas, o indivíduo sentirá tensão e ansiedade.

seu grau de satisfação com a vida. Como exemplo de um teórico da satisfação dos objetivos, poderemos referir Higgins (1987), que defende que a discrepância entre o eu que o indivíduo idealiza e o eu que este indivíduo acredita ser, leva à experiência de emoções negativas. Assim, a felicidade surgirá de uma harmonia entre estes dois ‘eus’.

Face ao exposto, segundo as teorias de necessidade e de satisfação de objetivos, a felicidade será alcançada depois de as necessidades e objetivos serem satisfeitos, sendo assim um estado final, desejado, para o qual todas as ações são direcionadas.

“Uma implicação das teorias de redução de tensão é que a felicidade ocorre depois de necessidades serem saciadas e objetivos alcançados. Por outras palavras, felicidade é um estado final desejado para o qual toda a ação é direcionada.” (Diener et al., 2005, p. 66)

É precisamente neste ponto que as teorias de processo ou atividade, que defendem que o empenho numa determinada atividade por si só, aporta felicidade, diferem das teorias de necessidade e de satisfação de objetivos. Csikszentmihalyi (1975, 1989, 1990, 1996, 1997) e a sua teoria de *flow*, anteriormente abordada, é um exemplo paradigmático desta abordagem. Como vimos, quando nos debruçamos sobre a felicidade sob o ponto de vista da psicologia positiva, Csikszentmihalyi (1975, 1989, 1990, 1996, 1997) defende que a felicidade é alcançada quando o indivíduo está compenetrado numa atividade do seu interesse cujo desafio se adequa ao seu nível de capacidades.

Outros representantes das teorias de processo ou atividade são, por exemplo, Harlow e Cantor (1996), que evidenciaram uma relação positiva entre a participação social e a satisfação com a vida em indivíduos aposentados. Também Sheldon et al. (1996), que revelam que os indivíduos sentem mais felicidade nos dias em que se envolvem em atividades por motivos intrínsecos, se inserem neste grupo de teóricos.

Existe, no entanto também um ponto em que as teorias de necessidade e de satisfação de objetivos e as teorias de processo ou atividade se tocam: os investigadores que estudam a relação entre objetivos e a felicidade referem que indivíduos que apresentam objetivos importantes e se empenham para os alcançar, revelam níveis de bem-estar subjetivo superiores (Emmons, 1986; Little, 1989).

“Ambos, teóricos de necessidades e teóricos de atividade argumentam que o bem-estar subjetivo irá mudar as condições das vidas das pessoas. Quando indivíduos se estão a aproximar dos seus objetivos ou estão empenhados em atividades interessantes, deveriam experienciar bem-estar positivo. “ (Diener et al., 2005, p. 66)

Já as teorias de pré-disposição genética ou de personalidade discordam, postulando que o bem-estar subjetivo é fortemente influenciado por traços de personalidade estáveis. O que fundamenta estas teorias são estudos empíricos que evidenciam alguma estabilidade nos níveis de bem-estar subjetivo dos indivíduos, mesmo quando as condições de vida do indivíduo são tudo menos estáveis. Assim, quando se faz uma média do bem-estar subjetivo de um indivíduo ao longo do tempo, revela-se um padrão estável e individual (Costa & McCrae, 1988; Diener & Larsen, 1984; Magnus & Diener, 1991), levando alguns cientistas a defender que, apesar de acontecimentos que surgem na vida de um indivíduo influenciarem o seu bem-estar, ocorre um processo de adaptação, levando o indivíduo a regressar aos seus níveis de bem-estar subjetivo biologicamente determinado (Headey & Wearing, 1992; Sandvik et al., 1993).

Um dos motivos para esta consistência do bem-estar subjetivo é de origem genética.

“Uma razão para a estabilidade consistente do bem-estar subjetivo é que contém um componente substancial genético; em algum grau as pessoas nascem inclinadas para serem felizes ou infelizes. “ (Diener et al., 2005, p. 67)

Um estudo de Tellegen et al. (1988) levado a cabo com gêmeos estima que 40% da variação das emoções positivas, e 55% da variação das emoções negativas poderão ser explicadas com base na variação genética.

No que respeita os traços de personalidade, os traços que apresentam uma correlação superior são a extroversão e a neurose (Diener & Lucas, 1999). Lucas e Fujita (2000) evidenciam uma relação positiva entre a extroversão e a felicidade, enquanto Fujita (1991) deteta uma relação negativa entre a neurose e a felicidade.

“Assim, poder-se-á dizer que um não neurótico extrovertido tem uma vantagem em alcançar felicidade, mas outros traços, bem como as circunstâncias da vida, também importam.” (Diener et al., 2005, p. 67)

1.1.4.4 Balanço dos contributos

Face ao exposto poderemos então concluir que a insatisfação perante os critérios de avaliação económicos tradicionais do bem-estar, subjacentes ao conceito de riqueza, levou a economia a dedicar-se ao estudo da felicidade, recorrendo ao conhecimento desenvolvido pelas mais diversas áreas científicas. Um dos objetivos da economia da felicidade passa pela tentativa de desenvolver indicadores alternativos no que respeita a avaliação do bem-estar de um país. Estes indicadores seriam de grande utilidade para uma aplicação na política. Uma vez que os indicadores económicos serviam de base para a formulação da política económica, argumentava-se que seriam necessários indicadores sociais para permitir uma correta formulação da política social.

Como vimos ao longo deste capítulo, esta busca por indicadores alternativos aos económicos, teve o seu início nos anos 70, com diversos estudos pioneiros. Agências internacionais como a OCDE e as NU sentiram a necessidade de organizarem conferências e grupos e trabalho dedicados à questão dos indicadores sociais, e em diversos países surgiram instituições, seja sob forma de fundações cofinanciadas pelo estado, ou enquanto grupos de investigação ligados a universidades, dedicadas a esta temática. Começaram a ser lançados questionários, tais como o *General Social Survey* nos Estados Unidos da América, ou o *Eurobarometer* na Europa, entre outros, para periodicamente aferir a qualidade de vida. Mais adiante, quando abordarmos a questão da medição da felicidade, iremos ver alguns destes questionários. O conjunto destes desenvolvimentos é frequentemente intitulado de *Social Indicator Movement*.

Segundo Veenhoven (2009), as recessões económicas de 1975-76 e de 1980-82 e os consecutivos problemas severos de desemprego, desviaram a atenção de objetivos não-económicos. Contudo, apesar de o interesse político e o financiamento se terem desviado dos indicadores sociais, o interesse científico manteve o foco, tendo produzido uma grande quantidade de dados e contribuindo assim para a maturação desta área.

Atualmente, a investigação na área da felicidade, e de forma mais lata, na área dos indicadores sociais constituem uma especialização científica estabelecida, sendo que economistas, psicólogos e outros cientistas encontram no *Journal of Happiness Studies* e no *Social Indicators Research*, uma forma de publicar as suas investigações. O facto de o Prémio Nobel da Economia em 2002 ter sido atribuído pela primeira vez a um psicólogo (Kahneman, 1999,a, 1999b, 2003, 2004) por ter integrado conhecimentos da área da psicologia na ciência

económica, revela claramente a abertura da ciência económica para a colaboração com outras ciências, abrindo assim portas para novas áreas de investigação, tais como a felicidade.

1.1.5 Como medir a Felicidade?

Depois de termos visto que diversas ciências, entre as quais a economia, analisam dados de felicidade, não poderemos deixar de nos debruçar sobre a questão de como medir a felicidade.

Por vezes, questiona-se familiares e amigos de um indivíduo acerca da felicidade do mesmo. Contudo, tendo em conta que o próprio indivíduo será o melhor juiz da sua qualidade de vida, a felicidade, bem-estar ou satisfação com a vida de um indivíduo é normalmente aferida através de questionários apresentados ao próprio. Ao avaliar o seu bem-estar subjetivo o indivíduo tem em conta circunstâncias, experiências do passado, expectativas relativamente ao futuro e mesmo comparações com outras pessoas (Frey & Stutzer, 2001). Distinguem-se os questionários constituídos por uma única questão, os questionários constituídos por diversas questões e ainda ferramentas que medem a felicidade ao longo do tempo.

QUESTIONÁRIOS DE ITEM ÚNICO

Existem diversos questionários que são aplicados nos Estados Unidos da América. Assim o *US General Social Surveys* (Davis et al., 2001) que coloca a questão “No seu conjunto como diria que as coisas estão atualmente – diria que é muito feliz, bastante feliz, ou não muito feliz?” tem sido aplicado nos Estados Unidos da América, abrangendo cerca de 30.000 indivíduos entre 1972 e 1994.

O *National Survey of Families and Households* pergunta “No seu conjunto como diria que as coisas estão atualmente?” A escala na qual se deve assinalar a resposta vai de 1 (Muito infeliz) a 7 (Muito feliz). Este questionário abrangeu cerca de 10.000 americanos numa primeira vaga de 1987 a 1988, e outros tantos numa segunda vaga de 1992 a 1994.

O *Social Capital Community Benchmark Survey* questiona “Tendo em consideração todas as coisas, diria que é...”, sendo que o respondente deverá escolher entre as opções “Muito feliz, feliz, não muito feliz, nada feliz”. Este questionário foi aplicado em mais de 29 estados dos Estados Unidos da América, tendo permitindo perto de 30.000 respostas.

Outro questionário aplicado nos Estados Unidos da América é o *Midlife in the US*, que pede ao respondente “Por favor avalie a sua vida no geral nestes dias na escala de 0 a 10, onde 0 é no geral a pior vida possível e 10 no geral a melhor vida possível.”. Este questionário foi

aplicado através de telefonemas aleatórios, resultando assim uma taxa de resposta bastante elevada de indivíduos com mais de 65 anos.

O *Canadian General Social Survey* pede para os respondentes responderem à questão “Atualmente descrever-se-ia como 1) muito feliz, 2) algo feliz, 3) algo infeliz ou 4) muito infeliz?”. É administrado via telefone e teve início em 1985. Até 1998, obteve dados de cerca de 10.000 pessoas. Em 1999 o número de respondentes rondava os 25.000.

O *Latinobarometer* cobre 17 países latinos e de 1997 a 2000 apresentava cerca de 1.000 respostas de cada país. À questão “Quão satisfeito está com a sua vida?”, os respondentes deveriam indicar uma das seguintes respostas “Não de todo.” “Um pouco.” ” Satisfeito.” “Muito”.

O *Household, Income and Labour Dynamics in Australia Survey* pergunta “Tendo em consideração todas as coisas, quão satisfeito está com a sua vida? Quanto mais satisfeito estiver, mais elevado deverá ser o número que escolhe. Quanto menos satisfeito estiver, mais baixo o número. 0-10”. Numa primeira aplicação em 2001, este questionário obteve quase 14.000 respostas de mais de 7.000 agregados familiares distintos. Numa segunda aplicação deste questionário, cerca de 12.000 dos respondentes de 2001 voltaram a facultar dados.

O *Eurobarometer Surveys*, que cobre todos os países da União Europeia, pergunta “No todo, está muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito ou não satisfeito de todo com a vida que leva?”. As respostas possíveis são “muito satisfeito, bastante satisfeito, não muito satisfeito, não satisfeito de todo.” Esta ferramenta é aplicada presencialmente e permitiu até à data chegar a 300.000 indivíduos em 12 países europeus.

Será benéfico referir os resultados dos países que nos servirão como objeto de estudo do presente trabalho. Os últimos dados disponíveis à data da realização do presente trabalho datam de Maio 2013 (Gráfico 13).

Em Portugal, 2% referem estar muito satisfeitos, 31% bastante satisfeitos, 43% não muito satisfeitos e 24% nada satisfeitos com a sua vida no geral.

Na Alemanha, os resultados são bastante diferentes. 29% referem estar muito satisfeitos, 60% bastante satisfeitos, 9% não muito satisfeitos e 2% nada satisfeitos com a sua vida no geral.

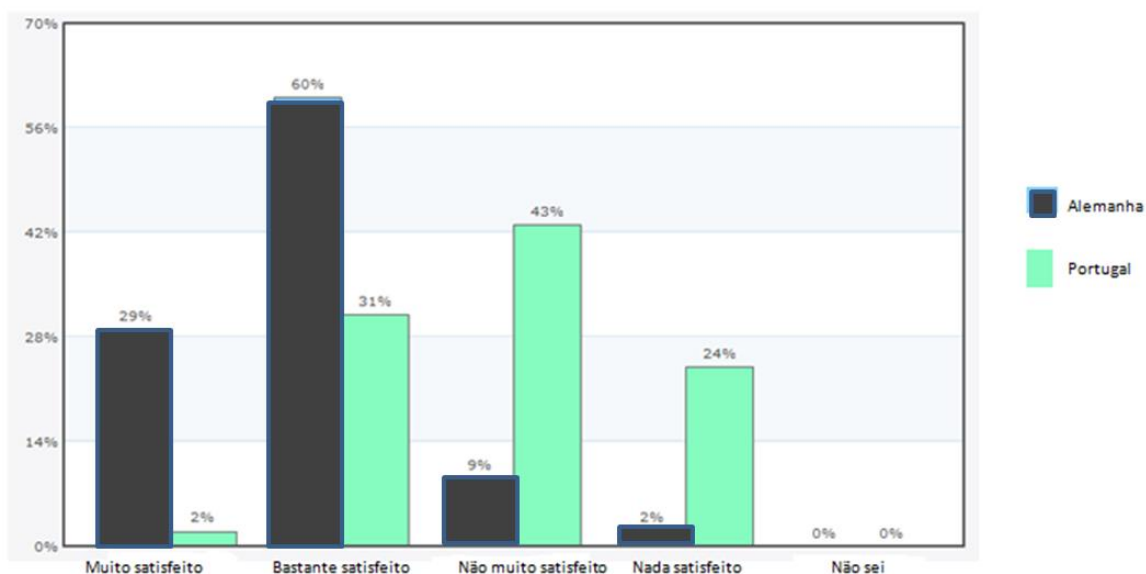


Gráfico 13: A satisfação com a vida em Portugal e na Alemanha em Maio de 2013 segundo o Eurobarometer

Fonte: Eurobarometer (s.d.)

O *European Social Values Survey* foi aplicado em mais de 20 países europeus e coloca a questão “Tendo em consideração todas as coisas, quão satisfeito está com a sua vida, atualmente?”, e pede que a resposta seja indicada numa escala de 1 (insatisfeito) a 10 (satisfeito). No entanto, consultando os resultados para Portugal e para a Alemanha, verifica-se que a escala de respostas possíveis é mais reduzida, variando entre 1 (muito feliz) e 4 (nada feliz). Os últimos dados disponíveis são de 1999. Portugal apresenta a menor proporção de pessoas muito felizes (Quadro 3).

	País/ região		
	Total	Alemanha	Portugal
Muito feliz	19,30%	19,90%	18,00%
Bastante feliz	63,80%	62,80%	65,80%
Não muito feliz	15,10%	15,30%	14,70%
Nada feliz	1,80%	2,00%	1,50%
Total	2996 (100%)	2001 (100%)	996 (100%)

Quadro 3: A felicidade em Portugal e na Alemanha em 1999 segundo o European Values Survey

Fonte: European Values Survey (s.d.)

O *World Values Survey* (Inglehart et al. 2000) resultou do *European Social Values Survey* e coloca a questão “Tendo em consideração todas as coisas, quão satisfeito está com a sua vida, atualmente?”, e pede que a resposta seja indicada numa escala de 1 (insatisfeito) a 10

(satisfeito). Este questionário foi utilizado para obter dados de cerca de 1.000 indivíduos do Reino Unido, em 1998 e em 1999. O *World Values Survey* não contempla dados para Portugal. No caso da Alemanha, os últimos dados disponíveis dizem respeito ao ano de 2006, e a escala de respostas possíveis é mais reduzida, variando do 1 (muito feliz) ao 4 (nada feliz). Estes dados revelam 19,9% de respondentes muito felizes, 63,9% de respondentes bastante felizes, 14,6% de respondentes não muito felizes e 1,6% de respondentes nada felizes¹⁶.

O *British Household Panel Survey* coloca a questão “Quão satisfeito está com a sua vida, no geral?”, pedindo ao respondente para assinalar a resposta numa escala de 1 (não satisfeito de todo) a 7 (completamente satisfeito) e “Diria que está mais satisfeito com a sua vida, do que há um ano atrás, menos satisfeito, ou que sente o mesmo?”. Este questionário teve início em 1991, sendo aplicado a todos os membros maiores de idade de um determinado agregado familiar. O primeiro período de aplicação abrangeu cerca de 10.300 indivíduos, correspondentes a cerca de 5.500 agregados familiares do Reino Unido. Posteriormente foram adicionados dados da Escócia, da Irlanda do Norte e do País de Gales.

Ainda, no âmbito do Reino Unido, o *National Child Development Survey* engloba indivíduos nascidos no Reino Unido entre 03. e 09.03.1958. Os dados mais recentes são do ano 2000. Dos iniciais 17.414 indivíduos, existem dados de 11.419 em 2000. Este questionário coloca 3 questões “Até agora, quão satisfeito está com a sua vida?”, “Quão satisfeito estava com a sua vida 5 anos atrás?” e “Quão satisfeito espera estar com a sua vida daqui a 5 anos?”. As respostas são indicadas numa escala de 0 (completamente insatisfeito) a 10 (completamente satisfeito).

O *Hungarian Household Panel Survey* pede “Por favor indique até que ponto está satisfeito com 1) a forma como a sua vida tem corrido e 2) o seu padrão de vida”. A resposta deve ser indicada numa escala de 0 (nada satisfeito) a 10 (completamente satisfeito). Com este questionário foram coletados dados de mais de 2.500 agregados familiares, anualmente entre 1991 e 1997.

O *Russian Longitudinal Monitoring Survey* foi aplicado a agregados familiares de 20 regiões entre 1995-1998. Apenas numa primeira fase reuniu dados de mais de 17.000 pessoas, correspondentes a mais de 6.000 agregados familiares. Perguntou-se, entre outros: “Até que ponto está satisfeito com a vida em geral, atualmente?”, sendo que as respostas possíveis

¹⁶ Fonte: wvsevsdb.com

eram “Totalmente satisfeito.” “Bastante satisfeito.” “Ambos, sim e não.” “Menos do que satisfeito.” “ Não satisfeito de todo.”.

No *Swedish Level of Living Survey*, aplicado diversas vezes entre 1968 e 1991, questionava-se “Como vê as suas próprias condições? Em geral, pensa que a sua situação é 1) muito boa, 2) bastante boa, 3) nem boa nem má, 4) bastante má ou 5) muito má?”.

O *Swiss Household Panel Survey* pede para numa escala de 0 (nada satisfeito) a 10 (completamente satisfeito), o respondente responder à questão “Em geral, quão satisfeito está com a sua vida?”. Este questionário foi aplicado entre 1999 e 2004, abrangendo cerca de 4.000 agregados familiares e 7.000 indivíduos por ano.

No *German Socio-Economic Panel Survey*, a questão “Quão satisfeito está com a sua vida como um todo, atualmente?” deve ser respondida através de uma escala que vai do 0 (completamente insatisfeito) ao 10 (completamente satisfeito). Trata-se de um questionário com dados de mais de 24.000 indivíduos, realizado presencialmente, em que todos os membros de um agregado familiar são convidados a participar.

Tendo em conta que a Alemanha é um dos países que nos servirão como objeto de estudo do presente trabalho, será proveitoso apresentar os resultados mais recentes. Em 2012, a média nos estados federais da Alemanha varia entre 7,02 e 7,62, sendo a média global de 7,46 (Quadro 4).

	Valor médio
Schleswig-Holstein	7,47
Hamburg	7,40
Niedersachsen	7,51
Bremen	7,37
Nordrhein-Westfalen	7,55
Hessen	7,56
Rheinland-Pfalz	7,53
Baden-Württemberg	7,62
Bayern	7,59
Saarland	7,48
Berlin	7,21
Brandenburg	7,03
Mecklenburg-Vorpommern	7,17
Sachsen	7,09
Sachsen-Anhalt	7,11
Thüringen	7,02
Insgesamt	7,46

Quadro 4: Os valores médios de felicidade na Alemanha por estado federal e total em 2012

Fonte: DIW (s.d.)

Por último, o *International Social Survey Programme* coloca a questão “Se considerasse a sua vida no geral, atualmente, quão feliz ou infeliz diria que é no todo?”. Para responder, poderá optar-se entre “Muito feliz.” “Bastante feliz.” “Não muito feliz.”. Trata-se de uma colaboração internacional que abrange 41 países.

A vantagem destas abordagens de apenas um item é naturalmente a sua brevidade. Todavia alguns psicólogos preferem usar abordagens de itens múltiplos, considerando estas mais fidedignas.

QUESTIONÁRIOS DE ITENS MÚLTIPLOS

Um dos questionários de múltiplos itens mais utilizados é a *Satisfaction with Life Scale* (Diener et al., 1985; Pavot & Diener, 1993), constituída pelas seguintes cinco questões: 1) “Na maioria dos aspetos a minha vida está perto do meu ideal.” 2) “As minhas condições de vida são excelentes.” 3) “Estou satisfeito com a minha vida.” 4) “Até agora consegui as coisas importantes que quero na vida.” e 5) “Se pudesse viver a minha vida de novo, não mudaria quase nada.”, sendo que a resposta deverá ser facultada numa escala de um a sete: 7) “Concordo fortemente.” 6) “Concordo.” 5) “Concordo ligeiramente.” 4) “Nem concordo, nem discordo.” 3) “Discordo ligeiramente.” 2) “Discordo.” e 1) “Discordo fortemente.”.

O *General Health Questionnaire*, afere o estado de espírito mediante as respostas dadas às seguintes doze questões: “Recentemente tem 1) conseguido concentrar-se no que está a fazer, 2) sentido que desempenha um papel útil, 3) sentido que é capaz de tomar decisões 4) conseguido retirar prazer das suas atividades quotidianas, 5) conseguido enfrentar os seus problemas, 6) tem-se sentido feliz, de modo geral” no que respeita o estado de espírito positivo e 7) perdido muito sono devido a preocupações, 8) se sentido sob pressão, 9) sentido que não consegue ultrapassar as suas dificuldades, 10) se sentido triste ou deprimido, 11) perdido confiança em si mesmo, 12) pensado em si como pessoa inútil?” referente ao estado de espírito negativo. As respostas a estas perguntas devem ser assinaladas numa escala de Likert que vai do 1 (*muito mais do que habitualmente*) ao 4 (*muito menos do que habitualmente*). Estes resultados são computados de forma a facultar um resultado único.

O *Positive and Negative Affect Scale* (Watson et al., 1988) mede, igualmente os estados de espírito positivos e negativos, com base em dez questões, cada.

No caso do *Scales of Psychological Well-Being* (Ryff & Keyes, 1995) 18 itens aferem seis dimensões de bem-estar psicológico. Os participantes assinalam a sua resposta numa escala

de Likert que vai de 1 (discordo fortemente) a 6 (concordo fortemente) e cada 3 itens referem-se a uma das seguintes dimensões: autonomia, mestria ambiental, relações positivas com outros, crescimento pessoal, propósito de vida e autoaceitação.

FERRAMENTAS QUE MEDEM A FELICIDADE AO LONGO DO TEMPO

Independentemente de se tratar de ferramentas de medição de felicidade de um único ou de vários itens, todos os questionários acima referidos, têm como elemento comum o facto de aferirem a felicidade num só momento. Existem, no entanto, ferramentas concebidas para medir a felicidade ao longo do tempo.

Csikszentmihalyi (1990) defende que para além de os questionários que aferem a felicidade num único momento, o bem-estar também deva ser medido em tempo real, indo assim como vimos anteriormente, ao encontro do que os psicólogos hedonistas defendem. Desenhado para ser livre de enviesamentos retrospectivos, o *Experience Sampling Method*, (Hektner et al., 2006; Kahneman, 1999; Kahneman et al. 2004; Larson & Csikszentmihalyi, 1983) é, segundo estes psicólogos o método mais eficaz para obter dados de bem-estar subjetivo. Este método coloca, aleatoriamente, várias vezes ao dia questões aos participantes, através de um pequeno computador portátil. Os participantes devem responder imediatamente às questões, que incluem informação sobre as atividades que estavam a desenvolver, com que pessoas estavam a interagir e qual o seu grau de felicidade. Por norma, estes estudos decorrem durante um período de uma a quatro semanas. Tendo em conta que se trata de um método algo dispendioso, não se adequa a amostras de maior dimensão.

Como vimos anteriormente, um outro método de medição do bem-estar subjetivo, desenvolvido com o intuito de eliminar enviesamentos retrospectivos é o *Day Reconstruction Model* (DRM). Pede-se aos respondentes que construam um diário do dia anterior, consistente de uma sequência de episódios, reavivando assim as memórias. De seguida descrevem cada um dos episódios, respondendo a questões sobre a situação e os sentimentos que experienciaram. O evocar o contexto do dia imediatamente anterior deveria avivar memórias recentes e específicas, reduzindo assim erros e enviesamentos da memória retrospectiva (Kahneman et al., 2004). Ao identificar a tarefa que executavam em cada um dos episódios reportados, com quem se encontravam e como se sentiam, o DRM permite uma análise da alocação do tempo de um dia a tarefas e acontecimentos, e um ranking das atividades por grau de felicidade. Trata-se de um método mais económico do que o *Experience Sampling Method*. Pedindo aos respondentes reconstruções detalhadas das suas atividades diárias e uma

avaliação das suas experiências hedónicas, este método permite também uma análise da alocação do tempo de um dia a tarefas e acontecimentos, e um ranking das atividades por grau de felicidade. Este estudo evidenciou que atividades como ter relações sexuais, socializar com amigos, relaxar, e fazer exercício físico, entre outros, promovem felicidade. Já as deslocações diárias para e do trabalho, o trabalho e tarefas domésticas encontram-se no fundo do ranking.

FIABILIDADE

Como vimos anteriormente, o precursor destes métodos de medir a felicidade através das avaliações do próprio indivíduo, foi Flugel (1925). No entanto, também Cantril (1965), Wilson (1967) e Bradburn (1969) são frequentemente referidos como progenitores das medidas subjetivas, sendo que foram os primeiros investigadores a utilizar este método em larga escala.

Porém, para que os dados subjetivos possam ser usados em análises económicas, a questão que se coloca perante todas as formas suprarreferidas de medidas subjetivas, que aferem o bem-estar autoreportado, é a validade destes dados, ou seja se o bem-estar subjetivo reportado corresponderá ao bem-estar de um indivíduo.

“O bem-estar poderá ser medido com um questionário subjetivo, mesmo aproximadamente?” (Kahneman & Krueger, 2006, p. 4)

A fiabilidade desta forma de medir a felicidade reside em duas premissas. Primeiro, que exista uma correlação entre a felicidade que os indivíduos reportam e o conceito de felicidade que é objeto de estudo. Segundo, que aquilo que é reportado pelos indivíduos seja comparável, ou seja, que alguém que, numa escala de 0 a 10, avalie a sua satisfação com um 8, seja efetivamente mais feliz do que alguém que na mesma escala represente a sua felicidade com um 6. (Ferrer-i-Carbonell, 2013)

Vários têm sido os estudos que se têm debruçado sobre esta questão (Andrews & Robins, 1991; Ferrer-i-Carbonell & Frijters, 2004; Haybron, 2007; Larsen & Fredrickson, 1999; Linley et al., 2009; Michalos, 1991; Schwarz & Strack, 1999; Veenhoven, 1993) e há diversos dados que atestam a fidedignidade da felicidade autoreportada.

Um deles é o facto de diversos métodos de medição de felicidade aportarem resultados consistentes entre si (Andrews & Withey, 1976; Fordyce, 1988). Deste modo, a felicidade média apresenta resultados muito semelhantes para todos os questionários espanhóis recentes

(Ferrer-i-Carbonell, 2013). Do mesmo modo, a felicidade autoreportada de um indivíduo é, por exemplo, consistente com a opinião que pessoas próximas, tais como amigos e familiares (Diener, 1984; Pavot & Diener, 1993; Sandvik et al., 1993), cônjuges (Costa & McCrae, 1988) e de profissionais de saúde (Goldings, 1954) do indivíduo têm acerca da felicidade do mesmo.

Neste ponto não poderemos deixar de referir o artigo de Dobewall et al. (2013), que refere que quando um terceiro avalia a felicidade ou satisfação com a vida de alguém, esta avaliação é adulterada pela imagem que o terceiro tem da personalidade da pessoa que está a avaliar. Dobewall et al. (2013) defendem ainda que o bem-estar subjetivo autoreportado reflete, de algum modo, a opinião das outras pessoas sobre a personalidade do próprio.

Outro elemento frequentemente referido para suportar a fidedignidade dos dados de bem-estar reportado é o facto de a análise fatorial de autorrelatos e de não autorrelatos de bem-estar evidenciaram um constructo único por trás das medidas, apontando assim para a validade das mesmas (Sandvik et al., 1993).

Quem reporta ser feliz, é menos provável de cometer suicídio (Koivumaa et al., 2001), sendo que a satisfação com a vida autoreportada permite prever suicídio nos cinco anos seguintes (Moum, 1996).

O bem-estar subjetivo reportado é moderadamente estável e sensível a mudanças nas circunstâncias de vida (Ehrhardt et al., 2000; Headey & Wearing, 1991).

Outro facto que abona em favor da fidedignidade da felicidade autoreportada é o facto de esta apresentar uma correlação com diversos mecanismos fisiológicos. Verifica-se, por exemplo, que modificações da atividade elétrica no cérebro e da frequência cardíaca ocorrem quando há variação substancial em estados de espírito negativos reportados (Davidson et al., 2000). Existem correlações entre a felicidade reportada e a atividade eletroquímica no córtex pré-frontal dorso lateral. Já um estado de espírito reportado negativo suscita atividade no lado oposto (Urry et al, 2004).

Outro ponto que suporta a tese da fidedignidade do bem-estar subjetivo autoreportado é o facto de existir uma correlação entre este e saúde (Blanchflower & Oswald, 2008; Steptoe & Wardle, 2005). A felicidade autoreportada apresenta também correlação com o risco de problemas cardíacos (Sales & House, 1971), bem como a longevidade (Palmore, 1969). Existem também estudos que revelam que tratamentos de saúde podem ser mais eficazes em

indivíduos com níveis de bem-estar subjetivos superiores (Cohen et al., 2006; Hayney et al., 2003).

Pessoas que reportam maior felicidade, sorriem mais na interação com terceiros (Fernández-Dols & Ruiz-Belda, 1995), e apresentam uma duração superior do sorriso Duchenne (Eckmann, et al., 1993). Também quem sorri mais durante a realização do questionário (Sandvik et al., 1993) e tem maior atividade dos músculos faciais (Kahneman, 1999), reporta níveis de felicidade superiores.

Face a estas correlações considera-se que se cumpre a premissa de existência de uma correlação entre a felicidade que os indivíduos reportam e o conceito de felicidade que é objeto de estudo.

Relativamente à segunda premissa, que os indivíduos tenham o mesmo referencial de forma que aquilo que é reportado pelos indivíduos seja comparável, foram efetuados diversos estudos empíricos, e os resultados apontam para um conceito quase que universal, partilhado do que é a felicidade ou a satisfação.

Neste sentido, constatou-se que indivíduos têm a capacidade de avaliar as emoções de terceiros, observando fotografias ou vídeos dos mesmos (Diener & Lucas, 1999; Sandvik et al., 1993).

Mais, van Praag (1991) demonstrou que indivíduos de uma comunidade linguística têm um referencial e entendimento linguístico semelhante. Para além de se constatar o mesmo entendimento de palavras como ‘bem’ e ‘mal’, como uma representação numérica numa escala apresenta resultados muito semelhantes entre os indivíduos da mesma comunidade linguística.

Face ao exposto, poderemos afirmar que existem motivos para acreditar que os meios de medir a o bem-estar subjetivo têm validade (Diener, 2000), ou como o formula Ferrer-i-Carbonell:

“Existe evidência o suficiente para ser confiante de que indivíduos sejam capazes e que queiram providenciar uma resposta significativa quando são questionados para avaliar o seu nível de satisfação com a própria vida numa escala finita.” (Ferrer-i-Carbonell, 2013, p. 38)

1.1.6 Algumas linhas de investigação a desenvolver no âmbito da Economia da Felicidade

Após termos abordado as principais características e contribuições desta área de investigação relativamente recente, que constitui a economia da felicidade, não poderemos deixar de referir algumas sugestões para futuras investigações, apontadas por investigadores que se têm dedicado ao estudo da área em apreço.

A revisão bibliográfica no âmbito da felicidade, levada a cabo ao longo deste capítulo, permitiu-nos constatar que a investigação na área da felicidade tem sido alvo de estudo intenso de diversas áreas científicas. Contudo, existe ainda muito por estudar. O facto de se tratar de uma área recente, torna a economia da felicidade especialmente desafiante para a investigação.

“Esta literatura, recentemente conhecida como economia da felicidade (...) encontra-se apenas na sua infância, mas as suas possibilidades e desafios são amplos.” (Ferrer-i-Carbonell, 2013, p. 55)

Frey e Stutzer (2002) sugerem o estudo dos efeitos da felicidade no comportamento, como área de investigação, salientando que esta, até à data, se centrara no estudo da relação inversa.

Tem surgido algum estudo dedicado à influência da felicidade no trabalho, tendo-se evidenciado que a produtividade beneficia, e o absentismo e a rotatividade diminuem com a felicidade (Iffaldano & Muchinsky, 1985; Warr, 1999). Suspeita-se porém que a felicidade poderá igualmente ter influência em decisões económicas de peso. Deste modo o consumo poderá ser afetado pela felicidade, sendo que existem indícios para que indivíduos felizes tenham uma relação diferente com o dinheiro, impactando a propensão ao consumo ou à poupança (Kahn & Isen, 1993). De igual modo, o perfil de investimento, nomeadamente a atitude face ao risco, também poderá ser afetado pela felicidade. Guven (2011) sugere que a felicidade esteja associada com uma maior ponderação antes de uma tomada de decisão e de um controlo mais elevado das despesas, levando pessoas felizes a serem menos propensas ao consumo e de favorecer a poupança em detrimento do consumo. Nas suas decisões financeiras, pessoas felizes optam por investimentos de risco mais reduzido.

Tendo-se encontrado evidência para que as atitudes perante a União Europeia sejam afetadas pela felicidade (Castles, 1998), supõe-se também que a felicidade influencie a intenção de voto, seja no que diz respeito a políticos, partidos ou referendos.

Ainda no âmbito da economia, Frey e Stutzer (2002), sugerem que se expande o estudo do impacto da democracia na felicidade, investigando o impacto de outras instituições. Apontam questões como a relevância do corporativismo na construção política, ou o grau de independência das instituições financeiras do banco central, como áreas de interesse.

Os dados e a sua análise também são assinalados como tópicos a serem desenvolvidos na economia da felicidade. Deste modo, o incremento da qualidade dos dados de felicidade (Diener et al. 1999), como também a sua recolha sistemática (Frey & Stutzer, 2002), salientando-se, por exemplo, a falta de dados em países em desenvolvimento, são apontados como benéficos ao estudo da economia da felicidade.

Ferrer-i-Carbonell (2013) reforça a necessidade de a análise empírica aprimorar os métodos econométricos, bem como as abordagens empíricas, para fazer face a condicionantes mais sensíveis, tais como eventuais causalidades invertidas ou dinâmicas da felicidade. Frey e Stutzer (2002) sugerem o uso de técnicas de análise de grupo utilizadas pela demografia.

Ainda relativamente aos dados de felicidade, Dolan et al. (2008) referem que a maior parte da pesquisa efetuada até à data se centra na felicidade do indivíduo, e sugerem que a investigação se dedique também ao estudo da felicidade do agregado familiar.

No âmbito da medição de utilidade, Ferrer-i-Carbonell (2013) louva os estudos efetuados até à data e o elevadíssimo potencial das medidas subjetivas. Adverte porém a necessidade de desenvolver um constructo teórico que oficialize a ligação entre a felicidade autoreportada, a utilidade, as preferências e o comportamento.

1.1.7 Porquê estudar Felicidade?

Depois de termos feito uma revisão à economia da felicidade, será agora importante esclarecer os motivos que justifiquem a felicidade enquanto área e de investigação de considerável importância.

1.1.7.1 A Felicidade é possível?

Uma questão pertinente que teremos de colocar, no âmbito do estudo da felicidade, é se a felicidade é ou não possível. Neste âmbito, Tatarkiewicz (1976) distingue entre felicidade ideal e felicidade atual. A felicidade ideal seria completa e duradoura, tocando toda a vida, perfeita, pura, com parâmetros muito elevados e pode assim não ser alcançável. Já a felicidade atual seria composta por emoções predominantemente positivas e pela satisfação com a vida; é este tipo de felicidade que é objeto de estudo da economia, e de outras ciências.

Existem pessimistas que alegam que a felicidade é impossível de alcançar. Hegésias, da Alexandria (séc. III a.C.), por exemplo, acreditava que a felicidade seria inatingível, que a vida não valeria a pena de ser vivida e que um sábio escolheria a morte (Matson, 1998), o que lhe mereceu a alcunha de persuasor da morte. Segundo Veenhoven (2005) o pessimismo, no sentido de apregoar que é impossível o Homem alcançar felicidade, surgiu em contextos sociais muito conturbados, em que a qualidade de vida era muito inferior face aos tempos modernos, condicionando assim também o bem-estar das pessoas.

Representando uma visão mais positiva, Diener e Diener (1996) afirmam que a grande maioria das pessoas é feliz, depois de um estudo empírico, abrangendo 43 países, ter concluído que 86% dos inquiridos apresentavam níveis de felicidade acima da média da escala de felicidade. O estudo do *Pew Research Center* (2006), corrobora esta afirmação.

Mill (1994) defende que só será feliz aquele que tenha a sua mente focada em algum objetivo que não a sua própria felicidade, mas sim na felicidade de outros, na melhoria da humanidade, mesmo em qualquer tipo de busca, perseguida não como meio, mas ela mesma como o fim ideal. Também estudos de Schooler et al. (2003) e Green et al. (2003) mostram que estar focado em si próprio e na obtenção da própria felicidade, poderá ser contraproducente e levar a níveis inferiores de felicidade. No entanto, se a busca intencional pela própria felicidade parece não trazer os resultados desejados, Fordyce (1977) e Lyubomirsky et al. (2005) defendem que existem atividades e mudanças no estilo de vida, que o indivíduo pode efetuar de forma deliberada, de forma a aumentar a sua felicidade, tais como a meditação e a contabilização das próprias graças.

Adam Smith aponta para a “certeza infalível com que todos os homens, mais tarde ou mais cedo, se acomodam a seja qual for a sua situação permanente” (1759/ 2006, p. 172). Brickman et al. (1978), corroboram esta afirmação com estudos que constataam que

vencedores de lotaria não são mais felizes do que antes de vencer o prêmio monetário, e que mesmo vítimas de acidentes que sofreram paralisia voltam aos seus níveis de felicidade anteriores, colocando assim a questão sobre a relatividade da felicidade. Neste âmbito, Lykken e Tellegen (1996) defendem que acontecimentos importantes, sejam eles positivos, como um casamento, ou negativos, como a morte de uma criança ou o desemprego, apenas afetam a felicidade temporariamente, retornando a níveis determinados por genótipo. Assim, não seria relevante o quanto nos esforçamos para alcançar felicidade, o fenómeno da adaptação e a nossa natureza irão condenar esta busca numa causa perdida face a um objetivo ilusório.

No entanto, existem estudos que demonstram que o ser humano não se adapta nem rapidamente, nem completamente (Diener et al., 2006), nem a todas as circunstâncias (Lucas et al., 2004). Vítimas de desemprego ou quem perde o parceiro, em média, não recupera os níveis de felicidade anteriores. Existem ainda outros estudos que concluem que existem fatores, tais como o ruído, longas viagens para o local de trabalho, ou conflitos interpessoais (Haidt, 2006), aos quais o ser humano dificilmente se adaptará.

Será importante referir que também existem eventos positivos, que elevam os níveis de felicidade de forma permanente, sem que se verifique uma normalização. Rankin et al. (1998) revelam que eventos, como por exemplo uma cirurgia plástica, podem ter efeitos a longo prazo, no bem-estar de uma pessoa.

Por fim, será importante salientar que o cérebro humano parece fisiologicamente concebido para experienciar felicidade, uma vez que as áreas de recompensa parecem ser de maior dimensão, do que aquelas que produzem experiências desagradáveis (Bless & Schwarz, 1984).

1.1.7.2 Queremos ser felizes?

Como vimos ao longo deste capítulo, a felicidade sempre foi um tema relevante para o ser humano, desde os seus primórdios. A sua relevância tem tal peso, que as mais diversas disciplinas estudam a felicidade e governos começam a equacionar a sua inclusão nas monitorização de progresso das nações.

Vimos ainda, que a felicidade foi incluída como direito de qualquer cidadão americano, na constituição dos Estados Unidos da América. O peso que a felicidade representa para este

povo é evidenciado por King e Napa (1998), que revelaram que os americanos consideram a felicidade mais imprescindível a uma boa vida, do que riqueza ou moral.

Contudo, a felicidade não é apenas vista pelos americanos como algo de máxima importância. Diener et al. (1998) pediram a alunos de 41 nações para numa escala de 1 a 7, em que 7 representava extremamente importante, indicassem em que medida a felicidade seria importante. O resultado deste estudo foi uma média de 6,39, podendo-se assim afirmar que o ser humano quer ser feliz.

1.1.7.3 Devemos ser felizes?

Uma das mais recentes descobertas no âmbito do estudo da felicidade é que, tanto no caso do indivíduo, como das sociedades, a felicidade não é meramente resultado de fatores positivos, mas a causa de resultados positivos. Neste sentido, a felicidade contribui para uma melhor saúde, para um melhor rendimento no trabalho, para relações sociais melhores e para um comportamento mais ético (Kesebier & Diener, 2008).

SAÚDE

A investigação demonstra que a felicidade tem impacto na saúde fisiológica do ser humano, melhorando a mesma. Um dos estudos mais mediáticos é o de Danner et al. (2001). Através de autobiografias de freiras católicas, escritas, quando em média tinham 22 anos, demonstraram haver uma correlação entre o teor positivo e a longevidade 60 anos depois. A relação positiva entre a felicidade e a longevidade foi corroborada, entre outros, por Diener e Chan (2011) e Vasquéz et al. (2004).

Um outro estudo interessante foi levado a cabo por Cohen et al. (2003). Estes investigadores expuseram um grupo de pessoas ao vírus da gripe e descobriram que pessoas com níveis de felicidade superiores, eram mais resistentes ao vírus.

Será importante referir que a felicidade não cura doenças, mas oferece proteção contra elas (Veenhoven, 2008).

REALIZAÇÃO

Segundo Fredrickson (1998) e Diener e Seligman (2004), a felicidade leva ao desenvolvimento e a uma melhor utilização de capacidades e recursos, sendo que tarefas tais como a resolução de problemas, correção de erros, tomada de decisões ou pensamento

flexível, são desempenhadas com maior sucesso por pessoas felizes, ou colocadas artificialmente numa disposição feliz.

Diener et al. (2002) e Diener e Seligman (2004) evidenciam que pessoas felizes tendem a ter mais sucesso acadêmico, a conseguir um emprego, a ter avaliações positivas por parte dos supervisores, e a ter salários superiores. Tendem também menos a perder o emprego, e em caso de desemprego, conseguem encontrar um novo emprego com mais facilidade.

RELAÇÕES SOCIAIS E COMPORTAMENTO PRO-SOCIAL

Estudos demonstram que felicidade tende a suscitar o que de melhor existe no ser humano, tornando-o mais social, mais cooperativo, e mais ético.

Neste sentido, indivíduos que apresentam níveis de felicidade superiores, tendem a avaliar de forma mais positiva terceiros, e depositam mais confiança nos mesmos. Assim, segundo Diener e Seligman (2004), pessoas felizes tendem a fazer avaliações mais positivas de pessoas que acabaram de conhecer, demonstram mais interesse em interagir socialmente e apresentam também uma maior abertura para *self-disclosure*.

Um estudo de Brehm e Rahn (1997) revela que os indivíduos que indicaram maior felicidade com a vida, demonstram maior confiança em terceiros.

Indivíduos mais felizes não só têm uma visão mais positiva de quem os rodeia, como também revelam um comportamento mais ético. James e Chymis (2004) levaram a cabo um estudo em que evidenciaram que respondentes com índices de felicidade mais elevados respondem de forma mais ética, quando confrontados com cenários, como adquirir algo que sabem que fora roubado, ou utilizar os transportes públicos sem pagar.

Como vimos anteriormente, praticamente todas as pessoas almejam serem felizes, sendo a felicidade considerada o derradeiro objetivo do ser humano (Frey & Stutzer, 2002). Tendo em conta a revisão bibliográfica que fizemos, sabemos que este objetivo do ser humano vem de mãos dadas com elementos positivos, tais como uma saúde mais robusta, melhores relações sociais, maior sucesso profissional, entre outros.

Será também importante salientar que Tov e Diener (2007) defendem que a felicidade não só aporta benefícios sociais a nível individual, mais também a uma escala maior, sendo que países mais felizes tendem a ter valores superiores em parâmetros como a confiança, voluntarismo e atitudes democráticas. Kesebier e Diener (2008) acentuam a ideia de que a

felicidade não será apenas um objetivo centrado no indivíduo, mas que a felicidade do indivíduo se revela benéfica para o coletivo, uma vez que a felicidade do indivíduo contribui para um melhor rendimento no trabalho e para comportamentos mais éticos.

Neste âmbito, não poderemos de deixar de voltar a realçar os estudos de Li e Lu (2008, 2010), que encontram evidência para que a felicidade tenha uma relação positiva e causal com o crescimento económico, defendendo que o aumento de um desvio padrão na felicidade incrementa a taxa de crescimento.

Face ao exposto poderemos afirmar que será benéfico para os indivíduos, bem como para as sociedades em que estes se inserem, que os indivíduos sejam felizes.

Tendo identificado a importância da felicidade para o indivíduo, bem como para o coletivo, poderemos afirmar que o estudo da felicidade se afigura relevante, no sentido de que apenas sabendo mais sobre a felicidade, nomeadamente o que a determina, será possível alcançar este derradeiro objetivo do ser humano. Di Tella e MacCulloch (2006) salientam a ligação natural entre a felicidade e a economia.

“Dados de felicidade estão a ser usados para enfrentar questões importantes na economia. Parte desta abordagem é bastante natural, uma vez que muitas questões na economia são fundamentalmente sobre a felicidade.” (Di Tella & MacCulloch, 2006, p. 43).

De um modo mais concreto, Veenhoven (1996) afirma que o estudo da felicidade pretende antes de mais estabelecer critérios da felicidade, para de seguida fazer uma comparação com a realidade, com o intuito de perceber o que terá de ser modificado para alcançar o ideal, sendo o objetivo final a construção de uma sociedade melhor.

“A preocupação principal nesta área é desenvolver critérios para a ‘boa’ vida. Objetivos seguintes são avaliar quão bem a realidade se adapta a estes parâmetros e estabelecer o que seria necessário para uma aproximação ao ideal. O motivo de muito deste trabalho é de criar uma sociedade melhor.” (Veenhoven, 1996, p. 11)

Todavia, a relevância do estudo da felicidade não se limita apenas à tentativa de descortinar os determinantes da felicidade. A construção de uma sociedade melhor passa, em grande parte pelo processo político, que através das suas diversas normas, leis e instituições molda a sociedade. Como vimos anteriormente, o estudo da felicidade permitiu aos economistas a

construção de funções de utilidade que possibilitam a valorização de bens não comercializáveis. Deste modo, o estudo da felicidade poderá contribuir para a construção de uma sociedade melhor, através da construção de recomendações com base empírica.

“A capacidade de medir utilidade irá permitir cada vez mais que os investigadores façam recomendações à política pública, baseadas em resultados empíricos.” (Ferrer-i-Carbonell, 2013, p. 55)

Frey e Stutzer (2002) destacam a felicidade como derradeiro objetivo do ser humano e evocam três motivos que justifiquem o estudo da felicidade por parte da economia.

“Para além deste interesse intrínseco, existem três razões principais para que economistas considerem a felicidade. A primeira é a política económica.” (Frey & Stutzer, 2002, p. 402)

Estes autores expõem os *trade-offs* inerentes à política económica, apontado o *trade-off* entre o desemprego e a inflação como um dos mais importantes. Di Tella et al. (2001) evidenciaram a relação entre estes dois itens, mostrando que um aumento na taxa de desemprego implicaria um decréscimo na taxa de inflação. Com base em funções de felicidades, que permitem análises de custo-benefício, a investigação na área da felicidade providenciará informação numérica para uma tomada de decisão política mais objetiva.

“Outra razão pela qual a felicidade é de interesse para economistas é o impacto de condições institucionais, tais como a qualidade do governo e a dimensão do capital social no bem-estar individual.” (Frey & Stutzer, 2002, p. 402)

Frey e Stutzer (2002) referem um estudo que abrangeu 49 países entre os anos 1980 e 1990, e sugere que fatores, tais como maiores responsabilidade, eficácia e estabilidade do governo, acarretam benefícios fundamentais para o bem-estar. Helliwell (2011) defende que os efeitos benéficos da qualidade das instituições poderão ser mais elevados do que os benefícios oriundos da produtividade e do crescimento económico.

“A investigação na felicidade poderá também ajudar a entender a formação do bem-estar subjetivo.” (Frey & Stutzer, 2002, p. 403)

A relevância de entender a formação do bem-estar subjetivo, reside, segundo estes investigadores, nas novas perspetivas que este conhecimento poderá lançar sobre conceitos e

suposições básicas da teoria económica. Se o ser humano será capaz de prever com sucesso as suas utilidades futuras (Loewenstein et al., 2003) ou se as autoavaliações de utilidade prevista, atual ou lembrada são conscientes (Kahneman et al., 1997) são alguns exemplos apontados. Mais conhecimento sobre a formação do bem-estar subjetivo poderá ajudar a desvendar enigmas empíricos, para os quais a teoria económica convencional não apresenta soluções, tais como o paradoxo de Easterlin, ou o facto de o trabalho ser considerado, desde sempre, um fardo, mas a falta dele, ou seja a situação de desemprego ter um impacto nefasto no bem-estar do ser humano.

Em jeito de conclusão da nossa reflexão sobre a importância do estudo da felicidade, citemos Ferrer-i-Carbonell (2013):

“(…) a importância de questões de felicidade reside na sua utilidade em compreender melhor as preferências e as aversões dos indivíduos, o que deveria contribuir para desenvolvimentos teóricos, estudos empíricos e aplicações orientadas para a política.” (Ferrer-i-Carbonell, 2013, p.55)

Tendo destacado a importância do estudo da felicidade no seio da ciência económica, não poderemos deixar de apontar o papel das universidades neste projeto.

“É fundamental o envolvimento das universidades, em Portugal há muito pouca gente dos meios académicos a trabalhar esta questão” (Ramos, 2012)

1.2 Cultura

Depois de termos efetuado uma extensa revisão bibliográfica na área da economia da felicidade, iremos agora dedicar-nos à revisão bibliográfica na área da cultura.

1.2.1 Definição de Cultura

A noção de cultura é secular, e no entanto, não existe nenhuma definição universalmente aceite (Bock, 2000). Há mais de 60 anos atrás foram identificadas mais de 160 definições distintas de cultura (Kroeber & Kluckhohn, 1952), e a cultura tem sido objeto de estudo nas mais diversas áreas, como a psicologia, a antropologia, a política ou a gestão, entre outros, sob os mais diversos nomes (Koltko-Rivera, 2004).

Vejamos algumas definições¹⁷, que nos ajudarão a delimitar a nossa área de estudo. Uma vez que ao longo do presente trabalho nos iremos debruçar mais aprofundadamente sobre o referencial teórico desenvolvido por Hofstede a partir de 1980, vejamos a definição que encontramos no seu *site* oficial, que incorpora em si diferentes definições de cultura.

“A palavra cultura advém de uma raiz latina que significa o trabalhar do solo, como na agricultura. Em muitas línguas modernas a palavra é usada no sentido figurativo, com dois significados:

1. O primeiro significado, mais comum, é ‘civilização’, incluindo educação, modos, artes e ofícios e os seus produtos. É o domínio de um ‘ministério da cultura’.
2. O segundo significado deriva da antropologia social, mas nas décadas passadas entrou na linguagem comum. Refere-se à maneira como as pessoas pensam, sentem e agem. Geert definiu-a como ‘a programação coletiva da mente, distinguindo os membros de um grupo ou de uma categoria de grupo de pessoas de um outro’. A ‘categoria’ pode referir-se a nações, regiões dentro ou através de nações, etnias, religiões, ocupações, organizações ou os géneros. Uma definição mais simples é ‘as regras não escritas do jogo social’.

Os dois significados não deverão ser confundidos. O nosso trabalho refere-se à cultura no Segundo sentido.” (Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede, s.d.)

Para além de mencionar a etimologia da palavra cultura, esta definição faz a distinção entre dois sentidos desta palavra. O primeiro sentido será a cultura enquanto civilização, que é da responsabilidade de um Ministério da Cultura. No entanto o nosso objeto de estudo é, tal como o refere a citação, a cultura no sentido como deriva da antropologia, referindo-se a um conjunto de elementos, que definem como as pessoas se sentem e agem, e que distingue um grupo de pessoas de outro. Um aspeto relevante desta definição é o facto de referir que existem elementos que distinguem nações, regiões, etnias, religiões, organizações e mesmo géneros.

House, que encabeçou o projeto *Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness* (GLOBE), cujo objectivo é, como iremos ver mais à frente, o estudo da

¹⁷ Para uma seleção um pouco mais vasta de exemplos de definições de cultura, vide anexo A.

liderança intercultural, define cultura como uma partilha de valores, de crenças e de interpretações de eventos.

“ (...) teoricamente definimos a cultura como motivos, valores, crenças, identidades e interpretações ou sentidos de acontecimentos significativos partilhados, que resultam de experiências comuns dos membros de coletivos e que são transmitidos através de gerações.” (House et al., 1999, p. 13)

Esta definição é especialmente interessante, uma vez que inclui qual a origem da cultura (experiências comuns dos membros de um coletivo) e a forma como a cultura é propagada (transmissão através das gerações).

Edgar Schein (1992), um psicólogo que tem prestado contributos valiosos na área da cultura organizacional, também inclui a origem da cultura na sua definição da mesma. Para ele cultura é um conjunto de crenças partilhadas por um grupo, fruto de um processo de aprendizagem, em que aquilo que funcionou na resolução de problemas, tanto de adaptação externa, como de integração interna, é ensinado a novos membros do coletivo.

“ (...) um padrão de suposições básicas partilhadas que o grupo aprendeu ao resolver os seus problemas de adaptação externa e integração interna, que funcionou suficientemente bem para serem consideradas válidas, e como tal, para serem ensinadas a novos membros como o modo correto de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas.” (Schein, 1992, p. 12).

Paul Claval (2001), um geógrafo francês que se tem dedicado ao estudo da geografia e da cultura, usa uma metáfora bastante visual, na sua definição de cultura. Para Claval (2001), a cultura é uma bagagem, que contém ferramentas úteis para lidar com o ambiente e organizar a interação humana.

“Cultura é uma ferramenta útil para descrever a bagagem de *know-how*, atitudes, conhecimento e crenças que sociedades usam para controlar o seu ambiente envolvente e organizar a interação humana. Considerando os seus componentes normativos e religiosos, e o seu papel na construção de identidades, também esclarece o modo como conjuntos de atitudes e técnicas descoordenadas são transformadas em sistemas com as suas próprias dinâmicas.” (Claval, 2001, p. 4)

Outro contributo interessante desta definição é o facto de referir a cultura como elemento que transforma atitudes e técnicas não coordenadas de um coletivo num sistema próprio.

Analisando as mais diversas definições de cultura, Taras et al. (2009), identificam elementos comuns a praticamente todas elas:

- a cultura é vista como um constructo complexo, sendo muitas vezes representada com um pictograma do género de uma cebola, com a cultura central como coração, e práticas, símbolos, e demais elementos, constituindo as camadas exteriores (vide Gráfico 14, a título de exemplo)
- a partilha da cultura entre indivíduos de um mesmo grupo
- a cultura forma-se ao longo de um período de tempo alargado
- a cultura é relativamente estável.

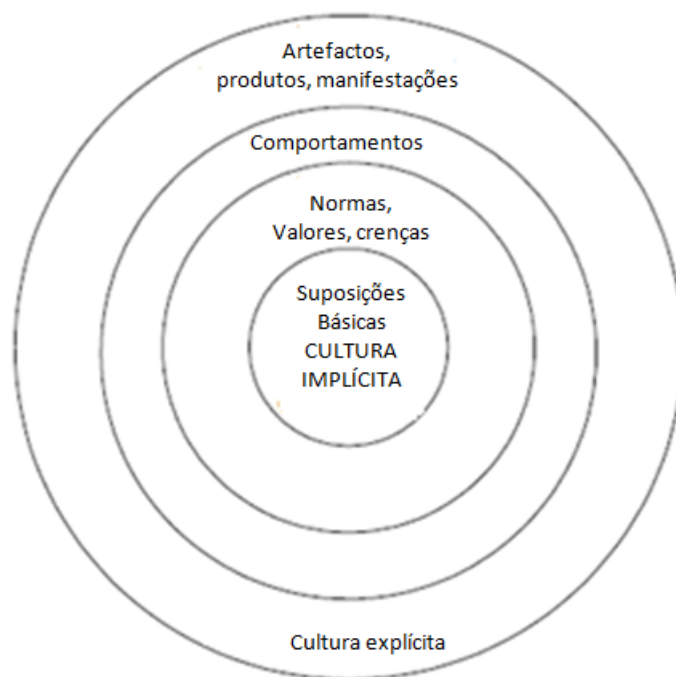


Gráfico 14: As camadas culturais segundo Trompenaars e Hampden-Turner (1997)

Fonte: Trompenaars e Hampden-Turner (1997, p. 6)

Será importante referir que no estudo da cultura, se distinguem diferentes níveis de análise, sendo a cultura individual, a cultura de grupo, a cultura de uma categoria profissional, a cultura organizacional e a cultura de uma sociedade, exemplos destes níveis de análise. Será importante referir que cada nível de análise tem características concretas. Hofstede (2011), por exemplo, salienta que as culturas nacionais se encontram impregnadas a um nível muitas

vezes subconsciente dos indivíduos, enquanto as culturas organizacionais são conscientes e efêmeras.

“Culturas societais, nacionais e de gênero, que as crianças adquirem a partir da sua mais recente infância, são mais profundamente enraizadas na mente humana do que culturas ocupacionais, adquiridas na escola, ou do que culturas organizacionais, adquiridas no emprego. As últimas são substituíveis quando as pessoas aceitam um novo emprego. Culturas societais residem em valores (muitas vezes inconscientes), no sentido de tendências amplas de preferir certos estados de assuntos a outros. Culturas organizacionais residem antes em práticas (visíveis e conscientes): o modo como as pessoas percebem o que se passa no seu ambiente organizacional.” (Hofstede, 2011, p.3)

Devido ao seu interesse intrínseco, algumas áreas científicas tendem a debruçar-se mais sobre determinados níveis de análise, do que outros. Assim, a antropologia revela especial interesse pela análise da cultura a nível da sociedade, enquanto a psicologia analisa preferencialmente a cultura a nível do indivíduo. Já a economia revela um interesse transversal, como o ilustra o Gráfico 15.

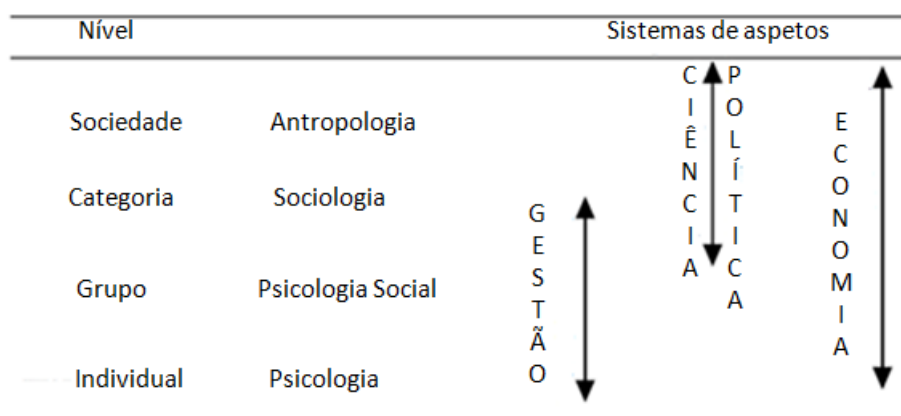


Gráfico 15: As abordagens interdisciplinares à investigação intercultural

Fonte: Hofstede (2001, p. 19)

Segundo Hofstede et al. (2005), a cultura nacional é o nível de grupo mais alargado a que um indivíduo pode pertencer, e diversos investigadores apontam a cultura nacional como o principal nível de análise (Franke et al., 2002; Hampden-Turner & Trompenaars, 2000; Hofstede, 2001; House et al. 2002; Triandis, 1995). Uma vez que com o presente trabalho pretendemos comparar resultados de indivíduos de duas nações, também o nosso trabalho terá

como unidade de análise a cultura no seu nível nacional. A cultura nacional é identificada como conjunto de elementos coletivos, tais como valores, normas, crenças e costumes, entre outros, que distinguem uma nação de uma outra (Hayton et.al., 2002; Hofstede, 1991).

1.2.2 Dimensões culturais

Apesar de a noção de cultura ser muito antiga, a sua natureza abstrata não facilita a sua medição e análise. No entanto, para estudar a cultura e para poder efetuar comparações entre diversas culturas, afigura-se necessário um referencial. De forma a fazer face a esta problemática, foram desenvolvidos modelos que pudessem servir como variáveis em estudos interculturais. Para tal, as dimensões culturais teriam de ser universais, sendo passíveis de se aplicarem a qualquer cultura (Kluckhohn, 1962). A emergência destas dimensões culturais permitiu a construção de valores de estudos qualitativos com escalas quantitativas (Fink et al., 2006).

Estas primeiras tentativas de quantificar a cultura, apenas foram efetuadas na segunda metade do século XX (England 1967; Kluckhohn & Strodtbeck, 1961; Kuhn & McPartland 1954, a título de exemplo). Contudo, teremos de destacar que foi apenas após a publicação do trabalho de Hofstede em 1981, que as atenções se viraram de forma massificada para a quantificação da cultura, e centenas de instrumentos de medição têm sido desenvolvidos, e estudos publicados (Taras et al., 2009). A medição de valores culturais permite aferir as semelhanças e as diferenças entre culturas, possibilitando uma categorização em *clusters* (House et al., 2002).

A definição inicial destes *clusters* é da autoria de Ronen e Shenkar (1985). Com base em diversos estudos empíricos¹⁸, estes investigadores propuseram cinco *clusters* europeus:

- Anglo: Irlanda e Reino Unido
- Nórdico: Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia
- Germânico: Áustria, Alemanha e Suíça
- Latino: Bélgica, Itália, Espanha, Portugal e França
- *Near-East*: Grécia e Turquia

¹⁸ Haire et al. (1966), Sirota e Greenwood (1971), Ronen e Kraut (1977), Hofstede (1976), Griffeth et al. (1980) e Badawy (1979)

Os critérios para a categorização dos países europeus nestes *clusters* foram a proximidade geográfica, a questão linguística e a religião. Mais tarde, outros investigadores avançaram com propostas de *clusters* distintas, baseando-se em outros critérios de agrupamento.

Quando nos debruçarmos sobre alguns dos modelos de dimensões culturais, iremos ver outros modelos de *clusters*, propostos pelo projeto GLOBE, ou com base no referencial teórico de Hofstede.

Tendo delimitado o nosso campo de estudo, iremos agora abordar os referenciais teóricos mais citados, que têm sido desenvolvidos em torno da cultura, detalhando as suas respetivas dimensões culturais.

1.2.2.1 Modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961)

Um dos modelos de dimensões culturais mais antigo é da autoria dos antropólogos Kluckhohn e Strodtbeck (1961) Com base num estudo empírico que engloba culturas do sudoeste dos Estados Unidos da América, estes investigadores evidenciam a existência de cinco dimensões culturais universais, presentes em qualquer cultura.

1) Relação com o ambiente

Esta dimensão diz respeito a como o indivíduo percebe a sua relação com o ambiente que o rodeia. Segundo Kluckhohn e Strodtbeck (1961) existem três percepções possíveis:

- domínio sobre o ambiente: denota que o indivíduo ou o coletivo têm capacidade para exercer controlo sobre as forças do ambiente e devem dar uso a essa capacidade
- harmonia com o ambiente: indica que o indivíduo ou o coletivo detêm a capacidade de exercer controlo parcial sobre as forças do ambiente
- subordinação face ao ambiente: significa que o indivíduo ou o coletivo não apresentam capacidade de exercer controlo sobre as forças do ambiente, sendo subjugados pelas mesmas

Será de ressaltar que por ambiente se entende, neste caso, o ambiente social e ecológico.

2) Orientação temporal

A orientação temporal varia entre as culturas. Muitas culturas ocidentais tendem a ver o tempo como um bem escasso, colocando a tônica no presente ou no futuro imediato. Já a cultura japonesa tem uma visão mais alargada do tempo, e a cultura budista apresenta uma concepção cíclica do tempo. A questão da pontualidade, que é levada a peito nos países do Norte da Europa, enquanto os países do Sul da Europa tendem a ser mais generosos com a questão da pontualidade, é outro exemplo de como a orientação temporal está ligada à cultura.

3) Orientação relativamente à atividade

Aquilo que move os indivíduos é, segundo Kluckhohn e Strodtbeck (1961), uma dimensão cultural. Distinguem culturas que enfatizam a ação, e as que colocam a tônica no ser.

Em culturas, onde a tônica está na ação, o indivíduo tende a empenhar-se em alcançar determinados objetivos, que ele próprio valoriza.

Já em culturas em que domina o ser, a motivação é externa. O indivíduo tende a empenhar-se em ações que sejam valorizadas pelos outros elementos do grupo.

4) Orientação relativamente às relações sociais

Um dos elementos que distingue as culturas é a forma como tomam as suas decisões. Kluckhohn e Strodtbeck (1961) apontam três abordagens possíveis:

- a colateralidade: a tomada de decisão é um processo que visa o consenso entre o coletivo
- a linearidade: trata-se de uma abordagem hierárquica, em que o poder de decisão é transposto para instâncias mais elevadas da sociedade
- o individualismo: as decisões são tomadas a título individual

5) Natureza Humana

Outro ponto que difere entre as culturas é a visão que têm da natureza humana. Algumas culturas tendem a ver o ser humano como intrinsecamente bom. Já outras culturas apresentam uma visão mais negativa da verdadeira natureza do ser humano, vendo o indivíduo como interiormente mau. Outras culturas poderão variar entre estes extremos.

O Quadro 5 resume as dimensões culturais propostas por Kluckhohn e Strodtbeck (1961).

Dimensão	Orientação	Descrição
Tempo	Passado	A tônica está no passado, e na conservação de crenças e ensinamentos tradicionais
	Presente	A tônica está no presente, e na realização de mudanças nas crenças e nas tradições
	Futuro	A tônica está no futuro, planeando-se com antecedência e procurando-se novas formas para substituir o antigo
Humanidade e ambiente natural	Domínio	Podemos e devemos exercer total controlo sobre as forças da natureza
	Harmonia	Podemos e devemos exercer controlo parcial sobre as forças da natureza, vivendo em harmonia com elas
	Submissão	Não podemos nem devemos exercer controlo sobre as forças da natureza
Relacionamento com outras pessoas	Hierárquica (linear)	A ênfase está em princípios hierárquicos e em aceitar autoridades superiores dentro do grupo
	Igualitária (colateral)	A ênfase está no consenso entre os membros do grupo de iguais
	Individualista	A ênfase está no indivíduo, ou em famílias individuais dentro do grupo que tomam as suas decisões de forma independente
Motivação do comportamento	Ser	A nossa motivação é interna, e a ênfase está em atividades valorizadas por nós próprios e não necessariamente por outros elementos do grupo
	Ser e vir a ser	A motivação reside nas capacidades valorizadas pelo indivíduo, mesmo que não sejam necessariamente valorizadas pelos outros elementos do grupo
	Fazer	A motivação é externa, e a ênfase está em atividades valorizadas por nós e aprovada por outros elementos do grupo
Natureza humana	Bom	Acredita-se que o ser humano seja intrinsecamente bom
	Mau	Acredita-se que o ser humano seja intrinsecamente mau

Quadro 5: A orientação de valores de Kluckhohn e Strodtbeck (1961)

Fonte: adaptado de Hills (2002)

1.2.2.2 Modelo de Hall (1976)

O já falecido antropólogo Hall (1976), foi um dos pioneiros no desenvolvimento das dimensões culturais. No referencial teórico que apresenta na sua obra *Beyond culture*, Hall (1976) avança com três dimensões culturais: tempo, espaço e contexto.

1) Tempo

Tal como Kluckhohn e Strodtbeck (1961), também Hall (1976) defende que a relação com o tempo é um dos elementos chave para distinguir uma cultura de uma outra. Assim esta dimensão diz respeito à forma como as culturas estruturam o seu tempo.

Hall (1976) distingue entre duas abordagens ao tempo: monocrónica e policrónica. A abordagem monocrónica consiste numa gestão sequencial do tempo, sendo que as tarefas são executadas uma a seguir à outra. Esta abordagem é mais frequente nas culturas ocidentais e nórdicas, e pressupõe um planeamento e gestão cautelosos do tempo.

A abordagem policrónica consiste numa gestão simultânea do tempo. Em culturas policrónicas a interação humana tem um papel mais relevante do que a gestão exata do tempo. Hall (1976) caracteriza o tempo policrónico como o acontecimento simultâneo de diversas ocorrências, com elevado componente interpessoal.

“ (...) a ocorrência simultânea de muitas coisas e com um grande envolvimento com pessoas.” (Hall, 1976, p. 14)

2) Espaço

No âmbito da dimensão cultural do espaço, Hall (1976) introduz o conceito de *proxemics*, que consiste no espaço físico pessoal que cada indivíduo reclama para si.

Em culturas territoriais, os indivíduos têm um grande sentido de posse e preferem uma distância física acentuada. Exemplos destas culturas encontram-se no Norte da Europa.

Já em culturas com baixo sentido de território, o sentido de posse é menos acentuado, e a proximidade física entre as pessoas tende a ser inferior.

3) Contexto

A dimensão cultural do contexto consiste na quantidade de informação explícita que o indivíduo necessita para entender o conteúdo de informação. Hall (1976) distingue entre culturas de elevado e de baixo contexto.

Em culturas de elevado contexto, grande parte da informação é implícita, sendo que os indivíduos compreendem as mensagens através de elementos contextuais.

Em culturas de baixo contexto a mensagem é dotada de informação explícita. O Gráfico 16 ilustra a relação contexto-informação em culturas de elevado e de baixo contexto.

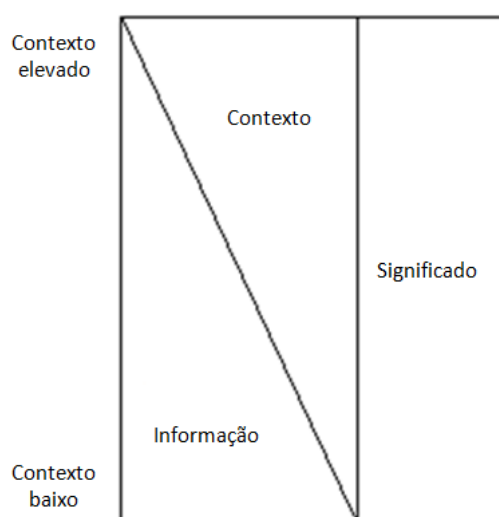


Gráfico 16: O contexto, a informação e o significado em culturas de elevado e baixo contexto

Fonte: Hall (1976, p. 57)

A distinção entre elementos do grupo e elementos externos é marcada, nas culturas de contexto elevado, e os seus elementos tendem a estar bem informados sobre a maioria dos assuntos. Já nas culturas de contexto baixo, a distinção entre elementos internos e externos do grupo não é tão acentuada, e os seus membros tendem a estar apenas informados sobre assuntos da sua própria área de interesse.

Dimensão	Orientação	Descrição
Tempo	Monocrónica	Visão do tempo sequencial e ênfase na gestão do tempo
	Policrónica	Visão do tempo simultânea e ênfase nas relações interpessoais
Espaço	muito territorial	Elevado sentido de posse e preferência por distância física interpessoal acentuada
	pouco territorial	Sentido de posse e distância física interpessoal reduzidos
Contexto	contexto elevado	A informação é transmitida de forma explícita
	contexto baixo	Grande parte da informação é transmitida de forma implícita através de elementos contextuais

Quadro 6: As dimensões culturais de Hall (1976)

Fonte: elaboração própria a partir de Hall (1976)

1.2.2.3 Modelo de Hofstede (1980)

O trabalho que Hofstede tem vindo a desenvolver desde 1980, afigura-se como o mais influente dos últimos 20 anos, na área do *cross-cultural management*, e as suas dimensões culturais têm sido usadas de forma exaustiva. Segundo Sivakumar and Nakata (2001) apenas entre 1987 e 1997, Hofstede (1976, 1980, 1981, 1983, 1991, 2002a, 2002b, 2006, 2011) foi citado mais de 1.100 vezes.

Hofstede (1980) conduziu um estudo sobre como os valores no local de trabalho são influenciados pela cultura, de forma a medir culturas nacionais. Para tal pretendia comparar diferentes nações a nível cultural, e entender como se poderia usar este conhecimento cultural de forma a gerir de forma mais eficiente, e como definir cultura de forma mais correta. A sua análise focou-se nos níveis de suposições básicas e valores (v. Egnach, 2003).

A base do referencial teórico desenvolvido por Hofstede (1980) referente à cultura nacional encontra-se no seu livro *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Esta obra introduz o paradigma das dimensões, defendendo que as diferenças culturais entre nações podem ser medidas e ordenadas segundo um conjunto de dimensões, representando respostas diferentes a problemas universais das sociedades humanas, e distingue entre culturas nacionais (enraizadas em valores aprendidos antes da puberdade) e culturas organizacionais (enraizadas em práticas aprendidas no trabalho). Em alguns textos

posteriores, procedeu a adendas ao seu modelo, mas nunca identificando erros ou fragilidades significantes, e grande parte de publicações posteriores são defesas das suas metodologias e resultados de 1980 (Hofstede, 1980, 2002a, 2002b, 2006, 2011).

Nos anos 70 e 80, Hofstede (1976, 1980, 1981, 1983, 1991, 2002a, 2002b, 2006, 2011) trabalhou nos recursos humanos da multinacional IBM, onde teve acesso a dados provenientes de questionários sobre a atitude de mais de 116.000 empregados de sete categorias profissionais (duas de gestores, e cinco de não gestores) da IBM. Os questionários haviam sido aplicados entre 1967 e 1973 nas subsidiárias da IBM em 72 países. Inicialmente Hofstede (1980) usou dados industriais dos 40 países maiores, mas mais tarde alargou o seu estudo, abrangendo 50 países e 3 regiões. O questionário havia sido desenhado como ferramenta de gestão e fora desenvolvido com base em questionários piloto de resposta aberta, aplicados em nove países. Estes questionários piloto foram conduzidos por investigadores locais, recrutados pela IBM, que contribuíram para o desenvolvimento dos questionários e a interpretação dos resultados.

Hofstede submeteu as respostas a estas questões dos questionários a uma análise estatística, e a análise fatorial dos dados permitiu agrupar os valores, que distinguem os países uns dos outros, em 4 grupos que deram origem às quatro dimensões de cultura nacional de Hofstede, que mais à frente iremos abordar com mais detalhe:

- Distância do poder (relacionado com o problema da desigualdade)
- Individualismo versus Coletivismo (relacionado com a questão dos laços relacionais)
- Masculinidade versus Feminilidade (relacionado com papéis de género emocionais)
- Aversão à incerteza (relacionado com a questão de lidar com o desconhecido).

Estas dimensões revelam ‘tendências latas para preferir determinados estados de coisas a outros’, e que Hofstede defende serem o ‘elemento central da cultura’ (Hofstede, 1991, p. 35).

Assim, através de análise de dados empíricos, Hofstede (1980) conclui que “organizações são *cultural-bounded* “ (p. 252), e a construção de índices quantitativos em cada uma das dimensões permitiu a Hofstede aglomerar diferentes culturas nacionais, descrevê-las e atribuir um resultado passível de comparação em cada uma destas quatro dimensões, para 40 dos 66 países nos quais as filiais da IBM estavam localizadas (Hofstede, 1980, 1983, 1991), originando um ranking em quatro dimensões de cultura, para 40, e mais tarde 50 países. Estes índices demonstraram ser bastante estáveis ao longo de décadas, uma vez que as forças que

trazem mudança a uma cultura tendem a ser globais ou continentais. Como estas origens de mudança afetam muitos países simultaneamente, originando uma mudança simultânea, as posições relativas entre os países mantêm-se.

Inkeles e Levinson (1954) fizeram uma revisão antropológica da literatura relativamente ao que designam de carácter nacional e de certa forma previram as quatro dimensões (Hofstede, 2001, p. 31). Será no entanto de referir, que ao longo do tempo, Hofstede foi completando o seu referencial teórico, adicionando dimensões culturais.

Com base no trabalho empírico de um psicólogo canadiano, Michael Harris Bond, Hofstede acrescentou a Orientação a longo prazo versus orientação a curto prazo como quinta dimensão cultural, ao seu modelo (Hofstede & Bond, 1988)¹⁹.

O trabalho empírico do linguista e sociólogo búlgaro, Michael Minkov (Minkov, 2007), deu origem à sexta dimensão cultural, intitulada de ‘Indulgência versus restrição’ (Hofstede, Hofstede & Minkov, 2010)²⁰.

Foi também na edição de 2010 de *Cultures and organisations* que foi adicionada a sétima, e até à data última, das dimensões culturais, intitulada de Monumentalismo versus humildade.

Iremos então agora ver, mais detalhadamente, não apenas as quatro dimensões culturais, inicialmente propostas por Hofstede (1980), mas também as que têm sido adicionadas.

1) Distância do poder

Hofstede (1991) define a dimensão da Distância do poder da seguinte forma: ‘A extensão com que os membros menos poderosos de organizações e instituições (como a família) esperam e aceitam que o poder seja distribuído de forma desigual’ (p.28).

Assim, esta dimensão expressa o grau com que os membros menos poderosos de uma sociedade aceitam e esperam que o poder seja distribuído de forma desigual. Desta forma, a questão fundamental é como as sociedades lidam com a desigualdade humana (Hofstede, 2001, p. 79).

É comum, em termos de Distância do poder, distinguir entre as sociedades pluralistas e as elitistas, sendo que as pluralistas apresentam mais igualdade do que as elitistas.

¹⁹ Vide também Hofstede (1991), Hofstede (2001) e Hofstede (2011).

²⁰ Vide também Hofstede (2011).

Em sociedades com um índice elevado de Distância do poder, o indivíduo tende a aceitar uma hierarquia em que cada pessoa tem o seu lugar, não demandando justificações para esta organização.

Ao contrário, em sociedades com um índice de Distância do poder baixo, a distribuição de poder tende a ser mais equilibrada e os membros desta sociedade exigem saber quais as razões subjacentes a desigualdades de poder.

Em termos de contexto organizacional, a Distância do poder é, por norma, associado à relação entre superior e subordinado e Hofstede define-a da seguinte forma: “A Distância do poder entre uma chefia B e um subordinado S numa hierarquia, é a diferença entre a extensão com que B pode determinar o comportamento de S, e a extensão com que S pode determinar o comportamento de B” (Hofstede, 2001, p. 83).

Esta dimensão foi obtida a partir de três questões dos questionários: 1) a preferência de um estilo de tomada de decisão por parte de uma chefia, em detrimento de outros estilos, 2) a perceção do atual estilo de tomada de decisão da chefia, e c) (apenas para empregados não gestores) o sentimento de que os empregados teriam medo de discordar com o seu superior hierárquico (que seria uma forma indireta de manifestarem o seu próprio medo) (Hofstede, 2006, p. 887).

Será ainda importante referir que a os índices de Distância do poder diferem de forma acentuada entre categorias profissionais, sendo que cargos com poder de decisão apresentam níveis significativamente inferiores de Distância do poder, do que quem exerce funções sem poder de decisão. Assim sendo, será fundamental que em estudos empíricos prevaleça o cuidado de as categorias profissionais serem as mais homogêneas possíveis, ou serem claramente diferenciadas por categoria profissional, de forma a não deturpar os resultados.

Segundo os dados empíricos de Hofstede (1980), a Distância do poder tem correlação com a desigualdade salarial de um país. Os países com uma pontuação elevada em Distância do poder encontram-se maioritariamente no Faroeeste ou na América Latina: O ranking é liderado por países como a Malásia, a Guatemala, o Panamá, as Filipinas, o México, e a Venezuela.

Os valores mais baixos para a Distância do poder encontram-se na Europa, sendo que a Áustria, Israel, Dinamarca, Nova Zelândia, Irlanda, Suécia, Noruega, Finlândia e Suíça são os países com os valores mais baixos (Hofstede, 2001, p. 87).

De acordo com v.Egnach (2003), a construção da dimensão Distância do poder é derivada de Mulder (1977), quem, a partir de experiências com estruturas sociais simples, realizadas em laboratório, bem como no terreno, desenvolveu um referencial teórico relevante.

Reduzida Distância do poder	Elevada Distância do poder
O uso do poder deverá ser objeto de legitimação e de avaliação segundo os critérios de benéfico ou nefasto	O poder é um facto básico da sociedade, sem que a sua legitimação e avaliação segundo os critérios de benéfico ou nefasto sejam relevantes
Pais e encarregados de educação optam por uma educação sem hierarquia, em que as crianças são tratadas como iguais	Pais e encarregados de educação optam por uma educação hierárquica, em que é esperado que as crianças sejam obedientes
Pessoas com mais idade não são tratadas de forma diferenciadas, sendo que não suscitam nem medo nem respeito	Pessoas com mais idade gozam de um estatuto diferenciado, suscitando medo e respeito em indivíduos mais novos
A educação centra-se no aluno	A educação centra-se no professor
Hierarquia significa uma diferença dos papéis de cada um, estabelecida por uma questão de conveniência	Hierarquia significa uma desigualdade existencial
Os subordinados partem do princípio que serão consultados	Os subordinados aguardam ordens
Os governos são pluralistas, eleitos através da maioria dos votos, e alternam de forma pacífica	Os governos são autocráticos, baseados em co-opção, e alternam via revoluções
A corrupção é rara e escândalos significam o final de uma carreira política	A corrupção é banalizada e escândalos são encobertos, não tendo grandes consequências na carreira política
A distribuição do rendimento tende a ser homogénea	A distribuição do rendimento tende a ser bastante discrepante
As religiões apelam à igualdade dos crentes	As religiões fomentam uma hierarquia de sacerdotes

Quadro 7: As diferenças entre sociedades com Distância do poder reduzida e sociedades com elevada Distância do poder

Fonte: adaptado de Hofstede (2011, p. 9)

Vejamos quais os índices de Distância do poder, para os países que servirão de unidade de análise ao presente estudo, Portugal e Alemanha, que Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) disponibilizam no respetivo *site*.

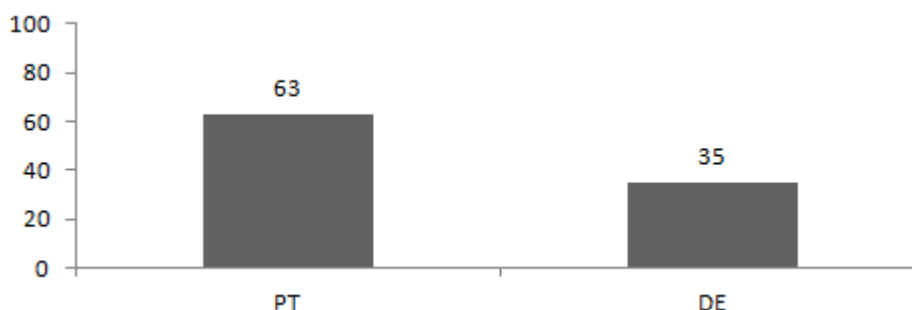


Gráfico 17: O índice de Distância do poder em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)

Fonte: Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.)

A pontuação de 63 nesta dimensão revela que a distância hierárquica é uma realidade em Portugal, admitindo-se que os elementos mais poderosos da sociedade gozem de privilégios associados a esta posição. Espera e aceita-se ainda que os superiores ordenem e que os subordinados obedeçam.

Com uma pontuação de 35, a Alemanha encontra-se entre os países com uma cultura menos distante do poder. No *site* Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) salientam que se trata de um resultado não surpreendente, uma vez que a Alemanha constitui um país altamente descentralizado e apoiado pela sua forte classe média. A comunicação é direta e participativa. Quanto à liderança, esta não é aceite, como no caso de Portugal. Espera-se que os superiores tenham em conta a opinião dos subordinados, e que demonstrem excelência que justifique o seu lugar de liderança.

2) Individualismo versus Coletivismo

Hofstede (1991) define a dimensão Individualismo versus coletivismo, como ‘a extensão em que os indivíduos são integrados em grupos’ (p. 51). Esta dimensão está relacionada com o grau com que uma sociedade prefere reconhecimento por feitos individuais ou de grupo, e se a autoimagem de uma pessoa é referida em termos de ‘eu’ ou de ‘nós’.

Em sociedades individualistas, os seus membros preferem reconhecimento por feitos individuais, e prevalece uma preferência por uma rede social solta, em que é suposto os indivíduos para além de si próprios, apenas tomarem conta da família mais próxima.

Já em sociedades coletivistas, os seus membros escolhem o reconhecimento pelo feito do grupo, e preferem uma rede social muito sólida, em que domina a lealdade incondicional e em que os indivíduos podem contar com o apoio de familiares e membros de um determinado grupo que integram.

A dimensão Individualismo versus coletivismo teve por base os resultados dos empregados referentes à importância de diversos aspetos do trabalho, quando se pretendia que descrevessem o emprego ideal. O sexo, a função, ou a idade não influenciam os resultados nesta dimensão (Hofstede, 2001, p. 218), evidenciando-se apenas uma correlação com a riqueza nacional. A análise fatorial distinguiu sociedades individualistas de coletivistas, o que mais tarde foi confirmado em muitas outras comparações entre países, e apoiado por Schimmack et al. (2005).

V.Egnach (2003) refere que esta dimensão foi inicialmente proposta por Hall (1959), e foi desenvolvida mais tarde por Hofstede (1980), Triandis (1995) e outros.

Os resultados empíricos de Hofstede (1980) revelam que Individualismo tem uma correlação com a riqueza nacional, e os países mais individualistas são os Estados Unidos, a Austrália, o Reino Unido, o Canadá, os Países Baixos e a Nova Zelândia. Os países menos individualistas, e consequentemente mais coletivistas são o Guatemala, o Equador, o Panamá, a Venezuela, a Colômbia, a Indonésia, o Paquistão e a Costa Rica.

Individualismo	Coletivismo
É suposto cada indivíduo cuidar de si, ou de si e da sua família imediata	Os indivíduos encontram-se enraizados em famílias extensas, que oferecem proteção em troca de lealdade
Consciência do ‘eu’	Consciência do ‘nós’
Prevalece o direito à privacidade	Tónica está na pertença
A frontalidade é encarada como algo de saudável	Todos os esforços devem ser direccionados para manter a harmonia
Os outros são vistos como indivíduos	Os outros são vistos como alguém que pertence ao grupo, ou alguém que é estranho ao grupo
Espera-se que o indivíduo tenha e expresse a sua opinião, sendo que cada indivíduo representa um voto	As opiniões e os votos são determinados pelo grupo
A transgressão de normas leva a sentimentos de	A transgressão de normas leva a sentimentos de

culpa por parte do indivíduo	vergonha por parte do indivíduo
A palavra 'eu' é indispensável no discurso linguístico	A palavra 'eu' é evitada no discurso linguístico
O objetivo da educação é aprender como se aprende	O objetivo da educação é aprender como se faz
As tarefas prevalecem sobre as relações	As relações prevalecem sobre as tarefas

Quadro 8: As diferenças entre sociedades individualistas e sociedades coletivistas

Fonte: adaptado de Hofstede (2011, p. 11)

Vejamos quais os índices de Individualismo, para os países que servirão de unidade de análise ao presente estudo, Portugal e Alemanha, que Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) disponibilizam no respetivo *site*.

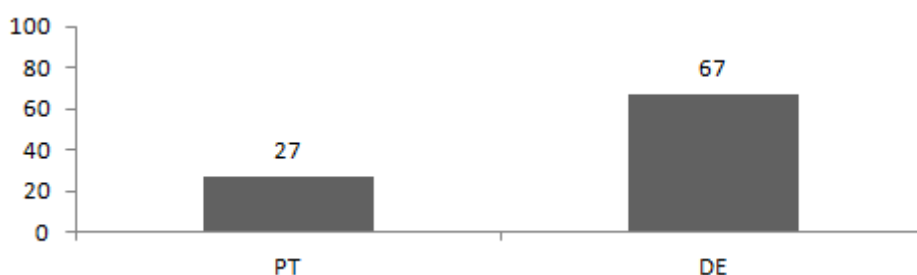


Gráfico 18: O índice de Individualismo em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)

Fonte: Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.)

Com uma pontuação de 27 nesta dimensão, Portugal apresenta uma cultura coletivista. Os indivíduos deste género de sociedades atribuem enorme valor à família, que é entendida num sentido bastante alargado, que, por norma, engloba tios e primos em diversos graus, entre outros. Esta valorização das relações não se aplica apenas à família, como também a outros grupos, em que o indivíduo se insira. A lealdade é um valor primordial, que se sobrepõe a muitas das regras e regulamentações. A sociedade fomenta relações fortes em que os membros são incentivados a tomar responsabilidade pelos outros membros do grupo.

Com uma pontuação de 67 nesta dimensão, a Alemanha evidencia uma cultura claramente individualista, o que se manifesta no sentido que os alemães atribuem ao conceito de família. Por norma, a palavra *Familie* (família) refere-se ao núcleo constituído por pais e filhos, sendo que tios e outros familiares mais afastados são intitulados como *Verwandte* (relacionados). A lealdade, tal como o sentido de responsabilidade advêm de preferências pessoais. Em Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) salienta-se que a comunicação na cultura alemã se encontra entre as mais diretas, a nível mundial, seguindo o ideal de ser honesto, mesmo que magoe, dando assim uma oportunidade justa à outra parte, de aprender com os erros.

3) Aversão à incerteza

Hofstede (1991) define esta dimensão como a ‘intolerância perante a incerteza e a ambiguidade’ (p.28). Esta dimensão expressa o grau com que os membros de uma sociedade se sentem confortáveis perante a incerteza e a ambiguidade, e como uma sociedade lida com o facto de não conhecer o futuro, se devem tentar controlar o futuro, ou simplesmente deixá-lo acontecer.

Sociedades com um índice de Aversão à incerteza elevado prezam regras formais, bem como códigos rígidos de crenças e comportamentos. Qualquer incerteza provoca ansiedade nestas sociedades, e revelam-se pouco tolerantes perante ideias e comportamentos não ortodoxos.

Sociedades com uma pontuação mais fraca nesta dimensão, sentem-se mais confortáveis perante o desconhecido e apresentam uma atitude mais relaxada e tolerante, em que a prática conta mais do que os princípios.

Hofstede (2001) alerta para a importância em distinguir entre Aversão à incerteza e a aversão ao risco. Apesar de a relação entre ambos os conceitos ser evidente, a incerteza refere-se mais ao desconhecido e à ansiedade associada, enquanto o risco tem a ver com algo concreto, e as consequências de assumir um risco poderão ser julgadas.

Ao contrário da dimensão Distância do poder, não existe correlação entre esta dimensão e a categoria profissional, ou com o sexo. Existe, no entanto, uma correlação com a idade. De acordo com os dados originais de Hofstede (2001), quanto maior for a idade, mais baixo será o índice de Aversão à incerteza. Esta dimensão está também associada à obrigação legal de se fazer acompanhar do bilhete de identidade em países desenvolvidos, e apresenta correlação com sintomas de ansiedade, neurose e de bem-estar subjetivo mais baixo (Hofstede, 2001, pp.155-158).

Tal como no caso da dimensão Distância do poder, também a dimensão Aversão à incerteza foi empiricamente calculada com base em três questões: a) o sentimento de que as regras da empresa não deverão ser transgredidas, mesmo que o empregado considere que seria no melhor interesse da empresa, b) a intenção do respondente de permanecer na empresa por mais de cinco anos, e c) o *stress* no trabalho, expressos pelo respondente.

Não existe concentração geográfica nos países com níveis mais baixos de Aversão à Incerteza: a Singapura, a Jamaica, a Dinamarca, a Suécia, Hong Kong, a Irlanda, a Grã-Bretanha, a Malásia e a Índia lideram a tabela dos países com Aversão à incerteza mais baixo.

Aversão à incerteza fraca	Aversão à incerteza elevada
A incerteza intrínseca à vida é aceite de forma natural, aceitando-se cada dia do modo como ele se apresenta	A incerteza intrínseca à vida é percecionada como ameaça que terá de ser evitada e combatida com todos os meios
Níveis de <i>stress</i> e ansiedade baixos, à-vontade e autocontrolo elevados	Níveis de <i>stress</i> , ansiedade e neuroses elevados
Níveis superiores de saúde e bem-estar subjetivo	Níveis inferiores de saúde e bem-estar subjetivo
Tolerância e curiosidade perante pessoas ou ideias diferentes	Intolerância e sentimento de ameaça perante pessoas ou ideias diferentes
Conforto perante o caos e a ambiguidade	Necessidade de clareza e estrutura
Abertura para um professor admitir que não sabe algo	Espera-se que o professor tenha conhecimento e resposta para tudo
A mudança de emprego não é vista como problemática	Preferência por permanecer no mesmo emprego
As autoridades vêem os seus cidadãos como elementos competentes, no que respeita questões políticas, e os cidadãos sentem-se como tal	As autoridades vêem os seus cidadãos como elementos incompetentes, no que respeita questões políticas, e os cidadãos sentem-se como tal
Na religião, na filosofia e na ciência prevalecem o relativismo e o empirismo	Na religião, na filosofia e na ciência prevalece a crença em verdades universais e grandes teorias

Quadro 9: As diferenças entre sociedades que evitam fortemente a incerteza e sociedades que não evitam a incerteza

Fonte: adaptado de Hofstede (2011, p.10)

Vejamos quais os índices de Aversão à incerteza, para os países que servirão de unidade de análise ao presente estudo, Portugal e Alemanha, que Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) disponibilizam no respetivo *site*.

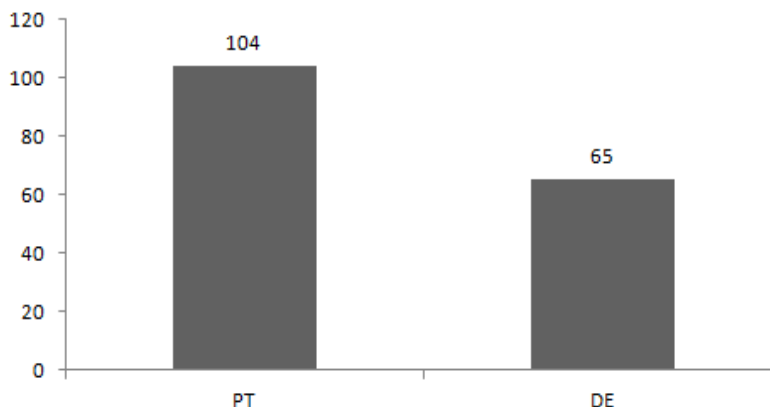


Gráfico 19: Índice de Aversão à incerteza em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)

Fonte: Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.)

É nesta dimensão cultural que Portugal apresenta o índice mais elevado. Com uma pontuação de 104, Portugal revela uma aversão extrema à incerteza. Isto revela uma preferência por códigos, crenças e comportamentos rígidos, com pouca abertura e tolerância perante ideias e comportamentos heterodoxos. Será natural encontrar resistência à inovação e à mudança, e a segurança apresenta-se como elemento de peso para a motivação individual.

Apesar de apresentar um índice menos elevado, a Alemanha, com uma pontuação de 65, também se insere no grupo de países aversos à incerteza. A Alemanha caracteriza-se por uma forte preferência por abordagens dedutivas, em detrimento de abordagens indutivas, o que Hofstede no seu *site* atribui à herança filosófica de Kant, Hegel e Fichte. Esta predominância de uma visão global, que serve de base para se partir para os detalhes, de forma pormenorizada, reflete-se também no sistema legal.

4) Masculinidade versus Feminilidade

Hofstede (1991) define a dimensão Masculinidade versus feminilidade como ‘assertividade e competitividade versus modéstia e *caring*’ (pp. 82-83). Esta dimensão não tem por objeto a igualdade dos géneros, mas sim a diferenciação de papéis emocionais masculinos e femininos.

Assim, culturas masculinas caracterizam-se pela competitividade, pela assertividade e pela recompensa material por sucesso. São sociedades em que a força, a conquista e o heroísmo

são fatores relevantes, e onde reina o lema de cada um por si (Hofstede, 2001). As sociedades de cariz masculino tendem ainda a ter expectativas muito concretas dos papéis do homem e da mulher na sociedade.

Já as sociedades mais feministas, permitem mais liberdade no que respeita as expectativas a cada sexo relativamente ao seu papel na sociedade. Uma sociedade feminista é mais orientada para o consenso e a cooperação, e caracteriza-se por prezar valores como a qualidade de vida, a modéstia e o apoio aos mais fracos.

A Masculinidade não evidencia correlação com a riqueza de uma sociedade, mas está intimamente ligado à percentagem de rendimento nacional e privado, com que os países ricos contribuem para o desenvolvimento de nações pobres (Hofstede, 2001, p. 319). A Masculinidade versus Feminilidade apresenta ainda correlação negativa com a percentagem de mulheres em governos democraticamente eleitos.

À semelhança da dimensão Individualismo versus coletivismo, também a Masculinidade versus feminilidade, se baseou nos resultados dos empregados quando se pedia que indicassem a importância de diversos aspetos do emprego ideal.

De acordo com os resultados de Hofstede (2001), o ranking dos países mais masculinos é liderado por países como o Japão, a Áustria, a Venezuela, a Itália e a Suíça. Os países com o índice de masculinidade mais baixo são a Suécia, a Noruega, a Dinamarca, a Costa Rica e a Jugoslávia (Hofstede 2001, p. 286).

Feminilidade	Masculinidade
A diferença dos papéis emocionais e sociais entre os géneros é mínima	A diferença dos papéis emocionais e sociais entre os géneros é elevada
Homens e mulheres deverão ser modestos e preocupar-se com terceiros	Os Homens devem, e as mulheres podem, ser assertivos e ambiciosos
Equilíbrio entre trabalho e família	O trabalho prevalece sobre a família
Os fracos são merecedores de simpatia	Os fortes são merecedores de admiração
Tanto os pais como as mães gerem factos e emoções	Os pais gerem factos, as mães gerem emoções
Tanto rapazes como raparigas podem chorar, mas nenhum dos dois deve lutar	Aceita-se que as raparigas chorem, mas não que os rapazes o façam. Os rapazes devem defender-se, ao contrário das raparigas que não devem lutar.
As mães decidem sobre o número de filhos	Os pais decidem a dimensão da família
Encontra-se um número elevado de mulheres	Encontra-se poucas mulheres eleitas para cargos

eleitas para cargos políticos	políticos
A religião foca-se nos outros seres humanos	A religião foca-se em Deus, ou em deuses
Atitudes factuais perante a sexualidade, que é encarada como uma forma de relacionamento	Atitudes moralistas perante a sexualidade, que é encarada como uma forma de desempenho

Quadro 10: As diferenças entre sociedades masculinas e sociedades femininas

Fonte: adaptado de Hofstede (2011, p.12)

Vejamos quais os índices de Masculinidade, para os países que servirão de unidade de análise ao presente estudo, Portugal e Alemanha, que Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) disponibilizam no respetivo *site*.

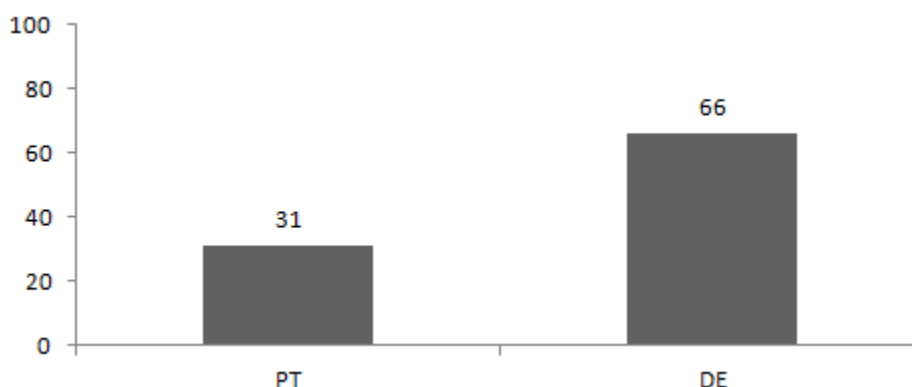


Gráfico 20: O índice de Masculinidade em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)

Fonte: Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.)

Portugal apresenta uma pontuação de 31 nesta dimensão, revelando-se assim uma sociedade feminina. Em sociedades femininas a competição não é apreciada e a palavra-chave é o consenso. O trabalho serve meramente para permitir a vida pessoal e no mundo do trabalho procuram-se igualdade, solidariedade, compromisso e consenso.

A pontuação de 66 nesta dimensão, faz da Alemanha uma sociedade masculina. O desempenho é extremamente valorizado e exigido desde muito cedo, o que se revela no sistema escolar, que separa as crianças após a escola primária, encaminhando-as para diferentes géneros de escolas secundárias, consoante as suas capacidades e aproveitamento escolar.

5) Orientação a longo prazo

Em 1991, Hofstede adicionou uma 5ª dimensão: A dinâmica de trabalho de Confúcio. Esta dimensão, relacionada com o deferimento de gratificação, não advém do questionário da IBM, mas sim de um estudo internacional complementar, o *Chinese Value Survey* (Chinese Culture Connection, 1987). Trata-se de um questionário desenvolvido juntamente com empregados e gestores chineses, baseado em valores culturais tradicionais chineses, que foi aplicado a estudantes universitários em 23 países. Os dados foram submetidos a análise fatorial e dos 40 itens foram extraídos quatro fatores. Estes quatro itens representavam os valores de Confúcio na sociedade chinesa, e três destes quatro fatores apresentavam correlação com as dimensões culturais de Hofstede (1984). Apenas um fator, a dinâmica de trabalho de Confúcio, não evidenciava correlação com as dimensões culturais de Hofstede (1984). A Chinese Culture Connection (1987) identificou assim, com base em respostas de 50 estudantes do sexo masculino, e 50 do sexo feminino, em 23 países, uma nova dimensão cultural não ocidental, que inclui quatro itens: 1) ordenar as relações, 2) frugalidade 3) perseverança 4) ter sentido de vergonha.

Hofstede (1991) adotou esta dimensão cultural oriental como 5ª dimensão cultural no seu livro “*Cultures and organizations: Software of the mind*”, e mudou o nome desta dimensão cultural para Orientação a longo prazo em 2001.

Em 2010, uma investigação de Michael Minkov permitiu alargar o número de países com dados para a dimensão Orientação a longo prazo para 93.

Esta dimensão tem a ver com a busca de uma sociedade por virtude, e contrapõe objetivos de vida quase exclusivamente direcionados para o futuro, a objetivos de vida relacionados com o presente ou o passado, consistindo em dois extremos: a orientação a longo prazo, e a orientação a curto prazo.

Os valores subjacentes à orientação a longo prazo são a) a perseverança, b) ordenar as relações por estatuto e observar esta ordem, c) a frugalidade e d) ter sentido de vergonha.

A orientação a curto prazo, por sua vez, caracteriza-se por a) estabilidade pessoal, b) manter a sua conduta, c) respeitar a tradição, e d) reciprocidade de cumprimentos, favores e presentes (Hofstede, 2001).

Segundo v.Egnach (2003), a definição desta dimensão mostra uma relação com o conceito de percepção do tempo, similar às dimensões de orientação temporal que Kluckhohn e Strodtbeck (1961) e Hall (1976) propõem nos seus trabalhos.

Sociedades em que predomina a orientação a curto prazo, evidenciam um pensamento bastante normativo, bem como um elevado respeito pelas tradições, e uma grande preocupação em estabelecer uma verdade absoluta. Tendem ainda a não fazer grandes economias para o futuro, almejando obter resultados rápidos.

Por oposição, sociedades com uma orientação predominantemente a longo prazo, as tradições vão sendo adaptadas às condições que vigoram, e tende-se a acreditar que a verdade depende muito da situação, do contexto e da altura. Estas sociedades têm uma forte propensão para economizar e para investir, e demonstram perseverança para alcançar resultados.

A Orientação a longo prazo evidenciou correlação com resultados escolares em comparações internacionais (Hofstede, 2001).

Segundo os dados de Hofstede (2001), os países com o índice de Orientação a longo prazo mais elevado são a China, Hong Kong, o Taiwan, o Japão e a Coreia do Sul.

Já o Paquistão, a Nigéria, as Filipinas, o Canadá, o Zimbabué, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos tiveram índices baixos.

Orientação a curto prazo	Orientação a longo prazo
Os acontecimentos mais importantes da vida tiveram lugar no passado ou têm lugar no presente	Os acontecimentos mais importantes da vida irão ocorrer no futuro
Valoriza-se a estabilidade, sendo que o indivíduo deverá ser sempre igual	Valoriza-se o indivíduo que se adapte às circunstâncias
Existem traços orientadores universais do que é considerado bom e mau	Se algo é bom ou mau depende das circunstâncias
As tradições são tidas como sagradas	As tradições são mutáveis e adaptam-se às circunstâncias
A vida familiar rege-se segundo imperativos	A vida familiar caracteriza-se pela partilha das tarefas
Patriotismo	Deverá tentar aprender-se com os outros países
Prestar apoio a terceiros é um objetivo importante	Perseverança é um objetivo importante
Tónica no consumo e elevadas despesas sociais	Tónica na poupança e disponibilidade de fundos para investimento
Os alunos atribuem os seus resultados à sorte (ou	Os alunos atribuem sucessos ao seu esforço e os

ao azar)	fracassos a falta de empenho
Nos países pobres o crescimento económico é inexistente ou lento	Crescimento económico rápido até se atingir prosperidade

Quadro 11: As diferenças entre sociedades com orientação a curto prazo e sociedades com orientação a longo prazo

Fonte: adaptado de Hofstede (2011, p.15)

Vejamos quais os índices de Orientação a longo prazo, para os países que servirão de unidade de análise ao presente estudo, Portugal e Alemanha, que Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) disponibilizam no respetivo *site*.

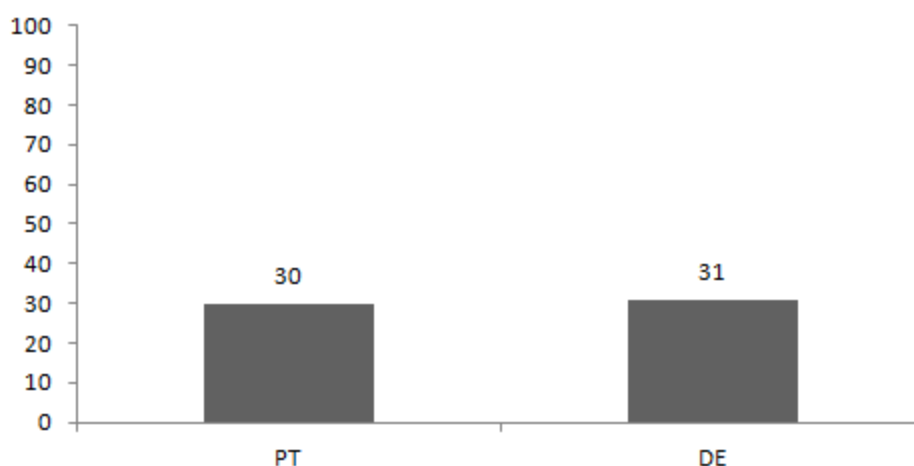


Gráfico 21: O índice de Orientação a longo prazo em Portugal e na Alemanha, segundo Hofstede (s.d.)

Fonte: Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.)

Portugal e a Alemanha apresentam perfis bastante semelhantes nesta dimensão. Com uma pontuação de 30, no caso de Portugal, e 31, no caso da Alemanha, encontramos-nos perante dois países com culturas de orientação a curto prazo. Esta característica é típica das sociedades ocidentais. Estas culturas, em que predomina uma orientação a curto prazo tendem a revelar alguma impaciência na concretização célere de resultados e a comparação com terceiros e a pressão social para acompanhar o estilo de vida destes, é elevada. Trata-se de sociedades normativas, com reduzida propensão para economizar, que revelam um respeito acentuado pelas tradições.

6) Indulgência versus Restrição

Na edição de 2010, do livro *Cultures and organizations*, foi adicionada uma 6ª dimensão: Indulgência versus restrição, que teve por base o trabalho de Minkov sobre os dados *World Values Survey* de 93 países.

A indulgência representa uma sociedade que aceita gratificação quase gratuita de *drivers* humanos básicos e naturais, relacionados com o desfrutar da vida e diversão, ao contrário da restrição, que representa uma sociedade que suprime a gratificação de necessidades e tenta regular as mesmas através de normas sociais rígidas.

Indulgência	Restrição
Taxa mais elevada de indivíduos que se consideram muito felizes	Poucas pessoas afirmam serem muito felizes
Perceção de controlo pessoal da vida	Perceção de impotência. O indivíduo acha não ter influência no que lhe acontece
O lazer tem um lugar relevante	O lazer tem um lugar irrelevante
A probabilidade de recordar emoções positivas é elevada	A probabilidade de recordar emoções positivas é baixa
Em países com população mais educada, a taxa de natalidade é superior	Em países com população mais educada, a taxa de natalidade é inferior
Número de pessoas que pratica ativamente desporto é superior	Número pessoas que pratica ativamente desporto é inferior
Em países com recursos alimentares abundantes, a taxa de obesidade é superior	Em países com recursos alimentares abundantes, a taxa de obesidade é inferior
Em países ricos as normas sexuais são mais levianas	Em países ricos as normas sexuais são estritas
Manter a ordem não é uma prioridade muito elevada	Número mais elevado de polícias por população de 100.000

Quadro 12: As diferenças entre sociedades indulgentes e sociedades com elevada restrição

Fonte: adaptado de Hofstede (2011, p.15)

7) Monumentalismo versus Humildade

Na edição de 2010, do livro *Cultures and organizations*, foi ainda adicionada uma 7ª dimensão: Monumentalismo versus humildade, que tem por base o trabalho do psicólogo canadiano Steve Heine (2003) sobre constructos psicológicos como o autoaperfeiçoamento e a autoestabilidade.

Esta dimensão caracteriza-se por ter numa extremidade a autoestabilidade (ou seja a crença de que os indivíduos devem ser dotados de valores, crenças e comportamentos estáveis, que não sejam influenciáveis, nem alterem de acordo com as circunstâncias) e o autoaperfeiçoamento (que consiste na tendência de procurar informação positiva sobre si mesmo). No outro extremo desta dimensão encontra-se a humildade, a flexibilidade e a adaptação a circunstâncias (Hofstede et al., 2010). Assim sendo, a dimensão cultural Monumentalismo versus humildade tem a ver com a questão do orgulho e da autoestima. Deste modo, sociedades com índices elevados de monumentalismo premeiam os indivíduos que são pouco suscetíveis à mudança, caracterizando-se pelo orgulho e pela firmeza, que são, metaforicamente falando, monumentos (firmes e constantes). Tendem também a aceitar e valorizar normas impostas por uma entidade superior. Já sociedades com elevados índices de humildade premeiam a flexibilidade e a humildade.

Monumentalismo	Humildade
Valorizam-se o orgulho e a firmeza	Valorizam-se a flexibilidade e a humildade
Indivíduos devem apresentar valores, crenças e comportamentos estáveis	Indivíduos devem adaptar valores, crenças e comportamentos estáveis às circunstâncias

Quadro 13: As diferenças entre sociedades com índices de Monumentalismo elevados e sociedades com índices de Monumentalismo reduzidos

Fonte: elaboração própria a partir de Hofstede et al. (2010)

Sendo a dimensão cultural mais recente do modelo de Hofstede, a informação disponibilizada a respeito do Monumentalismo versus humildade ainda é bastante reduzida. Desta forma, no *site* Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.), não figura informação relativamente aos índices de Monumentalismo dos diferentes países.

Com base nestas sete dimensões culturais propostas por Hofstede, foram efetuadas análises para os mais diversos países. No *site* Geert Hofste & Gert Jan Hofstede (s.d.) são disponibilizas breves caracterizações de quase 100 países analisados. Tendo em conta as semelhanças e as diferenças dos diferentes países, é possível estabelecer clusters. Assim, a ITIM, organização de consultoria de Hofstede, avança com seis clusters, ou ‘imagens mentais de sociedades’ como lhe chama (Quadro 14).

O modelo concurso ("O vencedor fica com tudo")	Culturas anglo-saxónicas competitivas com baixa Distância de poder, elevado Individualismo e Masculinidade, e resultados relativamente baixos em Aversão à incerteza. Exemplos: Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos da América
O modelo de trabalho em rede (consenso)	Sociedades femininas, altamente individualistas com baixa Distância do poder como a Escandinávia e os Países Baixos. É suposto todos estarem envolvidos nas tomadas de decisão.
A organização enquanto família (lealdade e hierarquia)	Encontra-se em sociedades com resultados elevados em Distância do poder e Coletivismo. Têm líderes paternalistas e in-grupos poderosos. Exemplos: China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas e Singapura.
A organização piramidal (lealdade, hierarquia e ordem implícita)	Encontra-se em sociedades coletivistas com elevada Distância do poder e Aversão à incerteza. Exemplos: grande parte da América Latina (especialmente o Brasil), Grécia, Portugal, Rússia e Tailândia.
O sistema solar (hierarquia e burocracia impessoal)	Parecida à estrutura piramidal, mas com maior Individualismo. Exemplos: Bélgica, França, Norte da Itália, Espanha e Suíça francesa.
A máquina bem oleada (ordem)	Encontra-se em sociedades com baixa Distância do poder e elevado Aversão à incerteza. Caracterizam-se por regras e procedimentos cuidadosamente equilibrados, pouca hierarquia. Exemplos: Áustria, Alemanha, República Checa, Hungria, Suíça alemã.

Quadro 14: Os *clusters* culturais segundo Hofstede (s.d.). As seis imagens mentais da sociedade

Fonte: itim America (s.d.)

Para além de identificar as dimensões culturais, Hofstede (1984) sugeriu 6 áreas para futuras investigações: 1) dimensões culturais não anglo-saxónicas 2) países adicionais 3) mudanças culturais ao longo do tempo 4) subculturas, tais como culturas regionais, ocupacionais e organizacionais 5) as consequências das dimensões culturais e 6) teorias organizacionais e de gestão internacionais.

É precisamente nesta quinta linha que irá incidir o presente trabalho, sendo que iremos procurar descortinar como as dimensões culturais que caracterizam uma nação afetam o seu índice de felicidade.

1.2.2.4 Modelo de Schwartz (1999)

Schwartz (1999) é um psicólogo social, que tem apresentado contribuições relevantes para o estudo da cultura. É especialmente popular pela sua Teoria dos valores humanos básicos²¹, em que distingue dez tipos motivacionais. No entanto, tendo em conta que a unidade de análise do presente trabalho é a cultura nacional, iremos debruçar-nos sobre o seu modelo de dimensões culturais.

“Foco-me aqui nas culturas de grupos nacionais.” (Schwartz, 1999, p.25)

À semelhança de outros (Hofstede, 1980; Inkeles & Smith, 1997; Morris, 1956), Schwartz (1999) infere as prioridades nos valores que caracterizam um coletivo, agregando estas prioridades dos indivíduos. Postulando que as prioridades médias dos indivíduos de um coletivo revelam os valores culturais deste coletivo, Schwartz (1999) identifica sete dimensões culturais, que denomina de *value types*. Estes sete *value types*, por sua vez, estruturam-se em torno de três dimensões polares, com que todas as sociedades se deparam:

- Conservadorismo versus Autonomia (intelectual – afetiva)
- Hierarquia versus Igualitarismo
- Mestria versus Harmonia

Iremos agora ver cada uma destas dimensões polares e as suas respetivas dimensões culturais com mais detalhe.

1) Conservadorismo versus Autonomia (intelectual – afetiva)

A primeira questão com que qualquer sociedade se terá de deparar é a definição da natureza da relação entre os indivíduos e o grupo (Schwartz, 1999). Segundo este investigador esta questão é resolvida pelos *value types* conservadorismo e autonomia, que se encontram em polos opostos. A autonomia subdivide-se em autonomia intelectual e autonomia afetiva.

O conservadorismo refere-se a uma tendência de ver o indivíduo como elemento de um coletivo e de buscar dar um sentido à vida através das relações sociais.

No polo oposto desta dimensão encontra-se a autonomia, que se refere a culturas em que o indivíduo é visto como ser autónomo e que encorajam o indivíduo a exprimir a sua individualidade. A autonomia intelectual diz respeito a ideias e pensamentos, manifestando-se

²¹ Vide Schwartz (1992, 2006)

como ênfase cultural no desejo de os indivíduos concretizarem as suas próprias ideias e determinações intelectuais. A autonomia afetiva diz respeito a emoções, manifestando-se como ênfase cultural no desejo de os indivíduos procurarem de forma independente experiências afetivas positivas.

Schwartz (1999) salienta que esta dimensão cultural, conservadorismo – autonomia, está presente em outros modelos, sob outros nomes: individualismo – coletivismo (Hofstede, 1980; Kim et al., 1994), ou individualismo - comunalismo, Independência - interdependência, autonomia - relacionamento e separação - interdependência (Bellah et al., 1985; Doi, 1986; Geertz, 1984; Hsu, 1983; Kagitcibasi, 1990; Markus & Kitayama, 1991; Shweder & Bourne, 1982; Sinha, 1990).

2) Hierarquia versus Igualitarismo

A segunda questão com que todas as sociedades se deparam será a garantia de comportamento responsável que preserve o tecido social. (Schwartz, 1999). A resposta a este desafio será mais uma vez um bipolar.

Num dos polos encontra-se a hierarquia, com uma ênfase cultural na legitimidade da distribuição desigual do poder, de papéis e de recursos. Os membros de uma sociedade com esta ênfase cultural estão sujeitos a socialização e sanções para assegurar que cumpram os seus papéis.

No polo oposto encontra-se o igualitarismo, com uma ênfase cultural na transcendência de interesses egoístas, favorecendo o compromisso voluntário para prover a riqueza de terceiros. Os membros de uma sociedade com esta ênfase cultural estão sujeitos a socialização para que reconheçam os outros como equiparados com os mesmos interesses e necessidades, apelando-se à cooperação voluntária.

3) Mestria versus Harmonia

A terceira questão com que todas as sociedades se deparam será a relação do ser humano com o mundo natural e social. (Schwartz, 1999). A resposta a este desafio será mais uma vez um bipolar.

Num dos polos encontra-se a mestria, que equivale a um domínio sobre o mundo, uma ambição em controlar, modificar e explorar o mundo em função dos interesses pessoais ou do grupo.

No polo oposto encontra-se a harmonia, que consiste em aceitar o mundo tal como ele é, sendo a ambição um encaixe harmonioso no ambiente.

No Gráfico 22 encontramos uma representação gráfica deste modelo de dimensões culturais de Schwartz (1999), de autoria do próprio. Será ainda de referir que este modelo foi validado com dados de 49 países de todo o mundo.

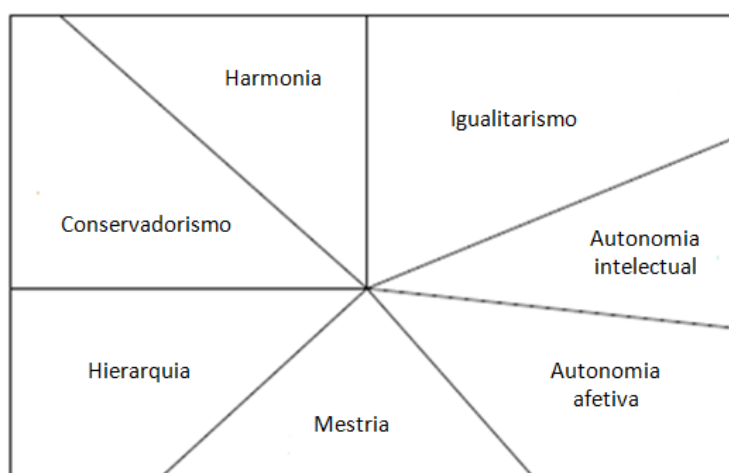


Gráfico 22: As dimensões culturais segundo Schwartz (1999)

Fonte: Schwartz (1999, p. 29)

Tal como nos modelos anteriores, vejamos também no caso do modelo de Schwartz (1999) uma sistematização tabelar (Quadro 15).

Relação entre indivíduos e o grupo	Conservadorismo	Indivíduo como elemento de um coletivo
	Autonomia intelectual e afetiva	Indivíduo é visto como ser autónomo e o indivíduo é encorajado a exprimir a sua individualidade
Garantia de comportamento responsável	Hierarquia	Ênfase na legitimidade da distribuição desigual do poder, de papéis e de recursos.
	Igualitarismo	Ênfase na transcendência de interesses egoístas, favorecendo o compromisso voluntário para prover a riqueza de outros
Relação com o mundo	Mestria	Domínio sobre o mundo
	Harmonia	Aceitar o mundo tal como ele é

Quadro 15: As dimensões culturais segundo Schwartz (1999)

Fonte: elaboração própria com base em Schwartz (1999)

1.2.2.5 Modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000)

Trompenaars foi aluno de Hofstede (1976, 1980, 1981, 1983, 1991, 2001, 2002a, 2002b 2006, 2011) na Wharton Business School, e tornou-se consultor e investigador na área da gestão intercultural. Juntamente com Hampden-Turner, apresenta um modelo de sete dimensões culturais. Mais tarde, reformularam o seu modelo, e reduziram o mesmo a seis dimensões culturais (Hampden-Turner & Trompenaars, 2000).

O estudo destes dois investigadores, que visava as culturas nacionais e corporativas alongou-se durante anos. Enviaram questionários a mais de 46.000 gestores em 40 países e obtiveram pelo menos 500 respostas válidas para cada país, o que permitiu a caracterização de culturas nacionais, através das dimensões culturais, que iremos abordar de seguida.

1) Universalismo versus Particularismo

Esta primeira dimensão consiste na importância que uma cultura atribui a regras ou a relações pessoais, ou seja se coloca a tónica nas semelhanças (universalismo) ou nas diferenças (particularismo).

Em culturas universalistas, regem regras, códigos, leis e generalizações. E este conjunto de normas prevalece sobre as necessidades e desejos de pessoas relacionadas.

Em culturas pluralistas, regem exceções, circunstâncias e relações. As normas existem, mas são subjugadas aos interesses resultantes das relações interpessoais.

De acordo com os dados recolhidos por Hampden-Turner e Trompenaars (2000) são os países do Norte da Europa, tais como a Finlândia, a Noruega, mas também a Austrália, que apresentam culturas mais universalistas. As culturas mais particularistas encontram-se no Leste da Europa, em países como a Rússia ou a Bulgária.

2) Individualismo versus Comunitarismo

Esta segunda dimensão tem a ver com a questão se as pessoas de uma cultura se vêem e articulam mais como indivíduos ou mais como uma comunidade. Trata-se assim de uma dimensão cultural recorrente em outros modelos de dimensões culturais (Hofstede, 1980, House et al., 2004; Schwartz, 1999, a título de exemplo).

Em culturas individualistas, o indivíduo prevalece sobre a comunidade, que é marcada por atributos como a competição, a autoconfiança, o crescimento e a realização pessoal. As

necessidades e os desejos do indivíduo são prioritários e espera-se que o próprio indivíduo se encarregue de os satisfazer.

Em comunidades comunitárias, em que os atributos fulcrais são a cooperação, a preocupação social, o serviço público e o altruísmo, a comunidade prevalece sobre o indivíduo. Espera-se que o indivíduo coloque o bem-estar e os interesses da comunidade acima dos seus próprios, acreditando-se que o bem-estar da comunidade aportará naturalmente bem-estar aos indivíduos que a compõem.

Segundo os dados recolhidos por Hampden-Turner e Trompenaars (2000), entre os países mais individualistas encontram-se os Estados Unidos da América e o Canadá. As culturas mais comunitárias são encontradas em países asiáticos como a China, Singapura, e o Japão. Curiosamente França também se insere no grupo dos países mais comunitários.

3) Especificidade versus Difusão

Esta terceira dimensão tem como objeto a responsabilização, e se esta é atribuída especificamente ou aceite difusamente.

Em culturas específicas, reinam a racionalidade, a análise, e os indivíduos destas culturas tendem a focar-se em elementos particulares, antes de os unirem num todo. As interações entre os elementos de um coletivo com tónica na especificidade são bem definidas, regidas por normas e factos.

Em culturas com tónica na difusão, reinam o difuso, o holístico e o integrado. Os indivíduos destas culturas tendem a focar-se no geral, antes de partir para os elementos particulares. As interações entre os elementos de um coletivo com tónica na especificidade são difusas e o foco está na relação entre os elementos.

Hampden-Turner e Trompenaars (2000) argumentam que esta dimensão cultural esteja intimamente ligada à tradição religiosa, e a reforma protestante, sendo que a Igreja Católica se apresentava como difusa, pitoresca e misteriosa, enquanto o Protestantismo se expunha como específico e verbal.

Países como os Estados Unidos da América e o Reino Unido revelam culturas relativamente específicas. Já o Japão e a Coreia do Sul, apresentam culturas mais difusas. França alinha-se, mais uma vez com os países asiáticos.

4) Estatuto alcançado versus atribuído

Esta quarta dimensão centra-se no estatuto, e mais concretamente se este será atribuído ao indivíduo devido a valores como a nascença (família), o género, a idade, ou a riqueza, ou se o indivíduo terá de merecer o seu estatuto, conquistando-o através do seu sucesso, competências, inteligência e árduo trabalho.

Os dados obtidos por Hampden-Turner e Trompenaars (2000) evidenciam que os Estados Unidos da América e o Reino Unido são os únicos países que dão prioridade ao estatuto alcançado. Os restantes países, com a Coreia, o Japão, e mais uma vez França, no topo, favorecem o estatuto atribuído.

5) Direção interna versus externa

Esta quinta dimensão evidenciada por Hampden-Turner e Trompenaars (2000) diz respeito à alocação da virtude, ou seja se a virtude se encontra dentro do indivíduo, ou se ela será exterior ao mesmo.

Culturas que entendem que a virtude está localizada no interior do ser humano acreditam no triunfo do propósito consciente, e que a virtude se encontre nas vontades, crenças e princípios do indivíduo.

Culturas que acreditam que a virtude é exterior ao indivíduo, entendem que a virtude se encontre no poder da natureza, na estética e nas relações (Hampden-Turner & Trompenaars, 2000).

Os resultados empíricos destes autores evidenciam que os países com maior Direção interna são os Estados Unidos da América, o Canadá e o Reino Unido. Com culturas com maior Direção externa encontramos países como a China, a Indonésia, o Japão e a Rússia.

6) Tempo sequencial versus síncrono

Esta sexta dimensão cultural consiste na forma como as culturas entendem o conceito tempo, a relevância que atribuem ao passado, ao presente e ao futuro, e como fazem a gestão do tempo. Em culturas sequenciais, os indivíduos vêem o tempo como algo não recorrente e tendem a desempenhar uma tarefa de cada vez. Já em culturas marcadas por uma noção de tempo síncrono, o tempo é visto como cíclico e os indivíduos tendem a desempenhar diversas tarefas simultaneamente, acreditando na flexibilidade do tempo.

Será inevitável tecer a comparação com as dimensões culturais Tempo monocrónico – policrónico de Hall (1976) e a Orientação temporal de Kluckhohn e Strodtbeck (1961).

De acordo com os dados empíricos de Hampden-Turner e Trompenaars, países como os Estados Unidos da América, a Turquia e a Índia revelam culturas mais orientadas para uma

noção de tempo sequencial. Já países como a China, Hong Kong, e a Coreia têm uma visão temporal mais síncrona.

7) Afetividade versus Neutralidade

Apesar de esta dimensão ter sido eliminada por Hampden-Turner e Trompenaars, aquando da revisão do seu referencial teórico em 2000, será interessante mencionar esta dimensão cultural de forma muito sucinta. A Afetividade versus neutralidade referia-se ao modo como os membros de um coletivo exprimiam as suas emoções, distinguindo-se entre culturas afetivas, em que os indivíduos manifestam as suas emoções, e as culturas neutras, em que o indivíduo não deveria trazer a público as suas emoções, devendo controlar as mesmas.

O Quadro 16 oferece uma visão global do modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000).

Regras vs Relações	Universalismo	Ênfase em regras, códigos, leis e generalizações
	Particularismo	Ênfase em exceções, circunstâncias e relações
Relação entre indivíduos e o grupo	Individualismo	O indivíduo prevalece sobre a comunidade, que é marcada por atributos como a competição, a autoconfiança, o crescimento e a realização pessoal
	Comunitarismo	Os atributos considerados prioritários são a cooperação, a preocupação social, o serviço público e o altruísmo; a comunidade prevalece sobre o indivíduo
Responsabilização	Especificidade	Ênfase na racionalidade e na análise
	Difusão	Ênfase no difuso no holístico e no integrado
Estatuto	Alcançado	O indivíduo terá de conquistar o seu estatuto através do seu sucesso, competências, inteligência e árduo trabalho
	Atribuído	Valores como a nascença (família), o género, a idade, ou a riqueza conferem estatuto
Direção	Interna	A virtude está localizada no interior do ser humano
	Externa	A virtude é exterior ao indivíduo
Tempo	Sequencial	Os indivíduos vêm o tempo como algo não recorrente e tendem a desempenhar uma tarefa de cada vez
	Síncrono	O tempo é visto como cíclico e os indivíduos tendem a desempenhar diversas tarefas simultaneamente

Quadro 16: As dimensões culturais de Hampden-Turner e Trompenaars (2000).

Fonte: elaboração própria com base em Hampden-Turner e Trompenaars (2000)

1.2.2.6 Modelo GLOBE (2004)

Por trás da sigla GLOBE esconde-se o projeto *Global Leadership and Organizational Behavior Effectiveness*, que foi concebido por Robert J. House em 1991 e lançado em 1993. No entanto, foi apenas em 2004, que o primeiro volume extenso foi publicado, sob o título *Culture, Leadership, and Organizations: The GLOBE Study of 62 Societies*. Em 2007 foi publicado um segundo volume: *Culture and Leadership across the World: The GLOBE Book of In-Depth Studies of 25 Societies*.

O objetivo deste projeto é a análise de liderança e de práticas organizacionais no mundo inteiro. Com a colaboração de 170 investigadores e coordenadores foram obtidos dados de 17.300 gestores de mais de 950 organizações, tratando-se de um dos estudos mais extensos, realizados na área. Apesar de o objetivo inicial incidir sobre as organizações, os dados, uma vez que oriundos de 62 culturas societais, também permitem a análise das respetivas culturas nacionais. O resultado deste estudo foi a construção de um modelo com nove dimensões culturais. Será de salientar que estas nove dimensões evidenciadas por House et al. (2004) se baseiam nas dimensões culturais de Hofstede (1980), Schwartz (1999) e Inglehart (1997), entre outros. Vejamos as nove dimensões culturais que House et al. (2004) propõem.

1) Distância do poder

A dimensão cultural Distância do poder foi adotada de Hofstede (1980), e como tal refere-se ao grau com que os membros de um coletivo esperam que o poder, o prestígio e posses materiais sejam distribuídos de forma homogênea. Refere-se também à relação entre os elementos dotados de estatuto e poder, e aqueles elementos desprovidos destes atributos.

Culturas, em que a Distância do poder é elevada, encontram-se por exemplo na Rússia, na Tailândia e em Espanha. Nestes países, a distinção entre indivíduos dotados de poder e estatuto e aqueles desprovidos destes atributos, e espera-se que os subordinados apresentem respeito e obediência a elementos superiores do grupo.

A Dinamarca e os Países Baixos são exemplos de países em que a cultura apresenta uma Distância do poder reduzida. Aqui, a diferença entre os detentores de poder e os elementos desprovidos dele é pouco acentuada. Os membros de um coletivo são vistos de forma mais igualitária e tende-se a um maior envolvimento de todos os elementos do coletivo em processos de tomada de decisão.

2) Aversão à incerteza

Também esta dimensão cultural, que se refere à intensidade com que um coletivo se agarra a normas sociais ou regras e procedimentos burocráticos para aliviar a incerteza inerente a eventos futuros, foi adotada de Hofstede (1980).

Países com uma cultura forte em Aversão à incerteza, tais como a Alemanha, a Suécia ou a Suíça, entre outros, procuram regras e leis bem delimitadas, vidas estruturadas e consistentes, bem como expectativas sociais bem esclarecidas. Já países em que a Aversão à incerteza não é uma tônica forte da cultura, tais como a Rússia, a Grécia ou a Venezuela, a tolerância face à ambiguidade é elevada, e as regras e estruturas rígidas não são uma preocupação.

3) Orientação humana

Esta dimensão cultural, que se refere ao nível com que um coletivo incentiva e premeia os seus membros por serem altruístas, justos e se preocuparem com terceiros, é influenciada por Kluckhohn e Strodtbeck (1961), bem como por McClelland (1985) e por Putnam (1993).

Países com culturas que evidenciam uma orientação humana elevada, tais como a Malásia, a Irlanda ou as Filipinas, as relações humanas têm grande peso e promove-se o apoio a terceiros, com especial ênfase naqueles mais necessitados. Os indivíduos destas culturas tendem a manter relações paternalistas e a serem agradáveis no trato, sensíveis e tolerantes, valorizando a harmonia entre os elementos do coletivo.

Países como a Alemanha, a França e a Singapura, entre outros, apresentam valores baixos nesta dimensão cultural. As relações entre as pessoas não são tão valorizadas, sendo que se espera autonomia e independência dos membros do coletivo. O poder e a posse de bens materiais são fontes de motivação.

4) Coletivismo institucional

A dimensão cultural do Coletivismo institucional diz respeito ao grau com que instituições incentivam e premeiam a distribuição coletiva de recursos e a ação coletiva, e baseia-se na dimensão cultural Individualismo versus coletivismo de Hofstede (1980). Culturas com elevada tônica no Coletivismo institucional, caracterizam-se pela alocação de recursos e pela disponibilização de oportunidades, para que os membros participem de forma ativa nos processos económicos, sociais e políticos.

Países como a Suécia, a Coreia do Sul ou o Japão são representantes desta característica cultural. Os seus elementos procuram a harmonia do grupo, pelo que buscam o bem-estar dos outros membros, e colocam a tónica nas semelhanças entre os membros do coletivo. Premeia-se o coletivo em detrimento do indivíduo.

Em culturas que apresentam resultados baixos nesta dimensão cultural, tais como a Grécia, a Itália ou a Argentina, valorizam-se a autonomia e a liberdade individual. Assim, premeia-se o desempenho individual.

5) Coletivismo familiar

Também o Coletivismo familiar se baseia na dimensão cultural Individualismo versus coletivismo de Hofstede (1980), referindo-se à intensidade com que os indivíduos expressam orgulho e lealdade relativamente às organizações ou famílias em que se enquadram (House et al., 2004). Esta dimensão está portanto ligada à relação entre o indivíduo e os grupos mais pequenos em que se insere.

Assim, em culturas em que o indivíduo valoriza o facto de ser membro de um pequeno grupo, tal como a família ou o grupo de amigos, os membros destes grupos manifestam elevadas expectativas relativamente aos demais elementos, sendo que a satisfação das necessidades e dos desejos dos membros destes pequenos grupos em que o indivíduo se insere, é de extrema importância para este. Países como o Irão, a Índia e a China são exemplos deste género de cultura.

Em países como a Dinamarca, a Suécia e a Nova Zelândia, entre outros, a situação é diferente. Os indivíduos não sentem qualquer tipo de obrigação especial em satisfazer as necessidades e vontades dos seus familiares ou amigos, e não esperam tratamento especial por parte destes.

6) Assertividade

A dimensão cultural da Assertividade consiste no nível com que os membros de um coletivo são assertivos, frontais e mesmo agressivos nas suas relações com os demais elementos do grupo, e foi beber à dimensão cultural Masculinidade versus feminilidade de Hofstede (1980).

Os Estados Unidos da América e a Áustria apresentam índices de assertividade elevados e caracterizam-se por valorizarem a competição e a força.

Já em países menos assertivos, como a Suécia ou a Nova Zelândia, predominam as relações dotadas de cooperação e harmonia, sendo que os elementos mais fracos do coletivo são merecedores de solidariedade.

7) Igualdade dos géneros

À semelhança da dimensão de Assertividade, também esta dimensão cultural Igualdade dos géneros, tem por base a dimensão cultural Masculinidade versus feminilidade de Hofstede (1980), e refere-se à intensidade com que o coletivo minimiza as desigualdades dos géneros.

Exemplos de países com uma cultura com elevada igualdade entre os géneros, são a Hungria, a Polónia ou a Dinamarca. Nestes países, as mulheres têm um maior envolvimento em tomadas de decisão, e existe uma maior taxa a desempenhar funções públicas e de autoridade. O nível de escolaridade nestas culturas é bastante homogéneo entre homens e mulheres.

Por oposição, em países com índices reduzidos de igualdade entre os géneros, os cargos de estatuto social e de poder são reservados aos elementos do sexo masculino do coletivo, sendo raro encontrar uma mulher a desempenhar uma função provida de autoridade. São países como a Coreia do Sul, o Egipto e a China, entre outros, que representam esta característica cultural.

8) Orientação futura

Esta dimensão, que se refere ao grau com que os indivíduos de um coletivo promovem comportamentos orientados para o futuro, tais como o planeamento, o investimento no futuro e o atrasar de gratificações, é baseada em Kluckhohn e Strodtbeck (1961) e na sua dimensão cultural de orientação para o passado, o presente ou o futuro.

Deste modo, culturas com uma forte orientação para o futuro, apresentam uma maior predisposição para investir em poupanças. A Singapura, a Suíça e os Países Baixos, entre outros, são países onde poderemos encontrar esta característica.

Países como a Rússia, a Argentina ou a Itália, representam o polo oposto desta dimensão cultural, colocando a tónica na gratificação instantânea.

9) Orientação para o desempenho

Esta última dimensão deriva de McClelland (1985) e refere-se ao grau com que o coletivo incentiva e premeia os seus membros pela melhoria de desempenho e pela excelência. (House et al., 2004).

A Singapura, Hong Kong e os Estados Unidos da América são países fortemente orientados para o desempenho. Valorizam o exercício e o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, que deverá ser proactivo. A comunicação tende a ser direta e pragmática.

Em países como a Rússia, a Itália ou a Argentina, a orientação para o desempenho é fraca. A competição é percebida como algo de negativo, favorecendo-se a cooperação. A tónica está em atributos como a lealdade a pertença, e a tradição.

O Quadro 17 oferece uma visão global do modelo GLOBE.

Forte	Fraco
Distância do poder	
Espera-se que os subordinados apresentem respeito e obediência perante elementos superiores do grupo	Espera-se que o poder, o prestígio e posses materiais sejam distribuídos de forma homogénea
Aversão à incerteza	
Regras e leis bem delimitadas, vidas estruturadas e consistentes, bem como expectativas sociais bem esclarecidas	Elevada tolerância face à ambiguidade
Orientação humana	
Relações humanas têm grande peso e promove-se o apoio a terceiros	Espera-se autonomia e independência dos membros do coletivo
Coletivismo Institucional	
Premeia-se o coletivo em detrimento do indivíduo	Premeia-se o desempenho individual
Coletivismo Familiar	
A satisfação das necessidades e dos desejos dos membros destes pequenos grupos em que o indivíduo se insere, é de extrema importância para este	Os indivíduos não sentem qualquer tipo de obrigação especial em satisfazer as necessidades e vontades dos seus familiares ou amigos

Assertividade	
Valoriza-se a competição e a força	Predominam as relações de cooperação e harmonia
Igualdade dos Géneros	
As mulheres têm um maior envolvimento em tomadas de decisão	Cargos de estatuto social e de poder são reservados aos elementos do sexo masculino
Orientação Futura	
Predisposição para investir em poupanças	Tónica na gratificação instantânea
Orientação para o desempenho	
Valoriza-se o exercício e o desenvolvimento das capacidades do indivíduo, que deverá ser proactivo	A competição é percecionada como algo de negativo, favorecendo-se a cooperação

Quadro 17: As dimensões culturais GLOBE (2004)

Fonte: elaboração própria com base em House et al. (2004)

Baseando-se na pontuação das 62 culturas societais monitorizadas, em cada uma destas dimensões culturais, os investigadores do projeto GLOBE agruparam os países em causa em dez *clusters* (Gráfico 23).

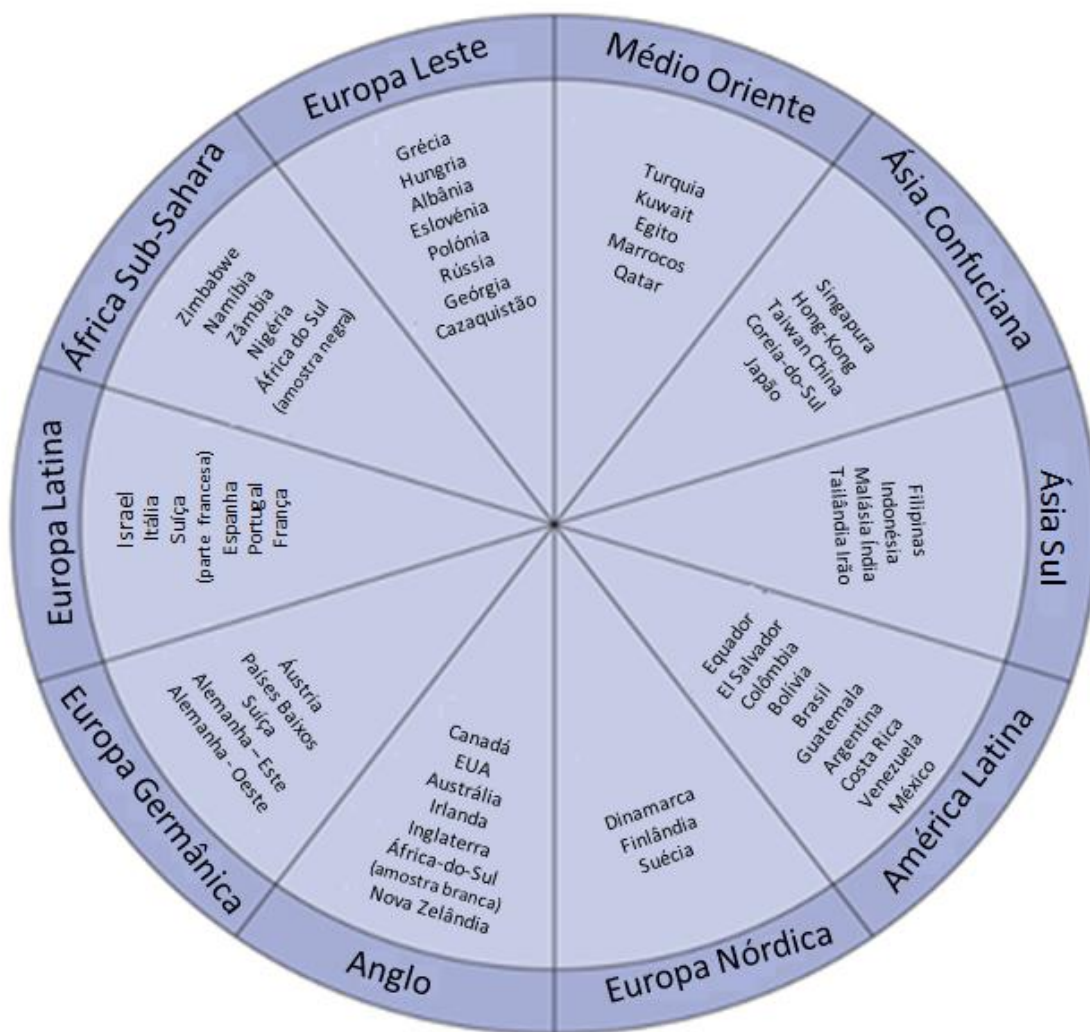


Gráfico 23: Os clusters culturais segundo GLOBE (2004)

Fonte: adaptação de House et al. (2004)

Será de salientar que as culturas são mais semelhantes entre países que pertencem ao mesmo *cluster*, e a sua diferença mais acentuada, quanto mais distantes se encontrarem os respetivos *clusters*.

1.2.2.7 Revisão dos modelos culturais

Depois de termos abordado os principais modelos teóricos que permitem a análise cultural de nações, iremos agora fazer uma breve revisão crítica realçando os pontos fortes, e apontando também as fragilidades dos modelos teóricos anteriormente abordados, possibilitando-nos assim decidir fundamentadamente qual o modelo teórico que melhor se irá adequar ao desenvolvimento do presente trabalho.

O modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961)

O modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961) apresenta-se como um dos modelos mais relevantes de dimensões culturais, tendo influenciado a investigação na área da cultura e influenciado modelos que se seguiram, tais como os modelos propostos por Hofstede (1980), Hampden-Turner e Trompenaars (2000) ou Hall (1976)²².

Yeganeh et al. (2009) apontam vantagens como a facilidade de compreensão, a exclusividade e a parcimónia a este modelo. Mais, o facto de os dados recolhidos com este modelo serem intervalos, permite uma aplicação de uma grande panóplia de técnicas estatísticas. Maznevski et al. (2002) realçam a distinção entre os níveis individuais e coletivos com uma vantagem do modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961).

Uma das desvantagens apontadas a este modelo é o facto de não oferecer uma medida que permita a medição e a comparação das orientações culturais (Maznevski et al., 2002). A dimensão reduzida do estudo empírico, que fora aplicado a apenas uma determinada região dos Estados Unidos da América, constitui igualmente um fator desfavorável a apontar ao modelo de Kluckhohn e Strodtbeck (1961).

O modelo de Hall (1976)

O modelo de Hall (1976) é considerado um dos estudos pioneiros na investigação cultural e influenciou fortemente Hofstede e outros autores (v.Egnach, 2003).

No entanto será de salientar que Hall (1976) baseou o seu modelo em observações efetuadas em contexto internacional ao longo de largos anos enquanto antropólogo, e não num estudo empírico, faltando assim uma validação rigorosa por meios estatísticos. As dimensões parecem assim algo subjetivas, o que é acentuado pelo facto de também este modelo não facultar uma escala que permita a quantificação exata das dimensões culturais.

Face ao exposto, considera-se que o modelo de Hall (1976) será mais apropriado para a utilização em estudos qualitativos (Yeganeh et al., 2009).

²² A dimensão de 'orientação relativamente às relações sociais' encontra-se tanto nos conceitos de 'distância do poder e individualismo' de Hofstede (1980), como nas dimensões 'individualismo - comunitarismo' e 'estatuto alcançado versus atribuído' de Hampden-Turner e Trompenaars (2000).

O modelo de Hofstede (1980)

Sondergaard (1994), analisou a obra de Hofstede (1980), segundo as aplicações e réplicas do trabalho de Hofstede, colecionando citações de material publicado e por publicar. O resultado desta análise é que as dimensões de Hofstede são revistas de quatro maneiras distintas: 1) citações nominais 2) citações mais aprofundadas, incluindo reparos e críticas 3) aplicação empírica 4) utilização das dimensões culturais de Hofstede como paradigma.

No seio deste vasto grupo de autores que reviram o referencial teórico de Hofstede, não se encontram apenas seguidores, como também críticos, tais como Goodstein (1981), Osland e Bird (2000), Spector et al. (2001) e McSweeney (2002), entre outros.

As principais críticas, apontadas ao referencial teórico de Hofstede, estão relacionadas com a amostra e com o questionário de dados de atitude dos quais foram inferidas as dimensões culturais.

No que respeita a amostra usada, a crítica principal vai no sentido de a mesma não ser representativa de uma nação. É apontada a falta de homogeneidade, uma vez que os dados advêm exclusivamente de questionários aplicados a colaboradores da IBM, e de estes dados terem sido largamente limitados a respostas de pessoal de marketing e de vendas (McSweeney, 2002). Hofstede (2002) contesta esta crítica, evocando, que os questionários eram iguais em todos os respeitos, exceto na nacionalidade. Como os respondentes trabalhavam todos para IBM, partilhavam uma única ‘cultura organizacional’ monopolística, comum entre e dentro de cada subsidiária da IBM. Quando foram agrupados em base ocupacional, cada grupo partilhou também uma ‘cultura ocupacional’ comum. Assim, Hofstede (1991) constata: “A única coisa que pode contar para diferenças sistemáticas e consistentes entre grupos nacionais dentro de uma população multinacional tão homogénea é a nacionalidade em si... Comparar as subsidiárias IBM portanto mostra cultura nacional com clareza invulgar.” (p. 252). Outro aspeto usado por Hofstede para refutar a crítica em causa, é o facto de estudos posteriores levados a cabo para validar os resultados prévios incluírem pilotos comerciais e estudantes de 23 países, gestores de serviço civil de 14 países, consumidores *up-market* de 15 países e ‘elites’ de 19 países.

Apesar da elevada dimensão da amostra, existe crítica no sentido de um grande número de respostas por si não garantir representatividade, apontado para o número reduzido de respostas em alguns países, (Goldstein 1981). Hofstede (1981) refuta esta crítica, alegando

que se uma amostra é realmente heterogénea, no que respeita os critérios em estudo, há muito pouco a ganhar em termos de confiança, com uma dimensão superior.

No que diz respeito ao questionário, critica-se o facto de se tratar de um questionário predominantemente americano, desenvolvido no hemisfério ocidental, baseado em valores ocidentais, e questiona-se a validade do mesmo para os restantes países. Hofstede (1991) desaprova esta crítica, salientando o envolvimento de diversos investigadores estrangeiros no desenvolvimento do questionário em causa, uma vez que este fora desenvolvido com base em questionários piloto de resposta aberta, aplicados em nove países. Estes questionários piloto, por sua vez, foram conduzidos por investigadores locais, recrutados pela IBM, que contribuíram para o desenvolvimento dos questionários e a interpretação dos resultados. Com a adição da dimensão Orientação a longo prazo, oriunda do mundo oriental, esta crítica foi atenuada.

Apesar de todas as críticas, que Hofstede (1980, 2002a, 2002b, 2006, 1991, 2011) tem vindo a tentar refutar ao longo do tempo, a conclusão do estudo levado a cabo por Taras et al. (2009), em que analisam 121 ferramentas de quantificação de cultura é que as medidas de cultura existentes, são consistentes com a metodologia usada por Hofstede (1980), tanto no que diz respeito à sua abordagem, como a metodologia usada. O referencial teórico de Hofstede continua assim a ser o mais influente.

“Talvez a mais influente entre as classificações é a de Geert Hofstede.” (Kirkman et al., 2006, p. 285)

Segundo Taras et al. (2009), a popularidade do trabalho de Hofstede, deve-se essencialmente à elevada dimensão da sua amostra internacional, bem como ao facto, de a sólida utilização de ferramentas de análise estatística. Sondergaard (1994) salienta o rigor do estudo, bem como a consistência teórica.

O modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000)

Uma grande força do modelo de Hampden-Turner e Trompenaars (2000) é a sua sólida fundamentação empírica, com base numa amostra internacional de dimensão considerável.

No entanto as fronteiras entre algumas das dimensões, como a Universalismo - Particularismo, Individualismo - Coletivismo e Difuso - Específico não são claras, colocando

assim um problema à sua aplicação em análises interculturais. Deste modo, o modelo de Hall não constitui uma ferramenta adequada para medir cultura (Yeganeh et al., 2009).

O modelo de Schwartz (1999)

No caso do modelo de Schwartz (1999), uma das grandes vantagens é a distinção clara que Schwartz (1999) faz entre o nível individual e o nível cultural. A validação empírica robusta e a inclusão de países, como os países do Leste, que Hofstede (1980) por exemplo, descuidara, são igualmente pontos a favor deste modelo (v.Egnach, 2003).

Contudo, também existem desvantagens, tal como o facto de o modelo não facultar informação sobre as prioridades dos diferentes *value types* em cada cultura. Mais, alguns destes *value types* apresentam-se como conceitos muito amplos e delimitações pouco definidas, dificultando assim a operacionalização deste modelo. (Yeganeh et al., 2009).

O modelo GLOBE

As principais forças do modelo GLOBE consistem, não apenas na utilização de métodos quantitativos (questionários), juntamente com métodos qualitativos e medidas discretas, como também no rigor com que estes métodos foram utilizados. A rigorosa fundamentação teórica das medidas discretas utilizadas é também um fator de força deste modelo (v.Egnach, 2003).

A validação empírica em grande escala, que é conseguida através do contributo de 170 investigadores oriundos dos mais diversos contextos culturais, na conceção e execução do projeto, é mais um elemento favorável deste modelo. Na maioria dos países, a pesquisa foi efetuada por nativos ou por investigadores com uma vasta experiência nos respetivos países (Terlutter et al., 2006). No entanto, apesar de se tratar de um estudo empírico de larga escala, Terlutter et al. (2006) referem que o modelo GLOBE se baseia numa amostra bastante reduzida, com apenas cerca de 250 respondentes por cultura.

O modelo GLOBE é criticado no sentido de não constituir inovação a nível conceptual (Yeganeh et al., 2009). Esta crítica tem como fundamento o facto de as primeiras seis dimensões do modelo GLOBE serem adaptadas do modelo de Hofstede (1980), refletindo em parte exatamente os mesmos constructos²³. Para além do modelo de Hofstede (1980), outros

²³ Como vimos, quando nos debruçamos sobre o modelo GLOBE, as suas primeiras três dimensões do modelo GLOBE equivalem às dimensões 'Aversão à incerteza', 'Distância do poder' e 'Individualismo versus Coletivismo' de Hofstede (1980).

modelos, tais como o de Kluckhohn e Strodtbeck (1961)²⁴, deram origem às dimensões culturais do modelo GLOBE.

Na sua revisão crítica do modelo GLOBE, Hofstede (2006) alega que o modelo é centrado nos Estados Unidos da América e que o montante de 18 dimensões é excessivo e desnecessário.

Será ainda de salientar que algumas dimensões deste modelo, tais como a 'Orientação para o desempenho', são de foro organizacional, e como tal não poderão ser consideradas como dimensões puramente culturais. Assim, o modelo GLOBE falha no que respeita a sua aplicabilidade, uma vez que os valores que aborda são apenas relacionados com o trabalho (Yeganeh et al., 2009).

Tendo em conta os fatores positivos e os elementos menos positivos evidenciados de cada um dos modelos de dimensões culturais analisados, a nossa escolha incide sobre o modelo de Hofstede (1980). Apesar de se tratar de um modelo que ao longo dos tempos foi alvo de muita crítica, continua a ser considerado um marco paradigmático na investigação intercultural e a ferramenta mais adequada ao estudo que nos propusemos efetuar. Face ao exposto, optámos por utilizar o referencial teórico de Hofstede para analisar os países que nos propusemos estudar, Portugal e Alemanha, sob a luz das dimensões culturais deste autor.

1.3 Cultura Nacional e Felicidade

Depois de termos visto a utilidade do estudo da felicidade no seio da economia, iremos agora dedicar-nos à questão da relevância da cultura no estudo da felicidade, com o intuito de salientar a importância do presente trabalho.

Diversos estudos internacionais que pretendiam medir a felicidade evidenciaram níveis médios consistentes entre as nações (Inglehart & Klingemann, 2000; Veenhoven, 1993; a título de exemplo)²⁵, tal como a coluna LS (*Experiência atual*) do Quadro 18²⁶ exemplifica.

²⁴ A dimensão 'Orientação futura' deriva do trabalho de Kluckhohn e Strodtbeck (1961), bem como a dimensão 'Orientação humana' que advém da dimensão 'Natureza humana'.

²⁵ Entre 1958 e 1987 a satisfação com a vida no Japão flutuava em torno do valor seis, numa escala de um a dez (Veenhoven, 1993). Já a satisfação com a vida média no caso da Dinamarca, flutuava em torno de um valor de oito.

²⁶ Esta figura resume a satisfação com a vida, o *affect* positivo, bem como o *affect* negativo entre as nações. Os dados são oriundos de uma amostra com mais de 6.000 estudantes universitários de 43 países.

Nações	Experiência atual			Normas		
	LS	PA	NA	LS	PA	NA
China	3.3	2.6	2.4	4.0	4.5	3.8
Lithuania	3.7	3.6	2.8	5.5	5.8	3.1
Korea	3.8	3.8	2.9	5.0	5.2	3.9
Turkey	3.8	4.2	3.4	5.3	5.4	3.0
Hong Kong	3.9	3.2	2.8	5.1	5.3	2.9
Bahrain	4.0	4.0	3.2	4.7	5.4	3.8
Ghana	4.0	3.8	2.7	5.1	5.4	2.7
Taiwan	4.0	3.8	2.5	5.8	5.5	2.7
Japan	4.0	3.6	2.8	5.1	5.2	3.5
Greece	4.1	3.9	3.0	5.8	5.7	2.7
Estonia	4.2	3.8	2.4	5.6	5.3	2.9
Nepal	4.2	3.9	2.6	4.8	5.1	3.5
South Africa	4.2	3.9	3.0	5.7	5.7	2.8
Guam	4.3	3.8	3.4	5.3	5.6	4.3
Nigeria	4.3	4.2	2.5	5.1	5.6	2.6
Italy	4.3	4.2	3.2	5.9	5.5	2.9
Brazil	4.3	4.2	2.8	5.8	6.2	2.3
Indonesia	4.4	3.8	2.6	5.3	5.8	3.1
Egypt	4.4	4.0	2.8	6.1	6.3	2.3
India	4.4	3.7	2.9	5.1	5.4	2.9
Spain	4.5	4.0	2.8	6.2	6.0	2.7
Argentina	4.5	4.1	2.8	5.5	5.9	3.0
Singapore	4.5	3.8	2.6	5.7	5.6	2.8
Hungary	4.5	3.8	2.8	6.0	5.6	3.5
Pakistan	4.5	4.0	2.9	5.5	5.6	2.7
Portugal	4.6	4.0	2.8	5.9	6.0	2.3
Australia	4.6	3.9	2.6	6.2	5.5	2.7
Germany	4.6	4.0	2.8	5.8	5.4	3.3
Peru	4.7	4.5	2.8	5.8	6.0	3.0
Finland	4.7	4.1	2.5	5.9	5.2	2.9
Thailand	4.7	4.3	2.9	4.9	5.2	3.1
USA	4.7	4.1	2.8	5.8	5.5	2.9
Austria	4.9	4.0	2.5	5.9	5.4	3.0
Slovenia	4.9	4.9	2.9	5.8	5.6	2.8
Denmark	5.0	3.9	2.5	5.8	5.3	3.1
Puerto Rico	5.1	4.7	3.0	6.1	6.0	2.6
Norway	5.1	4.0	2.4	6.1	5.2	2.7
Colombia	5.3	4.6	3.1	6.2	5.8	2.8
Netherlands	5.4	4.4	2.3	6.0	5.7	3.1

Experiência atual

LS= satisfação com a vida; média das respostas para a *Satisfaction with Life Scale* de 7 pontos (Diener, 1985)

PA= afeto positivo; frequência média da experiência de emoções positivas (1= "nunca" a 7 = "sempre").

NA= afeto negativo; frequência média da experiência de emoções negativas (1= "nunca" a 7 = "sempre").

Norma

LS= satisfação com a vida; nível ideal para a *Satisfaction with Life Scale* de 7 pontos.

PA= afeto positivo; norma para experiência de emoções positivas (1= "extremamente desapropriado" a 7 = "extremamente apropriado").

NA= afeto negativo; norma para experiência de emoções negativas (1= "extremamente desapropriado" a 7 = "extremamente apropriado").

Quadro 18: O bem-estar subjetivo: médias e norma em diferentes nações

Fonte: Suh e Oishi (2002, p. 5)

Devido ao desenvolvimento histórico, as fronteiras de uma nação correspondem muitas vezes a uma cultura. Contudo, esta combinação nem sempre se verifica na perfeição (Hermans & Kempen, 1998), sendo de salientar que esta consistência dos valores médios de felicidade não

se encontra apenas no caso das nações, como também em diferentes etnias dentro da mesma nação. Americanos de origem europeia apresentavam níveis de satisfação com a sua vida superiores aos americanos de origem asiática (Oishi, 2001). Okazaki (2000) corroborou este resultado, evidenciando que os americanos de origem asiática apresentavam níveis superiores de depressão e de ansiedade, em comparação com os americanos de origem europeia. Consequentemente poderá afirmar-se que existem diferenças entre nações, e grupos étnicos, no que respeita a felicidade.

“Assim, existem diferenças entre nações, e entre grupos étnicos, dentro das nações.”
(Diener et al., 2003, p. 410)

Não só os níveis de felicidade diferem entre as culturas, como também a sua abordagem face à felicidade. Existem culturas que tendem a exteriorizar mais a felicidade do que outras. Na Rússia e na maioria dos países da Ásia do Leste, a exteriorização da felicidade, através do sorriso e do riso, por exemplo, é menos frequente do que nos Estados Unidos da América. Já os países da América Latina tendem a exteriorizar mais a felicidade do que os Estados Unidos da América (Stearns, 2012).

A relevância que as culturas atribuem à felicidade também varia entre as culturas (Diener, 2000). Apesar de todos os países assinalarem a felicidade como um objetivo importante, há países, como os da América Latina, por exemplo, que atribuem mais peso à felicidade do que outros, tais como, por exemplo os países asiáticos. Lu et al. (2001) salientam que a palavra ‘felicidade’ é um vocábulo muito recente na língua chinesa, sendo que a palavra *fu* ou *fu-qui*, com um significado tão vago como ‘qualquer coisa positiva na vida’, provavelmente será o termo que se encontra em textos chineses antigos, mais próximo do termo felicidade. Será interessante referir um estudo empírico levado a cabo por Diener (2000) e alguns colegas. Perguntando a um conjunto de estudantes universitários chineses quantas vezes estes pensavam em felicidade, depararam-se com uma taxa de 10% de respondentes que indicavam nunca na vida terem perdido um pensamento sobre se estariam felizes com a sua vida. Já entre estudantes americanos, os pensamentos dedicados à própria felicidade são semanais (Suh & Oishi, 2002).

“Apesar de a felicidade ser um objetivo querido universalmente, o grau com que está gravado na mente de uma pessoa parece variar entre as culturas.” (Suh & Oishi, 2002, p. 3)

A relação entre a cultura e a felicidade é corroborada por Rice e Steel (2004), que compararam o bem-estar subjetivo de indivíduos de 20 países com o bem-estar subjetivo de cidadãos americanos com origens nestes 20 países. Os resultados deste estudo revelam que a ordem de classificação dos resultados de bem-estar dos indivíduos dos 20 países é semelhante à ordem de classificação dos resultados de bem-estar dos americanos com antecessores destes países.

Porém não são apenas os psicólogos, como Suh e Oishi, a referir uma relação entre a cultura e a felicidade. Esta relação é igualmente reconhecida por economistas. Layard (2006), defende que será a cultura que determina em grande parte a felicidade que retiramos daquilo que temos.

“(...) a felicidade que retiramos do que temos é amplamente determinada culturalmente.” (Layard, 2006, p. C24)

Já vimos porque é que a felicidade e o seu estudo são tão relevantes, e acabámos de ver que a felicidade tem uma relação com a cultura. A consequência lógica será então que o estudo da relação entre a cultura e a felicidade seja relevante. No entanto, apesar de a investigação na área da felicidade ter estudado as mais diversas correlações, deparamo-nos com uma escassez de estudos que investiguem a relação entre a cultura e a felicidade.

Dorn et al. (2007) publicaram um artigo intitulado de *Is it culture or democracy? The impact of democracy and culture on happiness*. Porém, apesar deste título promissor, o conceito de cultura em que estes investigadores se baseiam, não corresponde ao conceito de cultura que delimitámos anteriormente, sendo reduzido apenas a elementos como a língua e a religião.

O trabalho mais relevante sobre a relação entre a cultura e a felicidade foi levado a cabo pelos investigadores Diener, Suh e Oishi, e os resultados obtidos encontram-se em diversos dos seus artigos (Diener & Diener, 1995; Diener et al., 1995; Diener et al., 2003; Oishi et al., 1999a; Oishi et al., 1999b; Suh & Oishi, 2002; Suh et al., 1998; Schimmack et al., 2005; entre outros).

Analisando a metodologia destes estudos, constatamos que a grande maioria se centra na dimensão cultural ‘Individualismo versus coletivismo’, que como vimos anteriormente neste capítulo, se encontra presente em diversos modelos de dimensões culturais. Deste modo, os estudos em causa comparam as correlações de diversos elementos (o rendimento, a

autoestima, e as emoções, entre outros) e a felicidade entre países caracterizados como individualistas e países caracterizados como coletivistas.

O estudo de Oishi et al. (1999), vai um pouco mais, longe, usando o modelo dos dez tipos de valores de Schwartz e Sagiv (1995) e investigando as correlações entre alguns destes valores com a felicidade.

Suh e Oishi (2002) resumem os principais resultados destes estudos em três pontos.

- Indivíduos que residem em culturas individualistas são mais felizes do que indivíduos que residem em sociedades com ênfase numa cultura coletivista
- Atributos psicológicos ligados à autocaracterização, tais como a autoestima e a autoconsciência, têm maior peso na felicidade de sociedades individualistas do que na felicidade de sociedades coletivistas
- A autoavaliação da felicidade está intimamente ligada a diferentes tipos de experiências entre as culturas

Vejamos estes pontos mais pormenorizadamente.

Os estudos efetuados pelos investigadores supracitados evidenciam que existe uma dimensão cultural que apresenta uma relação significativa com o bem-estar subjetivo, tratando-se da dimensão ‘Individualismo versus coletivismo’.

Diversos estudos verificam que os elementos de culturas individualistas são mais felizes do que os membros de culturas coletivistas (Diener & Diener, 1995).

No entanto, não só o nível de felicidade reportada varia de cultura para cultura, como também as correlações com a mesma.

Diener e Diener (1995) evidenciam que a relação positiva entre a autoestima e a satisfação com a vida será mais significativa em nações individualistas do que em nações coletivistas.

Oishi et al. (1999) mostram que a satisfação consigo próprio e com a sua liberdade apresenta uma relação mais significativa em culturas individualistas do que em culturas coletivistas.

Suh et al. (1998) evidenciam que as emoções apresentam uma relação positiva mais significativa com a satisfação com a vida em nações individualistas. Já as normas apresentam maior correlação com a satisfação com a vida em nações coletivistas.

Os resultados apontam portanto para uma forte correlação positiva entre uma identidade consistente e a felicidade, nas culturas individualistas. Segundo Suh e Oishi (2002), este resultado faz sentido, uma vez que as dinâmicas das culturas individualistas colocam a origem do sentido e da orientação pessoal no interior do indivíduo. Devido à relevância atribuída ao ‘eu’, os membros de uma cultura individualista constroem, consecutivamente, um ‘eu’ mais robusto.

“Esta ideia adapta-se à dinâmica de culturas individualistas, em que se acredita que o eu interior é a fonte principal de significado e orientação pessoal. Como o eu tem um papel fundamental na vida quotidiana, torna-se necessário construir e manter um sistema individual bem organizado e consistente. Em culturas coletivistas no entanto, a preocupação máxima da vida quotidiana é manter uma relação suave e harmoniosa com outras pessoas.” (Suh & Oishi, 2002, pp. 7-8)

Outra constatação que resultou dos estudos efetuados referentes à relação entre a cultura e a felicidade é a diferença entre as culturas, no que respeita a avaliação da sua felicidade.

“ (...) em diferentes culturas são usados diferentes critérios para julgar a satisfação com a própria vida, e estes critérios baseiam-se em valores prioritários da cultura a estudar.” (Oishi et al., 1999, p. 162)

Suh e Oishi (2002) salientam que quanto mais individualista for uma nação, mais a avaliação da satisfação com a vida dos seus membros se baseia em emoções internas. Se membros de uma sociedade individualista se sentem bem, avaliam a sua satisfação com a vida como sendo elevada.

A avaliação da sua satisfação com a vida de elementos de sociedades coletivistas segue uma lógica diferente, sendo que para além das suas emoções, as normas sociais também são tidas em conta. Assim, quando um elemento de uma cultura coletiva avalia a sua satisfação com a vida, terá em conta as suas emoções e se a sua vida é aprovada pelo coletivo, ou por membros importantes do coletivo em que se inserem.

“ (...) pessoas em nações individualistas poderão basear os seus julgamentos de satisfação com a vida na medida em que sentem elevada autoconfiança, enquanto pessoas em culturas coletivistas poderão basear os seus julgamentos nas opiniões de outras pessoas.” (Diener et al. 2005, p. 65; referências omitidas)

A avaliação da felicidade parece também estar relacionada com a importância que as culturas atribuem à felicidade. Em culturas, em que a felicidade é valorizada, os seus membros tendem a dar mais ênfase aos elementos positivos da sua vida, aquando da avaliação da sua felicidade. Já membros de culturas em que a felicidade é menos valorizada, tendem a salientar os aspetos negativos da sua vida, aquando da avaliação da sua felicidade.

“ (...) descobrimos que pessoas em culturas em que o bem-estar subjetivo é mais valorizado tendem a atribuir mais peso às suas áreas mais positivas, quando determinam um julgamento de satisfação com a vida global; pessoas em culturas em que a felicidade não é um valor importante, tendem a atribuir mais peso às suas áreas mais negativas, quando determinam um julgamento de satisfação com a vida global.”
(Diener et al., 2005, p. 65; referências omitidas)

Esta tendência poderá ser observada no Quadro 18, onde se vê que existe uma relação significativa entre a norma de efeito positivo e o efeito positivo experienciado. Ou seja, confirma-se que os indivíduos de nações em que se considera desejável experienciar emoções positivas (norma PA elevada) reportam níveis superiores de efeito positivo (PA experienciado elevado). Confirma-se, assim a afirmação de Stearns (2012).

“Culturas que sublinham a felicidade tendem a produzir pessoas mais felizes (...)”
(Stearns, 2012, p. 108)

Será ainda de salientar que os estudos suprarreferidos se centram na dimensão cultural do individualismo. O trabalho de Oishi et al. (1999) varia um pouco, explorando o modelo dos dez tipos de valores de Schwartz e Sagiv (1995). No entanto teremos de realçar que este modelo de Schwartz foi concebido para a análise cultural a nível individual. No caso de uma análise a nível da cultura nacional, dever-se-ia recorrer ao modelo de dimensões culturais de Schwartz (1999), no caso de se pretender recorrer ao referencial teórico referente às dimensões culturais deste autor.

Lu et al. (2001) criticam os estudos suprarreferidos, e a investigação em bem-estar subjetivo em geral, alertando para o facto de a forte tónica ocidental, seja no que respeita a origem, como também os referenciais teóricos e os instrumentos subjacentes à pesquisa, poder deturpar os resultados. Consequentemente, efetuaram um estudo em que analisaram a relação entre valores culturais e a felicidade, em que a felicidade foi medida com base no Chinese Happiness Inventory (Lu & Shih, 1997) e a medição dos valores culturais teve por base o CVS

(The Chinese Culture Connection, 1987). Comparando estudantes universitários de Taiwan e do Reino Unido, Lu et al., encontram evidência para uma correlação entre valores culturais e a felicidade. No caso dos estudantes do Taiwan, quatro dimensões culturais apresentaram uma correlação com a felicidade. Já no caso dos estudantes britânicos, três dimensões (Integração social, Humanidade e Dinamismo de trabalho confuciano) apresentam uma relação com alguns aspectos de felicidade. Será de realçar que os estudantes britânicos evidenciaram níveis de felicidade superiores, corroborando assim outros estudos, em que as culturas ocidentais revelam níveis de felicidade superiores aos das culturas asiáticas. Apesar de o receio formulado por Lu et al. (2001) da deturpação dos dados de felicidade devido à sua tónica ocidental ter alguma legitimidade, teremos de ressaltar o facto de Hofstede et al. (2010) terem incorporado o referencial teórico da The Chinese Culture Connection (1987), na sua quinta dimensão, a Orientação a longo prazo, inicialmente denominada de Dinamismo confuciano. Deste modo, atualmente, o modelo das dimensões culturais de Hofstede (1980, 2010), que iremos utilizar para levar a cabo o estudo que nos propusemos desenvolver, não poderá ser considerado um instrumento exclusivamente ocidental.

Um outro estudo que procura esclarecer a relação entre a cultura e a felicidade e ao qual teremos de dedicar especial atenção é o artigo *Dimensions of national cultures as predictors of cross-national differences in subjective well-being* de Arrindell et al. (1997). Este artigo é de interesse extremo para o nosso trabalho, uma vez que cruza as dimensões culturais de Hofstede (1980) com o bem-estar.

Enquanto psicólogos, estes investigadores preocupam-se com a saúde, mais concretamente a saúde mental, e com este seu trabalho pretendem descortinar a relação entre as características culturais e a manifestação de psicopatologias.

“A importância de levar a cabo estudos como este reside no potencial de facultar a formulação de uma relação funcional entre características culturais e funcionamento psicológico: uma vez que uma relação deste género é especificada, deveria ser possível prever manifestações de comportamento (a)normal a partir de características culturais e inferir características culturais a partir de manifestações de comportamento (a)normal.” (Arrindell et al. 1997, p. 40, referências omitidas)

Uma vez que consideram o bem-estar subjetivo um aspeto relevante da saúde mental, utilizam o bem-estar subjetivo como *proxy* de saúde mental, e no caso das características culturais, utilizam as dimensões culturais de Hofstede (1980).

Assim, Arrindell et al. (1997) recorrem aos dados de bem-estar subjetivo de Diener et al. (1995) que abrangem 55 nações, e à base de dados de Hofstede (1980, 1991) para 52 países, conseguindo assim uma sobreposição de dados para 36 países. Baseando-se no trabalho de Diener et al. (1995), Arrindell et al. (1997) introduziram outros elementos, que julgam influenciar o bem-estar subjetivo, nomeadamente dados socioeconómicos (riqueza, crescimento da riqueza, direitos humanos, densidade populacional, diversidade étnica, comparação social do rendimento), e dados referentes a dimensões de personalidade (extroversão, neurose, psicose). Recorrendo a uma análise de regressão/ correlação múltipla destes dados, Arrindell et al. (1997) obtiveram os seguintes resultados:

- Índices baixos de Individualismo estão correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo.
- Índices elevados de Aversão à incerteza estão correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo.
- Aversão à incerteza apresenta a relação mais significativa com bem-estar subjetivo.
- Em países pobres, índices elevados de Masculinidade estão correlacionados positivamente com o bem-estar subjetivo.
- Em países ricos, índices elevados de Masculinidade estão correlacionados negativamente com o bem-estar subjetivo.

Deste modo, o estudo de Arrindell et al. (1997) corrobora os resultados dos estudos acima referidos, e contribui com nova informação sobre a relação entre a cultura e a felicidade.

Será de referir que o estudo de Arrindell et al. (1997) apenas contempla as quatro dimensões iniciais de Hofstede, que, como vimos anteriormente, foram completadas para atualmente sete. Isto deve-se ao facto, de o estudo em causa já não ser recente. Se o estudo em si tem mais de 15 anos, os dados utilizados neste estudo empírico são ainda mais antigos. Será de salientar que os dados subjacentes ao trabalho de Hofstede (1980) datam da sua colaboração com a IBM de 1967 a 1978. Já os dados referentes à felicidade, que Arrindell et al. (1997) extraem de Diener (1995), são originalmente oriundos de Michalos (1991) e Veenhoven (1993), tendo sido obtidos sensivelmente entre 1980 e 1985. Apesar de, como vimos ao longo deste capítulo, tanto a felicidade, como a cultura, serem elementos bastante estáveis, sujeitos a

poucas alterações ao longo do tempo, poderemos no entanto colocar em causa a atualidade deste estudo.

A natureza dos dados utilizados por Arrindell et al. (1997) poderá constituir ainda um outro motivo de crítica. O facto de os dados referentes à felicidade e os dados referentes às dimensões culturais não terem sido coletados da mesma forma, não advirem dos mesmos respondentes, nem da mesma altura, poderá condicionar fortemente os resultados. Apesar de os dados constarem de uma amostra representativa das mesmas populações, talvez os resultados, se o cruzamento tivesse sido efetuado entre os dados referentes à felicidade e às dimensões culturais das mesmas pessoas, coletados na mesma altura, pudessem ser mais fidedignos.

Face ao exposto, podemos afirmar que apesar da existência de uma relação positiva entre a cultura e a felicidade, o número de estudos que se debruçam sobre este tópico é reduzido. Para além deste grupo de psicólogos e dos respetivos estudos mencionados, não temos conhecimento de mais investigações sobre a relação entre a cultura e a felicidade. Confirmando que a cultura influencia a felicidade, estes autores referem ainda a necessidade de mais estudos na área.

“Variáveis culturais explicam diferenças nos níveis médios de bem-estar subjetivo (...). Cultura também poderá moderar quais variáveis mais influenciam o bem-estar subjetivo. Apesar de ser desafiante avaliar o bem-estar através das sociedades, as medidas têm algum nível de validade transcultural. Apesar de nações poderem ser avaliadas pelos seus níveis de bem-estar subjetivo, ainda existem muitas questões em aberto, nesta área.” (Diener et al, 2003, p. 403)

Capítulo II

Modelo, questões e hipóteses de investigação

O segundo capítulo do presente trabalho será dedicado ao modelo de investigação, que servirá como fio condutor da análise que nos propomos efetuar, bem como às respectivas questões e hipóteses de investigação, que serão devidamente fundamentadas recorrendo ao referencial teórico abordado aquando da revisão bibliográfica do capítulo I.

Depois de na primeira fase da presente investigação termos feito uma revisão bibliográfica nas áreas da economia da felicidade e da cultura, iremos agora dedicar-nos à segunda fase da investigação, que irá consistir num estudo quantitativo. Para tal iremos começar por desenhar o nosso modelo de investigação e por levantar questões de investigação. Estas questões de investigação, para as quais se irá tentar obter uma resposta mediante o estudo empírico, irão ser traduzidas em hipóteses operacionais, obtendo-se assim o modelo operacional do nosso trabalho.

2.1 Modelo de investigação

Em jeito de resumo muito sucinto do capítulo I, poderemos afirmar que confirmámos que o estudo da felicidade é de elevada importância no âmbito da economia, destacando-se a área da economia da felicidade. Mais, o estudo dos elementos que apresentam correlações com a felicidade é uma das áreas de forte investigação no âmbito da economia da felicidade. Sendo uma área científica relativamente recente, trata-se de um ramo da economia ainda pouco estudado em Portugal. No que respeita o estudo da cultura, vimos que o estudo das consequências das dimensões culturais é apontado como uma das linhas de investigação que terá interesse aprofundar. Constatámos ainda, ao longo deste 1º capítulo, que existe uma relação entre a cultura e a felicidade, que carece de investigação.

É precisamente esta lacuna que o presente trabalho pretende colmatar. Para tal, o esquema do Gráfico 24 representa o modelo teórico que servirá de base à investigação que nos propomos desenvolver.



Gráfico 24: O modelo teórico de investigação

Fonte: elaboração própria

Este nosso modelo de investigação segue as linhas teóricas abordadas no capítulo I.

Já Alesina et al. (2004), Di Tella et al. (2001, 2003), Graham e Pettinato (2001) e Wolfers (2003) evidenciaram o efeito negativo da inflação na felicidade.

Diversos estudos apontam para um impacto negativo do desemprego no bem-estar subjetivo (Alesina et al., 2004; Caleiro, 2011; Clark & Oswald, 1994; Di Tella et al., 2001, 2003; Fahey & Smith, 2004; Frey & Stutzer, 1999, 2000, 2002; Gerdtham & Johanesson, 2001; Helliwell, 2003; Korpi, 1997; Oswald, 1997; Stutzer, 2004; Winkelmann & Winkelmann, 1998; Woittiez & Theeuwes, 1998; Wolfers, 2003).

Como referimos no capítulo I, a relação entre a riqueza e a felicidade sempre foi e continua a ser um dos tópicos mais estudados e discutidos no estudo da felicidade. Vimos que alguns investigadores minimizam a importância do rendimento na felicidade (Di Tella & MacCulloch, 2008; Diener et al., 1985; Ferrer-i-Carbonell & Frijters, 2004), que outros defendem uma relação positiva entre o rendimento e a felicidade, até um determinado ponto (Easterlin, 1974; Frey & Stutzer, 2002; Layard, 2006, 2008), e que outros atribuem grande peso ao rendimento na felicidade (Minkov, 2009; Stevenson & Wolfers, 2008). Ainda outro grupo de investigadores defende uma relação entre o rendimento e a felicidade, em que o rendimento é a variável dependente (Diener et al., 2002; Graham et al., 2004; Kenny, 1999; Li & Lu, 2008, 2010; Marks & Flemming, 1999; Schyns, 2001;). Porém, praticamente todos os investigadores admitem existir uma relação positiva, discordando apenas no grau do impacto, e no seu sentido.

Como vimos aquando da nossa revisão bibliográfica no capítulo I, os resultados sobre o impacto da disparidade de rendimento na felicidade não são uniformes. Alesina et al. (2004), Fahey e Smyth (2004), Hagerty (2000), Morawetz et al. (1977) e Schwarze e Härpfer (2003) encontraram evidência para que a disparidade de rendimento influencie negativamente a felicidade. Por sua vez, Alesina et al. (2004), Graham e Felton (2006) e Haller e Hadler (2006) Schwarze e Härpfer (2007), Ferrer-i-Carbonell e Ramos (2009), encontraram evidência para que a disparidade de rendimento influencie positivamente a felicidade. Porém, de acordo com o exposto no capítulo I, poderemos afirmar que a relação entre a disparidade de rendimento e a felicidade existe, parecendo ser condicionada pela situação financeira do respondente (Alesina et al., 2004), da sua convicção política (Alesina et al., 2004), da confiança que deposita nas instituições (Rözer & Kraaykamp, 2013), e do país onde vive (Bjørnskov, 2003).

O impacto positivo da felicidade no crescimento económico é evidenciado por Kenny (1999) e Li e Lu (2008, 2010).

A relação entre a cultura e a felicidade é evidenciada por Diener et al. (1995), Diener e Diener (1995), Suh et al. (1998), Oishi et al. (1999a, 1999b) Diener (2000), Oishi (2001), Suh & Oishi (2002), Diener et al. (2003), Rice e Steel (2004), Schimmack et al. (2005) e Stearns (2012).

2.2 Questões de investigação

O modelo teórico acima exposto leva-nos a colocar diversas questões de investigação, às quais procuraremos responder através do nosso estudo empírico.

No que respeita a felicidade, coloca-se uma questão central:

Portugal e a Alemanha apresentam níveis de felicidade distintos?

Relativamente à cultura, coloca-se uma questão central, à qual, por sua vez, se submetem sete questões.

Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes nos valores socioculturais?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Distância do poder?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Individualismo?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Masculinidade?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Aversão à incerteza?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Orientação a longo prazo?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Indulgência?

Portugal e a Alemanha apresentam índices distintos de Monumentalismo?

Fruto do cruzamento de ambas as esferas, coloca-se uma outra questão de investigação que está no centro do presente trabalho e poderá ser novamente dissecada em sete questões subordinadas.

Existe uma relação entre a felicidade e os valores socioculturais?

A Distância do poder apresenta uma relação com a felicidade?

O Individualismo apresenta uma relação com a felicidade?

A Masculinidade apresenta uma relação com a felicidade?

A Aversão à incerteza apresenta uma relação com a felicidade?

A Orientação a longo prazo apresenta uma relação com a felicidade?

A Indulgência apresenta uma relação com a felicidade?

O Monumentalismo apresenta uma relação com a felicidade?

2.3 Hipóteses de investigação

Face ao modelo e às questões de investigação acima colocadas, poderemos construir três hipóteses centrais. Estas hipóteses centrais, formuladas com o objetivo de estruturar o conjunto da investigação segundo a orientação de Quivy e Campenhoudt (1992), foram subdivididas em hipóteses operacionais, que de acordo com Hill e Hill (2002) são mais específicas do que as hipóteses centrais, tornando assim os objetivos do trabalho mais claros. As hipóteses operacionais deverão ser formuladas de forma a indicar as operações estatísticas necessárias para as explorar, permitindo assim a sua confirmação ou infirmação (Hill & Hill, 2002). Assim, o objetivo deste segmento do presente trabalho é a formulação das hipóteses operacionais, bem como a referência dos conceitos teóricos que as sustentam.

Hipótese 1 (H1):

Portugal apresenta níveis de felicidade inferiores aos da Alemanha.

O que sustenta esta nossa hipótese são os índices de felicidade aferidos e divulgados por diversas entidades (*Better Life Index* da OCDE, *Happy Planet Index*, *Eurobarometer Surveys*, *European Values Survey*). Como vimos no capítulo I, em todos os casos, a Alemanha evidencia níveis de felicidade superiores, em comparação com Portugal.

Outro elemento que sustenta esta nossa hipótese, prende-se com a economia de ambos os países. Como vimos na nossa introdução, a Alemanha evidencia uma taxa de desemprego e disparidade de rendimentos inferiores às de Portugal, bem como um PIB e crescimento económico mais elevados. Uma vez que diversos estudos apontam para um impacto negativo do desemprego no bem-estar subjetivo (Alesina et al., 2004; Caleiro, 2011; Clark & Oswald,

1994; Di Tella et al., 2001, 2003; Fahey & Smith, 2004; Frey & Stutzer, 1999, 2000, 2002; Gerdtham & Johanesson, 2001; Helliwell, 2003; Korpi, 1997; Oswald, 1997; Stutzer, 2004; Winkelmann & Winkelmann, 1998; Woittiez & Theeuwes, 1998; Wolfers, 2003), bem como para que a disparidade de rendimento influencie negativamente a felicidade (Alesina et al., 2004; Fahey & Smyth, 2004; Hagerty, 2000; Morawetz et al., 1977; Schwarze & Härpfer, 2003), e uma relação positiva entre tanto o PIB (Diener et al., 2002; Easterlin, 1974; Frey & Stutzer, 2002; Graham et al., 2004; Layard, 2006, 2008; Marks & Flemming, 1999; Minkov, 2009; Schyns, 2001; Stevenson & Wolfers, 2008), como o crescimento económico (Kenny, 1999; Li & Lu, 2008, 2010), esta nossa hipótese encontra-se fundamentada.

Hipótese 2 (H2):

Portugal e a Alemanha têm culturas diferentes.

Esta hipótese, bem como as hipóteses subordinadas que se seguem, têm fundamento em Ronen e Shenkar (1985) e House et al. (2004), que, como vimos no capítulo I, colocaram Portugal e a Alemanha em *clusters* distintos.

(H2.1): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Distância do poder.

(H2.2): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Individualismo.

(H2.3): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Masculinidade.

(H2.4): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Aversão à incerteza.

(H2.5): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Orientação a longo prazo.

(H2.6): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Indulgência.

(H2.7): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Monumentalismo.

Hipótese 3 (H3):

Existe uma relação entre a cultura e a felicidade.

Esta hipótese é sustentada pelo trabalho de Diener et al. (1995), Diener e Diener (1995), Suh et al. (1998), Oishi et al. (1999a, 1999b) Diener (2000), Oishi (2001), Suh & Oishi (2002),

Diener et al. (2003), Rice e Steel (2004), Schimmack et al. (2005) e Stearns (2012), que, como acima referido, evidenciaram uma relação entre a cultura e a felicidade.

(H3.1): Quanto maior for o índice de Distância do poder de um país, menor será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Esta hipótese tem como fundamento estudos levados a cabo por Frey e Stutzer (2000, 2002) que demonstram a correlação positiva entre um meio envolvente democrático e a felicidade. Quanto mais direto for o sistema democrático, mais feliz será a sociedade e os indivíduos que a compõem. (Dorn et al., 2007; Inglehart & Klingemann, 2000) corroboram a influência positiva da democracia na felicidade.

Uma consulta dos dados referentes ao índice de Individualismo de Portugal e da Alemanha, referidos no capítulo I, bem como aos respetivos índices de felicidade (*Eurobarometer*, *Better life index*, *Happy planet index*), que revelam índices superiores de Individualismo e de felicidade no caso da Alemanha, sustentam igualmente esta hipótese.

(H3.2): Quanto maior for o índice de Individualismo de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Esta hipótese é sustentada pelo facto de diversos investigadores sugerirem que os elementos de culturas individualistas são mais felizes do que os membros de culturas coletivistas (Arrindell et al. 1997; Diener & Diener, 1995; Oishi et al., 1999; Suh et al., 1998; Suh & Oishi, 2002).

Os dados referentes ao índice de Individualismo de Portugal e da Alemanha, referidos no capítulo I, bem como aos respetivos índices de felicidade (*Eurobarometer*, *Better life index*, *Happy planet index*), que revelam índices superiores de Individualismo e de felicidade no caso da Alemanha, sustentam igualmente esta hipótese.

(H3.3.1): Quanto maior for o índice de Masculinidade de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Os dados referentes ao índice de Masculinidade de Portugal e da Alemanha, referidos no capítulo I, bem como aos respetivos índices de felicidade (*Eurobarometer*, *Better life index*, *Happy planet index*), que revelam índices superiores de Masculinidade e de felicidade no caso da Alemanha, sustentam esta hipótese.

Como vimos no capítulo I, Arrindell et al. (1997) apresentam evidência que sustenta esta hipótese, mas apenas no caso de países pobres. No caso de países ricos, índices elevados de Masculinidade estão correlacionados negativamente com o bem-estar subjetivo (Arrindell et al., 1997). Poderemos assim, formular uma hipótese alternativa, oposta:

(H3.3.2): Quanto menor for o índice de Masculinidade de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.4): Quanto menor for o índice de Aversão à incerteza de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Esta hipótese é sustentada pelo estudo de Arrindell et al. (1997), que evidencia que índices elevados de Aversão à incerteza estão correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo, bem como por Hofstede (2001), que refere uma correlação entre esta dimensão cultural e sintomas de ansiedade, neurose e um bem-estar subjetivo mais baixo.

Os dados referentes ao índice de Aversão à incerteza de Portugal e da Alemanha, referidos no capítulo I, bem como aos respetivos índices de felicidade (*Eurobarometer*, *Better life index*, *Happy planet index*), que revelam índices inferiores menor de Aversão à incerteza e índices superiores de felicidade no caso da Alemanha, suportam igualmente esta hipótese.

(H3.5): Quanto maior for o índice de Orientação a longo prazo de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Segundo Kesebier e Diener (2008) a felicidade reside não em procurar satisfação constante, mas em direcionar a vivência para alcançar objetivos traçados.

“Décadas de investigação revelam (...) que a felicidade emana, principalmente, não da busca incessante de prazer, mas de lutar para fazer progressos em direção a objetivos que derivam dos valores que o indivíduo mais preza. Sentimentos de sentido, propósito e cumprimento sobrepõem-se, assim, ao prazer, como prenúncio de felicidade.” (Kesebier & Diener, 2008, p. 121)

Deste modo, a orientação a longo prazo deveria traduzir-se em mais felicidade, fundamentando assim esta nossa hipótese.

(H3.6): Quanto maior for o índice de Indulgência de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Uma das quatro questões do questionário VSM08 (Hofstede et al., 2008), que pretende aferir a dimensão da Indulgência versus restrição, consiste na pergunta “É uma pessoa feliz?”, pedindo ao respondente que escolha entre uma das seguintes opções: 1) “Sempre.”, 2) “Habitualmente.”, 3) “Por vezes.”, 4) “Raramente.”, 5) “Nunca.”.

Segundo o VSM08 (Hofstede et al., 2008), a fórmula para calcular o índice de um país no que respeita a Indulgência é a seguinte:

$$IVR = 35(m12 - m11) + 40(m19 - m17) + C(ivr)$$

O valor indicado pela pergunta ‘É feliz?’ encontra-se na variável m17. Assim, tendo em conta que um valor baixo nesta questão contribui para um índice elevado de Indulgência, a nossa hipótese 3.6 encontra-se suportada.

(H3.7): Quanto maior for o índice de Monumentalismo de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Uma das quatro questões do questionário VSM08 (Hofstede et al., 2008), que pretende aferir o índice de Monumentalismo de um país, consiste na pergunta “Qual a importância da religião na sua vida?”, pedindo ao respondente que escolha entre uma das seguintes opções: 1) “Muitíssimo importante.”, 2) “Muito importante.”, 3) “De importância moderada.”, 4) “De pouca importância.”, 5) “De nenhuma importância.”. Assim, quanto mais elevado for o grau de importância do respondente, mais baixo será o valor de resposta a esta questão.

Segundo o VSM08 (Hofstede et al., 2008), a fórmula para calcular o índice de um país no que respeita o seu índice de Monumentalismo é a seguinte:

$$MON = 35(m14 - m13) + 25(m22 - m21) + C(mon)$$

O valor indicado pela pergunta ‘Qual a importância da religião na sua vida?’, encontra-se na variável m21. Deste modo, um valor baixo nesta questão (que representa um peso elevado da religião), contribui para um índice elevado de Monumentalismo.

No capítulo I constatámos o efeito positivo de atividades religiosas no bem-estar subjetivo (Clark & Lelkes, 2005; Hayo, 2004; Helliwell, 2003). Mais, Clark & Lelkes (2005).Cohen (2002), Ellison (1991) Ferris (2002), Haller e Hadler (2006). Helliwell (2003, 2006), Helliwell e Putnam (2004) e Poloma e Pendleton (1990) Rehdanz e Maddison (2005), apresentaram evidência para que a religião contribui de forma positiva para a felicidade.

Assim, se a religião contribui de forma positiva para a felicidade, e quanto mais importante a religião é para o indivíduo, maior será o seu índice de Monumentalismo, poderemos argumentar que a nossa hipótese 3.7 se encontra suportada.

Capítulo III

Metodologia

Neste terceiro capítulo iremos debruçar-nos, detalhadamente, sobre a metodologia, que nos irá permitir levar a cabo o trabalho que nos propomos desenvolver. Iremos assim iniciar por definir a nossa unidade de análise, bem como a nossa unidade de observação. Será ainda abordada a fase de recolha de dados, detalhando de que forma pretendemos aferir os valores socioculturais, bem como os níveis de felicidade, referentes à nossa unidade de observação. Iremos assim, focar-nos no questionário que servirá de base ao trabalho em apreço.

Este terceiro capítulo servirá igualmente para discriminar o modelo estrutural subjacente ao presente estudo, bem como para detalhar o modo como os dados obtidos serão tratados, referindo assim diversas medidas estatísticas uni-, bi- e multivariadas, tais como as medidas

de dispersão, a análise de componentes principais, os testes de permutações, o alpha de Cronbach e o coeficiente de correlação de Pearson, especificando a finalidade de cada uma delas.

Depois de no capítulo anterior termos abordado o modelo e formulado as questões e hipóteses de investigação do presente estudo, iremos, neste capítulo, debruçar-nos sobre a metodologia que nos permitirá concretizar o estudo que nos propusemos desenvolver. Fortin (2003) define a metodologia como um conjunto de procedimentos e ferramentas que visam o desenvolvimento de um processo de investigação, bem como um segmento que discrimina os procedimentos e ferramentas utilizadas, salientando o peso da metodologia na qualidade e na credibilidade dos resultados obtidos.

3.1 Unidade de análise

Como referimos no capítulo anterior, pretendemos contribuir para preencher a lacuna verificada no estudo da relação entre a cultura e a felicidade. O nosso objetivo de estudo é aferir a existência (ou não) de uma relação entre os valores socioculturais e a felicidade. A revisão bibliográfica efetuada leva-nos a crer que os valores socioculturais poderão influenciar a felicidade, que por sua vez tem uma relação com a economia. Deste modo, uma análise mais aprofundada da relação entre os valores socioeconómicos e a felicidade poderá auxiliar a formulação de políticas económicas.

O nosso estudo terá um carácter empírico e no que respeita a nossa unidade de observação, iremos focar-nos na análise de dois países. Uma vez que nos encontramos em Portugal, a desenvolver um trabalho no âmbito de um programa de doutoramento de uma universidade portuguesa, iremos incluir Portugal como elemento da nossa unidade de análise. Como segundo país de análise, a nossa escolha incidiu sobre a Alemanha. Apesar de se tratar igualmente de um país do continente europeu, a Alemanha encontra-se numa situação económica bastante diferente de Portugal. Enquanto Portugal batalha para se recompor de uma profunda crise financeira que obrigou ao pedido de ajuda financeira ao fundo de resgate europeu em 2011, a Alemanha é vista publicamente como "(...) gigante que mantém a Europa à tona." (Jeffries, 2013). Para além da situação económica distinta, os *clusters* propostos por itim America (s.d.) e o projeto GLOBE (2004), que abordamos no primeiro capítulo, revelam diferenças culturais entre Portugal e a Alemanha, o que torna uma comparação de estes dois países interessante. Assim sendo, a unidade de análise, ou seja a população, que Almeida e Freire (2003) definem como o "(...) conjunto de indivíduos, casos ou observações onde se

quer estudar o fenómeno (...)” (Almeida & Freire, 2003, p. 103) do presente estudo serão os países Portugal e Alemanha.

3.2 Unidade de observação

A nossa unidade de observação, ou seja a amostra, que Almeida e Freire (2003) definem como o “(...) conjunto de situações (indivíduos, casos, ou observações) extraído de uma população (...)”(Almeida & Freire, 2003, p. 103) será uma amostra de cidadãos portugueses e alemães.

Para obtermos esta amostra, iremos recorrer à amostragem casual, por conveniência, mais concretamente o método *snowball*, na sua vertente exponencial não-discriminativa (Thompson, 2002). Trata-se de um método de amostragem mediante contactos em rede, que apresenta as vantagens de permitir uma maior disseminação, bem como a minimização da obliquidade dos dados, já usada com sucesso por diversos investigadores, como, a título de exemplo, dos Santos (2008). Deste modo, o nosso questionário será enviado via correio eletrónico para a base de dados de contactos pessoais da autora do presente trabalho, pedindo o preenchimento do questionário *online* em causa e a divulgação junto dos respetivos contactos.

A nossa amostra terá de ser representativa da população. Para que efetivamente possamos concluir da nossa unidade de observação (amostra) para a nossa unidade de análise (população), iremos trabalhar com níveis de confiança de pelo menos 95%, bem como com erros de amostra até 10% (Hill & Hill, 2002).

3.3 Recolha de dados

Como instrumento de recolha de dados, iremos recorrer a um questionário.

“O inquérito por questionário (...) consiste em colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema, ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores.” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p. 20)

Investigadores, tais como Marconi e Lakatos (1996), Lakatos e Marconi (1992) e Quivy e Campenhoudt (1992), a título de exemplo, vêem o questionário como ferramenta de observação direta extensiva especialmente adequada para conhecer determinadas características de uma população ou estudar fenómenos sociais.

Tratando-se de um questionário *online*, irá ser administrado de forma direta. Esta forma de obtenção de dados é referida por Hill e Hill (2002) como técnica muito fiável na investigação, uma vez que apresenta a vantagem de o respondente se sentir menos inibido, de minimizar a possibilidade de enviesamento pelo inquiridor.

O questionário irá ser elaborado com base em bibliografia científica, e será validado antes da sua aplicação mediante um pequeno número de respondentes, de forma a confirmar a fiabilidade do mesmo. Terá ainda um pequeno texto introdutório, em que se explicará sucintamente aos respondentes qual o objetivo do questionário, e se garante o anonimato das respostas.

Para a elaboração e a divulgação do questionário e a recolha das respetivas respostas iremos servir-nos da ferramenta *Google docs*. Entre as diversas ferramentas disponíveis, a nossa escolha incidiu sobre esta ferramenta, devido ao seu fácil acesso, ao facto de não apresentar um limite de questões, nem de respostas, e a sua facilidade em exportar os dados para um documento *Microsoft Excel*, que por sua vez irá permitir a adequada análise dos dados recolhidos.

Tendo em consideração o nosso objetivo de investigação, o questionário visa aferir a posição dos respondentes relativamente aos seus valores socioculturais e respetivos níveis de felicidade.

3.3.1 Aferir valores socioculturais

No que respeita a aferição dos valores socioculturais, tendo em consideração os pontos fortes e os elementos menos positivos evidenciados de cada um dos modelos de dimensões culturais analisados no capítulo I, a nossa escolha incide sobre o modelo de Hofstede (1980, 2010). Apesar de se tratar de um modelo, que ao longo dos tempos foi alvo de muita crítica, continua a ser considerado um marco paradigmático na investigação intercultural (Kirkman et al., 2006; Sondergaard, 1994; Taras et al., 2009) e a ferramenta mais adequada ao estudo que nos propusemos efetuar. Face ao exposto, optámos por utilizar o referencial teórico de Hofstede (1980, 2010) para analisar os países que nos propusemos estudar, Portugal e Alemanha, sob a luz das dimensões culturais deste autor.

Será de salientar que no seu *Values Surveys Module 2008 manual*, Hofstede et al. (2008) sublinham que o termo ,módulo‘ se refere ao facto de o questionário poder ser usado como segmento de uma ferramenta que pretenda comparar países em outros aspetos. Será precisamente isto que iremos fazer: iremos usar o VSM08 como parte do nosso questionário, para comparar Portugal e a Alemanha no que respeita os seus valores socioculturais e níveis de felicidade.

No que respeita a fiabilidade do VSM08, as bases de dados da IBM (Hofstede, 1980), permitem calcular alphas de Cronbach para as quatro primeiras dimensões em mais de 30 países. Os seguintes valores evidenciam assim a fiabilidade do modelo:

Índice de Distância do poder	Alpha = .842
Índice de Individualismo	Alpha = .770
Índice de Masculinidade	Alpha = .760
Índice de Aversão à incerteza	Alpha = .715

Iremos utilizar a última versão disponível à data do desenvolvimento do questionário, a versão VSM08²⁷. Uma vez que existem formulários disponíveis nas línguas pretendidas (português e alemão), foram utilizados os VSM 08 (Portuguese) e VSM 08 (German, Gunkel).

Assim, o seguinte conjunto de questões pretende aferir os seguintes valores socioculturais:

Ao escolher um trabalho ideal, qual o grau de importância que teria: 02) Ter um chefe (superior direto) que respeite. 07) Ser consultado pelo seu superior direto nas decisões envolvendo o seu trabalho. 23) Na sua experiência, qual a frequência com que os subordinados têm medo de contradizer o chefe? Em que medida concorda ou discorda: 26) É de evitar a todo o custo uma estrutura organizacional em que alguns subordinados têm dois chefes. $PDI=35(m07-m02)+25(m23-m26)+C(pd)$	Distância do poder
--	--------------------

Quadro 19: O índice de Distância do poder

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

²⁷ Atualmente já se encontra disponível a versão VSM2013

Ao escolher um trabalho ideal, qual o grau de importância que teria: 01) Ter tempo suficiente para a sua vida pessoal ou profissional. 04) Ter segurança de emprego. 06) Fazer um trabalho interessante. 09) Ter um trabalho respeitado pela sua família e amigos. IDV = 35(m04-m01)+35(m09-m06)+C(ic)	Individualismo
--	----------------

Quadro 20: O índice de Individualismo

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

Ao escolher um trabalho ideal, qual o grau de importância que teria: 03) Ser reconhecido por um bom desempenho. 05) Ter pessoas agradáveis com quem trabalhar. 08) Viver numa área desejada. 10) Ter possibilidades de promoção. MAS=35(m05-m03)+35(m08-m10)+C(mas)	Masculinidade
---	---------------

Quadro 21: O índice de Masculinidade

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

16) Com que frequência se sente nervoso ou tenso no trabalho? 20) Em termos gerais como descreve o seu atual estado de saúde? Em que medida concorda ou discorda: 24) Pode ser-se um bom gestor sem ter a resposta exata a todas as perguntas que um subordinado possa fazer relativamente ao trabalho dele. 27) As regras de uma empresa ou organização não devem ser desrespeitadas, nem mesmo quando o empregado acha que desrespeitá-las beneficiaria a empresa ou organização. UAI=40(m20-m16)+25(m24-m27)+C(uai)	Aversão à incerteza
--	---------------------

Quadro 22: O índice de Aversão à incerteza

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

15) Se houver um artigo caro que queira muito, mas não tiver dinheiro suficiente, o que faz? 18) Tem o mesmo comportamento no trabalho (ou na escola, se for estudante) e em casa? Em que medida concorda ou discorda: 25) Os esforços persistentes são o modo mais seguro de obter resultados. 28) Devemos honrar os nossos heróis do passado. $LTO=40(m18-m15)+25(m28-m25)+C(lto)$	Orientação a longo prazo
---	---------------------------------

Quadro 23: O índice de Orientação a longo prazo

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

Na sua vida privada qual o grau de importância que tem para si: 11) Manter tempo livre para diversão. 12) Moderação: ter poucos desejos. 17) É uma pessoa feliz? 19) As outras pessoas ou as circunstâncias impedem-no de fazer o que realmente quer? $IVR=35(m12-m11)+40(m19-m17)+C(ir)$	Indulgência
--	--------------------

Quadro 24: O índice de Indulgência

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

Na sua vida privada qual o grau de importância que tem para si: 13) Ser generoso com as outras pessoas. 14) Modéstia: parecer pequeno, não grande. 21) Qual a importância da religião na sua vida? 22) Qual é o grau de orgulho, por ser cidadão do seu país? $MON=35(m14-m13)+25(m22-m21)+C(mo)$	Monumentalismo
--	-----------------------

Quadro 25: O índice de Monumentalismo

Fonte: elaboração própria com base em Hofstede et al. (2008)

Os respondentes devem indicar as suas preferências em escalas de Likert de 5 valores, e o m corresponde à média das respostas de todos os respondentes de um país à questão em causa. Teremos de relevar esta questão da média de todos os respondentes de um país, sendo que Hofstede et al. (2008) salientam que este seu modelo se adequa apenas a aferir os valores socioeconómicos de um país, e não de indivíduos, ou de organizações.

3.3.2 Aferir felicidade

Já no que respeita a aferição do nível de felicidade dos respondentes, vimos aquando da revisão bibliográfica realizada no capítulo I, que a medição da felicidade no seio da economia é, habitualmente, efetuada tanto através de questionários de uma só pergunta, como de questionários constituídos por diversas questões, que no seu conjunto ponderado determinam o nível de felicidade do respondente (Oswald, 1997; Di Tella, 2006; a título de exemplo). Optámos assim por incorporar no nosso questionário ambos os géneros de questionários.

3.3.2.1 *General Social Survey*

Enquanto questionário de item único iremos recorrer ao *General Social Survey*. Trata-se de um questionário que é administrado pelo *National Opinion Research Center* (NORC) da Universidade de Chicago, desde 1972, com o intuito de providenciar investigação científica relacionada com a estrutura e o desenvolvimento da sociedade americana. O questionário abrange tópicos tais como a liberdade civil, o crime, a mobilidade social, a tolerância intergrupar, e o bem-estar psicológico, entre outros. Como referido no capítulo I, no que respeita o bem-estar, o *General Social Survey* pede aos respondentes que respondam à questão “De modo global, como se sente? Diria que é...”, com uma das seguintes três opções:

“Muito feliz”

“Bastante feliz”

“Nada feliz”

Apesar de inicialmente ser um questionário para monitorizar a sociedade americana, em 1984 o programa *International Social Survey Program* expandiu o questionário a outros países, sendo que atualmente poderão ser consultados dados para 57 países, entre os quais se encontram os dois países que constituem a nossa unidade de análise, Portugal e Alemanha.

De entre os questionários de item único, que foram revistos no capítulo I, optámos por este instrumento, uma vez que foi esta a ferramenta utilizada por artigos que se encontram entre os mais paradigmáticos da Economia da Felicidade (Oswald, 1997; Di Tella et al., 2001; Frey & Stutzer, 2000, 2002; Easterlin 2006), publicados em revistas científicas altamente conceituadas.

3.3.2.2 *Satisfaction with Life Scale*

Relativamente aos questionários compostos por diversos itens, Frey e Stutzer (2001) referem que entre as abordagens de itens múltiplos, a mais proeminente é a *Satisfaction with Life Scale* (Diener et al., 1985). Apesar de se tratar de uma ferramenta de medição de felicidade mais antiga, não poderemos descurar o facto de ter sido publicada numa revista científica de elevado prestígio científico. Tem sido revista ao longo do tempo (Diener et al., 1985; Pavot & Diener, 1993; Pavot & Diener, 2008; Pavot et al., 1991) e continua a ser referida como uma das medidas mais utilizadas (Linely et al. 2009).

No que respeita a fiabilidade do *Satisfaction with Life Scale*, um alpha de Cronbach de 0,87 (Diener et al., 1985) evidencia a fiabilidade do questionário.

No Quadro 26 encontram-se as diversas perguntas que constituem o *Satisfaction with Life Scale*, bem como a fórmula para calcular o índice de satisfação com a vida.

Em que medida concorda ou discorda de cada uma das seguintes frases?
(1 -discordo totalmente, 2- dicordo, 3- discordo ligeiramente, 4- não concordo, nem discordo, 5- concordo ligeiramente, 6- concordo; 7- concordo totalmente)
-De modo geral a minha vida está próxima do meu ideal.
-As minhas condições de vida são excelentes.
-Estou satisfeito com a minha vida.
-Até agora consegui as ccoisas importantes que queo na vida.
-Se pudesse viver a minha vida outra vez, não mudaria quase nada.

Satisfação com a vida: Soma dos nº indicados em cada resposta

Quadro 26: O índice de satisfação com a vida

Fonte: elaboração própria a partir de Pavot e Diener (2008)

Os resultados da *Satisfaction with Life Scale* poderão variar entre 5 e 35, sendo que 5 corresponde ao nível de satisfação com a vida mais baixo, e 35 ao nível de satisfação com a

vida mais elevado. De modo a interpretar os resultados obtidos, os mesmos poderão ser seccionados em seis segmentos (Pavot & Diener, 2008):

Índices de satisfação com a vida de 5 a 9:

Uma pontuação neste intervalo representa níveis muito baixos de satisfação com a vida, identificando assim indivíduos extremamente insatisfeitos com a sua vida atual. Esta extrema insatisfação poderá ser a resposta a um acontecimento negativo recente, como a morte de um ente querido, por exemplo. Em alguns casos, esta infelicidade extrema poderá ser a reação a circunstâncias negativas, tais como a viuvez ou o desemprego, a título de exemplo. Em outros casos, porém, um resultado neste segmento poderá ser a resposta a um problema crónico, tal como o alcoolismo ou outra dependência, por exemplo. No entanto, por norma, será a insatisfação acumulada em múltiplas áreas da vida, tais como as esferas profissional, familiar, amorosa, interpessoal, de lazer ou o desenvolvimento pessoal, que origina níveis de insatisfação extrema. Independentemente do motivo que origina um nível de satisfação de tal forma baixo, é indício da necessidade de ajuda por parte de terceiros, seja por profissionais de saúde, ou por familiares e/ ou amigos.

Índices de satisfação com a vida de 10 a 14:

Indivíduos que obtêm resultados neste intervalo evidenciam uma insatisfação substancial com as suas vidas. Poderá tratar-se tanto de um conjunto de áreas da vida que poderão estar a apresentar algumas dificuldades, ou de uma ou outra área que esteja a apresentar problemas gravíssimos. Um resultado neste segmento poderá ser motivado por um acontecimento recente, tal como um problema no local de trabalho, ou o final de um relacionamento amoroso. Nestes casos, após algum tempo, o nível de satisfação com a vida do indivíduo, geralmente, sobe, regressando ao nível antes do acontecimento negativo que causara o baixo temporário. Contudo, um resultado neste intervalo também poderá ser uma situação crónica. Nestes casos, a ajuda de terceiros será fundamental.

Índices de satisfação com a vida de 15 a 19:

Resultados neste intervalo revelam uma satisfação com a vida ligeiramente abaixo da média. Por norma, são indivíduos, com problemas de natureza menor, mas no entanto com alguma significância pessoal em diversas esferas da sua vida, ou então com um problema de relevo em uma das áreas da sua vida, que apresentam resultados neste segmento. Quando este

resultado afigura como baixo temporário, suscitado por um acontecimento recente, será expectável, que a situação rapidamente normalize, regressando para níveis superiores de satisfação com a vida. Contudo, se uma insatisfação temporária é considerada perfeitamente dentro da norma, níveis de insatisfação ligeiros, mas crónicos apontam para a necessidade de reflexão pessoal e ajuste de expectativas e atitudes.

Índices de satisfação com a vida de 20 a 24:

A satisfação com a vida média dos países economicamente desenvolvidos enquadra-se, por norma, neste intervalo, apontando para o facto de a grande maioria das pessoas se considerar, geralmente, satisfeita, identificando, no entanto, alguns domínios em que gostariam de obter algumas melhorias. Verificando-se estas melhorias, os indivíduos com resultados neste intervalo, por norma, apresentariam níveis superiores de satisfação com a vida.

Índices de satisfação com a vida de 25 a 29:

Um resultado neste intervalo já é considerado elevado e caracteriza indivíduos que se sentem bem com a sua vida, considerando que a mesma decorre de forma positiva. Apesar de não encararem a sua vida como perfeita, sentem que de modo global, o balanço é positivo. Poderá ser precisamente esta falta de perfeição, que implica crescimento para ultrapassar os desafios que vão surgindo, um fator de peso para a satisfação do indivíduo. As principais esferas da vida dos respondentes que obtêm um resultado neste intervalo, não apresentam problemas maiores, e as imperfeições poderão ser fonte de motivação.

Índices de satisfação com a vida de 30 a 35:

Os resultados neste intervalo são os mais elevados possíveis, evidenciando indivíduos extremamente satisfeitos com as suas vidas. Apesar de não considerarem as suas vidas perfeitas, estes indivíduos adoram a forma como a sua vida decorre, encarando qualquer obstáculo como desafio, que ao ser ultrapassado, resulta em si, como fonte de satisfação.

3.3.2.3 General Health Questionnaire

Ainda no âmbito dos questionários de vários itens, Oswald (1997) refere o *General Health Questionnaire (British Household Panel Study)*. Este questionário pretende medir a saúde mental do respondente, enfocando por um lado na incapacidade de desenvolver funções

vulgares, e por outro na ocorrência de novas experiências negativas. Inicialmente foi desenvolvido por Goldberg (1972) como escala com 60 itens, e foram surgido versões com um número mais reduzido de questões, tais como o GHQ-30, GHQ-28, GHQ-20 e o GHQ-12. A validade do GHQ-12 foi evidenciada por Goldberg et al. (1997) e a validade de conteúdo comprovada aquando do desenvolvimento do GHQ-12 (Goldberg & Huxley, 1980). A consistência interna tem sido reportada em diversos estudos através de alphas de Cronbach com valores entre 0,77 e 0,93. A consistência externa desta ferramenta foi demonstrada por Goldberg e Huxley (1980) e Goldberg (1985), que evidenciaram que os resultados obtidos com base no GHQ12 são consistentes com os resultados obtidos recorrendo a outras ferramentas de medição de saúde mental.

O Quadro 27 apresenta as diversas questões que constituem o *General Health Questionnaire*, bem como a fórmula para calcular o resultado final.

(1 - menos do que habitualmente, 2 - não mais do que habitualmente, 3 - um pouco mais do que habitualmente, 4 - muito mais do que habitualmente)

a) Ultimamente tem conseguido concentrar-se no que está a fazer?
b) Ultimamente tem perdido muito sono devido a preocupações?
c) Ultimamente tem sentido que desempenha um papel útil?
d) Ultimamente tem sentido que é capaz de tomar decisões?
e) Ultimamente tem-se sentido sob pressão?
f) Ultimamente tem sentido que não consegue ultrapassar as suas dificuldades?
g) Ultimamente tem conseguido retirar prazer das suas atividades quotidianas?
h) Ultimamente tem conseguido enfrentar os seus problemas?
i) Ultimamente tem-se sentido triste ou deprimido/a?
j) Ultimamente tem perdido a confiança em si mesmo/a?
k) Ultimamente tem pensado em si como pessoa inútil?
l) Ultimamente tem-se sentido feliz, de modo geral?

Cálculo:
Nas perguntas a), c), d), g), h), e l), a resposta 1 equivale, a 2 a 2, a 3 a 1 e a 4 a 0 pontos.
Nas perguntas b), e), f), i), j) e k), a resposta 1 equivale a 0, a 2 a 1, a 3 a 2 e a 4 a 3 pontos.
Somam-se os pontos obtidos.

Quadro 27: O índice de felicidade segundo o GHQ

Fonte: elaboração própria a partir de Goldberg (1992)

Os resultados do *General Health Questionnaire* podem variar entre o 0 e o 36, sendo que 0 corresponde ao resultado mais positivo possível, e o 36 ao resultado mais negativo possível. Apesar de os resultados variarem entre as populações estudadas, pontuações à volta dos 11, 12 valores são típicas. Resultados acima dos 15 evidenciam alguma angústia, e pontuações superiores a 20 remetem para problemas de foro psicológico severos (Goldberg, 1992; Goldberg & Williams, 1988).

Tendo em conta, que a *Satisfaction with Life Scale* pretende medir a satisfação com a vida, e o GHQ12, medindo a saúde mental, está virado para uma vertente mais clínica, optámos por incorporar ambas as ferramentas de medição de felicidade no nosso questionário, de modo a obter uma perspectiva mais abrangente da felicidade.

Todas as questões que visam aferir o nível de felicidade do respondente, foram traduzidas do original para as línguas portuguesa e alemã, pelo autor do presente trabalho, que para além de falante nativa, tem formação superior em ambas as línguas.

Face ao exposto, o nosso questionário será constituído por um conjunto de 28 perguntas (perguntas # 2 a 29) que visam aferir os valores socioculturais dos respondentes, bem como por um outro conjunto de perguntas, que visam aferir o nível de felicidade, mediante o *General Social Survey* (pergunta # 1), a *Satisfaction with Life Scale* (perguntas # 30 a 34) e o *General Health Questionnaire 12* (perguntas # 35 a 46). O final do questionário será constituído por um conjunto de questões que visam obter informação demográfica. Neste sentido, as questões # 47 a # 52 são oriundas do VSM08. Uma vez que o VSM08 apenas questiona a nacionalidade do respondente, e tendo em conta, que em plena era de globalização, em que a migração é um fenómeno cada vez mais frequente, optamos por adicionar mais duas questões (# 53 e # 54), de forma a saber qual a naturalidade e o país de residência dos respondentes.

3.4 Modelo estrutural de investigação

Face ao exposto, poderemos representar o nosso modelo estrutural graficamente da seguinte forma:

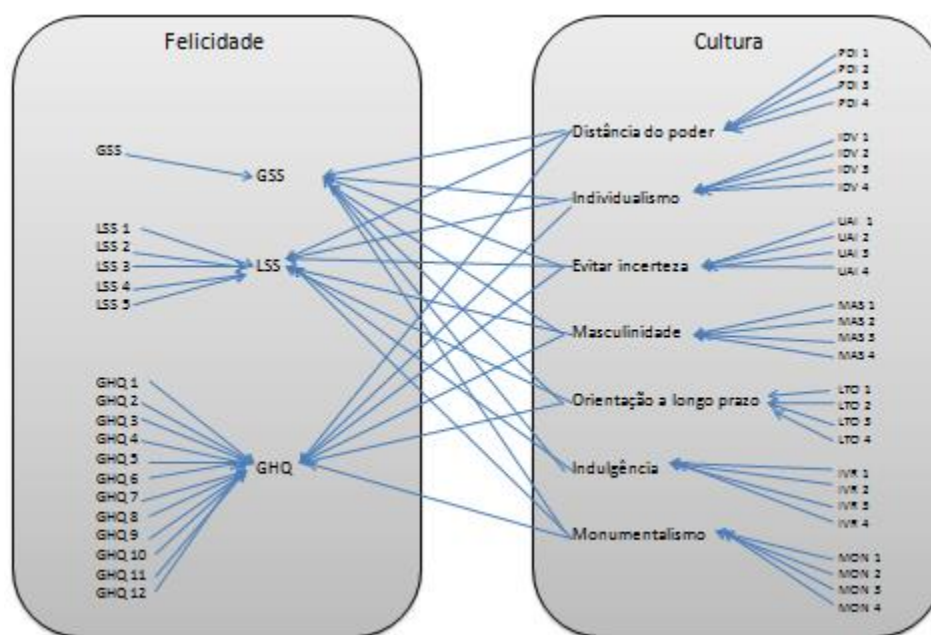


Gráfico 25: Modelo estrutural de investigação

Fonte: elaboração própria

3.5 Tratamento de dados

Após a recolha de dados com o questionário anteriormente especificado, o tratamento dos mesmos irá desenvolver-se em diversas etapas que iremos discriminar nas páginas que se seguem.

3.5.1 Gravação e a compilação de dados

As respostas serão gravadas para um ficheiro em formato excel, em que serão analisadas e resolvidas eventuais incongruências. Neste sentido, iremos filtrar as respostas consoante a naturalidade, a nacionalidade e o país de residência dos respondentes. De forma a obter um resultado mais nítido, iremos apenas utilizar as respostas facultadas por respondentes em que naturalidade, nacionalidade e país de residência correspondam exclusivamente a um dos países da nossa unidade de análise, Portugal e Alemanha.

Recordemos, que o *General Social Survey* solicita que o respondente responda à questão “De modo global, como se sente? Diria que é...” assinalando uma das seguintes três opções: “Muito feliz”, “Bastante feliz” ou “Nada feliz”. Existem assim três resultados possíveis. De forma a quantificar estes possíveis resultados de ordem qualitativa, a resposta “Muito feliz”

irá corresponder a 3 valores, a resposta “Bastante feliz” a 2 valores e a resposta “Nada feliz” a 1 valor.

3.5.2 Caracterização e análise da amostra

Com o intuito de validar as hipóteses formuladas e assim responder às questões de investigação, subjacentes ao presente trabalho, iremos caracterizar e analisar a nossa amostra, passando por diversas etapas:

a) Análise genérica das respostas

As respostas obtidas deverão ser analisadas genericamente, no sentido de aferirmos a estrutura demográfica da nossa amostra

b) Análise da representatividade da amostra

Teremos de analisar a representatividade da nossa amostra, de forma a averiguarmos se os nossos dados nos permitem generalizar da amostra para a população

c) Análise da fiabilidade do questionário

De forma a determinar se o questionário mede efetivamente o pretendido teremos de analisar a fiabilidade do questionário

d) Análise das diferenças entre os respondentes portugueses e alemães

Tendo por base o conhecimento de que países com índices de felicidade superiores, tendem a apresentar fatores macroeconómicos mais positivos, e uma vez que com o presente trabalho, pretendemos entender melhor a relação entre a cultura e a felicidade, através de uma amostra oriunda de dois países, com indicadores macroeconómicos distintos, e que, de acordo com a revisão bibliográfica efetuada, apresentarão culturas e níveis de felicidade distintos, será a análise destas diferenças que permitirá validar as nossas hipóteses. Assim, a validação das divergências, tanto no que respeita os valores socioculturais, bem como os níveis de felicidade, será fundamental.

e) Análise das correlações entre os valores socioculturais e a felicidade

Após a análise das diferenças entre os respondentes portugueses e alemães, relativamente aos seus valores socioculturais e níveis de felicidade, iremos analisar a correlação entre as dimensões culturais e a felicidade, para todos os casos em que a diferença se tenha revelado significativa.

Para tal, iremos servir-nos de diversos métodos estatísticos, que iremos detalhar de seguida.

3.5.2.1 Medidas de tendência central e de distribuição

De modo a caracterizar a amostra, e de determinar as características distribucionais de todas as variáveis estudadas, irá ser efetuada uma análise descritiva. Iremos assim calcular medidas de tendência central, nomeadamente médias, medianas e quartis, com o intuito de determinar valores característicos ou típicos da nossa amostra. Com a intenção de verificar a variabilidade dos dados da nossa amostra, iremos calcular medidas de dispersão absoluta, designadamente amplitudes, desvios padrão e medidas de dispersão relativa, nomeadamente os coeficientes de variação.

3.5.2.2 Nível de confiança e o erro amostral

Para confirmar se a nossa amostra será representativa da população, iremos calcular o seu tamanho mínimo necessário, tendo sido estipulado um erro amostral máximo de 10%, bem como um nível de confiança de 95%. O erro amostral representa a diferença entre o valor estimado pelo estudo e o seu verdadeiro valor. Já o nível de confiança representa a probabilidade de o erro amostral efetivo ser inferior ao erro amostral admitido.

3.5.2.3 Alpha de Cronbach

Uma questão importante que se coloca é a da fiabilidade do questionário que servirá como instrumento de recolha de dados do presente estudo. Esta fiabilidade depende da consistência interna, que iremos determinar recorrendo ao alpha de Cronbach (Cronbach, 1951). Esta medida estatística faculta uma indicação sobre a correlação média de todos os itens que constituem a escala. Por norma, os seus valores apresentam variações entre 0 e 1, sendo que valores mais baixos apontam para uma fiabilidade inferior. Não existe um limite universalmente aceite que determine quais os valores de alphas de Cronbach que garantam consistência interna. Guilford (1965) refere que valores entre 0,50 e 0,70 são normalmente indicadores de robustez interna. Já Nunnally (1978) defende que o valor mínimo do alpha de Cronbach deva ser de 0,7, para que se possa considerar a existência de consistência interna. Porém, será também de salientar que outros autores defendem valores mais baixos, tal como Tung-Xiung (1985), a título de exemplo, que sugere, que no caso de escalas psicológicas, valores superiores a 0,4 já sejam evidência de uma consistência interna satisfatória.

Esta análise de consistência interna será efetuada tanto para as dimensões culturais, como para os questionários de itens múltiplos que medem a felicidade, a *Satisfaction with Life Scale* e o

General Health Questionnaire. Tendo em conta que o *General Social Survey* é composto por apenas uma questão, a análise da consistência interna não se aplica.

3.5.2.4 Análise de componentes principais

A análise de componentes principais (PCA) foi desenvolvida por Pearson (1901) e apresentada pela primeira vez no início do século XX. No entanto, apenas ganhou popularidade com o surgimento dos computadores com elevada capacidade de cálculo, sendo atualmente considerada a técnica multivariada de referência para sintetizar informação relativa a um número considerável de variáveis (Jackson, 1991; Manly, 1986; Peres-Neto et al., 2005; Vieira, 2012).

“A PCA é geralmente utilizada em investigação na área da economia, bem como em outros campos de actividade. Perante a complexidade de processos económicos e financeiros, investigadores têm de analisar um elevado número de variáveis (ou indicadores), o que muitas vezes se revela complicado por ser tão difícil obter tão elevada dimensão de dados e efectuar cálculos com os mesmos. Mais, existe uma real hipótese de que os dados iniciais sejam fortemente correlacionados; consequentemente a significância das variáveis é seriamente diminuída e é virtualmente impossível estabelecer relações causais entre variáveis. Assim, os investigadores necessitam de uma ferramenta analítica simples, mas poderosa para resolver estes problemas e desenvolver uma análise coerente e conclusiva. Esta ferramenta é a PCA.” (Armeneau & Lache, 2008, p.11)

Recorrendo à transformação ortogonal, a PCA sumariza um conjunto de n variáveis eventualmente correlacionadas, para um novo conjunto de m variáveis (com $m < n$) não correlacionadas linearmente, os componentes principais. Deste modo, o número de componentes principais será sempre inferior ao número de variáveis iniciais. Porém a análise de componentes principais nem sempre resulta numa redução de variáveis. Quando as variáveis iniciais não apresentam correlação entre elas esta sumarização não é possível. Uma análise de componentes principais permite então identificar variáveis subjacentes que poderão servir de apoio à explicação de eventuais padrões de correlação no seio das variáveis socioculturais, bem como a identificar a existência de um pequeno número de fatores de variáveis manifestas.

Tendo em conta que a análise de componentes principais permite identificar um conjunto menor de variáveis a partir de um conjunto inicial, iremos submeter a nossa amostra a esta técnica. Assim, iremos aplicar a PCA, separadamente, aos conjuntos de dados socioculturais e de felicidade com o intuito de sumarizar a informação contida em qualquer um deles, reduzindo o esforço da sua análise.

Uma questão crucial que se coloca aquando de uma PCA prende-se com a decisão sobre qual o número de componentes a reter, e quais a descartar (Costello & Osbourne, 2005; Fabrigar et. al., 1999; Floyd & Widaman; 1995; Jackson, 1991; Patil et al., 2008; Peres-Neto et al., 2005; Reise et al., 2000, Zwick & Velicer, 1986). Sendo uma das questões mais relevantes aquando da aplicação de uma PCA, têm sido diversas as normas sugeridas para fazer face a esta problemática (Bartlett, 1950; Cattell, 1966; Crawford, 1975; Horn, 1965; Kaiser, 1960; Veldman, 1979; Velicer, 1976).

Tendo em conta que o objectivo do presente trabalho não é de âmbito da estatística, não nos iremos alongar sobre as mais diversas regras sugeridas. Em vez disso iremos cingir-nos a apresentar os métodos que iremos utilizar aquando da nossa análise, e expor os motivos que nos levaram à escolha dos métodos em questão.

Um dos métodos que iremos utilizar para aquando da nossa PCA tomarmos uma decisão sobre quais os componentes a reter será o método “talvez mais popular – certamente o mais utilizado” (Zwick & Velicer, 1986, p.434), o método K1, também conhecido por método de Kaiser-Guttman de Kaiser (1960). Este método tem por base os *eigenvalues*, que representam o total de variância que um determinado componente explica. Como a soma total de *eigenvalues* corresponde sempre ao número de componentes originais utilizados na PCA, quanto maior for o *eigenvalue*, maior será a variância comum entre os componentes observados. Segundo o método K1, apenas se mantêm os componentes cujo resultado de uma PCA apresentem valores superiores a 1. Apesar de este critério ter sido o de mais recorrente utilização no passado, diversos autores têm rotulado este método como problemático e pouco eficiente, apontando-lhe tanto o risco de sobre como subestimar o número de componentes a reter (Costello & Osbourne, 2005; Fabrigar et. al, 1999; Floyd & Widaman; 1995; Patil et al., 2008; Reise et al., 2000; Zwick & Velicer, 1986). Não obstante destas críticas, sendo o método mais utilizado, iremos também nós usar o método K1 aquando da nossa PCA.

O *scree plot* é outro método amplamente utilizado para assistir a decisão sobre qual o número de componentes a manter após uma PCA. Consiste, em agrupar as diferenças entre os

eigenvalues por ordem decrescente. Uma diferença relativamente constante aponta para aleatoriedade. Já, um hiato entre valores aponta para o ponto que limita os componentes relevantes dos irrelevantes, devendo-se manter os primeiros componentes até ao hiato, e descartando-se os seguintes (Jolliffe, 2002). Diversos investigadores defendem este método (Cattell & Jaspers, 1967; Cattell & Vogelman, 1977; Cliff, 1970; Linn, 1968; Tucker et al., 1969) e Zwick and Velicer (1986) consideram este método mais fiável do que o método de Kaiser (1960). Assim sendo, iremos também basear-nos no método *scree plot*, aquando da nossa PCA.

Outro método frequentemente adotado aquando da avaliação sobre quais os componentes de uma PCA a considerar relevante manter, é o modelo *broken stick*. Este nome deve-se ao conceito subjacente a este modelo, de quebrar uma vara de forma aleatória em diversos pedaços. Deste modo, o método *broken stick* segmenta o conjunto de dados no mesmo número de partes que número de componentes, diversas vezes, calculando assim qual o valor médio expectável de cada um destes segmentos, e ordenando-os de forma decrescente. Neste sentido, o método *broken stick*, assumindo que a variância total de um conjunto de dados é dividida de forma aleatória por todos os componentes, representa a distribuição dos *eigenvalues* que seria expectável obter-se por um processo de aleatoriedade (Frontier, 1976; Legendre & Legendre, 1983). Assim sendo, consideram-se relevantes os componentes, em que o valor da percentagem de variação dos *eigenvalues* dos componentes seja superior ao respectivo valor do *broken stick* (Frontier, 1976). Tendo em conta a utilização frequente deste método e a sua fiabilidade (Jackson, 1991), iremos apoiar-nos também neste método aquando da PCA que iremos efectuar.

No entanto será de salientar que a PCA não permite apenas a redução de um grande número de variáveis iniciais a um menor conjunto de componentes principais. Na realidade, este método foi originalmente concebido para estimar declives de regressões lineares modelo 2 onde os resíduos são minimizados perpendicularmente à reta (Pearson 1901; Manly, 1986; Jackson, 1991; Vieira 2012).

Tendo em conta esta aplicação, também iremos utilizar a PCA para estimar os declives da relação entre os valores socioculturais e a felicidade. Para tal será assumido um modelo linear simples, determinando quanto varia a felicidade por cada incremento de uma unidade num valor sociocultural. Este é dado pelo declive da recta de regressão, o qual será estimado por regressão linear modelo 2 recorrendo à PCA.

3.5.2.5 Testes de permutações

Os testes de permutações permitem testar hipóteses. No decorrer de um estudo o investigador formula uma hipótese, normalmente envolvendo a ocorrência de diferenças efetivas entre grupos ou correlações entre variáveis. Aquando da formulação de uma hipótese, na realidade procede-se à formulação de duas hipóteses. A primeira hipótese formulada é aquela que contém o suposto valor para o parâmetro estudado. Trata-se da hipótese nula (H_0), cuja validade se pretende confirmar ou infirmar. Assim, a formulação desta hipótese nula implica uma hipótese alternativa (H_1), oposta à hipótese nula, da inexistência de diferenças ou correlações. No entanto, a inevitável variabilidade aleatória intrínseca aos dados leva à obtenção de pequenas diferenças ou correlações, as quais são consideradas não significativas. Face a esta situação, poderão ocorrer dois tipos de erros, aquando do teste da hipótese:

Erro tipo I: rejeita-se uma hipótese nula válida, correspondente à aceitação de uma hipótese alternativa falsa, razão pela qual é também conhecido por “falso positivo”

Erro tipo II: aceita-se uma hipótese nula inválida, correspondente à rejeição de uma hipótese alternativa verdadeira, razão pela qual é também conhecido por “falso negativo”

Torna-se assim necessário determinar se as diferenças ou correlações obtidas pelo investigador são factuais (significativas) ou apenas resultado dessa variabilidade aleatória. Para tal é estimada uma métrica dos dados originais e comparada com a sua distribuição esperada mediante a H_0 . Para simular esta distribuição a estatística tradicional, paramétrica, desenvolveu algoritmos de ajuste a distribuições conhecidas, como são os casos da normal padronizada ou da t-student, ou distribuições derivadas destas como é o caso da F de Fischer (Dowdy & Wearden, 1983). Por isso a estatística paramétrica só é válida verificando-se a normalidade dos dados em alguns casos, ou dos resíduos em outros, o que por si só obriga a sucessivos testes e frequentemente a transformações dos dados. Os testes de permutações simplificam a estimação da distribuição da H_0 obtendo-a empiricamente redistribuindo aleatoriamente os dados originais. A inexistência de diferenças entre grupos é simulada redistribuindo aleatoriamente as observações pelos diversos grupos. A inexistência de correlações é simulada redistribuindo aleatoriamente o valor de cada observação independentemente para cada variável, quebrando assim as associações ($x_1, \dots, x_n$) originais. O teste é assim liberto da assunção da normalidade dos dados ou dos resíduos, e de todos os testes e manipulações fastidiosos associados. A precisão da distribuição empírica da H_0

depende do número de simulações aleatórias efetuadas. Para n simulações a resolução é de $1/n$. Por ex.: com 1000 simulações a distribuição é definida em intervalos de 0,001 (=0.1%).

Em investigação adota-se uma postura conservadora, preferindo minimizar-se a probabilidade de afirmar falsos positivos (Erro tipo I). Esta probabilidade é chamada de nível de significância de um teste (também conhecido por p ou α), sendo normalmente adotado apenas a rejeição da H_0 quando $p \leq 0.05$ ($p \leq 5\%$).

Quanto maior for o número de permutações, melhor a resolução da distribuição da H_0 e consequentemente mais preciso será o valor p estimado. Por norma, trabalha-se com 1.000 a 10.000 permutações (Tanis, 1987; Vieira, 2012; Vieira & Creed, 2013).

Face ao exposto, iremos recorrer aos testes de permutações em diversas etapas da nossa análise dos dados. Iremos utilizar os testes de permutações com o intuito de averiguar se existem diferenças significativas entre as respostas obtidas pelos respondentes alemães e os respondentes portugueses, tanto no que diz respeito aos respetivos valores socioculturais, bem como aos respetivos níveis de felicidade. Iremos efetuar testes de permutação com desenho experimental de ANOVA de três fatores (Dowdy & Wearden 1983), nomeadamente o fator ‘país’ com os tratamentos ‘Portugal’ e ‘Alemanha’, o fator ‘sexo’ com os tratamentos ‘masculino’ e ‘feminino’, e o fator ‘idade’ com os tratamentos ‘<30’ e ‘>30’. Destes, apenas o fator ‘país’ está no cerne do estudo sendo os outros meramente auxiliares.

Iremos ainda recorrer aos testes de permutações, aquando da análise da correlação entre os valores socioculturais e a felicidade, para determinar a significância dos coeficientes de correlação de Pearson, permitindo-nos assim a validação das nossas hipóteses.

Em todos os casos, iremos trabalhar com níveis de significância de 5% e com 10.000 permutações.

3.5.2.6 Coeficiente de correlação de Pearson

O coeficiente de correlação de Pearson representa o grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. O coeficiente de correlação assume valores entre -1 e 1. Se $r = 1$ ou $r = -1$, a relação é perfeita. Quanto maior a independência entre as variáveis x e y , mais próximo de zero será o valor de r . O coeficiente de correlação é positivo quando a associação é positiva, e negativo quando a associação for negativa.

Com o intuito de analisar a relação entre as dimensões culturais e a felicidade, iremos estimar os coeficientes de correlação (Pearson, 1985) entre todos os possíveis pares formados por uma variável sociocultural e uma variável de felicidade. Estes pares irão ser testados no conjunto de todos os respondentes e alternativamente, em separado para cada combinação possível de ‘país’ $\times$ ‘sexo’ $\times$ ‘idade’.

No âmbito do coeficiente de correlação, surge muitas vezes a questão da causalidade, pelo que se afigura pertinente abordar a mesma. Apesar de o conceito de causalidade ser alvo de discussão há sensivelmente 3 séculos e representar uma questão central na pesquisa na grande maioria das áreas científicas, não existe consenso relativamente à sua definição e métodos (Didelez, 2007; Greenland et al., 1999; Shield, 1995).

“(...) poderá ser surpreendente que o consenso sobre definições básicas e métodos para inferência causal seja limitado, apesar de alguns três séculos de debate.”
(Greenland, et al., 1999, pp. 29-30)

Apenas na literatura da área da estatística, Didelez (2007) identifica quatro abordagens diferentes ao conceito de causalidade, salientando que o seu denominador comum é o facto de todas as abordagens lidarem com a causa como efeito de uma interferência em uma ou mais variáveis sobre uma variável de resposta, ou seja, existe causa, quando uma variável y causa uma variável z e se a ocorrência de y foi necessária para a ocorrência de z sob as circunstâncias observadas (Fisher, 1918; Mill, 1862; Rubin, 1990; Yule, 1903).

No universo da estatística, o termo ‘correlação’ refere-se à correlação linear produto-momento de Pearson, acima abordada. Como vimos, estimando apenas o grau de associação entre uma variável y e uma variável z , a análise de uma correlação analisa a interdependência de variáveis, e não a sua casualidade. Assim, uma correlação não é sinónimo de causalidade (Didelez, 2007; Holland, 1986; Rubin, 1990; Shield, 1995).

Todavia, é frequente que quando existe uma relação de causalidade, exista também uma correlação. São diversos motivos que podem levar à observação de correlação entre duas variáveis x e y , sem que exista uma relação causal entre as mesmas, tais como uma relação causal não linear (Shield, 1995), a existência de confounders (uma causa comum a x e y), a causalidade inversa (poderá ser y a causar x), tendências temporais (x e y poderão estar associadas devido a tendências temporais, sem que estas estejam ligadas), feedback (x e y

poderão estar associadas por se instigarem mutuamente) e mera coincidência (x e y poderão estar associadas por nada mais do que coincidência) (Didelez, 2007).

Para aferir causalidade, ou seja identificar o que acontece à variável y se manipular a variável x, concretiza-se esta manipulação, o que é designado como um estudo experimental. No entanto, em muitas áreas não é possível levar a cabo estudos experimentais (Didelez, 2007). Esta impossibilidade de levar a cabo um estudo experimental, verifica-se no nosso caso concreto, uma vez que não dispomos da possibilidade de manipular as variáveis socioculturais, para verificar o que acontece às variáveis de felicidade e económicas (não tenho a possibilidade de ter uma amostra de indivíduos aos quais aumento, por exemplo, o índice de Distância do poder, para ver qual o impacto que esta alteração terá na felicidade deste grupo, e nos fatores económicos do país onde os indivíduos da minha amostra residem).

Perante a impossibilidade de levar a cabo um estudo experimental, resta-nos o estudo descritivo, tque consiste em tentar fazer uma amostragem aleatória o mais abrangente possível, que cubra a maior heterogeneidade populacional possível, medindo os valores dessa amostra, analisando os mesmos e procurando correlações (Cox, 1992; Holland, 1986; Reiter, 2000; Rosenbaum & Rubin, 1983), tal como nos propomos fazer, de acordo com a metodologia exposta neste capítulo. Quanto mais correlacionado estiver um grupo de variáveis mais confiança teremos para assumir um dos seguintes casos (Shield, 1995):

- 1) causalidade direta da variável x na variável y
- 2) causalidade direta da variável y na variável z
- 3) causalidade comum resultante de uma causa comum que tem efeito sobre tanto a variável x como a variável y

Contudo, seguindo a diretriz ‘sem manipulação, nenhuma causalidade’, não tendo a possibilidade de levar a cabo um estudo experimental, não nos será possível determinar a relação de causalidade (Holland, 1986; Rubin, 1986).

Para a aplicação das diversas metodologias serão utilizados os programas Microsoft Excel ®, na sua versão 2007 e Mathworks Matlab ®, na sua versão 2011.

Capítulo IV

Análise e discussão de resultados

Neste quarto capítulo iremos apresentar os resultados do nosso estudo empírico, obtidos com base na metodologia de análise exposta no capítulo anterior. Poderemos avançar que o nosso estudo empírico confirma níveis superiores de felicidade para a Alemanha. Os resultados do nosso estudo empírico evidenciam ainda correlações entre a felicidade e os valores socioculturais Individualismo, Masculinidade, Aversão à incerteza, Orientação a longo prazo, Indulgência e Monumentalismo.

4.1 Análise da amostra

Nesta primeira etapa da nossa análise, iremos analisar as respostas obtidas, de modo genérico, no sentido de identificarmos a estrutura demográfica da nossa amostra.

Após um grupo reduzido de 10 pessoas ter validado os questionários, os mesmos estiveram *online* entre 22.02.2014 e 15.10.2014. Neste período, obtivemos 794 respostas ao nosso questionário. Deste conjunto de respostas, 338 respondentes indicaram ter naturalidade e nacionalidade portuguesas, e residirem em Portugal. 302 respondentes indicaram ter naturalidade e nacionalidade alemãs, residindo na Alemanha. Os restantes 154 respondentes apresentavam situações em que naturalidade, nacionalidade e país de residência não correspondiam exclusivamente a um dos países da nossa unidade de análise, Portugal e Alemanha, e com o intuito de obter resultados mais precisos, as respostas correspondentes a estes respondentes foram excluídas da nossa análise.

O Quadro 28 resume a informação sobre o sexo, a distribuição etária e as habilitações literárias da nossa amostra. Tanto no caso dos respondentes portugueses, como no caso dos respondentes alemães, a proporção de respondentes do sexo feminino é superior (61% e 60% respetivamente) do que a proporção de respondentes do sexo masculino.

	respondentes PT		respondentes DE	
	N	%	N	%
N	338		302	
sexo masculino	133	39%	120	40%
sexo feminino	205	61%	182	60%
0-19	2	1%	33	11%
20-24	30	9%	105	35%
25-29	80	24%	60	20%
30-34	125	37%	48	16%
35-39	56	17%	23	8%
40-49	24	7%	17	6%
50-59	17	5%	12	4%
60+	4	1%	4	1%
ensino básico (<11 anos)	8	2%	18	6%
secundário (11-13anos)	39	12%	205	68%
superior (>13 anos)	291	86%	79	26%

Quadro 28: A caracterização da amostra - sexo, idade e habilitações literárias

Fonte: elaboração própria

No que respeita a idade, uma vez que se tratava de uma resposta fechada, em que os respondentes deveriam selecionar um intervalo etário, não dispomos de informação sobre a

idade mínima, nem sobre a idade máxima da amostra. Sabemos, no entanto, que os respondentes, tanto no caso dos portugueses, como no caso dos alemães, cobrem todos os intervalos etários contemplados no nosso questionário. A distribuição do número de respostas vai aumentando, consoante o intervalo etário, até atingir um pique, a partir do qual, o número de respostas volta a diminuir (Gráfico 26).

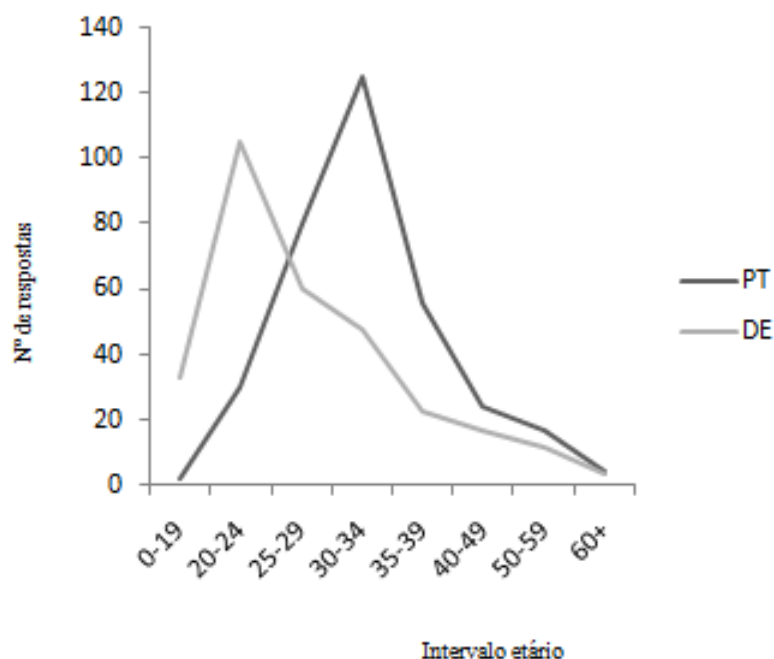


Gráfico 26: A distribuição etária da amostra

Fonte: elaboração própria

No caso dos respondentes portugueses, o maior número de respostas foi obtido por respondentes entre os 30 e os 34 anos de idade (37%). A menor incidência de resposta foi obtida por respondentes com menos de 20 anos (1%) e com mais de 60 (1%) de idade. No caso dos respondentes alemães, o maior número de respostas foi obtido por respondentes entre os 20 e os 24 anos de idade (35%). A menor incidência de resposta foi obtida por respondentes com mais de 60 (1%) de idade.

No que respeita os níveis de habilitações literárias da amostra, também se verificam diferenças na distribuição entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães (Gráfico 27).

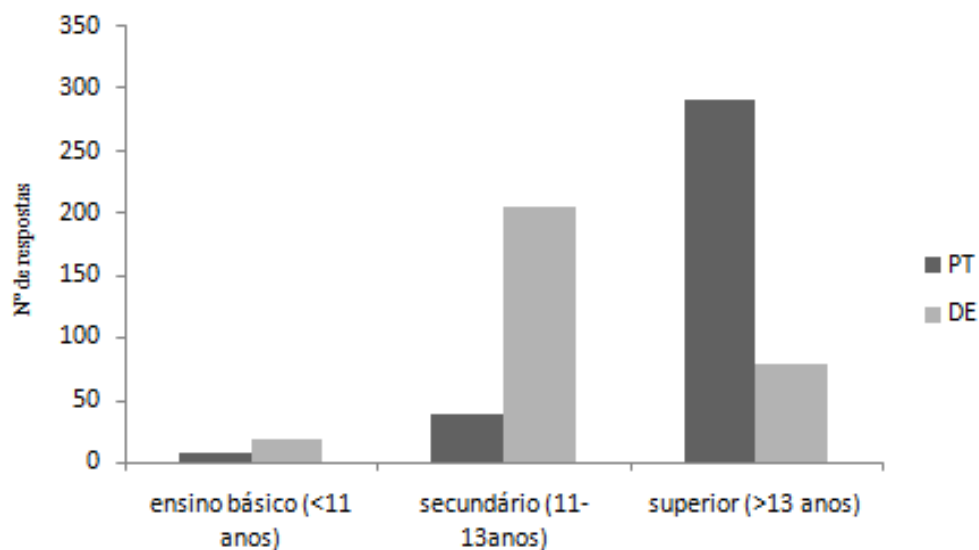


Gráfico 27: O nível de habilitações literárias da amostra

Fonte: elaboração própria

A proporção maior dos respondentes portugueses (86%) tem formação superior, enquanto a proporção maior de respondentes alemães (68%) concluiu o ensino secundário. Este fato poderá dever-se à composição etária da nossa amostra, sendo que, como vimos, a grande porção dos respondentes portugueses apresenta idades, em que, por norma já se terá terminado os estudos superiores, ao contrário dos respondentes alemães, onde a grande porção apresenta idades em que a conclusão de um curso superior é muito pouco provável. Em ambos os casos os respondentes com ensino básico são o segmento menos representado (2% no caso dos respondentes portugueses e 6% no caso dos respondentes alemães).

4.2 Análise da representatividade da amostra

Tendo caracterizado a nossa amostra no que respeita a sua estrutura demográfica, iremos agora analisar a representatividade desta nossa amostra, de forma a averiguarmos se os nossos dados nos permitem generalizar da amostra para a população.

A dimensão estimada da amostra, necessária para obter um intervalo de confiança de 95%, com um erro amostral de 10%, é de 97 indivíduos, tanto, para Portugal, como para a Alemanha, Uma vez que obtivemos 338 respostas válidas no caso de Portugal, e 302 no caso da Alemanha, consideramos que o número de respostas obtidas para o presente estudo é

suficiente para efetuar generalizações para as populações portuguesa e alemã, ou seja, que a nossa amostra é representativa da população (Quadro 29).

	população PT	N min requerido	amostra PT	população DE	N min requerido	amostra DE
população residente	10.514.800			80.399.300	97	
população residente nacional	10.120.304	97	338	73.920.200	97	302
sexo masculino	5.013.100	97	133	36.032.900	97	120
sexo feminino	5.501.800	97	205	37.887.400	97	182

Quadro 29: A representatividade da amostra – género.

Fonte: elaboração própria a partir de Pordata e Destatis

O Quadro 30 compara informação sobre as populações em análise no presente trabalho, com a dimensão estimada da amostra necessária para obter um intervalo de confiança de 95%, com um erro amostral de 10%, e com dados sobre a nossa amostra, comprovando-se assim que a nossa amostra é igualmente representativa no que respeita o sexo.

Seguindo a mesma lógica, o Quadro 30 demonstra que no que respeita os intervalos etários, poderemos segmentar a nossa amostra, fixando a linha de separação na idade de 30, sendo que cada uma das subamostras (respondentes portugueses com menos de 30 anos, respondentes portugueses com idade superior aos 30 anos, respondentes alemães com menos de 30 anos, respondentes alemães com idade superior aos 30 anos) afigura como representativa da população, mantendo um intervalo de confiança de 95%, com um erro amostral de 10%.

	população PT	N min requerido	amostra PT	população DE	N min requerido	amostra DE
0-19	2.116.599	97	2	14.518.194	97	33
20-24	576.203	97	30	4.886.036	97	105
25-29	622.197	97	80	4.937.635	97	60
<30	3.314.999	97	112	24.341.864	97	198
30-34	732.701	97	125	4.691.547	97	48
35-39	829.561	97	56	5.200.592	97	23
40-49	1.558.486	97	24	13.782.907	97	17
50-59	1.418.458	97	17	11.394.465	97	12
60+	2.660.643	97	4	20.987.924	97	4
>30	7.199.849	97	226	56.057.436	97	104

Quadro 30: A representatividade da amostra – idade

Fonte: elaboração própria a partir de Pordata (s.d.) e Destatis (s.d.)

Trabalhando com um intervalo de confiança de 95%, e com um erro amostral de 10%, a nossa amostra apenas apresenta a dimensão mínima no caso dos respondentes portugueses com formação superior, e no caso dos respondentes alemães com o ensino secundário completo. Assim sendo, não iremos dar continuidade a análises que impliquem uma segmentação por nível de habilitações literárias (Quadro 31).

	população PT	N min requerido	amostra PT	população DE	N min requerido	amostra DE
ensino básico (<11 anos)	6.105.300	97	8	51.459.894	97	18
secundário (11-13anos)	1.603.600	97	39	19.409.132	97	205
superior (>13 anos)	1.302.700	97	291	9.530.274	97	79

Quadro 31: A representatividade da amostra – habilitações literárias

Fonte: elaboração própria a partir de Pordata (s.d.) e Destatis (s.d.)

4.3 Análise da fiabilidade do questionário

Com o intuito de determinar a fiabilidade do questionário, no que respeita os valores socioculturais, foi medida a respetiva consistência interna, através do alpha de Cronbach.

4.3.1 Valores socioculturais

Nos valores socioculturais obtivemos um alpha de Cronbach de 0,781²⁸, confirmando a consistência interna e consecutivamente a fiabilidade deste questionário, já evidenciada por Hofstede et al. (2008), e referida no capítulo anterior.

4.3.2 Felicidade

4.3.2.1 *Satisfaction with Life Scale*

Obtivemos um alpha de Cronbach de 0.874²⁹, confirmando assim a consistência interna e consecutivamente a fiabilidade deste questionário, já evidenciada por Diener et al. (1985), e referida no capítulo anterior.

²⁸ Vide Anexo D

²⁹ Vide Anexo D

4.3.2.2 General Health Questionnaire

Obtivemos um alpha de Cronbach de 0,867³⁰, confirmando assim a consistência interna e consecutivamente a fiabilidade deste questionário já evidenciada por Goldberg e Huxley (1980), e referida no capítulo anterior.

4.4 Análise de componentes principais

Tendo em consideração que a análise de componentes principais permite identificar um conjunto menor de variáveis a partir de um conjunto inicial, submetemos a nossa amostra a esta técnica. Assim, aplicámos a PCA, separadamente, aos conjuntos de dados socioculturais e de felicidade com o intuito de sumarizar a informação contida em qualquer um deles, reduzindo o esforço da sua análise.

Para determinar a fiabilidade da análise de fatores principais, a dimensão da amostra não deverá ser inferior a sensivelmente 300 casos (Field, 2005). Tendo em conta que a nossa amostra de respondentes portugueses apresenta 338 casos, e a amostra de respondentes alemães apresenta 302 casos, considera-se que a nossa amostra seja adequada à execução de uma PCA.

4.4.1 Valores socioculturais

O Quadro 32 resume os resultados da PCA aplicada ao nosso conjunto de dados socioculturais e mostra que nenhum dos componentes principais é significativo³¹. Assim, não sendo possível sumarizar as sete dimensões culturais em um conjunto menor de dimensões, devemos manter as sete variáveis originais.

³⁰ Vide Anexo D

³¹ O fato de considerarmos os componentes principais não significativos prende-se com uma combinação dos métodos referidos quando no capítulo sobre a metodologia, abordamos a PCA. Seguindo o método K1 dever-se-iam manter os primeiros três componentes, descartando-se os quatro últimos, com *eigenvalues* inferiores a 1. No entanto usando o método *broken stick*, a decisão seria de manter todos os componentes iniciais, uma vez que os valores da coluna *broken stick* são superiores aos valores da coluna *percentage of variation*, nos casos em que os *eigenvalues* são superiores a 1. Na última coluna do nosso Quadro 32 podemos confirmar que não existe hiato entre os valores, pelo que, segundo o método *scree plot*, todos os componentes serão a manter. Face a este cenário, consideramos que devemos manter o conjunto completo de componentes iniciais.

pc	'eigenvalue'	'percentage of variation'	'broken stick'	'cumulative percentage of variation'	'SCREE plot derivatives'
1	1,58	22,60	37,04	22,60	0,21
2	1,38	19,67	22,76	42,27	0,33
3	1,04	14,93	15,61	57,20	0,14
4	0,90	12,92	10,85	70,12	0,15
5	0,76	10,82	7,28	80,93	0,05
6	0,70	10,07	4,42	91,01	0,08
7	0,63	8,99	2,04	100,00	□

Quadro 32: Os resultados da PCA - dimensões culturais

Fonte: Elaboração própria

Este resultado vai ao encontro de Hofstede et al. (2008), que defenderam que cada uma das sete dimensões mede valores socioculturais distintos. Tendo verificado, que não é possível reduzir o número de variáveis socioculturais, iremos perseguir a nossa análise com as sete dimensões em causa.

4.4.2 Felicidade

Efetuámos igualmente uma PCA aos dados referentes aos três níveis de felicidade medidos através do *General Social Survey*, da *Satisfaction with Life Scale* e do *General Health Questionnaire*. Os resultados desta análise fatorial encontram-se no Quadro 33.

pc	'eigenvalue'	'percentage of variation'	'broken stick'	'cumulative percentage of variation'	'SCREE plot derivatives'
1	1,80	59,95	61,11	59,95	1,15
2	0,65	21,65	27,78	81,60	0,10
3	0,55	18,40	11,11	100,00	□

Quadro 33: Os resultados da PCA – felicidade

Fonte: Elaboração própria

Este quadro mostra que o primeiro dos componentes principais é significativo³², pelo que poderemos sumarizar as três variáveis de felicidade em apenas uma variável.

³² Neste caso considera-se que o primeiro dos componentes principais é significativo, uma vez que apresenta um *eigenvalue* não apenas bastante superior a 1, como também bastante superior aos *eigenvalues* dos restantes componentes. Será também de salientar a diferença mínima entre os valores do *percentage of variation* e do *broken stick* no caso do primeiro componente, bem como o acentuado hiato entre os primeiros dois componentes na coluna dos *scree plot derivatives*.

De acordo com estes resultados, poderemos afirmar que existe uma relação entre estas três ferramentas diferentes de medir felicidade, confirmando-se assim os resultados evidenciados por Andrews e Withey (1976) e Fordyce (1988), entre outros, que haviam demonstrado que diversos métodos de medição de felicidade aportavam resultados consistentes entre si, confirmando assim a fiabilidade destes questionários enquanto ferramenta para medir felicidade.

Apesar de os resultados da PCA terem demonstrado a possibilidade de reduzir os três resultados de felicidade em apenas um fator, optamos por perseguir a nossa análise com os três resultados em separado. Esta opção tem por base o facto de cada um dos índices ter uma escala de interpretação de resultados distinta e validada, evidenciadas no capítulo anterior. A utilização do fator resultante da análise dos componentes principais iria implicar a perda de uma escala de interpretação dos níveis de felicidade validada.

4.5 Análise das diferenças entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães

Iremos agora dedicar-nos à análise das diferenças entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães, no que diz respeito aos seus valores socioculturais, bem como os seus níveis de felicidade, recorrendo a medidas de tendência central e de dispersão e aos testes de permutações.

4.5.1 Valores socioculturais

Iremos iniciar por analisar as diferenças entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães, no que diz respeito aos seus valores socioculturais. Os resultados para cada uma das sete dimensões culturais serão apresentados e discutidos individualmente.

4.5.1.1 Distância do poder

No caso da Distância do poder os resultados dos respondentes portugueses apresentam uma amplitude de 255, variando entre o -110 e o 145. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude é ligeiramente superior (300), com resultados que variam entre o -165 e o 135. (Quadro 34).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	31,01	47,61	154%	-110	0	35	60	145	302	5,17	58,01	1123%	-165	-35	0	50	135

Quadro 34: As medidas de tendência central e de dispersão - Distância do poder

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 31, a média dos respondentes portugueses é superior à média dos respondentes alemães, que corresponde a 5, apontado assim para níveis superiores de Distância do poder no caso de Portugal. Tanto a mediana, com um valor de 35 no caso dos respondentes portugueses, e de 0 no caso dos respondentes alemães, como o primeiro (Q1 PT = 0; Q1 DE = -35) e o terceiro quartil (Q3 PT = 60; Q3 DE = 50) confirmam esta tendência. Recordemos que valores superiores nesta dimensão apontam para um grau superior de Distância do poder, ou seja, indicam uma sociedade mais hierárquica. Face ao exposto, os resultados sugerem que Portugal seja uma sociedade mais hierárquica, em comparação com a Alemanha.

Com um desvio padrão de 47 e um coeficiente de variação de 154%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 58 e um coeficiente de variação de 1123%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão muito elevada, indicando uma amostra extremamente heterogénea. Será no entanto de salientar a maior dispersão no caso dos respondentes alemães. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

Este resultado está em concordância com os índices de Distância do poder, para Portugal e a Alemanha, disponíveis no *site* Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), que apresentámos no capítulo 1. Confirma-se, assim, que a distância hierárquica é uma realidade em Portugal, admitindo-se que os elementos mais poderosos da sociedade gozem de privilégios associados a esta posição. Espera e aceita-se ainda que os superiores ordenem e que os subordinados obedeçam. Confirma-se, ainda, que a Alemanha apresenta uma cultura menos distante do poder. A comunicação na Alemanha é direta e participativa. Quanto à liderança, esta não é simplesmente aceite, como no caso de Portugal. Espera-se que os superiores tenham em conta a opinião dos subordinados, e que demonstrem excelência que justifique o seu lugar de liderança.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Com um p de 0,001, confirma-se uma diferença significativa entre os respondentes portugueses e alemães, relativamente à dimensão cultural Distância do poder. Com um p de igualmente 0,001,

verifica-se que o nível de Distância do poder difere também consoante o segmento etário, sendo que os respondentes com idades superiores aos 30 anos apresentam índices de Distância do poder mais elevados do que os respondentes com idades inferiores a 30 anos. Este fenómeno verifica-se tanto no caso dos respondentes portugueses (média <30 = 24; média >30 = 35), como no caso dos respondentes alemães (média <30 = -5; média >30 = 24). Já no caso do género, não existem diferenças significativas ($p = 0,1754$) entre os respondentes femininos e os respondentes do sexo masculino.

4.5.1.2 Individualismo

No caso do Individualismo os resultados dos respondentes portugueses apresentam uma amplitude de 315, variando entre os -105 e os 210. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude é um pouco inferior (280), com resultados que variam entre os -105 e os 175 (Quadro 35).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	42,04	54,94	131%	-105	0	35	70	210	302	33,38	54,93	165%	-105	0	35	70	175

Quadro 35: As medidas de tendência central e de dispersão - Individualismo

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 42, a média dos respondentes portugueses é superior à média dos respondentes alemães, que corresponde a 33, apontado assim para níveis superiores de Individualismo no caso de Portugal. Curiosamente tanto a mediana, com um valor de 35, como o primeiro e o terceiro quartis ($Q1 = 0$; $Q3 = 70$) são idênticos para os respondentes de ambos os países. Recordemos que valores superiores nesta dimensão apontam para um grau superior de Individualismo. Face ao exposto, os resultados sugerem que Portugal seja uma sociedade mais individualista, em comparação com a Alemanha.

Com um desvio padrão de 55 e um coeficiente de variação de 131%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 55 e um coeficiente de variação de 165%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão bastante elevada, indicando uma amostra muito heterogénea. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

O resultado de ambos os países aponta para culturas coletivistas, em que os indivíduos atribuem elevado valor à família, que é entendida num sentido bastante alargado, que, por norma, engloba tios e primos em diversos graus, entre outros. Esta valorização das relações

não se aplica apenas à família, como também a outros grupos, em que o indivíduo se insira. A lealdade é um valor primordial, que se sobrepõe a muitas das regras e regulamentações. A sociedade fomenta relações fortes em que os membros são incentivados a tomar responsabilidade pelos outros membros do grupo.

No caso de Portugal, este resultado vem corroborar o índice de Individualismo, disponível no *site* Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), que apresentámos no capítulo 1. Já no caso da Alemanha o nosso resultado não está em concordância com o índice de Individualismo, disponível no *site* Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.). De acordo com este, esperava-se um resultado que caracterizasse a Alemanha como sociedade individualista, em que o sentido de família é bastante restrito e em que a lealdade, tal como o sentido de responsabilidade advém de preferências pessoais. O facto de os nossos resultados, no caso dos respondentes alemães, não estarem de acordo com os resultados de Hofstede Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), poderia dever-se à porção relativamente elevada de respondentes mais novos. Como veremos de seguida, efetivamente, indivíduos mais novos tendem a apresentar níveis de Individualismo inferior, em comparação com indivíduos com idades superiores. No entanto, como também iremos ver de seguida, no caso dos respondentes alemães, a diferença de índice de Individualismo varia muito pouco dos respondentes mais novos, para os respondentes com mais idade. Logo, a porção elevada de respondentes mais novos, não terá responsabilidade maior no índice de Individualismo inferior ao esperado. Tendo em conta, que no *site* Hofstede Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.) não dispomos de resultados para as dimensões culturais mais recentes, Indulgência versus restrição e Monumentalismo versus Humildade, adicionadas apenas em 2008, e sabendo que Hofstede (desde 1980) baseou grande parte do seu referencial teórico em dados obtidos nos anos 70 e 80, poderemos concluir que os resultados disponibilizados em Hofstede Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), deverão ser oriundos de dados mais antigos. A junção de ambos os fatores (dados de Hofstede Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.) mais antigos e porção relativamente elevada de respondentes mais novos na nossa amostra) poderão estar na origem desta diferença entre os nossos resultados e os de Hofstede Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), no que respeita o índice de Individualismo dos respondentes alemães.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Com um p de 0,0499, confirma-se uma diferença significativa entre os respondentes portugueses e alemães, relativamente à dimensão cultural Individualismo. Com um p de 0,036, verifica-se que o nível de Individualismo difere também consoante o segmento etário, sendo que os respondentes

com idades superiores aos 30 anos apresentam índices de Individualismo mais elevados do que os respondentes com idades inferiores a 30 anos. Este fenómeno verifica-se tanto no caso dos respondentes portugueses (média <30 = 33; média >30 = 47), como no caso dos respondentes alemães (média <30 = 33; média >30 = 34). Será de salientar que a média de índice de Individualismo dos respondentes com menos de 30 anos é igual para os respondentes de ambos os países. Será ainda de referir que no caso dos respondentes alemães, a média do índice de Individualismo varia muito pouco entre os segmentos etários. No caso do género, não existem diferenças significativas ($p = 0,547$) entre os respondentes femininos e os respondentes do sexo masculino.

4.5.1.3 Masculinidade

No caso da Masculinidade os resultados dos respondentes portugueses variam entre os -150 e os 165. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude é superior, com resultados que variam entre os -185 e os 235 (Quadro 36).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	32,77	48,85	149%	-150	-10	25	60	165	302	2,28	61,94	2711%	-185	-45	-10	25	235

Quadro 36: As medidas de tendência central e de dispersão - Masculinidade

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 33, a média dos respondentes portugueses é superior à média dos respondentes alemães, que corresponde a 2, apontado assim para níveis superiores de Masculinidade no caso de Portugal. Tanto a mediana, com um valor de 25 no caso dos respondentes portugueses, e de -10 no caso dos respondentes alemães, como o primeiro (Q1 PT = -10; Q1 DE = -45) e o terceiro quartil (Q3 PT = 60; Q3 DE = 25) confirmam esta tendência. Recordemos que valores superiores nesta dimensão apontam para um grau superior de masculinidade. Face ao exposto, os resultados sugerem que Portugal seja uma sociedade mais masculina, em comparação com a Alemanha.

Com um desvio padrão de 49 e um coeficiente de variação de 149%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 62 e um coeficiente de variação de 2711%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão bastante elevada, indicando uma amostra muito heterogénea, especialmente no caso dos respondentes alemães. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

Deste modo, apesar de os respondentes portugueses apresentarem um resultado superior, estes valores ainda se encontram no domínio de uma sociedade feminina. De acordo com estes resultados, tanto Portugal, como a Alemanha, apresentam sociedades femininas. Nestas sociedades a competição não é apreciada e a palavra-chave é o consenso. Os conflitos são resolvidos recorrendo-se ao compromisso e à negociação. Valoriza-se a igualdade e a solidariedade. O trabalho não é encarado como algo central na vida das pessoas, mas apenas como instrumento que permite viver. Os indivíduos centram-se no bem-estar e o estatuto não é ostentado.

No caso de Portugal, este resultado vem corroborar o índice de Masculinidade de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), referido no capítulo I. Já no caso da Alemanha o nosso resultado não está em concordância com o índice de Masculinidade de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.). De acordo com este, esperava-se um resultado que caracterizasse a Alemanha como sociedade masculina, em que o desempenho é extremamente valorizado.

O facto de os nossos resultados, no caso dos respondentes alemães, não estarem de acordo com os resultados de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.) poderia dever-se à porção relativamente elevada de respondentes mais novos. Como veremos de seguida, efetivamente, indivíduos mais novos tendem a apresentar níveis de Masculinidade inferior, em comparação com indivíduos com idades superiores. No entanto, como também iremos ver de seguida, no caso dos respondentes alemães, a diferença de índice de Masculinidade varia muito pouco dos respondentes mais novos, para os respondentes com mais idade. Logo, a porção elevada de respondentes mais novos, não terá responsabilidade no índice de Masculinidade inferior ao esperado. Como vimos anteriormente, deduzimos que os dados que resultam nos resultados de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), não são atuais. A junção de ambos os fatores (dados de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), mais antigos e porção relativamente elevada de respondentes mais novos na nossa amostra) poderão estar na origem desta diferença entre os nossos resultados e os de Hofstede, no que respeita o índice de Individualismo dos respondentes alemães.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Com um p de 0,0001, confirma-se uma diferença significativa entre os respondentes portugueses e alemães, relativamente à dimensão cultural Masculinidade. Com um p de 0,0269, verifica-se que o nível de Masculinidade difere também consoante o género, sendo que os respondentes femininos apresentam índices de Masculinidade menos elevados do que os respondentes do

sexo masculino. Este fenómeno verifica-se tanto no caso dos respondentes portugueses (média sexo feminino = 34; média sexo masculino = 37), como no caso dos respondentes alemães (média sexo feminino = -6; média sexo masculino = 15). Será de referir que no caso dos respondentes portugueses, a média do índice de Masculinidade varia muito pouco entre os géneros. Já no caso dos segmentos etários, não existem diferenças significativas ($p = 0,1284$) entre os respondentes com mais e os respondentes com menos de 30 anos.

4.5.1.4 Aversão à incerteza

No caso da Aversão à incerteza os resultados dos respondentes portugueses apresentam uma amplitude de 300, variando entre o -136 e o 164. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude é superior (405), com resultados que variam entre o -216 e o 189 (Quadro 37).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	0,10	61,53	61529%	-136	-46	4	44	164	302	4,38	61,07	1394%	-216	-36	4	29	189

Quadro 37: As medidas de tendência central e de dispersão - Aversão à incerteza

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 0, a média dos respondentes portugueses é ligeiramente inferior à média dos respondentes alemães, que é de 4. Será de salientar que a diferença entre estes valores é bastante reduzida. Tanto a mediana, com um valor de 4 para os respondentes de ambos os países, como o primeiro (Q1 PT = -46; Q1 DE = -36) e o terceiro quartis (Q3 PT = 44; Q3 DE = 29) confirmam esta tendência. Recordemos que valores superiores nesta dimensão apontam para um grau superior de Aversão à incerteza. Face ao exposto, os resultados sugerem que os respondentes portugueses apresentem menor Aversão à incerteza em comparação com os respondentes alemães.

Com um desvio padrão de 62 e um coeficiente de variação de 61.259%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 61 e um coeficiente de variação de 1394%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão bastante elevada, indicando uma amostra extremamente heterogénea, especialmente no caso dos respondentes portugueses. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

De acordo com estes resultados, tanto Portugal, como a Alemanha, apresentam sociedades com níveis de Aversão à incerteza extremamente baixos.

Este resultado caracteriza Portugal e a Alemanha como sociedades que se sentem confortáveis perante o desconhecido e apresentam uma atitude mais relaxada e tolerante, em que a prática conta mais do que princípios.

Tanto no caso de Portugal, como no caso da Alemanha, este resultado não está em concordância com o índice de Aversão à incerteza de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), que apresentámos no capítulo I, e em que ambos os países evidenciavam sociedades aversas à incerteza, sendo que Portugal se destacava, apresentando o valor mais elevado. Hofstede et al. (2008) referem que os níveis de Aversão à incerteza poderão estar ligados à idade. Porém idades mais elevadas tenderão a manifestar níveis inferiores de Aversão à incerteza. O facto de a nossa amostra contar com uma porção relativamente elevada de respondentes mais novos não será portanto explicação para esta diferença. Tendo em conta que Hofstede et al. (2008) referem que o sexo não terá qualquer ligação com a Aversão à incerteza (o que os nossos dados corroboram, como iremos mostrar já de seguida), também a porção elevada de respondentes femininas da nossa amostra não serve como explicação para a diferença entre os nossos resultados e os de Hofstede. Como referimos anteriormente, concluímos que os resultados de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), poderão ser oriundos de dados nada recentes. Mais uma vez, esta distância temporal entre os dados usados por Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.) e a nossa amostra poderão estar na origem desta diferença entre os nossos resultados e os de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), no que respeita o índice de Aversão à incerteza da nossa amostra.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Com um p de 0,335, para a diferença entre os países, um p de 0,064 para os géneros e um p de 0,9979 para os géneros, na dimensão Aversão à incerteza, não se verificam diferenças significativas.

4.5.1.5 Orientação a longo prazo

No caso da Orientação a longo prazo a amplitude dos resultados dos respondentes portugueses é de 340, variando entre -105 e 235. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude das respostas é superior (415), com resultados que variam entre -155 e 260 (Quadro 38).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	38,79	58,96	152%	-105	0	40	80	235	302	33,69	67,03	199%	-155	0	25	75	260

Quadro 38: As medidas de tendência central e de dispersão - Orientação a longo prazo

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 39, a média dos respondentes portugueses é ligeiramente superior à média dos respondentes alemães, que é de 34. Será de salientar que a diferença entre estes valores é bastante reduzida. Tanto a mediana, com um valor de 40 no caso dos respondentes portugueses e de 25 para os respondentes alemães, como o primeiro (Q1 = 0) e o terceiro quartis (Q3 PT = 80; Q3 DE = 75) confirmam esta tendência. Recordemos que valores superiores nesta dimensão apontam para um grau superior de Orientação a longo prazo. Face ao exposto, os resultados sugerem que os respondentes portugueses apresentem maior Orientação a longo prazo, em comparação com os respondentes alemães.

Com um desvio padrão de 59 e um coeficiente de variação de 152%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 67 e um coeficiente de variação de 199%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão bastante elevada, indicando uma amostra muito heterogénea. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

Os resultados de ambos os países apontam para culturas com orientação a curto prazo. Esta característica é típica das sociedades ocidentais. Estas culturas em que predomina uma orientação a curto prazo tendem a revelar alguma impaciência, preferindo resultados céleres. A comparação com terceiros e a pressão social para acompanhar o estilo de vida destes, é elevada. Trata-se de sociedades normativas, com reduzida propensão para economizar, que revelam um respeito acentuado pelas tradições.

Este resultado vem corroborar o índice de Orientação a longo prazo de Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede (s.d.), referido no capítulo I.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Com um p de 0,3059, não se verifica uma diferença significativa entre os respondentes portugueses e alemães, relativamente à dimensão cultural Orientação a longo prazo. Já no caso do sexo e da idade, os nossos resultados apontam para diferenças significativas. Com um p de 0,0059, verifica-se que o nível de Orientação a longo prazo difere consoante o género, sendo que os respondentes femininos apresentam índices de Orientação a longo prazo mais elevados do que

os respondentes do sexo masculino. Este fenómeno verifica-se tanto no caso dos respondentes portugueses (média sexo feminino = 42; média sexo masculino = 34), como no caso dos respondentes alemães (média sexo feminino = 42; média sexo masculino = 21). Será de salientar que a média dos respondentes do sexo feminino é igual para ambos os países. No caso dos segmentos etários, o p de 0,0001 constata diferenças significativas. No entanto, a tendência é oposta. Enquanto os respondentes portugueses com menos de 30 anos revelam níveis superiores de Orientação a longo prazo, em comparação com os respondentes com mais de 30 anos (média <30 = 51; média >30 = 32), os respondentes alemães com menos de 30 anos, apresentam níveis de Orientação a longo prazo inferiores, do que os seus homólogos com idades acima dos 30 anos (média <30 = 6; média >30 = 10). Esta tendência invertida poder-se-á dever ao facto de o desemprego jovem ser uma realidade premente em Portugal, que obriga os jovens portugueses a revelar uma preocupação acrescida no que respeita o seu futuro.

4.5.1.6 Indulgência

No caso da Indulgência os resultados dos respondentes portugueses a amplitude é de 300, variando entre -80 e 220. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude é superior (525), com resultados que variam entre -300 e 225 (Quadro 39).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	78,24	57,51	73%	-80	40	75	115	220	302	78,36	67,92	87%	-300	40	75	115	225

Quadro 39: As medidas de tendência central e de dispersão - Indulgência

Fonte: elaboração própria

Com um valor de 78, os respondentes de ambos os países, apresentam a mesma média. Tanto a mediana, com um valor de 75 como o primeiro (Q1 = 40) e o terceiro quartis (Q3 = 115) confirmam esta tendência. Face ao exposto, os resultados sugerem que os respondentes de ambos países apresentem níveis semelhantes de Indulgência.

Com um desvio padrão de 58 e um coeficiente de variação de 73%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 68 e um coeficiente de variação de 87%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão elevada, indicando uma amostra heterogénea. Será no entanto de salientar que se trata dos coeficientes de variação mais baixos, em comparação com os coeficientes de

variação das restantes dimensões culturais. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

Este resultado remete para sociedades altamente indulgentes, que aceitam gratificação quase gratuita de *drivers* humanos básicos e naturais, relacionados com gozar a vida e diversão.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Os resultados dos nossos testes de permutações não evidenciam diferença significativa entre os respondentes portugueses e alemães ($p = 0,9821$), nem entre os segmentos etários ($p = 0,1964$). Já no caso do sexo, a diferença entre os géneros revela-se significativa ($p = 0,005$), sendo que os respondentes femininos apresentam índices de Indulgência menos elevados do que os respondentes do sexo masculino. Este fenómeno verifica-se tanto no caso dos respondentes portugueses (média sexo feminino = 68; média sexo masculino = 85), como no caso dos respondentes alemães (média sexo feminino = 72; média sexo masculino = 83).

4.5.1.7 Monumentalismo

No caso do Monumentalismo os resultados dos respondentes portugueses variam entre os -193 e os 167. Já no caso dos respondentes alemães, a amplitude é ligeiramente inferior, com resultados que variam entre os -123 e os 127 (Quadro 40).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	28,55	52,58	184%	-193	-3	32	62	167	302	2,58	50,34	1952%	-123	-38	12	37	127

Quadro 40: As medidas de tendência central e de dispersão - Monumentalismo

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 29, a média dos respondentes portugueses é superior à média dos respondentes alemães, que é de 3. Tanto a mediana, com um valor de 32 no caso dos respondentes portugueses e de 12 para os respondentes alemães, como o primeiro (Q1 PT = -3; Q1 DE = -38) e o terceiro quartis (Q3 PT = 62; Q3 DE = 37) confirmam esta tendência. Recordemos que valores superiores nesta dimensão apontam para um grau superior de Monumentalismo. Face ao exposto, os resultados sugerem que os respondentes portugueses apresentem maior Monumentalismo, em comparação com os respondentes alemães.

Com um desvio padrão de 53 e um coeficiente de variação de 184%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 50 e um coeficiente de variação de 1952%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países

apresentam uma dispersão bastante elevada, indicando uma amostra muito heterogénea, especialmente no caso dos respondentes alemães. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 28.

Assim, os resultados indicam que em Portugal se premeia um pouco mais os indivíduos que são pouco suscetíveis à mudança, caracterizando-se pelo orgulho e pela firmeza, que são, metaforicamente falando, monumentos (firmes e constantes). Tende também a aceitar-se e a valorizar normas impostas por uma entidade superior.

No entanto, apesar de os respondentes portugueses apresentarem um resultado superior, estes valores, tal como os valores dos respondentes alemães, ainda apontam para uma sociedade flexível, em que se premeiam a flexibilidade e a humildade.

No Quadro 41 encontram-se resumidos os resultados dos testes de permutações. Com um p de 0,0001, confirma-se uma diferença significativa entre os respondentes portugueses e alemães, relativamente à dimensão cultural Monumentalismo. Com um p de 0,006, verifica-se que o nível de Monumentalismo difere também consoante o segmento etário, sendo que no caso dos respondentes portugueses, os respondentes com idades superiores aos 30 anos apresentam índices de Monumentalismo mais elevados do que os respondentes com idades inferiores a 30 anos (média $<30 = 25$; média $>30 = 31$). Já no caso dos respondentes alemães, os respondentes com idades superiores aos 30 anos apresentam índices de Monumentalismo menos elevados do que os respondentes com idades inferiores a 30 anos (média $<30 = 80$; média $>30 = 4$). Será de salientar que no caso dos respondentes portugueses a diferença entre os segmentos é muito reduzida, em comparação com os respondentes alemães. Não se verifica diferença significativa dos índices de Monumentalismo entre os géneros.

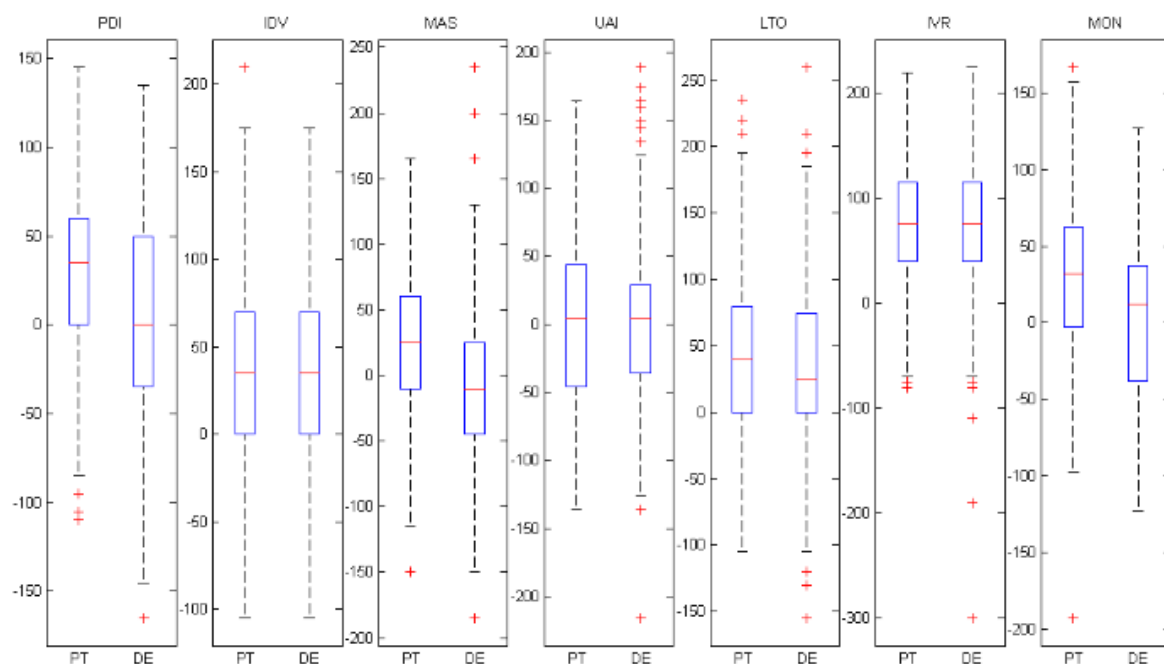


Gráfico 28: A distribuição amostral das dimensões culturais para os respondentes portugueses (PT) e alemães (DE)

Fonte: Elaboração própria

	country	gender	age
PDI	0,0001	0,1754	0,0001
IDV	0,0499	0,547	0,036
MAS	0,0001	0,0269	0,1284
UAI	0,335	0,064	0,9979
LTO	0,3059	0,0059	0,0001
IVR	0,9821	0,005	0,1964
MON	0,0001	0,699	0,006

Quadro 41: A significância das diferenças entre países, idades e géneros quando comparados relativamente às dimensões culturais

Fonte: Elaboração própria

4.5.2 Felicidade

De seguida iremos apresentar os resultados da nossa análise das diferenças entre os respondentes alemães e portugueses, no que respeita os seus níveis de felicidade. Os resultados para os três modos distintos como a felicidade foi aferida, serão apresentados e discutidos individualmente.

4.5.2.1 General Social Survey

Tendo em conta que no caso do *General Social Survey* as respostas possíveis eram “Muito feliz”, “Bastante feliz” ou “Nada feliz”, e que atribuímos à resposta “Muito feliz” 3 valores, à resposta “Bastante feliz” 2 valores e à resposta “Nada feliz” 1 valor, as respostas iriam variar entre o 3 e um 1. Tanto no caso dos respondentes portugueses, como no caso dos respondentes alemães, o valor mínimo indicado foi de 1 e o valor máximo de 3, havendo portanto em ambos os casos, respondentes que indicaram serem muito felizes, bastante felizes e nada felizes. Com uma média de 2,08, a média dos respondentes portugueses é ligeiramente inferior à média dos respondentes alemães, que corresponde a 2,11 (Quadro 42).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	2,08	0,55	26%	1	2	2	2	3	302	2,11	0,45	21%	1	2	2	2	3

Quadro 42: As medidas de tendência central e de dispersão - *General Social Survey*

Fonte: elaboração própria

A média da nossa amostra sente-se assim ligeiramente acima de bastante feliz. Tanto a mediana (2), como o primeiro (Q1 = 2) e o terceiro quartil (Q3 = 2) são iguais para os respondentes de ambos os países. Com um desvio padrão de 0,6 e um coeficiente de variação de 26%, no caso dos respondentes portugueses, face a um desvio padrão de 0,4 e um coeficiente de variação de 21%, os resultados dos respondentes portugueses apresentam uma dispersão maior, do que os resultados dos respondentes alemães, e poderemos afirmar que a amostra dos respondentes alemães é mais homogênea do que amostra de respondentes portugueses. A distribuição encontra-se representada no Gráfico 29.

Com um p de 0,4864, no caso do *General Social Survey*, os testes de permutações não evidenciam diferenças significativas entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães (Quadro 45). Os testes de permutações também não evidenciam diferenças significativas no caso dos géneros ($p = 0,177$) ou dos segmentos etários ($p = 0,4385$).

4.5.2.2 Satisfaction with Life Scale

No caso da *Satisfaction with Life Scale* os resultados dos respondentes portugueses variam entre o 5 e o 34. Já no caso dos respondentes alemães, os resultados variam entre o 6 e o 35. Recordemos que os resultados podem variar entre o 5, que representa o grau mínimo de satisfação com a vida, e o 35, que representa o nível máximo de satisfação com a vida,

possíveis. Entre os respondentes portugueses existiu portanto pelo menos um caso de insatisfação máxima com a vida, e nenhum caso de satisfação máxima com a vida. Já entre os respondentes alemães não existiu caso algum de insatisfação máxima com a vida, existindo, no entanto, pelo menos um caso de satisfação máxima com a vida (Quadro 43).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	21,98	6,23	28%	5	18	23	27	34	302	23,25	6,21	27%	6	19	24	28	35

Quadro 43: As medidas de tendência central e de dispersão - *Satisfaction with Life Scale*

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 22,0, a média dos respondentes portugueses é ligeiramente inferior do que a média dos respondentes alemães, que corresponde a 23,3. Tanto a mediana, com um valor de 23 no caso dos respondentes portugueses, e de 24 no caso dos respondentes alemães, como o primeiro (Q1 PT = 18; Q1 DE = 19) e o terceiro quartil (Q3 PT = 27; Q3 DE = 28) confirmam esta tendência de níveis de satisfação com a vida superiores para os respondentes alemães, em comparação com os seus homólogos portugueses. Assim, a nossa amostra, em média, sente-se ligeiramente acima de bastante feliz. Como vimos anteriormente, a satisfação com a vida média dos países economicamente desenvolvidos enquadra-se, por norma, entre os 20 e os 24, apontando para o facto de a grande maioria das pessoas se considerar, de modo geral, satisfeita, identificando, no entanto, alguns domínios em que gostariam de obter algumas melhorias. Verificando-se estas melhorias, os indivíduos com resultados neste intervalo, por norma, apresentariam níveis superiores de satisfação com a vida.

Com um desvio padrão de 6,2 e um coeficiente de variação de 28%, no caso dos respondentes portugueses, e de 27% no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma dispersão praticamente igual e relativamente elevada, indicando uma amostra heterogénea. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 29.

No caso do *Satisfaction with Life Scale*, os testes de permutações evidenciam diferenças significativas ($p = 0,0115$) entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães. Como referimos anteriormente, o resultado médio dos países desenvolvidos encontra-se entre os 20 e os 24 valores. Sendo tanto Portugal, como a Alemanha, países economicamente desenvolvidos, o nosso resultado, tanto para os respondentes portugueses como alemães, encontra-se assim em concordância com o expectável.

Os testes de permutações não evidenciam diferenças significativas no caso dos géneros ($p = 0,7016$) ou dos segmentos etários ($p = 0,3759$) (Quadro 45).

4.5.2.3 General Health Questionnaire

No caso do *General Health Questionnaire* os resultados dos respondentes portugueses variam entre os 6 e os 36 valores. Já no caso dos respondentes alemães, os resultados variam entre os 0 e os 36 valores. Recordemos que os resultados do *General Health Questionnaire* podem variar entre os 0 e os 36 valores, sendo que 0 corresponde ao resultado mais positivo possível, e o 36 o resultado mais negativo possível. Entre os respondentes portugueses existiu portanto pelo menos um caso de angústia máxima, e nenhum caso de felicidade máxima. Já entre os respondentes alemães existiu pelo menos um caso de angústia máxima, bem como pelo menos um caso de felicidade máxima (Quadro 44).

Respondentes portugueses									Respondentes alemães								
N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max	N	Média	Desvio Padrão	Coef var	Min	Q1	Mediana	Q3	Max
338	18.17	6.21	34%	0	15	18	21	36	302	16.75	5.87	35%	0	12	17	21	36

Quadro 44: As medidas de tendência central e de dispersão - General Social Survey

Fonte: elaboração própria

Com uma média de 18,2, a média dos respondentes portugueses é ligeiramente superior, em comparação com a média dos respondentes alemães, que corresponde a 16,7. Tanto a mediana, com um valor de 18 no caso dos respondentes portugueses, e de 17 no caso dos respondentes alemães, como o primeiro quartil (Q1 PT = 15; Q1 DE = 12) confirmam esta tendência de níveis de satisfação com a vida superiores para os respondentes alemães, em comparação com os seus homólogos portugueses. O valor do terceiro quartil (Q3 = 21: 75% dos respondentes apresentam um valor inferior a 21) é igual para os respondentes de ambos os países. Como vimos anteriormente, por norma verificam-se valores por volta dos 11, 12 valores, sendo que resultados acima dos 15 evidenciam alguma angústia, e pontuações superiores a 20 remetem para problemas de foro psicológico severos (Goldberg & Williams, 1988). Assim sendo, tanto os respondentes portugueses, como os alemães revelam sinais de angústia moderada, sendo que os respondentes portugueses apresentam uma felicidade média inferior, face aos respondentes alemães.

Com um desvio padrão de 6,2 e um coeficiente de variação de 34%, no caso dos respondentes portugueses, e um desvio padrão de 5,9 e um coeficiente de variação de 35%, no caso dos respondentes alemães, os resultados dos respondentes de ambos os países apresentam uma

dispersão similar e bastante elevada, indicando uma amostra heterogénea. A presente distribuição encontra-se representada no Gráfico 29.

Tal como no caso do *Satisfaction with Life Scale*, também no caso do *General Health Questionnaire*, os testes de permutações evidenciam diferenças significativas entre os respondentes portugueses e os respondentes alemães.

Os testes de permutações não evidenciam diferenças significativas no caso dos géneros ($p = 0,0525$) ou dos segmentos etários ($p = 0,1263$).

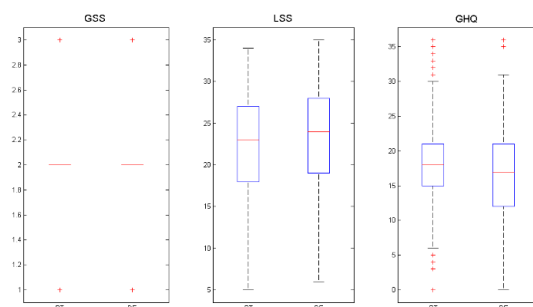


Gráfico 29: A distribuição amostral dos níveis de felicidade para os respondentes portugueses (PT) e alemães (DE)

Fonte: Elaboração própria

	country	gender	age
GSS	0,4864	0,177	0,4385
LSS	0,0115	0,7016	0,3759
GHQ	0,0037	0,0525	0,1263

Quadro 45: A significância das diferenças entre países, idades e géneros quando comparados relativamente aos níveis de felicidade

Fonte: Elaboração própria

Os resultados apresentados evidenciam níveis de felicidade inferiores para os respondentes portugueses, em comparação com os respondentes alemães, corroborando assim os resultados do *Better Life Index* da OCDE, do *Happy Planet Index*, do *Eurobarometer Surveys*, bem como do *European Values Survey*, referidos no capítulo I do presente trabalho, e que evidenciavam, em todos os casos, níveis de felicidade inferiores para Portugal, em comparação com a Alemanha.

Do mesmo modo, tendo em conta que Portugal tem apresentado uma taxa de desemprego superior à da Alemanha, o facto de os respondentes portugueses apresentarem níveis de felicidade inferiores aos dos respondentes alemães corrobora o postulado do impacto negativo

do desemprego no bem-estar subjetivo (Alesina et al., 2004; Di Tella et al., 2001, 2003; Caleiro, 2011; Clark & Oswald, 1994; Fahey & Smith, 2004; Frey & Stutzer, 1999, 2000, 2002; Gerdtham & Johanesson, 2001; Helliwell, 2003; Korpi, 1997; Oswald, 1997; Stutzer, 2004; Winkelmann & Winkelmann, 1998; Woittiez & Theeuwes, 1998; Wolfers, 2003).

Será ainda de destacar que face ao facto de Portugal ter vindo a apresentar uma taxa de crescimento económico inferior à da Alemanha, o resultado de os respondentes portugueses apresentarem níveis de felicidade inferiores aos dos respondentes alemães corrobora a tese de que a felicidade influencia positivamente o crescimento económico de um país (Kenny, 1999; Li & Lu, 2008, 2010).

Tal como o resultado da PCA, acima abordado, o facto, de as três formas utilizadas para medir a felicidade dos respondentes serem consistentes entre si, e apresentarem, nos três casos níveis de felicidade inferiores no caso dos respondentes portugueses, vem confirmar os resultados evidenciados por Andrews e Withey (1976) e Fordyce (1988), entre outros, que haviam demonstrado que diversos métodos de medição de felicidade aportam resultados consistentes entre si, confirmando assim a fiabilidade de estes questionários enquanto método de medir felicidade.

4.6 Análise da relação entre os valores socioculturais e a Felicidade

A análise da correlação entre os valores socioculturais e a felicidade foi composta por duas ou três etapas. Começámos por calcular os coeficientes de correlação de Pearson, e de seguida, recorremos aos testes de permutações para determinar a significância dos coeficientes de correlação de Pearson. Estes primeiros dois passos tiveram o intuito de determinar a existência ou não de uma correlação significativa entre os valores socioculturais e a felicidade. Nos casos em que se não se verificou uma correlação significativa, demos a nossa análise por concluída. Já nos casos em que se confirmou uma correlação significativa, demos continuidade à análise da relação entre os valores socioculturais e a felicidade, adicionando uma terceira etapa, que consistiu numa PCA, que nos permitiu estimar os declives da relação entre os valores socioculturais e a felicidade.

Uma vez que a felicidade medida com base no *General Social Survey* confirmou a tendência das outras duas ferramentas utilizadas para apurar os níveis de felicidade dos respondentes, mas, provavelmente devido à reduzida escala de resposta, não apresentou diferenças significativas entre os respondentes portugueses e alemães, apenas iremos analisar

pormenorizadamente a relação entre os valores socioculturais e a felicidade obtida com base na *Satisfaction with Life Scale* e o *General Health Questionnaire*. Apesar de os resultados da análise da correlação entre o *General Social Survey* e os valores socioculturais não serem incorporados no corpo do presente trabalho, poderão ser consultados, a título de interesse, nos Anexos E e F.

4.6.1. Relação entre os valores socioculturais e a *Satisfaction with Life Scale*

Iremos então iniciar por apresentar os resultados da nossa análise dos valores socioculturais e dos índices de felicidade obtidos com base na *Satisfaction with Life Scale*, individualmente. Como no caso da *Life Satisfaction Scale* não foram detetadas diferenças significativas (Quadro 45) entre os géneros e as idades, apenas nos iremos focar na amostra global. Porém, os resultados referentes à análise das correlações entre os valores socioculturais e o *Satisfaction with Life Scale*, discriminados por género e por faixa etária, poderão ser consultados no anexo E.

4.6.1.1 Relação entre a Distância do poder e a *Satisfaction with Life Scale*

A Distância do poder e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam um coeficiente de correlação negativo ($r = -0,03$) no caso dos respondentes portugueses. Já no caso dos respondentes alemães, o coeficiente de relação é positivo ($r = 0,021$). Contudo a análise à significância das correlações aponta para uma insignificância das correlações (Quadro 46).

r	PT	-0,003
	DE	0,021
p	PT	0,953
	DE	0,702

Quadro 46: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que não existe uma correlação significativa entre a Distância do poder e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale* (Gráfico 30).

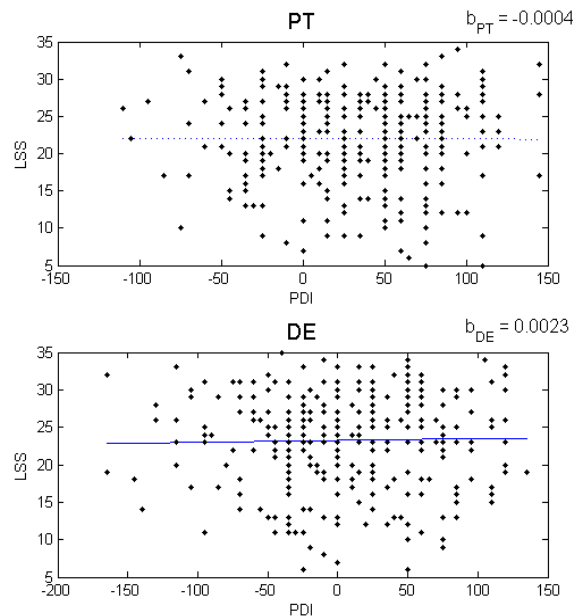


Gráfico 30: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.1.2 Relação entre o Individualismo e a *Satisfaction with Life Scale*

O Individualismo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam um coeficiente de correlação positivo, tanto no caso dos respondentes portugueses ($r = 0,049$), como no caso dos respondentes alemães ($r = 0,201$). No que respeita a significância, apenas a correlação entre o Individualismo e a felicidade medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, no caso do conjunto global de respondentes alemães se revela significativa (Quadro 47).

r	PT	0,049
	DE	0,201
p	PT	0,388
	DE	0,000

Quadro 47: A correlação entre o Individualismo e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que, no caso dos respondentes alemães, existe uma correlação positiva significativa entre o Individualismo e a felicidade medida com base no

Satisfaction with Life Scale, o que indica que um maior índice de Individualismo está associado a um nível superior de felicidade, na *Satisfaction with Life Scale* (Gráfico 31).

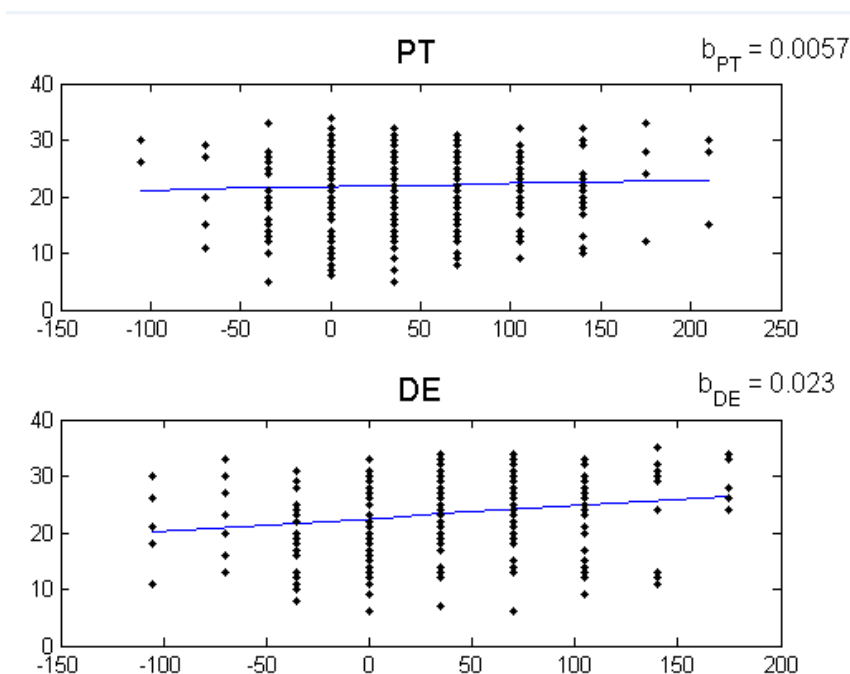


Gráfico 31: A correlação entre o Individualismo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.1.3 Relação entre a Masculinidade e a *Satisfaction with Life Scale*

A Masculinidade e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam um coeficiente de correlação negativo, tanto no caso dos respondentes portugueses ($r = -0,109$), como no caso dos respondentes alemães ($r = -0,045$). No que respeita a significância, apenas se revela significativa ($p = 0,044$) a correlação entre a Masculinidade e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale* no caso dos respondentes portugueses (Quadro 48).

r	PT	-0,109
	DE	-0,045
p	PT	0,044
	DE	0,449

Quadro 48: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que, no caso dos respondentes portugueses, existe uma correlação negativa significativa entre a Masculinidade e a felicidade medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, o que indica que um maior índice de Masculinidade está associado a um nível inferior de felicidade, na *Satisfaction with Life Scale* (Gráfico 32)

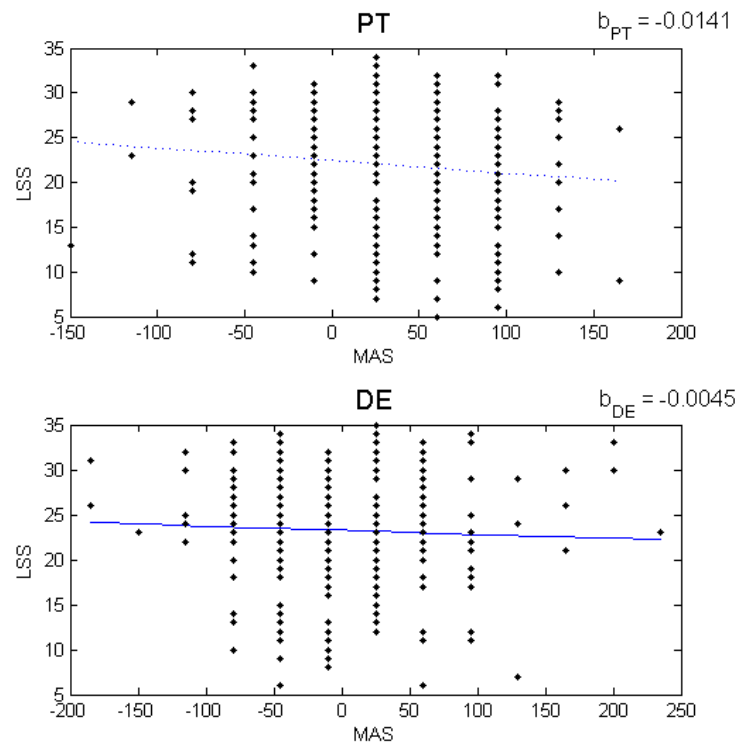


Gráfico 32: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.1.4 Relação entre a Aversão à incerteza e a *Satisfaction with Life Scale*

A Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam um coeficiente de correlação negativo, significativo, tanto no caso dos respondentes portugueses, como no caso dos respondentes alemães (Quadro 46).

r	PT	-0,245
	DE	-0,248
p	PT	0,000
	DE	0,000

Quadro 44: A correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação negativa significativa entre a Aversão à incerteza e a felicidade medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, o que indica que um maior índice de Aversão à incerteza está associado a um nível inferior de felicidade, na *Satisfaction with Life Scale* (Gráfico 33).

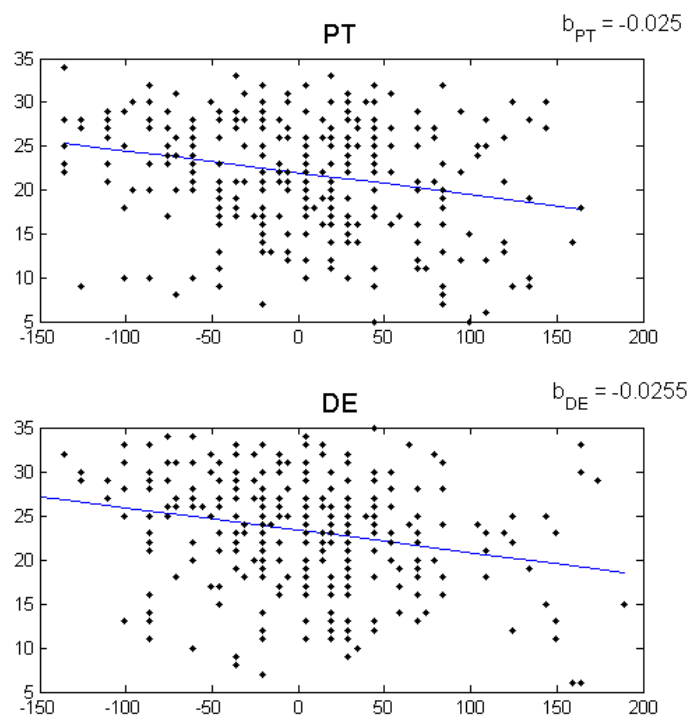


Gráfico 33: A correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.1.5 Relação entre a Orientação a longo prazo e a *Satisfaction with Life Scale*

A Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam um coeficiente de correlação negativo, significativo, tanto no caso dos respondentes portugueses, como no caso dos respondentes alemães (Quadro 47).

r	PT	-0,136
	DE	-0,179
p	PT	0,014
	DE	0,002

Quadro 45: A correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação negativa significativa entre a Orientação a longo prazo e a felicidade medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, o que indica que um maior índice de Orientação a longo prazo está associado a um nível inferior de felicidade, na *Satisfaction with Life Scale* (Gráfico 31).

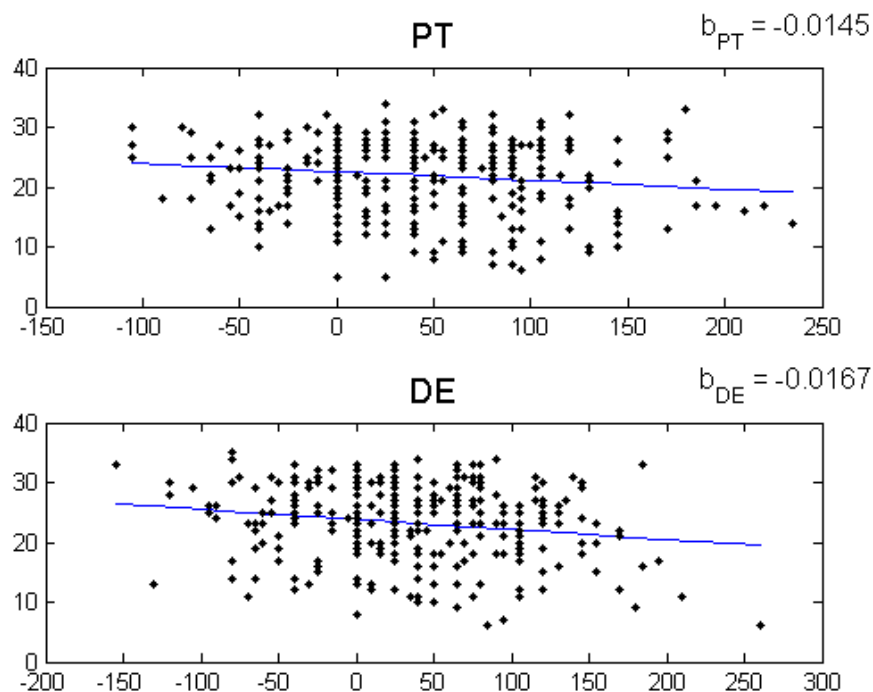


Gráfico 33: A correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.1.6 Relação entre a Indulgência e a *Satisfaction with Life Scale*

A Indulgência e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam um coeficiente de correlação positivo, significativo, tanto no caso dos respondentes portugueses, como no caso dos respondentes alemães (Quadro 47).

r	PT	0,329
	DE	0,316
p	PT	0,000
	DE	0,000

Quadro 45: A correlação entre a Indulgência e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação positiva significativa entre a Indulgência e a felicidade medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, o que indica que um maior índice de Indulgência está associado com um nível superior de felicidade, na *Satisfaction with Life Scale* (Gráfico 34).

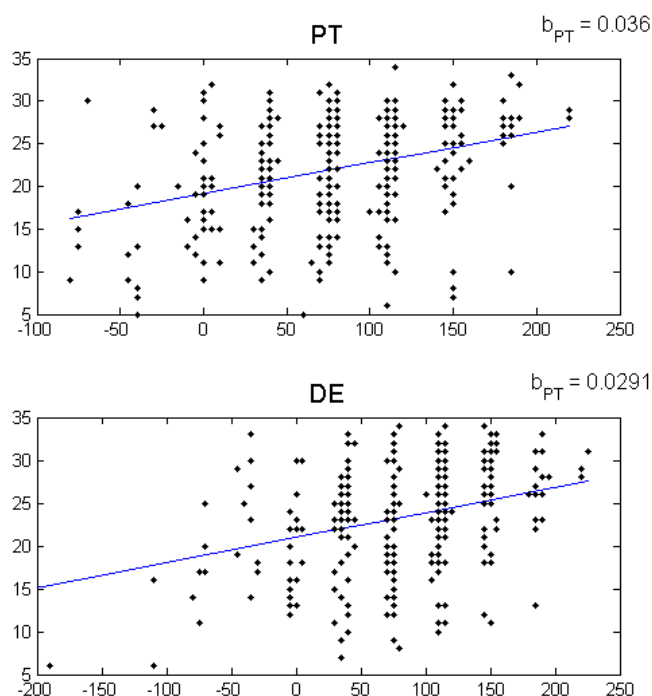


Gráfico 34: A correlação entre a Indulgência e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.1.7 Relação entre o Monumentalismo e a *Satisfaction with Life Scale*

O Monumentalismo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*, apresentam uma correlação positiva, tanto para os respondentes portugueses, como alemães (Quadro 49). No que respeita a significância, revela-se significativa a correlação no caso dos

respondentes alemães ($p = 0,032$). Se considerarmos o teste *two-tailed* das significâncias, a correlação entre o Monumentalismo e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale* apresenta-se igualmente significativa ($p = 0,065$) no caso dos respondentes portugueses.

r	PT	0,099
	DE	0,128
p	PT	0,065
	DE	0,032

Quadro 49: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação positiva significativa entre o Monumentalismo e a felicidade medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, o que indica que um maior índice de Monumentalismo está associado a um maior nível de felicidade, na *Satisfaction with Life Scale*.

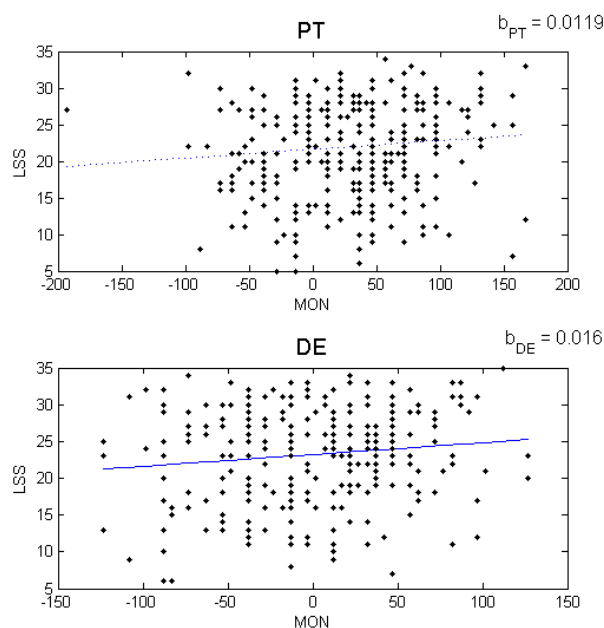


Gráfico 35: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2 Relação entre os valores socioculturais e o *General Health Questionnaire*

De seguida iremos apresentar os resultados da análise da correlação entre os valores socioculturais e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, individualmente. Como no caso do *General Health Questionnaire* não foram detetadas diferenças significativas (Quadro 45) entre os géneros e as idades, apenas nos iremos focar na amostra global. Porém, os resultados referentes à análise das correlações entre os valores socioculturais e o *Satisfaction with Life Scale*, discriminados por género e por faixa etária, poderão ser consultados no anexo F.

4.6.2.1 Relação entre a Distância do poder e o *General Health Questionnaire*

A Distância do poder e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam um coeficiente de correlação positivo ($r = 0,078$), no caso dos respondentes portugueses. No caso dos respondentes alemães, a correlação é negativa ($r = -0,046$). No que respeita a significância, os testes de permutações evidenciam a ausência de significância da correlação entre a Distância do poder e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, para os dados de ambos os países (Quadro 50).

r	PT	0,078
	DE	-0,046
p	PT	0,156
	DE	0,433

Quadro 50: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que não existe uma correlação significativa entre a Distância do poder e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* (Gráfico 36).

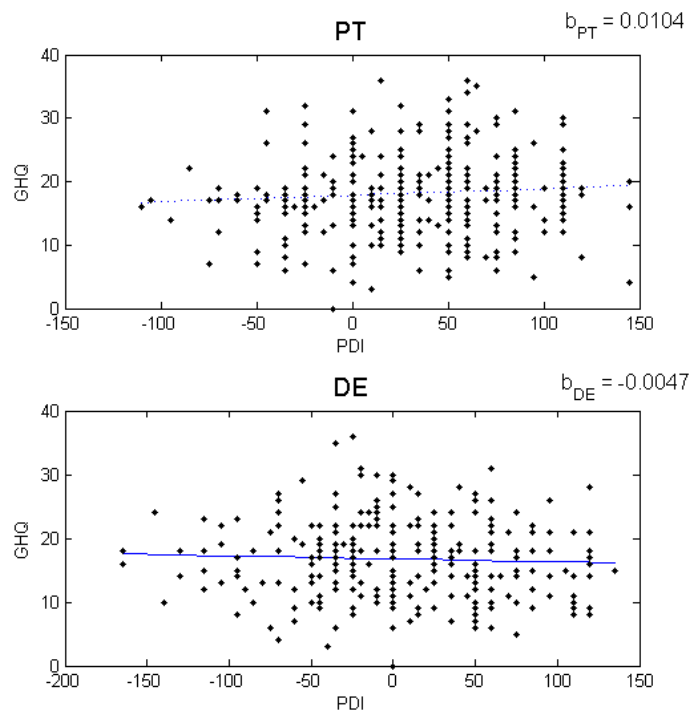


Gráfico 36: A correlação entre a Distância do poder e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2.2 Relação entre o Individualismo e o *General Health Questionnaire*

O Individualismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam um coeficiente de correlação positivo ($r = 0,027$), no caso dos respondentes portugueses. No caso dos respondentes alemães, a correlação é negativa ($r = -0,085$). No que respeita a significância, os testes de permutações evidenciam a ausência de significância da correlação entre o Individualismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, para os dados de ambos os países (Quadro 51).

r	PT	0,027
	DE	-0,085
p	PT	0,608
	DE	0,134

Quadro 51: A correlação entre o Individualismo e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que não existe uma correlação significativa entre o Individualismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*.

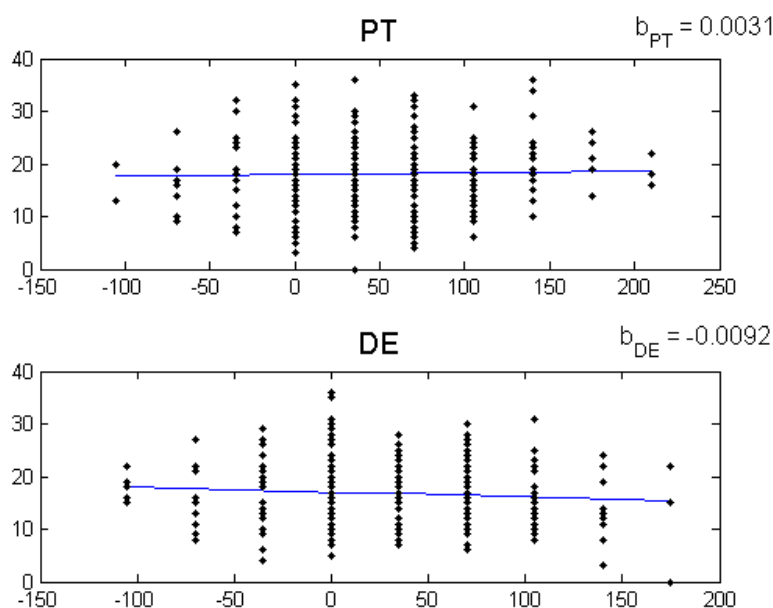


Gráfico 37: A correlação entre o Individualismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2.3 Relação entre a Masculinidade e o *General Health Questionnaire*

A Masculinidade e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam um coeficiente de correlação positivo ($r = 0,151$), no caso dos respondentes portugueses. No caso dos respondentes alemães, a correlação é negativa ($r = -0,002$). No que respeita a significância, os testes de permutações evidenciam que a correlação entre a Masculinidade e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* é apenas significativa no caso dos respondentes portugueses (Quadro 52).

r	PT	0,151
	DE	-0,002
p	PT	0,006
	DE	0,972

Quadro 52: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação significativa entre a Masculinidade e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* no caso dos respondentes portugueses (Gráfico 38). Tendo em conta que resultados superiores no *General Health Questionnaire* significam níveis mais baixos de felicidade, o nosso resultado evidencia que níveis superiores de Masculinidade se relacionam com níveis inferiores de felicidade.

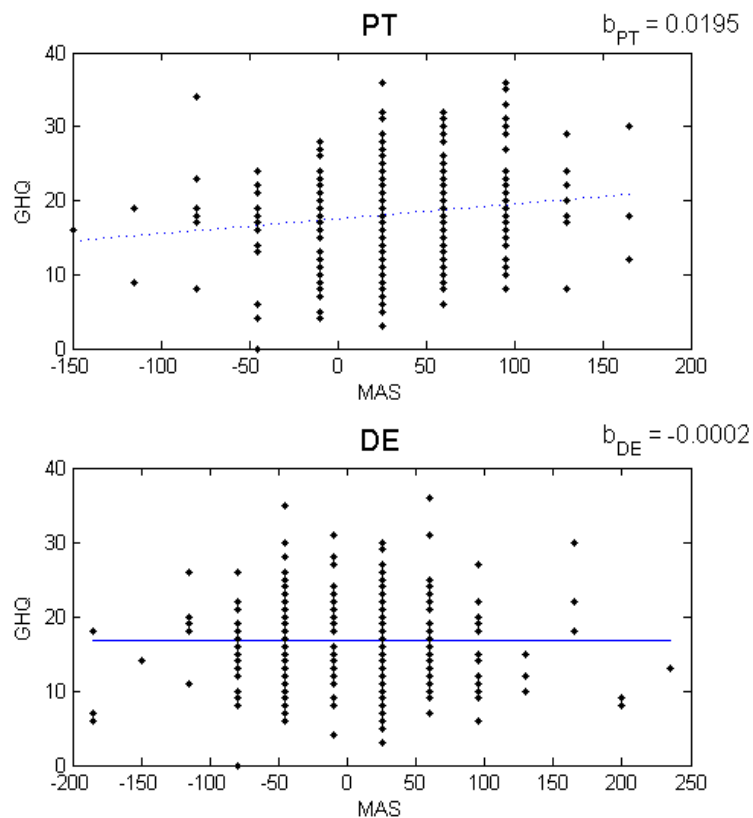


Gráfico 38: A correlação entre a Masculinidade e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2.4 Relação entre a Aversão à incerteza e o *General Health Questionnaire*

A Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam uma correlação positiva, e significativa, tanto para os respondentes portugueses como alemães (Quadro 50).

r	PT	0,242
	DE	0,260
p	PT	0,000
	DE	0,000

Quadro 48: A correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação significativa entre a Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* (Gráfico 39).

Tendo em conta que resultados superiores no *General Health Questionnaire* significam níveis mais baixos de felicidade, o nosso resultado evidencia que níveis superiores de Aversão à incerteza se relacionam com níveis inferiores de felicidade.

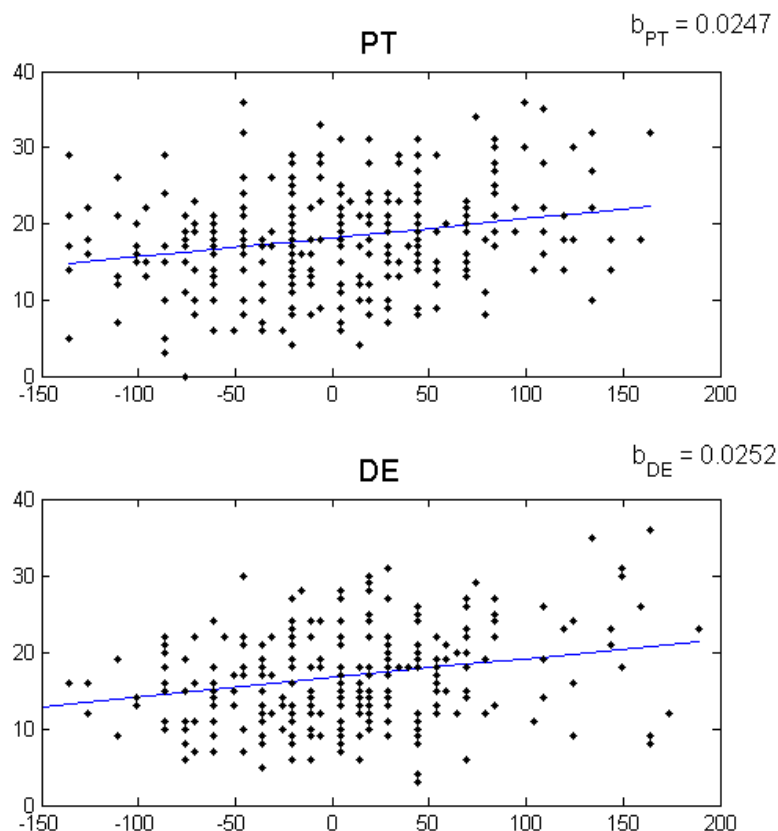


Gráfico 39: A correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2.5 Relação entre a Orientação a longo prazo e o *General Health Questionnaire*

A Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam uma correlação positiva, tanto para os respondentes portugueses como alemães (Quadro 50). Porém, apenas no caso dos respondentes alemães, esta correlação se revela significativa.

r	PT	0,065
	DE	0,196
p	PT	0,225
	DE	0,000

Quadro 48: A correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que no caso dos respondentes alemães existe uma correlação significativa entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* (Gráfico 40). Tendo em conta que resultados superiores no *General Health Questionnaire* significam níveis mais baixos de felicidade, o nosso resultado evidencia que níveis superiores de Orientação a longo prazo se relacionam com níveis inferiores de felicidade, no caso dos respondentes alemães.

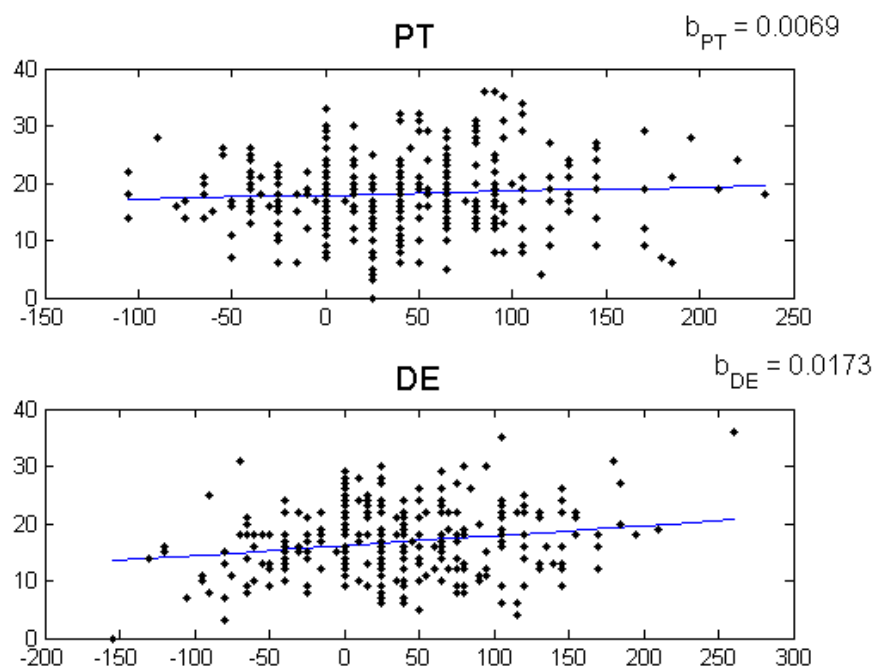


Gráfico 40: A correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2.6 Relação entre a Indulgência e o *General Health Questionnaire*

A Indulgência e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam uma correlação negativa e significativa, tanto para os respondentes portugueses como alemães (Quadro 50).

r	PT	-0,311
	DE	-0,234
p	PT	0,000
	DE	0,000

Quadro 48: A correlação entre a Indulgência e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação significativa entre a Indulgência e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* (Gráfico 41). Tendo em conta que resultados superiores no *General Health Questionnaire* significam níveis mais baixos de felicidade, o nosso resultado evidencia que níveis superiores de Indulgência se relacionam com níveis superiores de felicidade.

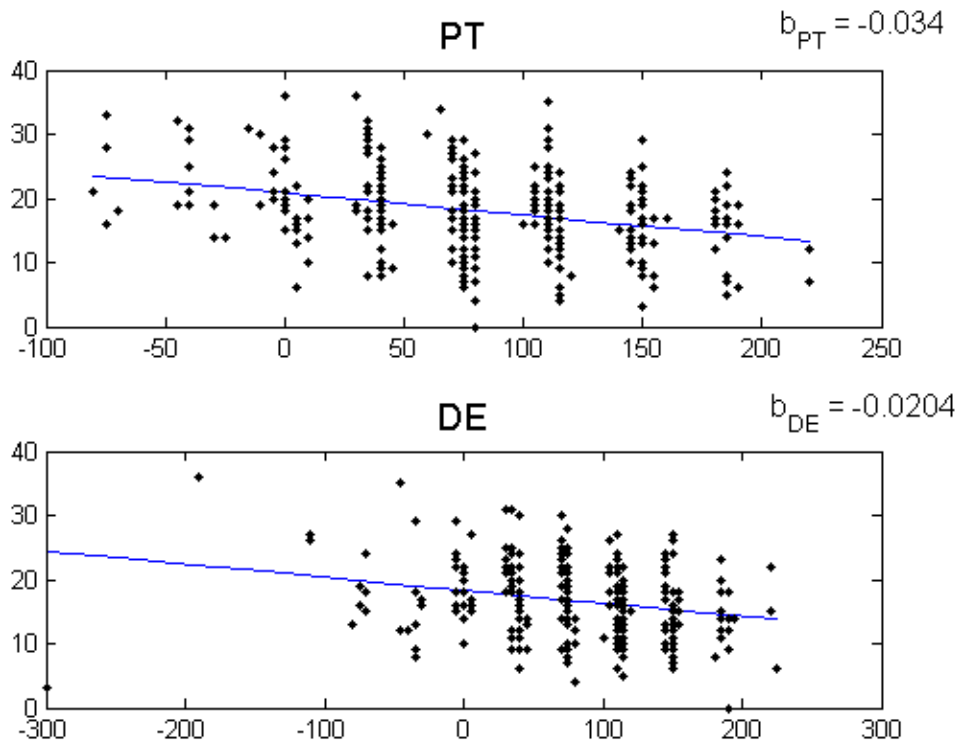


Gráfico 41: A correlação entre a Indulgência e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

4.6.2.7 Relação entre o Monumentalismo e o *General Health Questionnaire*

O Monumentalismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*, apresentam um coeficiente de correlação negativo, para os respondentes de ambos os países.

Contudo, no que respeita a significância, os testes de permutações evidenciam que apenas a correlação no caso dos respondentes portugueses é significativa.

r	PT	-0,072
	DE	-0,129
p	PT	0,196
	DE	0,028

Quadro 53: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*. Coeficiente de correlação de Pearson (r) e a sua significância (p).

Fonte: Elaboração própria

Face ao exposto, poderemos concluir que existe uma correlação negativa significativa entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire* no caso dos respondentes portugueses. Uma vez que resultados superiores no *General Health Questionnaire* equivalem a níveis mais baixos de felicidade, o nosso resultado evidencia que níveis superiores de Monumentalismo se relacionam com níveis superiores de felicidade.

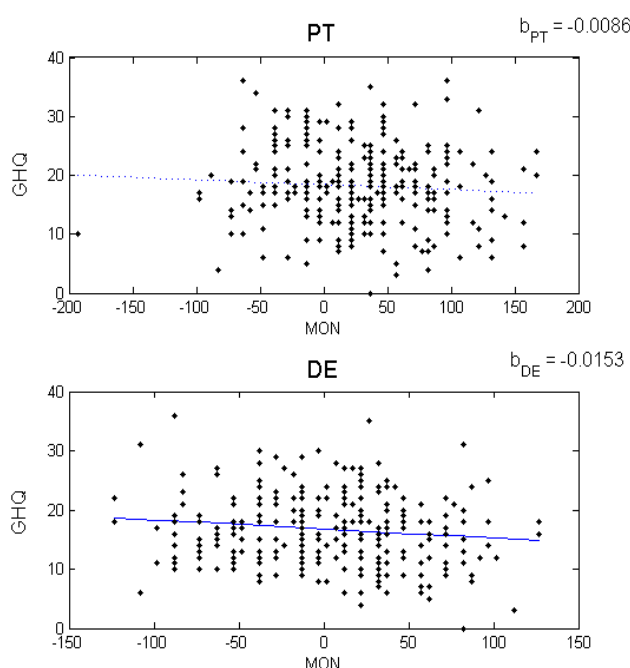


Gráfico 42: A correlação entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base no *General Health Questionnaire*. Declive (b)

Fonte: Elaboração própria

Em jeito de conclusão da nossa análise da relação entre os valores socioculturais de Hofstede (desde 1984) e a felicidade medida com base na *Satisfaction with Life Scale* e o *General Health Questionnaire* oferece-se apresentar sucintamente os resultados acima expostos.

Assim, no Quadro 54 as relações positivas estão assinaladas com um +, sendo que as negativas estão assinaladas com um -, discriminando o método de aferição de felicidade, bem como distinguindo entre os respondentes portugueses e os alemães.

	LSS		GHQ	
	PT	DE	PT	DE
PDI	n	n	n	n
IDV	n	+	n	n
MAS	-	n	-	n
UAI	-	-	-	-
LTO	-	-	n	-
IVR	+	+	+	+
MON	+	+	n	+

Quadro 54: As correlações entre os valores socioculturais e a felicidade (media com base nos *Satisfaction with Life Scale* e *General Health Questionnaire*). Panorama geral

Fonte: Elaboração própria

4.6.3 Validação das hipóteses

No seguimento da nossa análise e discussão dos resultados, iremos agora retomar as hipóteses anteriormente formuladas, evidenciando em que medida os resultados do nosso estudo empírico permitem ou não validar as mesmas.

Hipótese 1 (H1):

Portugal apresenta níveis de felicidade inferiores aos da Alemanha.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses evidenciam níveis de felicidade inferiores aos dos seus homólogos alemães, no caso das três ferramentas de medição de felicidade utilizadas (Quadro 42 a Quadro 44 e Gráfico 29). Tendo em conta que a diferença entre os níveis de felicidade entre os respondentes portugueses e os alemães se revelou significativa no caso do *Satisfaction with Life Scale*, bem como no caso do *General Health Questionnaire* (Quadro 45), aceita-se a hipótese H1.

(H2.1): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Distância do poder.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses apresentam níveis superiores de Distância do poder em comparação com os respondentes alemães (Quadro 34). Ao afirmar

que estes níveis de Distância do poder são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 0,01% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que aceitamos a hipótese 2.1.

(H2.2): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Individualismo.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses apresentam níveis superiores de Individualismo em comparação com os respondentes alemães (Quadro 35). Ao afirmar que estes níveis de Individualismo são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 4,99% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que aceitamos a hipótese 2.2.

(H2.3): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Masculinidade.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses apresentam níveis superiores de Masculinidade em comparação com os respondentes alemães (Quadro 36). Ao afirmar que estes níveis de Masculinidade são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 0,01% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que aceitamos a hipótese 2.3.

(H2.4): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Aversão à incerteza.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses apresentam níveis ligeiramente inferiores de Aversão à incerteza em comparação com os respondentes alemães (Quadro 37). Ao afirmar que estes níveis de Aversão à incerteza são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 33,5% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que rejeitamos a hipótese 2.4.

(H2.5): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Orientação a longo prazo.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses apresentam níveis ligeiramente superiores de Orientação a longo prazo em comparação com os respondentes alemães (Quadro 38). Ao afirmar que estes níveis de Orientação a longo prazo são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 30,6% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que rejeitamos a hipótese 2.5.

(H2.6): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Indulgência.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses e os respondentes alemães apresentam o mesmo nível de Indulgência (Quadro 39). Ao afirmar que estes níveis de

Indulgência são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 98,21% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que rejeitamos a hipótese 2.6.

(H2.7): Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Monumentalismo.

Como vimos anteriormente, os respondentes portugueses apresentam níveis superiores de Monumentalismo em comparação com os respondentes alemães (Quadro 40). Ao afirmar que estes níveis de Monumentalismo são significativamente diferentes, deparamo-nos com uma probabilidade de 0,01% de estarmos errados (Quadro 41), pelo que aceitamos a hipótese 2.7.

Hipótese 2 (H2):

Portugal e a Alemanha têm culturas diferentes.

Uma vez que Portugal e a Alemanha apresentam diferenças significativas em quatro de sete dimensões culturais (Quadro 55), poderemos aceitar esta hipótese.

Hipótese 3.1

(H3.1.a): Quanto maior for o índice de Distância do poder em Portugal, menor será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.1.b): Quanto maior for o índice de Distância do poder na Alemanha, menor será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Ao afirmar que existe uma correlação entre a Distância do Poder e a felicidade enfrentamos uma probabilidade de mais de 15,6% de estarmos errados (Quadro 46 e Quadro 50), rejeitando-se assim as hipóteses 3.1.a e 3.1.b.

Hipótese 3.2

(H3.2.a): Quanto maior for o índice de Individualismo em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.2.b): Quanto maior for o índice de Individualismo na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

No caso dos respondentes alemães, ao afirmar que existe uma correlação entre o Individualismo e a felicidade, enfrentamos uma probabilidade de 0% de estarmos errados

(Quadro 47) quando medida com base no *Satisfaction with Life Scale*, mas de 13,4% (Quadro 51), quando medida com o *General Health Questionnaire*. Porém, tendo em conta o resultado claro da *Satisfaction with Life Scale*, bem como o facto de os resultados da análise de correlação entre o Individualismo e o *General Social Survey*, evidenciar um nível de significância de 3,5% (Anexo F), aceitamos a existência de uma correlação.

Tendo em conta os coeficientes de correlação (positivos no caso da *Satisfaction with Life Scale* e negativos no caso do *General Health Questionnaire*) (Quadro 47 e Quadro 51), aceita-se a hipótese 3.2.b,

Com níveis de significância superiores a 34% no caso dos respondentes portugueses (Quadro 47 e Quadro 51, F), teremos de rejeitar a hipótese 3.2.a.

Hipóteses 3.3.1 e 3.3.2

(H3.3.1.a): Quanto maior for o índice de Masculinidade em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.3.1.b): Quanto maior for o índice de Masculinidade na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.3.2.a): Quanto menor for o índice de Masculinidade em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.3.2.b): Quanto menor for o índice de Masculinidade na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

No caso dos respondentes portugueses, ao afirmar que existe uma correlação entre a Masculinidade e a felicidade, enfrentamos uma probabilidade máxima de 4,4% de estarmos errados (Quadro 48 e Quadro 52).

Tendo em conta os coeficientes de correlação (negativos no caso da *Satisfaction with Life Scale* e positivos no caso do *General Health Questionnaire*) (Quadro 47 e Quadro 51), rejeita-se a hipótese 3.3.1.a, aceitando-se a hipótese 3.3.2.a.

Com níveis de significância superiores a 44,6% no caso dos respondentes alemães (Quadro 48 e Quadro 52, F), teremos de rejeitar as hipóteses 3.3.1.b e 3.3.2.b.

Hipótese 3.4

(H3.4.a): Quanto menor for o índice de Aversão à incerteza em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.4.b): Quanto menor for o índice de Aversão à incerteza na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Ao afirmar que existe uma correlação entre a Aversão à incerteza e a felicidade, independentemente de ser medida com base na *Satisfaction with Life Scale* ou o *General Health Questionnaire*, enfrentamos uma probabilidade de 0% de estarmos errados (Quadro 46 e Quadro 50).

Tendo em conta os coeficientes de correlação (negativos no caso da *Satisfaction with Life Scale* e positivos no caso do *General Health Questionnaire*) (Quadro 47 e Quadro 51), aceitam-se as hipóteses 3.4.a e 3.4.b.

Hipótese 3.5

(H3.5.a): Quanto maior for o índice de Orientação a longo prazo em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.5.b): Quanto maior for o índice de Orientação a longo prazo na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Ao afirmar que existe uma correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, independentemente de ser medida com base na *Satisfaction with Life Scale* ou o *General Health Questionnaire*, enfrentamos uma probabilidade máxima de 0,2% de estarmos errados, no caso dos respondentes alemães (Quadro 47 e Quadro 51). Já no caso dos respondentes portugueses, ao afirmar que existe uma correlação entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale* enfrentamos uma probabilidade máxima de 1,4% de estarmos errados, confirmando-se assim a relação. Contudo, no caso da felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*, esta relação já não se confirma, devido à probabilidade de 22,5% de estarmos errados. Contudo, o nível de significância de 4,3% entre a Orientação a longo prazo e a felicidade, medida com base no *General Social Survey* (Anexo F), corrobora a existência de uma correlação. Tendo em conta que os resultados obtidos com duas das três ferramentas usadas evidenciam uma correlação, aceitamos a existência da mesma.

Porém, tendo em conta os coeficientes de correlação (negativos no caso da *Satisfaction with Life Scale* e positivos no caso do *General Health Questionnaire*), que indicam que níveis superiores de Orientação a longo prazo estão associados com níveis inferiores de felicidade teremos de rejeitar as hipóteses 3.5.a e 3.5.b.

Hipótese 3.6

(H3.6.a): Quanto maior for o índice de Indulgência em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.6.a): Quanto maior for o índice de Indulgência na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Ao afirmar que existe uma correlação entre a Indulgência e a felicidade, independentemente da ferramenta com que a felicidade foi medida, enfrentamos uma probabilidade de 0% de estarmos errados (quadros 45 e 48, Anexo F). Tendo em conta o coeficiente de correlação (positivos no caso do *Satisfaction with Life Scale*, e negativos no caso do *General Health Questionnaire*), (quadros 45 e 48) aceitam-se as hipóteses 3.6.a e 3.6.b.

Hipótese 3.7

(H3.7.a): Quanto maior for o índice de Monumentalismo em Portugal, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

(H3.7.b): Quanto maior for o índice de Monumentalismo na Alemanha, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.

Ao afirmar que existe uma correlação entre o Monumentalismo e a felicidade, independentemente de ser medida com base na *Satisfaction with Life Scale* ou o *General Health Questionnaire*, enfrentamos uma probabilidade máxima de 3,2% de estarmos errados, no caso dos respondentes alemães (Quadro 49 e Quadro 53). Já no caso dos respondentes portugueses, ao afirmar que existe uma correlação entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base na *Satisfaction with Life Scale* enfrentamos uma probabilidade máxima de 6,5% de estarmos errados (Quadro 49), confirmando-se assim a relação, se considerarmos o teste *two-tailed*. Contudo, no caso da felicidade medida com base no *General Health Questionnaire*, esta relação já não se confirma, devido à probabilidade de mais de 19,6% de estarmos errados (Quadro 53). Contudo, o nível de significância de 4,9% entre o Monumentalismo e a felicidade, medida com base no *General Social Survey* (Anexo F),

corroborar a existência de uma correlação. Tendo em conta que os resultados obtidos com duas das 3 ferramentas usadas evidenciam uma correlação, aceitamos a existência da mesma.

Tendo em conta os coeficientes de correlação (positivos no caso da *Satisfaction with Life Scale* e negativos no caso do *General Health Questionnaire*), podemos aceitar as hipóteses 3.7.a e 3.7.b.

Hipótese 3 (H3):

Existe uma relação entre a cultura e a felicidade.

Face ao acima exposto, ou seja, aceitando-se as hipóteses de uma relação entre a felicidade e os valores socioculturais Aversão à incerteza, Indulgência e Monumentalismo, para ambos os países, bem como uma relação entre a felicidade e a Masculinidade no caso de Portugal, e entre a felicidade e o Individualismo no caso da Alemanha (Quadro 55), poderemos aceitar esta nossa hipótese 3.

H1	Portugal apresenta níveis de felicidade inferiores aos da Alemanha	s
----	--	---

H2	Portugal e a Alemanha têm culturas diferentes.	s
H2.1	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Distância do poder.	s
H2.2	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Individualismo.	s
H2.3	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Masculinidade.	s
H2.4	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Aversão à incerteza.	
H2.5	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Orientação a longo prazo.	
H2.6	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Indulgência.	
H2.7	Portugal e a Alemanha apresentam índices diferentes de Monumentalismo.	s

H3	Existe uma relação entre a cultura e a felicidade.	s	
		PT	DE
H3.1	Quanto maior for o índice de Distância do poder de um país, menor será o nível de felicidade dos seus habitantes.		
H3.2	Quanto maior for o índice de Individualismo de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.		s
H3.3.1	Quanto maior for o índice de Masculinidade de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.		
H3.3.2	Quanto menor for o índice de Masculinidade de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.	s	
H3.4	Quanto menor for o índice de Aversão à incerteza de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.	s	s
H3.5	Quanto maior for o índice de Orientação a longo prazo de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.	*	*
H3.6	Quanto maior for o índice de Indulgência de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.	s	s
H3.7	Quanto maior for o índice de Monumentalismo de um país, maior será o nível de felicidade dos seus habitantes.	s	s

*confirmou-se uma correlação, mas negativa

Quadro 55: A validação das hipóteses. Panorama geral

Fonte: elaboração própria

Capítulo V

Conclusões, limitações do estudo e sugestões para futuras investigações

Neste quinto capítulo, que constitui o último do presente trabalho, serão retiradas as principais conclusões. Este capítulo final irá igualmente servir para apontarmos as limitações ao presente estudo, bem como para deixarmos em aberto sugestões para futuras investigações. Iremos concluir o presente trabalho, referindo os principais contributos do mesmo.

5.1 Principais conclusões

Tendo em conta os resultados da análise dos dados obtidos mediante o nosso estudo empírico, conclui-se que os alemães são mais felizes do que os portugueses. Confirmam-se assim os dados divulgados por diversas entidades, tais como o *Better Life Index* da OCDE, o *Happy Planet Index*, o *Eurobarometer*, ou o *European Values Survey*, em que a Alemanha evidencia consistentemente níveis de felicidade superiores, em comparação com Portugal.

Tendo em conta a situação económica de ambos os países, o facto de os portugueses serem menos felizes do que os alemães corrobora também os estudos de diversos autores, referidos aquando da nossa revisão bibliográfica do capítulo I, e que iremos referir brevemente de seguida.

Como vimos na nossa introdução, Portugal enfrenta uma taxa de desemprego bastante mais elevada do que a Alemanha. Vimos também que diversos estudos apontam para um impacto negativo do desemprego no bem-estar subjetivo (Alesina et al., 2004; Caleiro, 2011; Clark & Oswald, 1994; Di Tella et al., 2001, 2003; Fahey & Smith, 2004; Frey & Stutzer, 1999, 2000, 2002; Gerdtham & Johanesson, 2001; Helliwell, 2003; Korpi, 1997; Oswald, 1997; Stutzer, 2004; Winkelmann & Winkelmann, 1998; Woittiez & Theeuwes, 1998; Wolfers, 2003). Assim, os níveis de felicidade inferiores dos portugueses, face aos alemães, reforçam estes estudos.

Referimos ainda que a disparidade de rendimentos, expressa pelo coeficiente de Gini, é superior em Portugal, face à da Alemanha. Deste modo, os índices de felicidade mais baixos em Portugal vão ao encontro de estudos de Alesina et al. (2004), Fahey e Smyth (2004), Hagerty (2000), Morawetz et al. (1977) e de Schwarze e Härpfer (2003), que apresentam evidência para que a disparidade de rendimento influencie negativamente a felicidade.

Na nossa introdução, reconhecemos também que Portugal se encontra em recessão económica, enquanto a Alemanha regista crescimento económico. Portanto, o facto de os portugueses serem menos felizes do que os alemães, reforça Kenny (1999) e Li e Lu (2008, 2010), que defendem um impacto positivo da felicidade no crescimento económico de um país.

Constatámos, ainda que o PIB (PPC) português é inferior ao do alemão. Assim, os níveis de felicidade inferiores dos portugueses, confirmam a relação positiva entre o PIB e a felicidade, defendida por diversos investigadores (Diener et al., 2002; Easterlin, 1974; Frey & Stutzer,

2002; Graham et al., 2004; Layard, 2006, 2008; Marks & Flemming, 1999; Minkov, 2009; Schyns, 2001; Stevenson & Wolfers, 2008).

Porém, não poderemos deixar de referir que, tendo em conta que a taxa de inflação de 2013 foi mais baixa em Portugal (0,4%³³) do que na Alemanha (1,6%³⁴) o nível de felicidade inferior dos portugueses, face aos alemães, contraria os resultados de Alesina et al. (2004), Di Tella et al. (2001, 2003), Graham e Pettinato (2001) e Wolfers (2003), que evidenciam o efeito negativo da inflação na felicidade. Uma explicação para esta discrepância de resultados poderá residir na evolução da taxa de inflação. Apesar de em 2013 este indicador ter sido inferior em Portugal, no passado, Portugal tem, por norma, vindo a apresentar taxas de inflação superiores às da Alemanha (Quadro 56).

	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003
PT	0,4	2,8	3,6	1,4	-0,9	2,7	2,4	3	2,1	2,5	3,3
DE	1,6	2,1	2,5	1,2	0,2	2,8	2,3	1,8	1,9	1,8	1

Quadro 56: Evolução da taxa de inflação (%) em Portugal e na Alemanha nos últimos 10 anos.

Fonte: Elaboração própria com base em Eurostat (s.d.)

Uma vez que os nossos dados, que evidenciam um nível superior de felicidade na Alemanha, são consistentes com estudos que defendem a correlação entre a felicidade e fatores económicos tais como a taxa de desemprego, a disparidade de rendimentos, o PIB e o crescimento económico, poderemos concluir que existe uma relação entre a economia e a felicidade.

No que respeita os valores socioculturais, já Ronen e Shenkar (1985) numa das primeiras segmentações das culturas em *clusters*, haviam atribuído *clusters* distintos aos dois países abrangidos pelo nosso estudo, colocando a Alemanha no *cluster* germânico e Portugal no *cluster* latino. A consultora de Hofstede, itim America (s.d.) também salientou a diferença cultural entre Portugal e a Alemanha, integrando Portugal na esfera de países que se caracterizam pela lealdade, pela hierarquia e a ordem implícita, designada de “A organização piramidal”, e a Alemanha no conjunto de países em que a ordem é um elemento central, designado de “Máquina bem oleada” (

Quadro 13). Por último, também o projeto GLOBE (2004) (2004) reconheceu as diferenças entre os dois países, colocando a Alemanha no *cluster* da europa germânica, e Portugal no *cluster* da europa latina. Será de salientar que não só o nome, como a proximidade imediata destes *clusters* na representação gráfica que vimos no capítulo I (Gráfico 24), demonstram que se trata de culturas distintas, mas próximas.

³³ Fonte: Eurostat (s.d.)

³⁴ Fonte: Eurostat (s.d.)

Os nossos dados são consistentes e mostram diferenças significativas entre Portugal e Alemanha em quatro das sete dimensões culturais: Portugal e a Alemanha são significativamente diferentes no que respeita a Distância do poder, o Individualismo, a Masculinidade e o Monumentalismo, sendo que Portugal apresenta índices superiores em cada uma destas dimensões. Concluímos, que Portugal e a Alemanha apresentam culturas diferentes, apresentando no entanto algumas semelhanças.

No que respeita a ligação entre a felicidade e a cultura, apenas no caso da Distância do poder, não se verifica correlação, contrariando assim investigadores como Frey e Stutzer (2000, 2002), Dorn et al. (2007) e Inglehart e Klingemann (2000) já referidos.

Já a Aversão à incerteza está claramente relacionada com a felicidade, corroborando assim Arrindell et al. (1997), que evidencia que índices elevados de Aversão à incerteza estão correlacionados com níveis baixos de bem-estar subjetivo, bem como por Hofstede (2001), que refere uma correlação entre esta dimensão cultural e sintomas de ansiedade, neurose e um bem-estar subjetivo mais baixo. Poderemos então concluir que quanto menor for o índice de Aversão à incerteza de um país, maior será a felicidade dos seus habitantes.

A relação negativa entre a felicidade e um valor sociocultural verifica-se também no caso da Orientação a longo prazo, contrariando Kesebier e Diener (2008), que postulam que a felicidade reside não em procurar satisfação constante, mas em direcionar a vivência para alcançar objetivos traçados. Conclui-se que quanto menor for o índice de Orientação a longo prazo de um país, maior será a felicidade dos seus habitantes.

No caso da Indulgência, a correlação com a felicidade é positiva, apoiando assim a lógica de Hofstede et al. (2008) que ligam a Indulgência à felicidade. Conclui-se que quanto mais elevado for o índice de Indulgência de um país, maior será a felicidade dos seus habitantes.

A felicidade apresenta uma correlação igualmente positiva com o Monumentalismo, pelo que se conclui que quanto mais elevado for o índice de Monumentalismo de um país, maior será a felicidade dos seus habitantes.

Apesar de o Individualismo evidenciar uma correlação positiva com a felicidade, sustentando a tese de investigadores como Arrindell et al. (1997), Diener e Diener (1995), Oishi et al. (1999); Suh et al. (1998) e Suh e Oishi (2002), será de salientar que esta apenas se verifica no caso da Alemanha, sendo que em Portugal parece não existir ligação entre este valor sociocultural e a felicidade.

Já no caso da Masculinidade, a correlação apenas se verifica no caso de Portugal, onde níveis inferiores de Masculinidade estão associados com níveis superiores de felicidade, o que segundo Arrindell et al. (1997) acontece nos países ricos.

Tendo em conta que a correlação entre a felicidade e o Individualismo apenas se verifica no caso da Alemanha, e a correlação entre felicidade e a Masculinidade, apenas se verifica no caso de Portugal, podemos concluir que a forma como os valores socioculturais se relacionam com a felicidade dos cidadãos de um país não é universal, podendo variar entre países.

Face ao exposto, uma outra conclusão principal do presente trabalho é que existe uma relação entre a felicidade e a cultura, tal como aventado por Diener et al. (1995), Diener e Diener (1995), Suh et al. (1998), Oishi et al. (1999a, 1999b) Diener (2000), Oishi (2001), Suh e Oishi (2002), Diener et al. (2003), Rice e Steel (2004), Schimmack et al. (2005) e Stearns (2012).

Aproveitamos para salientar que não pretendemos afirmar que os valores socioculturais tenham um efeito causal sobre a felicidade, e esta por sua vez na economia. De acordo com o referido no capítulo IV, dedicado à metodologia, não nos foi possível levar a cabo um estudo experimental, pelo que pela análise das correlações e das suas significâncias apenas podemos assumir que nos encontremos perante uma das seguintes situações a) existe causalidade direta dos valores socioculturais na felicidade, b) existe causalidade direta da felicidade nos valores socioculturais ou c) existe causalidade comum resultante de uma causa comum que tem efeito sobre tanto os valores socioculturais como a felicidade.

Tendo em conta a relação entre a economia e a felicidade, e a felicidade e a cultura, os dados sugerem que os valores socioculturais estejam relacionados com a economia de um país. Não pretendemos de forma alguma argumentar que a cultura será o único fator a influenciar a felicidade, que por sua vez tem uma relação com a economia. Aliás, como vimos aquando da nossa revisão bibliográfica, inúmeros fatores influenciam a felicidade, e existem diversos fatores a influenciar os índices macroeconómicos de um país. Os nossos dados sugerem que a cultura seja um deles. Face ao exposto, o nosso estudo vai ao encontro da hipótese base do mesmo, sugerindo que existe uma relação entre a economia de um país e o nível de felicidade dos seus cidadãos, que, por sua vez, está associado com os respetivos valores socioculturais.

5.2 Conclusões secundárias

Apesar de não serem relevantes para o objetivo do presente trabalho, será interessante referir as conclusões secundárias que o presente estudo nos permite tirar, segmentando a amostra por género e grupo etário, uma vez que poderão indicar pistas para futuras investigações.

No que respeita a felicidade, os resultados dos testes de permutações (Quadro 45) não nos permitem afirmar que existe uma diferença significativa entre os níveis de felicidade de homens e mulheres, pelo que poderemos concluir que a felicidade não está relacionada com o género. De igual modo, os resultados dos testes de permutações (Quadro 45) não nos permitem afirmar que existe uma diferença significativa entre os níveis de felicidade de indivíduos com mais e de indivíduos com menos de 30 anos. Assim, poderemos concluir que a felicidade não está relacionada com o grupo etário.

Já relativamente à cultura, os testes de permutações evidenciam diferenças significativas entre os géneros e/ ou os dois grupos etários (sub e sob 30) no caso de alguns dos valores socioculturais (Quadro 41), apontando assim para uma relação entre o valor sociocultural em causa e o género e/ ou a idade.

No caso da Distância do poder, existem diferenças significativas entre os respondentes com mais e os com menos de 30 anos de idade, sendo que os indivíduos mais novos apresentam menor índice de Distância do poder. No entanto, não existem diferenças significativas entre homens e mulheres no que respeita os seus índices de Distância do poder (Quadro 41). Assim, poderemos concluir que o índice de Distância do poder está relacionado com a idade, mas não com o género.

A situação é semelhante no caso do Individualismo. Existem diferenças significativas entre os respondentes com mais e os com menos de 30 anos de idade, sendo que os indivíduos mais novos apresentam índices menos elevados de Individualismo. No entanto, não existem diferenças significativas entre os homens e as mulheres no que respeita os seus índices de Individualismo (Quadro 41). Assim, poderemos concluir que o índice de Individualismo está relacionado com a idade, mas não com o género.

Já no caso da Masculinidade, a situação é contrária. Não existem diferenças significativas entre os respondentes com mais e os com menos de 30 anos de idade. Porém existem diferenças significativas entre homens e mulheres no que respeita os seus índices de Masculinidade, sendo que indivíduos do sexo masculino apresentam índices de

Masculinidade mais elevados (Quadro 41). Assim, poderemos concluir que o índice de Masculinidade está relacionado com o género, mas não com a idade.

O caso da Aversão à incerteza é peculiar, uma vez que os testes de permutações não evidenciam diferenças significativas entre os géneros, nem entre os grupos etários (Quadro 41). Deste modo poderemos concluir que o índice de Aversão à incerteza não está relacionado nem com o género, nem com a idade.

No caso da Orientação a longo prazo existem diferenças significativas tanto entre os respondentes com mais e os com menos de 30 anos de idade, como entre homens e mulheres (Quadro 41). Enquanto em Portugal, indivíduos mais novos apresentam níveis de Orientação a longo prazo superior, na Alemanha, os indivíduos mais novos apresentam níveis de Orientação a longo prazo inferiores. Já as mulheres apresentam orientação a longo prazo superior do que os homens em ambos os países. Posto isto, poderemos concluir que o índice de Orientação a longo prazo está relacionado tanto com o género, como com a idade.

Relativamente à Indulgência, os testes de permutações não confirmam diferenças significativas entre os respondentes com mais e os com menos de 30 anos de idade. Porém existem diferenças significativas entre os homens e as mulheres, sendo que as mulheres apresentam índices de Indulgência mais elevados (Quadro 41). Assim, poderemos concluir que o índice de Indulgência está relacionado com o género, mas não com a idade.

No que respeita o índice de Monumentalismo, os testes de permutações revelam diferenças significativas entre os respondentes com mais e os com menos de 30 anos de idade, sendo que em Portugal, os indivíduos mais novos apresentam índices menos elevados de Monumentalismo. Já na Alemanha, indivíduos mais novos apresentam maior índice de Monumentalismo. No entanto, não existem diferenças significativas entre homens e mulheres (Quadro 41). Assim, poderemos concluir que o índice de Monumentalismo está relacionado com a idade, mas não com o género.

5.3 Limitações do estudo

A principal limitação ao nosso estudo prende-se com a nossa amostra. Apesar de termos verificado que a mesma é representativa da população, seria benéfico ter uma amostra mais numerosa e mais heterogénea. Teremos de recapitular que não obtivemos o número mínimo de respostas em cada um dos intervalos etários existentes no questionário, para que cada um destes segmentos fosse representativo da população, pelo que tivemos de segmentar a nossa

amostra, de modo menos minucioso, em sub e sob-30. O mesmo sucedeu no caso das habilitações literárias, onde também não auferimos um número de respostas representativo da população para cada um dos níveis educacionais disponíveis no questionário. Deste modo uma amostra mais numerosa e heterogénea ajudaria a incrementar a fidedignidade dos nossos resultados.

Outras limitações que teremos de apontar ao nosso estudo prendem-se com o estudo empírico e a anteriormente abordada questão da causalidade. Analisámos as correlações entre a felicidade e os diversos valores socioculturais, bem como as respetivas significâncias, permitindo-nos assim concluir a existência de uma relação entre a felicidade e quase todas as dimensões culturais. No entanto, ficou por analisar a causalidade desta relação. Apesar de sabermos que existe uma correlação significativa, não temos evidências que comprovem se é a cultura a influenciar a felicidade, se será a felicidade a ter influência na cultura, ou se ambos terão uma causa comum, os já referidos *confounders*.

Outra limitação do nosso estudo, ainda associada com o estudo empírico consiste na análise da relação entre a felicidade e economia. Apesar de termos comprovado estatisticamente que existem diferenças significativas entre Portugal e a Alemanha, sendo que Portugal, o país que apresenta uma maior taxa de desemprego, maior disparidade de rendimento, PIB (PPC) e crescimento económico mais reduzidos, evidencia níveis de felicidade significativamente inferiores, em comparação com a Alemanha, e de este resultado ser consistente com a revisão bibliográfica efetuada, que defende uma correlação entre estes fatores macroeconómicos e a felicidade, esta correlação não foi testada por nós, empiricamente.

5.4 Sugestões para investigações futuras

No seguimento das limitações ao estudo suprarreferidas, seria proveitoso repetir o presente estudo com amostra maior, e mais heterogénea, de modo a averiguar a confirmação dos nossos resultados. Uma réplica do estudo com uma amostra mais alargada iria também permitir retirar conclusões por segmentos etários e por habilitações literárias, e explorar assim as conclusões secundárias do presente trabalho.

Ainda no âmbito das limitações apontadas ao nosso estudo, seria igualmente benéfico validar empiricamente a conexão entre os fatores macroeconómicos e a felicidade, e o passo seguinte seria a análise empírica da relação entre os fatores macroeconómicos e os valores socioculturais.

Outra sugestão para futuras investigações está relacionada com os países analisados. Como vimos que as correlações entre a felicidade e os valores socioculturais podem variar de país para país, seria conveniente replicar o estudo para outros países. Assim, seria interessante confrontar países de mesmos *clusters* culturais, que portanto são culturalmente próximos entre si, bem como países de clusters diferentes e mais distantes.

5.5 Principais contributos

O presente trabalho apresenta contributos relevantes para a universidade e para a sociedade em Portugal.

O facto de até à data apenas existir uma tese de doutoramento no campo da economia da felicidade em Portugal revela uma grande lacuna no estudo desta área da economia que se encontra em ascensão, identificada por Ramos (2012). Deste modo, o presente trabalho constitui um contributo para a disseminação da investigação na área da economia da felicidade em Portugal. Identificámos ainda o estudo dos determinantes da felicidade como uma das linhas de investigação de grande relevância no seio da economia da felicidade (Edwards, 2009), e a carência de estudos sobre a relação entre a cultura e a felicidade (Diener et al., 2003). Neste sentido, ao termos evidenciado a existência de uma correlação entre a felicidade dos cidadãos de um país e a respetiva cultura nacional, o presente trabalho constitui um contributo para a colmatação de esta lacuna na investigação na área da economia da felicidade.

Sabendo que expectativas positivas e felicidade dos cidadãos têm um efeito positivo na economia de um país (Diener et al., 2002; Graham et al., 2004; Kenny, 1999; Li & Lu, 2008, 2010; Marks & Flemming, 1999; Schyns, 2001), o presente trabalho identifica variáveis e abre caminhos para futuras investigações que permitam o desenvolvimento de uma sociedade mais feliz e, deste modo, contribua positivamente para o desenvolvimento económico de Portugal.

Por fim, ao identificarmos um conjunto de limitações e sugestões para futura investigação, deixamos um conjunto de ideias e desafios para novos trabalhos de investigação na área da economia da felicidade.

Bibliografia

- Abramovitz, M. (1959). The welfare interpretation of secular trends in national income and product. In M. Abramovitz et al. (Eds.), *The Allocation of Economic Resources: Essays in honor of Bernard Francis Haley*. Stanford, California: Stanford University Press.
- Achor, S. (Jan-Fev de 2012). Positive intelligence. *Harvard Business Review*, pp. 100-102.
- Akerlof, G. (1980). A theory of social custom, of which unemployment may be one consequence. *Quarterly Journal of Economics*, 94(4), pp. 749-775.
- Alesina, A., Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2004). Inequality and happiness: Are Europeans and Americans different? *Journal of Public Economics*, 88, pp. 2009-2042.
- Ali, A., Ambler, G., Strydom, A., Rai, D., Cooper, C., McManus, S., et al. (2013). The relationship between happiness and intelligent quotient: the contribution of socio-economic and clinical factors. *Psychological Medicine*, 43(6), pp. 1303-1312.
- Allardt, E. (1976). Dimensions of welfare in a comparative scandinavian study. *Acta Sociologica*, 19(3), pp. 227-239.
- Almeida, L., & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Braga: Psiquilibrios.
- Ambrey, C. L., & Fleming, C. (2011). Valuing scenic amenity using life satisfaction data. *Ecological Economics*, 72, pp. 106-115.
- Anderson, C. (1989). Temperature and aggression: ubiquitous effects of heat on occurrence of human violence. *Psychological Bulletin*, 106, pp. 74-96.
- Anderson, C., Deuser, W., & DeNeve, K. (1995). Hot temperatures, hostile affect hostile cognition and arousal: Tests of general model of affective aggression. *Social Psychology Bulletin*, 21, pp. 434-448.
- Andres, F., & Robinson, J. (1991). Measures of subjective well-being. In J. S. Robinson (Ed.), *Measures of personality and social psychology attitudes* (pp. 61-114). San Diego: Academic Press.
- Andrews, F., & Withey, S. (1976). *Social indicators of well-being: The development and measurement of perceptual indicators*. New York: Plenum.
- Angrist, J., & Pischke, J.-S. (2009). *Mostly harmless econometrics: An empiricists companion*. Princeton: Princeton University Press.
- Annas, J. (2004). Happiness as achievement. *Daedalus*, 133, pp. 44-51.
- Argyle, M. (1987). *The psychology of happiness*. London: Routledge.
- Argyle, M. (1996). *The social psychology of leisure*. London: Penguin.

- Argyle, M. (1999). Causes and correlates of happiness. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: the foundations of hedonic psychology*. New York: Russell Sage Foundation.
- Aristóteles. (1991). *On rhetoric: A theory of civic discourse*. (G. Kennedy, Trad.) New York: Oxford University Press (obra original publicada no sèc. IV a.C.).
- Aristóteles. (1992). *Eudaemian ethics* (2a ed.). (M. Woods, Trad.) Oxford: Clarendon Press (obra original publicada no sèc. IV a.C.).
- Aristóteles. (2000). *Nicomachean ethics*. (R. Crisp, Ed.) Cambridge: Cambridge University Press (obra original publicada no sèc. IV a.C.).
- Armeanu, D., & Lache, L. (s.d.). Application of the model of principal components analysis on Romanian insurance market. *Theoretical and Applied Economics*, 6(523), pp. 11-20.
- Arrindell, W., Hatzichristou, C., Wensink, J., Rosenberg, E., van Twillert, B., Stedema, J., et al. (1997). Dimensions of national cultures as predictors of cross-national differences in subjective well-being. *Personality and Individual Differences*, 23(1), pp. 37-53.
- Arrow, K. (1963). *Social choice and individual values*. New York: Wiley.
- Babayev, E., & Allahverdiyeva, A. (2007). Effects of geomagnetic activity variations on the physiological and psychological state of functionally healthy humans: Some results of Azerbaijani studies. *Advances in Space Research*, 40, pp. 1941-1951.
- Badawy, M. (1979). Managerial attitudes and need orientations of Mid-Eastern executives: An empirical cross-cultural analysis. *Annual meeting of the Academy of Management*. Atlanta.
- Baird, D. (2000). *A thousand paths to happiness*. Naperville: Sourcebooks.
- Baker, L., Cahalin, L., Gerst, K., & Burr, J. (2005). Productive activities and subjective well-being among other adults: The influence of number of activities and time commitment. *Social Indicators Research*, 73, pp. 431-458.
- Bardasi, E., & Francesconi, M. (2004). The impact of atypical employment on individual well-being: Evidence from a panel of British workers. *Social Science and Medicine*, 58, pp. 1671-1688.
- Bartlett, M. (1950). Tests of significance in factor analysis. *British Journal of Psychology*, 3, pp. 77-85.
- Batson, D., & Powell, A. (2003). Altruism and pro-social behavior. In T. e. Millon, *Handbook of psychology. Personality and social psychology* (Vol. 5). Hoboken: John Wiley & Sons, Inc.
- Baumeister, R. (2002). Religion and psychology. *Psychological Inquiry*, 13(3).

- Belk, R. (1985). Materialism: Trait aspects of living in the material world. *Journal of Consumer Research*, 13, pp. 268-280.
- Bellah, R., Madsen, R., Sullivan, W., Swidler, A., & Tipton, S. (1985). *Habits of the heart*. Berkeley: University of California Press.
- Bentham, J. (1988). *The principles of moral and and legislation*. Amherst: Prometheus Books (obra original publicada em 1789).
- Bentham, J. (2008). An introduction to the Principles of Morals and Legislation. In D. Wootton (Ed.), *Modern political thought: readings from Machiavelli to Nietzsche* (1996 ed., pp. 576-591). Cambridge: Hacket Publishing Company, Inc. (obra original publicada em 1789).
- Bereton, F., Clinch, J., & Ferreira, S. (2008). Happiness, geography and the environment. *Ecological Economics*, 65, pp. 386-396.
- Biddle, S., & Ekkekakis, P. (2005). Physical active lifestyles and well-being. In F. Huppert, N. Baylis, & B. Keverne (Edits.), *The science of well-being* (pp. 141-168). Oxford: Oxford University Press.
- Biswas-Diener, R. K. (2009). Two traditions of happiness research, not two distinct types of happiness. *The Journal of Positive Psychology*, 4, pp. 208-211.
- Bjørnskov, C. (2003). The happy few: Cross-country evidence on social capital and life satisfaction. *Kyklos*, 56(1), pp. 3-16.
- Bjørnskov, C. (2007). The multiple facets of social capital. *European Journal of Political Economy*, 22, pp. 22-40.
- Blanchflower, D. (2009). Happiness and health care coverage. *IZA discussion paper N°*. 4450.
- Blanchflower, D., & Bell, D. (2013). Underemployment in the UK Revisited. *National Institute Economic Review*, 224(1), pp. F8-F22.
- Blanchflower, D., & Oswald, A. (1992). Entrepreneurship, happiness and supernormal returns: Evidence from Britain and the US. *NBER Working Paper*, No. 4228.
- Blanchflower, D., & Oswald, A. (2004). Money, sex and happiness: An empirical study. *Scandinavian Journal of Economics*, 106(3), pp. 393-415.
- Blanchflower, D., & Oswald, A. (2004). Well-being over time in Britain and the USA. *Journal of Public Economics*, 88, pp. 1359-1386.
- Blanchflower, D., & Oswald, A. (2005). Happiness and the Human Development Index: The paradox of Australia. *The Australian Economic Review*, 38(3), pp. 307-318.
- Blanchflower, D., & Oswald, A. (2008). Hypertension and hapiness across nations. *Journal of Health Economics*, 27, pp. 218-233.

- Blanchflower, D., Oswald, A., & Stewart-Brown, S. (2013). Is psychological well-being linked to the consumption of fruit and vegetables? *Social Indicators Research*, 114(3), pp. 785-801.
- Bless, H., & Schwarz, N. (1984). *Ist schlechte Stimmung die Ausnahme? Eine Meta-analyse von Stimmungsuntersuchungen*. Heidelberg: Universität Heidelberg.
- Bock, P. (2000). Culture & personality revisited. *American Behavioural Scientist*, 44(1), pp. 32-40.
- Boettke, P., & Coyne, C. (2012). Lessons from Austrian and public choice economics for the happiness debate. In P. Booth (Ed.), ...*and the Pursuit of Happiness. Wellbeing and the Role of Government* (pp. 205-221). London: The Institute of Economic Affairs.
- Booth, P. (Ed.). (2012). ...*and the Pursuit of Happiness. Wellbeing and the Role of Government*. London: The Institute of Economic Affairs.
- Borjas, G. (1977). Job satisfaction, wages and unions. *Journal of Human Resources*, 14, pp. 21-40.
- Bradburn, N. (1969). *The structure of psychological well-being*. Chicago: Aldine.
- Brehm, J., & Rahn, W. (1997). Individual-level evidence for the causes and consequences of social capital. *American Journal of Political Science*, 41, pp. 999-1024.
- Breines, J., Crocker, J. J., & Garcia, J. (2008). Self-objectification and well-being in women's daily lives. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 34.
- Brickman, P., & Campbell, D. (1971). Hedonic relativism and planning the good society. In m. (. Appley, *Adaptation level theory: A symposium* (pp. 287-302). New York: Academic Press.
- Brickman, P., Coates, D., & Janoff-Bulman, R. (1978). Lottery winners and accident victims: Is happiness relative? *Journal of Personality and Social Psychology*, 36, pp. 917-927.
- Brown, S. (2000). The effect of union type on psychological well-being: Depression among cohabitators versus marrieds. *Journal of Health and Social Behaviour*, 41, pp. 241-255.
- Brown, S., Taylor, K. B., & Wheatley Price, S. (2005). Debt and distress: Evaluating the psychological cost of credit. *Journal of Economic Psychology*, 26, pp. 642-666.
- Bruni, L. (2004). The "technology of happiness" and the tradition of economic science. *Journal of the History of Economic Thought*, 26(1), pp. 19-44.
- Bruni, L. (2004). The happiness transformation problem in the Cambridge tradition. *European Journal of the History of Economic Thought*, 11(3), pp. 433-451.
- Bruni, L. (2006). *Civil happiness: Economics and human flourishing in historical perspective*. New York: Routledge.

- Bruni, L., & Porta, P. (Edits.). (2007). *Handbook on the economics of happiness*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Bühler, C. (1959). *Der menschliche Lebenslauf als psychologisches Problem*. Göttingen: Verlag für Psychologie.
- Bühler, C., & Massarik, F. (1968). *The course of human life: A study of goals in a humanistic perspective*. New York: Springer.
- Cameron, D. (22 de Maio de 2006). *Improving society's sense of well being is challenge of our times*. Obtido em 14 de Setembro de 2013, de www.conservatives.com/News/Speeches/2006/05/Cameron_Improving_societys_sense_of_well_being_is_challenge_of_our_times.aspx
- Campbell, A., Converse, P., & Rogers, W. (1976). *The quality of american life*. New York: Russel Sage Foundation.
- Cantril, H. (1942). Public opinion in flux. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 20, *Organizing for Total War*, pp. 136-152.
- Cantril, H. (1965). *The pattern of human concerns*. New Brunswick: Ruttgers University Press.
- Carroll, J. (2004). *Americans personal satisfaction*. Washington DC: Gallup Organization.
- Carroll, N., Frijters, P., & Shields, M. (2009). Quantifying the costs of drought: New evidence from life satisfaction data. *Journal of Population Economics*, 22(2), pp. 445-461.
- Castles, F. G. (1998). Die Bedeutung der Oekonomie für die politische Unterstützung der Europäischen Union. In E. R. Thomas König (Ed.), *Europa der Bürger? Voraussetzungen, Alternativen, Konsequenzen* (pp. 159-176). Frankfurt: Campus Verlag.
- Catell, R. (1966). The scree test for the number of factors. *Multivariate Behavioral Research*, 1, pp. 245-276.
- Catell, R., & Jaspers, J. (1967). A general plasmode for factor anlytic exercises and research. *Multivariate Behavioral Research Monographs*, p. 212pp.
- Catell, R., & Vogelmann, S. (1977). A comprehensive trial of the scree and K.G. criteria for determining the number of factors. *Multivariate Behavioral Research*, 12, pp. 289-325.
- Chhokar, J., Brodbeck, F., & House, R. (Edits.). (2007). *Culture and leadership across the world: The GLOBE book of in-depth studies of 25 societies*. New York: Lawrence Erlbaum Associates.
- ChineseCultureConnection. (1987). Chinese values and the value-free dimensions of culture. *Journal of Cross cultural Psychology*, 18(2), pp. 143-164.

- Christakis, N., De Neve, J.-E., Fowler, J., & Frey, B. (2012). *Genes, economics and happiness*. London: CEP Discussion Paper No 1127.
- Clark, A. (1997). Job satisfaction and gender: Why are women so happy at work? *Labour Economics*, 4(4), pp. 341-372.
- Clark, A. (2003). Unemployment as a social norm: Psychological evidence from panel data. *Journal of Labor Economics*, 21(2), pp. 323-351.
- Clark, A., & Lelkes, O. (2005). *Deliver us from evil: Religion as insurance*. PSE, Paris.
- Clark, A., & Oswald, A. (1994). Unhappiness and unemployment. *The Economic Journal*, 104(424), pp. 648-659.
- Clark, A., & Oswald, A. (1996). Satisfaction and comparison income. *Journal of Public Economics*, 61, pp. 359-381.
- Clark, A., & Senik, C. (2010). Who compares to whom? The anatomy of income comparisons in Europe. *Economic Journal*, 120, pp. 573-549.
- Clark, A., Etilé, F., Postel-Vinay, F., Senik, C., & van der Straeten, K. (2005). Heterogeneity in reported well-being: Evidence from twelve European countries. *Economic Journal*, 115, pp. C118-C132.
- Clark, A., Frijters, P., & Shields, M. (2008). Relative income, happiness and utility: An explanation for the Easterlin paradox and other puzzles. *Journal of Economic Literature*, 46(1), pp. 95-144.
- Clark, A., Kristensen, N., & Westergaard-Nielsen, N. (2009). Economic Satisfaction and income rank in small neighbourhoods. *Journal of the European Economic Association*, 7, pp. 519-527.
- Claval, P. (2001). *Multiculturalism and the dynamics of modern civilizations*. Paris: Université de Paris-Sorbonne.
- Cliff, N. (1970). The relation between sample and population characteristic vectors. *Psychometrika*, 35, pp. 163-178.
- Cohen, A. (2002). The importance of spirituality in well-being for Jews and Christians. *Journal of Happiness Studies*, 3, pp. 287-310.
- Cohen, S. D. (2003). Emotional style and susceptibility to the common cold. *Psychosomatic Medicine*, 65, pp. 652-657.
- Cohen, S., Alper, C., Doyle, W., Treanor, J., & Turner, R. (2006). Positive emotional style predicts resistance to illness after experimental exposure to rhinovirus influenza A. virus. *Psychosomatic Medicine*, 68, pp. 809-815.

- Colinsk, J. (1996). Why bounded rationality? *Journal of Economic Literature*, 34, pp. 669-700.
- Compton, W. (2004). *An introduction to positive psychology*. New York: Wadsworth Publishing.
- Costa, P., & McCrae, R. (1988). Personality in adulthood: A six-year longitudinal study of self-reports and spouse ratings on the NEO Personality Inventory. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, pp. 853-863.
- Costello, A., & Osborne, J. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10(7), pp. 1-9.
- Cox, D. (1992). Causality: Some statistical aspects. *Journal of the Royal Statistical Society*, 155, pp. 291-301.
- Crawford, C. (1975). Determining the number of interpretable factors. *Psychological Bulletin*, 82, pp. 226-237.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 12, pp. 297,334.
- Csikszentmihalyi, M. (1975). *Beyond boredom and anxiety*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Csikszentmihalyi, M. (1989). Optimal experience in work and leisure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(5), pp. 815-822.
- Csikszentmihalyi, M. (1990). *Flow*. New York: Harper & Row.
- Csikszentmihalyi, M. (1996). *Creativity*. New York: Harper Collins.
- Csikszentmihalyi, M. (1997). *Finding flow*. New York: Basic.
- Csikszentmihalyi, M., & Wong, M. (1991). The situational and personal correlates of happiness: A cross-national comparison. In F. Strack, M. Argyle, & N. Schwarz (Edits.), *Subjective well-being: An interdisciplinary perspective* (pp. 193-212). Elmsford: Pergamon Press.
- Csikszentmihalyi, M., Rathunde, K., & Whalen, S. (1993). *Talented teenagers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunningham, M. (1979). Weather, mood and helping behavior: Quasi-experiment with the sunshine samaritan. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, pp. 1947-1956.
- Danner, D., Snowdon, D., & Friesen, W. (2001). Positive emotions in early life and longevity: Findings from the nun study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 80, pp. 814-814.

- Darity, W., & Goldsmith, A. (1996). Social psychology, unemployment, and macroeconomics. *Journal of Economic Perspectives*, 1, pp. 121-140.
- Davidson, R., Marshall, J., Tomarken, A., & Henriques, J. (2000). While a phobic waits: Regional brain electrical and autonomic activity in social phobics during anticipation of public speaking. *Biological Psychiatry*, 47(2), pp. 85-95.
- Davis, J. (1965). *Education for positive mental health*. Chicago: Aldine.
- Davis, J., Smith, T., & Marsden, P. (2001). *General social survey, 1972-2000: Cumulative codebook*. Storrs: The Roper Center for Public Opinion Research.
- De Botton, A. (2000). *The consolations of philosophy*. New York: Vintage Books.
- De Neve, K., & Cooper, H. (1998). The happy personality: A meta-analysis of 137 personality traits and subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 124, pp. 197-229.
- De Vos, M. (2012). The unbearable lightness of happiness policy. In P. Booth (Ed.), *...and the Pursuit of Happiness. Wellbeing and the Role of Government* (pp. 181-204). London: The Institute of Economic Affairs.
- Deci, E., & Ryan, R. (2000). The 'what' and 'why' of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behaviour. *Psychological Inquiry*, 11, pp. 227-268.
- Denissen, J., Butalid, L., Penke, L., & Van Aken, M. (2008). The effects of weather on daily mood: a multilevel approach. *Emotion*, 8, pp. 662-667.
- Destatis Statistisches Bundesamt. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.destatis.de
- Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2006). Some uses of happiness data in economics. *Journal of Economic Perspectives*, 20, pp. 25-46.
- Di Tella, R., & MacCulloch, R. (2008). Gross national happiness as an answer to the Easterlin paradox? *Journal of Development Economics*, 86, pp. 22-42.
- Di Tella, R., Haisken-De New, J., & MacCulloch, R. (2010). Happiness adaptation to income and to status in an individual panel. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 76(3), pp. 834-852.
- Di Tella, R., MacCulloch, R., & Oswald, A. (2001). Preferences over inflation and unemployment: Evidence from surveys of happiness. *The American Economic Review*, 91(1), pp. 335-341.
- Di Tella, R., MacCulloch, R., & Oswald, A. (2003). The macroeconomics of happiness. *The Review of Economics and Statistics*, 85(4), pp. 809-827.
- Dickinson, E. (2011). *GDP: A brief history*. Obtido em 10 de 01 de 2014, de Foreign Policy: www.foreignpolicy.com/articles/2011/01/02/gdp_a_brief_history

- Didelez, V. (2007). Statistical causality. In W. Ostreng (Ed.), *Consilience. Interdisciplinary Communications*. Oslo: Centre for Advanced Study.
- Diener, E. (1984). Subjective well-being. *Psychological Bulletin*, 95, pp. 542-575.
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist*, Vol. 55, pp. 34-43.
- Diener, E., & Biswas-Diener, R. (2002). Will money increase subjective well-being? a literature review and guide to needed research. *Social Indicators Research*, 57, pp. 81-84.
- Diener, E., & Chan, M. (2011). Happy people live longer: Subjective well-being contributes to health and longevity. *Applied Psychology: Health and Well-Being*, 3(1), pp. 1-43.
- Diener, E., & Diener, C. (1996). Most people are happy. *Psychological Science*, 7, pp. 181-185.
- Diener, E., & Diener, M. (1995). Cross-cultural correlates of life satisfaction and self-esteem. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, pp. 653-663.
- Diener, E., & Larsen, R. (1984). Temporal stability and cross-situational consistency of affective, behavioral, and cognitive responses. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 47, pp. 580-592.
- Diener, E., & Lucas, R. (1999). Personality and subjective well-being. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 213-229). New York: Russell Sage Foundation.
- Diener, E., & Seligman, M. (2004). Beyond money: Toward an economy of well-being. *Psychological Science in the Public Interest*, 5, pp. 1-31.
- Diener, E., & Suh, E. (1997). Measuring quality of life: Economic, social and subjective indicators. *Social Indicators Research*, 40, pp. 189-216.
- Diener, E., & Suh, E. (Eds.). (2000). *Culture and subjective well-being*. Cambridge: MIT Press.
- Diener, E., Diener, M., & Diener, C. (1995). Factors predicting the subjective well-being of nations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, pp. 653-663.
- Diener, E., Emmons, R., Larsen, R., & Griffin, S. (1985). The Satisfaction with Life Scale. *Journal of Personality Assessment*, Vol. 49, N° 1, pp. 71-75.
- Diener, E., Horowitz, J., & Emmons, R. (1985). Happiness of the very wealthy. *Social Indicators Research*, 16, pp. 263-274.

- Diener, E., Lucas, R., & Oishi, S. (2005). Subjective well-being: The science of happiness and life satisfaction. In C. Snyder, & S. Lopez (Eds.), *The Oxford Handbook of Positive Psychology* (pp. 63-73). Oxford: Oxford University Press.
- Diener, E., Lucas, R., & Scollon, C. (2006). Beyond the hedonic treadmill: Revisions to the adaptation theory of well-being. *American Psychologist*, 61, pp. 305-314.
- Diener, E., Lucas, R., Oishi, S., & Suh, E. (2002). Looking up and looking down: Weighting good and bad information in life satisfaction judgements. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(4), pp. 437-445.
- Diener, E., Oishi, S., & Lucas, R. (2003). Personality, Culture and Subjective Well-Being: Emotional and Cognitive Evaluations of Life. *Annual Review of Psychology*, 54, pp. 403-425.
- Diener, E., Sapyta, J., & Suh, E. (1998). Subjective well-being is essential to well-being. *Psychological Inquiry*, 9, pp. 33-37.
- Diener, E., Suh, E., Lucas, R., & Smith, H. (1999). Subjective Well-Being: Three Decades of Progress. *Psychological Bulletin*, Vol. 125, Nº. 2, pp. 276-303.
- Diener, E., Suh, E., Smith, H., & Shao, L. (1995). National differences in reported subjective well-being: Why do they occur? *Social Indicators Research*, 34(1), pp. 7-32.
- Diener, E., Wolsic, B., & Fujita, F. (1995). Physical attractiveness and subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, pp. 120-129.
- Digon, E., & Bock, H. (s.d.). Suicides and climatology. *Archives of Environmental Health*, 12, pp. 279-286.
- DIW Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.diw.de
- Dobewall, H., Realo, A., Allik, J., Esko, T., & Metspalu, A. (2013). Self-other agreement in happiness and life-satisfaction: The role of personality traits. *Social Indicators Research*, 114(2), pp. 479-492.
- Dockery, A. (2003). Happiness, life satisfaction and the role of work: Evidence from two Australian surveys. *Working Paper No. 03.10*. School of Economics and Finance, Curtin Business School, Curtin University of Technology.
- Doi, T. (1986). *The anatomy of self*. Tokyo: Kodanska International.
- Dolan, P., Peasgood, T., & White, M. (2008). Do we really know what makes us happy? A review of the economic literature on the factors associated with subjective well-being. *Journal of Economic Psychology*, 29, pp. 94-122.
- Donário, A. (2013). *Road accidents, risk and biological factors. The portuguese case*. Lisboa: Edual.

- Donovan, N., & Halpern, D. (2003). Life Satisfaction: the state of knowledge and implications for government. *Conference on well-being and social capital*. Cambridge: Harvard University.
- Dorn, D., Fischer, J., Kirchgassner, G., & Sousa-Poza, A. (2007). Is it culture of democracy? The impact of democracy, and culture on happiness. *Social Indicators Research*, 82(3), pp. 505-526.
- Dos Santos, J. (2008). *La evaluación del desempeño de los trabajadores del conocimiento y el espíritu emprendedor en la administración pública portuguesa*. Tese de Doutoramento, Universidade de Sevilla, Sevilla.
- Dowdy, S., & Wearden, S. (1983). *Statistics for research*. New York: John Wiley & Sons.
- Duesenberry, J. (1949). *Income, saving, and the theory of consumer behavior*. Cambridge: Harvard University Press.
- Easterlin, R. (1974). Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence. In R. Easterlin (Ed.), *Happiness in Economics* (2002 ed., pp. 5-41). Cheltenham: Edward Elgar.
- Easterlin, R. (1995). Will raising the incomes of all increase the happiness of all? *Journal of Economic Behavior & Organization*, 27(1), pp. 35-47.
- Easterlin, R. (2001). Income and happiness: Towards a unified theory. *Economic Journal*, 111, pp. 465-484.
- Easterlin, R. (2004). *The reluctant economist: Perspectives on economics, economic history and demography*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Easterlin, R. (2005). Feeding the illusion of growth and happiness: A reply to Hagerty and Veenhoven. *Social Indicators Research*, 74, pp. 429-443.
- Easterlin, R. (2006). Life cycle happiness and its sources. Intersections of psychology, economics and demography. *Journal of Economic Psychology*, 27, pp. 463-482.
- Easterlin, R., & Sawangfa, O. (2009). Happiness and economic growth: Does the cross section predict time trends? Evidence from developing countries. *IZA discussion paper N°. 4000*.
- Eckmann, P., Davidson, R., & Friesen, W. (1990). The Duchenne smile: Emotional expression and brain physiology II. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58(2), pp. 342-353.
- Edwards, J. (2009). Joyful economists. Remarks on the history of economics and psychology from the happiness studies perspective. Tese de Doutoramento, Université Paris I Pantheon Sorbonne, Paris.

- Edwards, J. (2010). The Economics of Affluence (1946-1977). *Charles Gide Conference*. Paris.
- Ehrhardt, J., Saris, W., & Veenhoven, R. (2000). Stability of life-satisfaction over time. *Journal of Happiness Studies*, 1(2), pp. 177-205.
- Eid, M. (2008). Measuring the immeasurable: Psychometric modeling of subjective well-being data. In M. Eid, & R. Larsen (Edits.), *The science of the subjective well-being* (pp. 141-169). New York: Guilford Press.
- Ellison, C. (1991). Religious involvement and subjective well-being. *Journal of Health and Social Behavior*, 32, pp. 80-99.
- Elvik, R. (2004). *Why some road safety problems are more difficult to solve than others*. Oslo: Institute of Transport Economics.
- Emmons, R. (1986). Personal strivings: An approach to personality and subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, pp. 1058-1068.
- England, G. (1967). Personal value systems of American managers. *Academy of Management Journal*, 10, pp. 53-68.
- Epicurus. (1994). *The Epicurus reader: Selected writings and testimonia*. Indianapolis: Hackett Publishing (obra original publicada no sèc. III a.C.).
- Eurobarometer*. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de ec.europa.eu
- European Values Survey*. (s.d.). Obtido em 01 de 10 de 2014, de www.wvsevdb.com
- Eurostat*. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de epp.eurostat.ec.europa.eu
- Fabrigar, L., Wegener, D., MacCallum, R., & Strahan, E. (1999). Evaluating the use of exploratory factor analysis in psychological research. *Psychological Methods*, 3, pp. 272-299.
- Fahey, T., & Smyth, E. (2004). Do subjective indicators measure welfare? Evidence from 33 European societies. *European Societies*, 6(1), pp. 5-27.
- Fernández-Dols, J.-M., & Ruiz-Belda, M. (1990). Are smiles a sign of happiness? Gold medal winners at the Olympic games. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(6), pp. 1113-1119.
- Ferrer-i-Carbonell, A. (2005). Income and well-being: An empirical analysis of the comparison income effect. *Journal of Public Economics*, 89, pp. 997-1019.
- Ferrer-i-Carbonell, A. (2013). Happiness economics. *SERIEs*, 4, pp. 35-60.
- Ferrer-i-Carbonell, A., & Frijters, P. (2004). How important is methodology for the estimates of the determinants of happiness? *Economic Journal*, 114, pp. 641-659.

- Ferrer-i-Carbonell, A., & Gowdy, J. (2005). Environmental awareness and happiness. *Rensselaer Working Papers in Economics*, 0503.
- Ferrer-i-Carbonell, A., & Gowdy, J. (2007). Environmental degradation and happiness. *Ecological Economics*, 60(3), pp. 509-516.
- Ferrer-i-Carbonell, A., & van Praag, B. (2002). The subjective costs of health losses due to chronic diseases. An alternative model for monetary appraisal. *Health Economics*, 11, pp. 709-722.
- Ferrer-i-Carbonell, A., & van Praag, B. (2008). Do people adapt to changing circumstances? The discussion is not finished yet. *ICREA & Institut d'Analisi Economica (IAC-CSIC) (mimeo)*.
- Ferreri-i-Carbonell, A., & Ramos, X. (2009). Inequality aversion and risk attitudes. *IZA discussion paper N°*. 4703.
- Ferris, A. (2002). Religion and the quality of life. *Journal of Happiness Studies*, 3, pp. 199-215.
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS* (2^a ed.). London: Sage.
- Fink, G., Neyer, A., & Kölling, M. (2006). Understanding cross-cultural management interaction. *International Studies of Management & Organization*, 36(4), pp. 38-60.
- Fisher, R. (1918). The causes of human variability. *Eugenics Review*, 10, pp. 213-220.
- Flouri, E. (2004). Subjective well-being in midlife: The role of involvement of and closeness to parents in childhood. *Journal of Happiness Studies*, 5, pp. 335-358.
- Floyd, F., & Widman, K. (1995). Factor analysis in the development and refinement of clinical assessment instruments. *Psychological Assessment*, 7(3), pp. 286-299.
- Flugel, J. (1925). A quantitative study of feeling and emotion in everyday life. *British Journal of Psychology*, 9, pp. 318-355.
- Fordyce, M. (1977). Development of a program to increase happiness. *Journal of Counseling Psychology*, 24, pp. 511-521.
- Fordyce, M. (1988). A review of research on happiness measures: A sixty second index of happiness and mental health. *Social Indicators Research*, 20, pp. 355-81.
- Fortin, M.-F. (2003). *O processo de investigação. Da concepção à realização*. Loures: Lusociência.
- Frank, R. (1985). *Choosing the right pond*. Oxford: Oxford University Press.
- Frank, R. (1989). Frames of reference and the quality of life. *The American Economic Review*, 79(2), pp. 80-85.

- Frank, R. (1997). The frame of reference as a public good. *Economic Journal*, 107(445), pp. 1832-1847.
- Frank, R. (2005). Does absolute income matter? In P. Porta, & L. Bruni (Eds.), *Economics and happiness*. Oxford: Oxford University Press.
- Franke, R. H., Hofstede, G., & Bond, M. (2002). National Culture and Economic Growth. In M. N. Gannon (Ed.), *The Blackwell handbook of cross-cultural management* (pp. 5-15). Oxford: Blackwell.
- Fredrickson, B. (1998). What good are positive emotions? *Review of General Psychology*, 2, pp. 300-319.
- Freeman, R. (1978). Job satisfaction as an economic variable. *The American Economic Review*, 68(2), pp. 135-141.
- Freud, S. (1976). New introductory lectures on psychoanalysis. In J. Strachey (Ed.), *The complete psychological works* (Vol. 16). Norton.
- Frey, B., & Stutzer, A. (1999). Measuring preferences by subjective well-being. *American Economic Review*, 75, pp. 755-778.
- Frey, B., & Stutzer, A. (2000). Happiness, economy and institutions,. *Economic Journal*, 110(446), pp. 918-38.
- Frey, B., & Stutzer, A. (2002). *Happiness and economics: How the economy and institutions affect human well-being*. Princeton: Princeton University Press.
- Frey, B., & Stutzer, A. (2002). What can economists learn form happiness research? *Journal of Economic Literature*, 40(2), pp. 402-435.
- Frey, B., & Stutzer, A. (2012). The use of happiness research for public policy. *Social Choice and Welfare*, 38(4), pp. 659-674.
- Frey, B., Luechinger, S., & Stutzer, A. (2009). The life satisfaction approach to the value of public goods: The case of terrorism. *Public Choice*, 138(3-4), pp. 317-345.
- Frijters, P., & van Praag, B. (1998). Climate equivalence scales and the efforts of climate change on Russian welfare and well-being. *Climatic Change*, 39, pp. 61-81.
- Frijters, P., Geishecker, I., Shields, M., & Haisken-DeNew, J. (2006). Can the large swings in Russian life satisfaction be explained by ups and downs in real incomes? *Scandinavian Journal of Economics*, 108, pp. 433-458.
- Frijters, P., Shields, M., & Haisken-DeNew, J. (2004). Changes in the pattern and determinants of life satisfaction in Germany following reunification. *Journal of Human Resources*, 39, pp. 649-674.

- Frijters, P., Shields, M., & Haisken-DeNew, J. (2004). Money does matter! Evidence from increasing real incomes in East Germany following reunification. *American Economic Review*, 94, pp. 730-741.
- Frontier, S. (1976). Étude de la décroissance des valeurs propres dans une analyse en composantes principales: comparaison avec le modèle de baton brisé. *Journal of Experimental Marine Biology and Ecology*, 25, pp. 67-75.
- Fujita, F. (1991). *An investigation of the relation between extraversion, neuroticism, positive affect, and negative affect*. Urbana-Champaign: University of Illinois.
- Galbraith, J. (1958). *The affluent society*. London: Hamish Hamilton.
- Galbraith, J. (1967). *The new industrial state*. London: Hamish Hamilton.
- Galbraith, J. (1977). *The age of uncertainty*. London: British Broadcasting Corporation.
- Gardner, J., & Oswald, A. (2006). Do divorcing couples become happier by breaking up? *Journal of the Royal Statistical Society*, 169, pp. 319-336.
- Geert Hofstede & Gert Jan Hofstede. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.geerthofstede.com
- Gerdtham, U., & Johannesson, M. (2001). The relationship between happiness, health, and socio-economic factors: Results based on Swedish microdata. *Journal of Socio-Economics*, 30, pp. 553-557.
- Gigerenzer, G. (2008). *Rationality for mortals: How people cope with uncertainty*. New York: Oxford University Press.
- Gini, C. (1912). Variabilità e Mutabilità: contributo allo Studio delle distribuzioni e delle relazioni statistiche. *Studi Economico Giuridici dell' Università di Caligari*, 3, pp. 1-158.
- Glatzer, W., & Zapf, W. (Edits.). (1984). *Lebensqualität in der Bundesrepubiik. Objektive Lebensbedingungen und subjektives Wohlbefinden*. Frankfurt a.M./ New York: Campus.
- Goldberg, D. (1972). *The detection of psychiatric illness by questionnaire*. London: Oxford University Press.
- Goldberg, D. (1985). Identifying psychiatric mental illnesses among general medical patients. *British Medical Journal*, 291, pp. 161-162.
- Goldberg, D. (1992). *General health questionnaire (GHQ-12)*. Windsor: NFER-Nelson.
- Goldberg, D., & Huxley, P. (1980). *Mental illness in the community: The pathway to psychiatric care*. London: Tavistock Publications.

- Goldberg, D., & Williams, P. (1988). *A user's guide to the general health questionnaire*. Windsor: NFER-Nelson.
- Goldberg, D., Gater, R., Sartorius, N., Ustun, T., Piccinelli, M., Gureje, O., et al. (1997). The validity of two versions of the GHQ in the WHO study of mental illness in general health care. *Psychological Medicine*, 27, pp. 191-197.
- Goldings, H. J. (1954). On the avowal and projection of happiness. *Journal of Personality*, 23, pp. 30-47.
- Goodstein, L. (1981). Commentary: Do American theories apply abroad? *Organizational Dynamics*, 10(1), pp. 49-54.
- Graham, C., & Felton, A. (2006). Inequality and happiness: Insights from Latin America. *Journal of Economic Inequality*, 4(1), pp. 107-122.
- Graham, C., & Pettinato, S. (2001). Happiness, markets and democracy: Latin America in comparative perspective. *Journal of Happiness Studies*, 2, pp. 237-268.
- Graham, C., & Pettinato, S. (2002). *Happiness and hardship: Opportunity and insecurity in new market economies*. Washington: The Brookings Institution Press.
- Graham, C., Eggers, A., & Sukhtankar, S. (2004). Does happiness pay? An exploration based on panel data from Russia. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 53(3), pp. 319-342.
- Green, F. (2011). Unpacking the misery multiplier: How employability modifies the impacts of unemployment and job insecurity on life satisfaction and mental health. *Journal of Health Economics*, 30(2), pp. 265-276.
- Greenland, S., Robins, J., & Pearl, J. (1999). Confounding and collapsability in causal inference. *Statistical Science*, 14, pp. 29-46.
- Griffeth, R., Hom, P., Denisi, A., & Kirchner, W. (1980). A multivariate, multinational comparison of managerial attitudes. *Annual Meeting of the Academy of Management*. Detroit.
- Groot, W., & van den Brink, H. (2004). Money for health: The equivalent variation of cardiovascular diseases. *Health Economics*, 13, pp. 859-872.
- Grosfeld, I., & Senik, C. (2008). The emerging aversion to inequality: Evidence from Poland 1992-2005. *IZA discussion paper N° 3484*.
- Guilford, J. (1965). *Fundamental statistics in psychology and education*. New York: McGraw-Hill.
- Gurin, G., Veroff, J., & Feld, S. (1960). *Americans view their mental health*. New York: Basic Books.

- Guyen, C. (2011). Reversing the question: Does happiness affect consumption and savings behavior? *Journal of Economic Psychology*, 33(4), pp. 701-717.
- Hagerty, M. (2000). Social comparisons of income in one's community: Evidence from national surveys of income and happiness. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78(4), pp. 746-771.
- Hagerty, M., & Veenhoven, R. (2003). Wealth and happiness revisited - growing national income does go with greater happiness. *Social Indicators Research*, 64, pp. 1-27.
- Hagerty, M., & Veenhoven, R. (2006). Rising happiness in nations 1946-2004. A reply to Easterlin. *Social Indicators Research*, 79, pp. 421-436.
- Haidt, J. (2006). *The happiness hypothesis: Finding modern truth in ancient wisdom*. New York: Basic Books.
- Haire, M., Ghiselli, G., & Porter, L. (1966). *Managerial thinking: An international study*. New York: John Wiley.
- Hall, E. (1976). *Beyond culture*. New York: Anchor Books.
- Haller, M., & Hadler, M. (2006). How social relations and structures can produce happiness and unhappiness: An international comparative analysis. *Social Indicators Research*, 75, pp. 169-216.
- Hamermesh, D. (1977). Economic aspects of job satisfaction. In O. Ashenfelter, & W. Oates (Edits.), *Essays in labor market analysis* (pp. 53-72). New York: Wiley & Sons.
- Hampden-Turner, C., & Trompenaars, A. (2000). *Building cross-cultural competence: How to create wealth from conflicting values*. Yale: Yale University Press.
- Happy Planet Index*. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.happyplanetindex.org
- Harlow, R., & Cantor, N. (1996). Still participating after all these years: A study of life task participation in later life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, pp. 1235-1249.
- Haybron, D. (2007). Life satisfaction, ethical reflection, and the science of happiness. *Journal of Happiness Studies*, 8, pp. 99-138.
- Hayney, M., Love, G., Buck, J., Ryff, C., Singer, B., & Muller, D. (2003). The association between psychosocial factors and vaccine-induced cytokine production. *Vaccine*, 21(19-20), pp. 2428-2432.
- Hayo, B. (2004). Happiness in Eastern Europe. *Marburg Economic Working Paper No. 12*.
- Hayo, B., & Seifert, W. (2003). Subjective economic well-being in Eastern Europe. *Journal of Economic Psychology*, 24, pp. 329-348.

- Hayton, J., George, G., & Zahra, S. (2002). National culture and entrepreneurship: A review of behavioral research. *Entrepreneurship Theory & Practice*, 26(4), pp. 33-52.
- Headey, B., & Wearing, A. (1991). Subjective well-being: A stocks and flows framework. In F. A. Strack (Ed.), *Subjective well-being: An interdisciplinary perspective* (pp. 7-26). Oxford: Pergamon Press.
- Headey, B., & Wearing, A. J. (1992). *Understanding happiness: A theory of subjective well-being*. Melbourne: Longman Cheshire.
- Hektner, J., Schmidt, J., & Csikszentmihalyi, M. (Edits.). (2006). *Experience sampling method: Measuring the quality of everyday life*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.
- Helliwell, J. (2003). How's life? Combining individual and national variables to explain subjective well-being. *Economic Modelling*, 20, pp. 331-360.
- Helliwell, J. (2003). *Well-being and social capital: Does suicide pose a puzzle?* Vancouver: University of British Columbia.
- Helliwell, J. (2005). *Mondialisation et bien-être*. Québec: Presses de l'Université Laval.
- Helliwell, J. (2006). Well-being, social capital and public policy: What's new? *Economic Journal*, 116, pp. C34-C45.
- Helliwell, J., & Huang, H. (2010). How's the job? Well-being and social capital in the workplace. *Industrial and Labor Relations Review*, 63(2), pp. 205-227.
- Helliwell, J., & Huang, H. (s.d.). Comparing the happiness effects of real and on-line friends. *PLOS One*, 8(9).
- Helliwell, J., & Putnam, R. (2004). The social context of well-being. *Philosophical Transactions of the Royal Society London*, 359, pp. 1435-1446.
- Helliwell, J., & Wang, S. (2013). Weekends and Subjective Well-Being. *Social Indicators Research*.
- Helliwell, J., Layard, R., & Sachs, J. (Edits.). (2012). *World Happiness Report*. New York: The Earth Institute, Columbia University.
- Helson, H. (1947). Adaptation-level as a frame of reference for prediction of psychological data. *The American Journal of Psychology*, 60(1), pp. 1-29.
- Helson, H. (1964). *Adaptation-level theory: An experimental and systematic approach to behavior*. New York: Harper & Row.
- Helson, H. (1971). Adaptation-level theory: 1970 - and after. In M. Appley (Ed.), *Adaptation-level theory: A symposium* (pp. 5-17). New York: Academic Press.

- Hermans, H., & Kempen, H. (1998). Moving cultures: The perilous problem of cultural dichotomies in a globalizing society. *American Psychologist*, 53, pp. 1111-1120.
- Higgins, E. (1987). Self-discrepancy: A theory relation self and affect. *Psychological Review*, 94, pp. 319-340.
- Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hills, M. (2002). Kluckhohn and Strodtbeck's values orientation theory. *Online Readings in Psychology and Culture*, 4(4).
- Hirsch, F. (1977). *Social limits to growth*. London: Routledge.
- Hirst, M. (2003). Caring-related inequalities in psychological distress in Britain during the 1990s. *Journal of Public Health Medicine*, 25, pp. 343-346.
- Hirst, M. (2005). Carer distress: A prospective, population-based study. *Social Science & Medicine*, 61, pp. 680-691.
- Hobbes, T. (1987). Leviathan, or, the matter, form, and power of a commonwealth ecclesiastical and civil. In *The great books* (Vol. 23). Chicago: Encyclopedia Britannica (Obra original publicada em 1651).
- Hofstede, G. (1976). Nationality and espoused values of managers. *Journal of Applied Psychology*, 61, pp. 140-155.
- Hofstede, G. (1980). *Culture's Consequences: International Differences in Work-Related Values*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Hofstede, G. (1981). Motivation, leadership and organization: Do American theories apply abroad? *Organizational Dynamics*, pp. 63-68.
- Hofstede, G. (1983). The cultural relativity of organizational practices and theories. *Journal of International Business Studies*, 14(2), pp. 75-89.
- Hofstede, G. (1991). *Cultures and Organizations: Software of Mind*. London: McGraw Hill.
- Hofstede, G. (2001). *Culture's Consequences: Comparing Values, Behaviors, Institutions, and Organizations Across Nations*. London: 2 ed. Sage Publications.
- Hofstede, G. (2002). Dimensions do not exist: A reply to Brendan McSweeney. *Human Relations*, 55(11), pp. 11355-11361.
- Hofstede, G. (2002). The pitfalls of cross-national survey research: A reply to the article by Spector et al. on psychometric properties of the Hofstede values survey module 1994. *Applied Psychology*, 51(1), pp. 170-173.
- Hofstede, G. (2006). What did Globe really measure? Researchers' mind versus respondents' minds. *Journal of International Business Studies*, 37(6), pp. 882-897.

- Hofstede, G. (2011). Dimensionalizing cultures: The Hofstede model in context. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(1), pp. 1-26.
- Hofstede, G., & Bond, M. (1988). The Confucius connection: From cultural roots to economic growth. *Organizational Dynamics*, 16, pp. 4-21.
- Hofstede, G., Hofstede, G., & Minkov, M. (2010). *Cultures and organizations: Software of the mind* (3^a rev. ed.). New York: McGraw-Hill.
- Hofstede, G., Hofstede, G., Minkov, M., & Vinken, V. (2008). *Values Survey Module 2008*. Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.geerthofstede.nl/vsm-08
- Holland, P. (1986). Statistics and causal interference. *Journal of the American Statistical Association*, 81, pp. 945-960.
- Hollander, H. (2001). On the validity of utility statements: Standard theory versus Duesenberry's. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 45, pp. 227-249.
- Holt, J. (02 de Fevereiro de 2006). Oh, joy. *The New York Times*.
- Horn, J. (1965). A rationale and test for the number of factors in factor analysis. *Psychometrika*, 30, pp. 179-185.
- House, R. J., Javidan, M., Hanges, P., & Dorfman, P. (2002). Understanding cultures and implicit leadership theories across the globe: An introduction to project GLOBE. *Journal of World Business*, 37(1), pp. 3-10.
- House, R., & al., e. (1999). *Cultural influences on leadership and organizations: Project GLOBE*. Stanford: JAL Press.
- House, R., Hanges, P., Javidan, M., Dorfman, P., & Gupta, V. (Edits.). (2004). *Culture, leadership, and organizations: The GLOBE study of 62 societies*. London: Sage Publications.
- Howarth, E., & Hoffmann, M. (1984). A multidimensional approach to the relationship between mood and weather. *British Journal of Psychology*, 75, pp. 15-23.
- Hsu, F. (1983). *Rugged individualism reconsidered*. Knoxville: University of Tennessee Press.
- Huang, H., & Humphreys, B. (2012). Sports participation and happiness: Evidence from U.S. micro data. *Journal of Economic Psychology*, 33(4), pp. 776–793.
- Hudson, J. (2006). Institutional trust and subjective well-being across the EU. *Kyklos*, 59(1), pp. 43-62.
- Iaffaldano, M., & Muchinsky, P. (1985). Job satisfaction and job performance: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 97(2), pp. 251-273.

- Inglehart, R. (1997). *Modernization and postmodernization: Cultural, economic and political change in 43 societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R., & al. (2000). World values surveys and European values surveys, 1981–1984, 1990–1993, and 1995–1997. *ICPSR Version*. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research.
- Inglehart, R., & Klingemann, H.-D. (2000). Democracy and happiness. In E. Diener, & E. Suh (Edits.), *Genes, culture and subjective wellbeing*. Cambridge: MIT Press.
- Inkeles, A. (1960). Industrial man: The relation of status to experience, perception and value. *American Journal of Sociology*, 66, pp. 1-31.
- Inkeles, A., & Levinson, D. (1954). National Character: The study of modal personality and sociocultural systems. In G. (. Lindzey, *Handbook of social psychology* (Vol. 2: Special Fields and Applications, pp. 977-1020). Cambridge: Addison-Wesley.
- Inkeles, A., & Smith, D. (1974). *Becoming modern*. Cambridge: Harvard University.
- itim America Institute for Training in Intercultural Management. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.itimamerica.com
- Jackson, J. (1991). *A user's guide to principal components*. New York: John Wiley & Sons.
- Jacobson, B. (2007). What is happiness? The concept of hapiness in existential psychology and therapy. *Existential Analysis*, 18(1), pp. 39-50.
- James, H., & Chymis, A. (2004). Are happy people ethical people? Evidence from North America and Europe. *AEWP working Ppper Nº. 2004-8*. Columbia, MO: University of Missouri, Department of Agricultural Economics.
- Jeffries, S. (31 de Março de 2013). Is Germany too powerful for Europe? *The Guardian*.
- Jevons, W. (1970). *The theory of political economy*. Harmondsworth: Penguin Books (obra original publicada em 1871).
- Johnson, W., & Krueger, R. (2006). How money buys hapiness: Genetic and environmental processes linking finances and life satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90, pp. 680-691.
- Jolliffe, I. (2002). *Principal Component Analysis*. Berlin: Springer.
- Jones, J. (2004). *Americans: Life is good and will only improve*. Washington DC: The Gallup Organization.
- Kagitcibasi, C. (1990). Family and socialization in cross-cultural perspective: A model of change. *Nebraska Symposium on Motivation*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- Kahn, B., & Isen, A. (1993). The influence of positive affect on variety seeking among safe, enjoyable products. *Journal of Consumer Research*, 20(2), pp. 257-270.

- Kahneman, D. (1999). Objective happiness. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-Being: The Foundations of Hedonic Psychology* (pp. 3-25). New York: Russell Sage Foundation.
- Kahneman, D. (2003). Map of bounded rationality: Psychology for behavioural economics. *American Economic Review*, 93(5), pp. 1449-1475.
- Kahneman, D., & Krueger, A. (2006). Developments in the measurement of subjective well-being. *Journal of Economic Perspectives*, 20(1), pp. 3-24.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. *Econometrica*, 47, pp. 263-291.
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1993). Advances in prospect theory: Cumulative representation of uncertainty. *Journal of Risk and Uncertainty*, 5(4), pp. 297-323.
- Kahneman, D., Diener, E., & Schwarz, N. (1999). *Well-being: The foundations of hedonic psychology*. New York: Russell Sage Foundation.
- Kahneman, D., Krueger, A., Schkade, D., Schwarz, N., & Stone, A. (2004). A survey method for characterizing daily life experience: The Day Reconstruction Method (DRM). *Science*, 306, pp. 1776-1780.
- Kahneman, D., Wakker, P., & Sarin, R. (1997). Back to Bentham? Explorations of experienced utility. *Quarterly Journal of Economics*, 112(2), pp. 375-406.
- Kaiser, H. (1960). The application of electronic computers to factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 20, pp. 141-151.
- Kaiser, L. (2002). Job satisfaction: A comparison of standard, non-standard and self-employment patterns across Europe with a special note to the gender/ job satisfaction paradox. *EPAG working paper N° 27*.
- Kals, W. (1982). *Your health, your moods and the weather*. Garden City: Doubleday.
- Kashdan, T., Biswas-Diener, R., & King, L. (2008). Reconsidering happiness: The costs of distinguishing between hedonics and eudaimonia. *Journal of Positive Psychology*, 3(4), pp. 219-233.
- Kasser, T. (2002). *The high price of materialism*. Cambridge: MIT Press.
- Kasser, T., & Ryan, R. (1993). A dark side of the American dream: Correlates of financial success as a central life aspiration. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, pp. 410-422.
- Kaufman, B. (1991). *Happiness is a choice*. New York: Fawcett.

- Keltner, D., & Harker, L. (2001). Expressions of positive emotion in women's college yearbook pictures and their relationship to personality and life outcomes across adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 25, pp. 159-167.
- Kemp, M., & Ng, Y.-K. (1976). On the existence of social welfare functions, social orderings and social decision functions. *Economica*, 43, pp. 59-66.
- Kenny, C. (1999). Does growth cause happiness, or does happiness cause growth? *Kyklos*, 52(1), pp. 3-26.
- Kesebier, P., & Diener, E. (2008). In pursuit of happiness. Empirical answers to philosophical questions. *Perspectives on Psychological Science*, 3(2), pp. 117-125.
- Keyes, C. S. (2002). Optimizing well-being: The empirical encounter of two traditions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82, pp. 1007-1022.
- Kim, U., Triandis, H., Kagitcibasi, C., Choi, S., & Yoon, G. (Edits.). (1994). *Individualism and collectivism: Theory, method, and applications*. London: Sage.
- King, L. H. (2006). Positive affect and the experience of meaning in life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 90, pp. 179-196.
- King, L., & Napa, C. (1998). What makes life good? *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, pp. 156-165.
- Kipfer, B. (1990). *14,000 things to be happy about*. New York: Workman Publishing.
- Kirkman, B., Lowe, K., & Gibson, C. (2006). A quarter century of Culture's Consequences: A review of empirical research incorporating Hofstede's cultural values framework. *Journal of International Business Studies*, 37, pp. 285-320.
- Kluckhohn, C. (1962). *Culture and behavior*. New York: The Free Press of Glencoe.
- Kluckhohn, F., & Strodtbeck, F. (1961). *Variations in value orientations*. Westport: Greenwood.
- Knabe, A., & Rätzl, S. (2011). Scarring or scaring? The psychological impact of past unemployment and future unemployment risk. *Economica*, 78(310), pp. 283-293.
- Knight, F. (1922). Ethics and the economic interpretation. *Quarterly Journal of Economics*, 36, pp. 454-481.
- Knight, J., & Gunatilaka, R. (2012). Income, aspiration and the hedonic treadmill in a poor society. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 82(1), pp. 67-81.
- Koivumaa, H., Honkanen, R., Viinamaeki, H., Heikkilae, K., & Koskenvuo, M. (2001). Life satisfaction and suicide: A 20-year follow-up study. *American Journal of Psychiatry*, 158(3), pp. 433-439.

- Koltko-Rivera, M. (2004). The psychology of worldviews. *Review of General Psychology*, 8(1), pp. 3-58.
- Korpi, T. (1997). Is utility related to employment status? Employment, unemployment, labor market policies and subjective well-being among Swedish youth. *Labour Economics*, 4, pp. 125-147.
- Kringelbach, M., & Berridge, K. (2010). The Neuroscience of Happiness and Pleasure. *Social Research*, 77(2), pp. 659-678.
- Kroeber, A., & Kluckhohn, C. (1952). *Culture: A critical review of concepts and definitions*. New York: Vintage Books.
- Kuhn, M., & McPartland, R. (1954). An empirical investigation of self attitudes. *American Sociological Review*, 19, pp. 68-76.
- Kuznets, S. (1934). *National Income, 1929-1932*. New York: National Bureau of Economic Research.
- Lakatos, E., & Markoni, M. (1992). *Fundamentos de metodologia científica* (4^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Lambert, G., Reid, C., Kaye, D., Jennings, G., & Esler, M. (2002). Effects of sunlight and season on serotonin turnover in the brain. *Lancet*, 360, pp. 1840-1842.
- Lansford, J. (2000). Family relationships, friendships, and well-being in the United States and Japan. *Dissertation Abstracts International*, 61(3).
- Larsen, R., & Fredrickson, B. (1999). Measurement Issues in Emotion Research. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *Well-being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 40-60). New York: Russell Sage Foundation.
- Larson, R., & Csikszentmihalyi, M. (1983). The experience sampling method. *New Directions for Methodology of Social and Behavioral Science*, 15, pp. 41-56.
- Layard, R. (1980). Human satisfactions and public policy. *Economic Journal*, 90(360), pp. 737-750.
- Layard, R. (2006). Happiness and public policy: A Challenge to the profession. *Economic Journal*, 116, pp. C24-C33.
- Layard, R. (2011). *Happiness. Lessons from a new science* (2 ed.). London: Penguin Books.
- Lee, G., Seecombe, K., & Shehan, C. (1991). Marital status and personal happiness: an analysis of trend data. *Journal of Marriage and the Family*, 53, pp. 839-844.
- Legendre, P. (2001). *Model II regression - User's guide*. Montréal: Département de Sciences Biologiques, Université de Montréal.
- Legendre, P., & Legendre, L. (1983). *Numerical Ecology*. Amsterdam: Elsevier Science BV.

- Leigh, A., & Wolfers, J. (2006). Happiness and the human development index: Australia is not a paradox. *Australian Economic Review*, 59, pp. 176-184.
- Lelkes, O. (2006). Knowing what is good for you. Empirical analysis of personal preferences and the "objective" good. *The Journal of Socio-Economics*, 35, pp. 285-307.
- Levinsohn, P., & Graf, M. (1973). Pleasant activities and depression. *Journal of Consulting and clinical Psychology*, 41, pp. 261-268.
- Levinson, A. (2009). Valuing air quality using happiness data: The case of air quality. *NBER working paper series N15156*.
- Li, B., & Lu, Y. (2008). *Happiness and development: The effect of mental well-being on economic growth*. Obtido em 10 de 01 de 2014, de <http://www.crpe.cn/06crpe/index/tribune/lunwen/100.pdf>
- Li, B., & Lu, Y. (2010). *Is Happiness Good for Economic Growth?* Obtido em 10 de 01 de 2014, de http://ap4.fas.nus.edu.sg/fass/ecsluyi/happiness_sub.pdf
- Li, Y., Pickles, A., & Savage, M. (2005). Social capital and social trust in Britain. *European Sociological Review*, 21(2), pp. 109-123.
- Lindström, M. (2003). Social capital, the miniaturisation of community and self-reported global and psychological health. *Social Science Medicine*, 59(3), pp. 595-607.
- Linley, P. M. (2009). Measuring happiness: The higher order factor structure of subjective and psychological well-being measures. *Personality and Individual Differences*, 47, pp. 878-884.
- Linn, R. (1968). A Monte Carlo approach to the number of factors problem. *Psychometrika*, 33, pp. 37-72.
- Little, B. (1989). Personal projects analysis: Trivial pursuits, magnificent obsessions, and the search for coherence. In D. e. Buss (Ed.), *Personality Psychology: Recent trends and emerging directions* (pp. 15-31). New York: Springer Verlag.
- Loewenstein, G., O'Donoghue, T., & Rabin, M. (2003). Projection bias in predicting future utility. *The Quarterly Journal of Economics*, pp. 1209-1248.
- Lorentzen, P., McMillan, J., & Wacziarg, R. (2008). Death and Development. *Journal of Economic Growth*, 13(2), pp. 81-124.
- Louis, V., & Zhao, S. (2002). Effects on family structure, family SES, and adulthood experiences on life satisfaction. *Journal of Family Issues*, 23, pp. 986-1005.
- Lu, L., & Shih, J. (1997). Personality and happiness: Is mental health a mediator? *Personality and Individual Differences*, 22, pp. 249-256.

- Lu, L., Gilmour, R., & Kao, S.-F. (2001). Cultural values and happiness: An East–West dialogue. *The Journal of Social Psychology*, 141(4), pp. 477–493.
- Lucas, E., & Fujita, F. (2000). Factors influencing the relation between extraversion and pleasant affect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79, pp. 1039-1056.
- Lucas, R., Clark, A., Georgellis, Y., & Diener, E. (2003). Reexamining adaptation and the set point model of happiness: Reactions to changes in marital status. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84, pp. 527-539.
- Lucas, R., Clark, A., Georgellis, Y., & Diener, E. (2004). Unemployment alters the set point for life satisfaction. *Psychological Science*, 15, pp. 8-13.
- Lucas, R., Diener, E., & Suh, E. (1996). Discriminant validity of well-being measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, pp. 616-628.
- Luechinger, S. (2009). Valuing air quality using the life satisfaction approach. *Economic Journal*, 119(536), pp. 482-515.
- Luechinger, S., & Raschky, A. (2009). Valuing flood disasters using the life satisfaction approach. *Journal of Public Economics*, 93(3- 4), pp. 620-633.
- Lusa. (9 de Maio de 2012). Portugal pode vir a medir Felicidade Interna Bruta. *Sol*.
- Luttmer, E. (2005). Neighbors as negatives: Relative earnings and well-being. *Quarterly Journal of Economics*, 20(3), pp. 963-1002.
- Lykken, D. (1999). *Happiness*. New York: St. Martin's Griffin.
- Lykken, D., & Tellegen, A. (1996). Happiness is a stochastic phenomenon. *Psychological Science*, 7, pp. 186-189.
- Lyubomirsky, S. (2007). *The how of happiness: A practical guide to getting the life you want*. London: Sphere.
- Lyubomirsky, S., King, L., & Diener, E. (2005). The benefits of frequent positive affect: Does happiness lead to success? *Psychological Bulletin*, 131(6), pp. 803-855.
- Lyubomirsky, S., Sheldon, K., & Schkade, D. (2005). Pursuing happiness: The architecture of sustainable change. *Review of General Psychology*, 9, pp. 111-131.
- Lyubomirsky, S., Tkach, C., & Dimatteo, M. (2006). What are the differences between happiness and self-esteem? *Social Indicators Research*, 78, pp. 363-404.
- Macdonald, M., & Douthitt, R. (1992). Consumption theories and consumers' assessments of subjective well-being. *The Journal of Consumer Affairs*, 26(2), pp. 243-261.
- MacKerron, G., & Mourato, S. (2009). Life satisfaction and air quality in London. *Ecological Economics*, 68(5), pp. 1441-1453.

- Magdol, L. (2002). Is moving gendered? The effects of residential mobility on the psychological well-being of men and women. *Sex Roles*, 47, pp. 553-560.
- Magnus, K., & Diener, E. (1991). A longitudinal analysis of personality, life events, and subjective well-being. *63rd Annual Meeting of the Midwestern Psychological Association*. Chicago.
- Magnus, K., Diener, E., Fujita, F., & Pavot, W. (1993). Extraversion and neuroticism as predictors of objective life-events: A longitudinal study. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, pp. 1046-1053.
- Maltby, J., Day, L., & Barbour, L. (2005). Forgiveness and happiness: The differing contexts of forgiveness using the distinction between hedonic and eudaimonic happiness. *Journal of Happiness Studies*, 6, pp. 11-13.
- Malthus, T. (2004). *An essay on the principle of population*. Oxford: Oxford University Press (obra original publicada em 1789).
- Marcuse, L. (1962). *Philosophie des Glücks*. München: Paul List Verlag.
- Margraf, J., Meyer, A., & Lavalley, K. (2013). Well-being from the knife?: Psychological effects of aesthetic surgery. *Clinical Psychological Science*, 1, pp. 239-252.
- Markoni, M., & Lakatos, E. (1996). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marks, G., & Flemming, N. (1999). Influences and consequences of well-being among Australian young people: 1980-1995. *Social Indicators Research*, 46, pp. 301-323.
- Marks, N., Lambert, J., & Choi, H. (2002). Transitions to caregiving, gender, and psychological well-being: A prospective US national study. *Journal of Marriage and the Family*, 64, pp. 657-667.
- Markus, H., & Kitayama, S. (1991). Culture and self: Implications for cognition, emotion, and motivation. *Psychological Bulletin*, 102, pp. 72-90.
- Marshall, A. (2004). *Principles of Economics*. New York: Cosimo (obra original publicada em 1890).
- Maslow, A. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper.
- Matson, W. (1998). Hegesias: The death-persuader; Or the gloominess of hedonism. *Philosophy*, 73, pp. 553-557.
- Maznevski, M., DiStefano, J., Gomez, C., Noorderhaven, N., & Wu, P. (2002). Cultural dimensions at the individual level of analysis: The cultural orientations framework. *International Journal of Cross Cultural Management*, 2(3), pp. 275-295.

- McAdams, D., & de St. Aubin, E. (1992). A theory of generativity and its assessment through self-report, behavioral acts, and narrative themes in autobiography. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, pp. 1003-1015.
- McBride, M. (2001). Relative-income effects on subjective well-being in the cross-section. *Journal of Economic Behavior and Organization*, 45, pp. 251-278.
- McBride, M. (2010). Money, happiness, and aspirations: An experimental study. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 74, pp. 262-276.
- McClelland, D. C. (1985). *Human motivation*. Glenview: Scott Foresman.
- McGregor, I., & Little, B. (1998). Personal projects, happiness and meaning: On doing well and being yourself. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, pp. 494-512.
- McMahon, D. (2006). *Happiness: A history*. New York: Atlantic Monthly Press.
- McSweeney, B. (2002). Hofstede's model of national cultural differences and their consequences: A triumph of faith - a failure of analysis. *Human Relations*, 55(1), pp. 89-118.
- Meier, S., & Stutzer, A. (2008). Is volunteering rewarding in itself? *Economica*, 75(297), pp. 39-59.
- Michalos, A. (1985). Multiple discrepancy theory. *Social Indicators Research*, 16, pp. 347-413.
- Michalos, A. (1991). *Global report on student well-being*. (Vol. 1: Life Satisfaction and Happiness). New York: Springer.
- Michalos, A. (2003). *Essays on the quality of life*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Michalos, A., & Zumbo, B. D. (2000). Criminal victimization and the quality of life. *Social Indicators Research*, 50(3), pp. 245-295.
- Mill, J. (1843). *A system of logic, ratiocinative and inductive: Being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigation* (5 ed.). London: John W. Parker.
- Mill, J. (1944). *Autobiography of John Stuart Mill*. New York: Columbia University Press.
- Minkov, M. (2007). *What makes us different and similar; A new interpretation of the World Values Survey and other cross-cultural data*. Sofia: Klasika i Stil.
- Minkov, M. (2009). Predictors of differences in subjective well-being across 97 nations. *Cross-Cultural Research*, 43(2), pp. 152-179.
- Morawetz, D., Atia, E., Bin-Nun, G., Felous, L., Gariplerden, Y., Harris, E., et al. (1977). Income distribution and self-reported happiness: Some empirical evidence. *Economic Journal*, 87, pp. 511-522.

- Morris, C. (1956). *Varieties of human value*. Chicago: University of Chicago Press.
- Mota, G. A. (2010). Three essays on happiness in economics. Exploring the usefulness of subjective well-being data for the economic analysis of welfare. Tese de Doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto.
- Moum, P. (1996). Subjective well-being as a short- and a long-term predictor of suicide in the general population. *World Conference on Quality of Life*. Prince George, British Columbia, Canada.
- Mulder, M. (1977). *The daily power game*. Leiden: Martinus Nijhoff.
- Mulligan, B., Hunter, M., & Persinger, M. (2010). Effects of geomagnetic activity and atmospheric power variation on quantitative measures of brain activity: Replication of the Azerbaijani Studies. *Advances in Space Research*, 45, pp. 940-948.
- Murgea, A., & Marini, G. (s.d.). Mood misattribution and investment decisions. *The Center for Financial & Management Studies of the University of London Working Paper*, No. 085_DP103.
- Myers, D. (1992). *The pursuit of happiness: Who is happy and why?* New York: W. Morrow.
- Nakamura, J., & Csikszentmihalyi, M. (2002). The concept of flow. In C. Snyder, & E. Wright (Eds.), *Handbook of positive psychology* (pp. 89-105). Oxford: Oxford University Press.
- Nastos, P., Paliatsos, A., Tritakis, V., & Bergiannaki, A. (2006). Environmental discomfort and geomagnetic field influence on psychological mood in Athens, Greece. *Indoor and Built Environment*, 15, pp. 365-372.
- Ng, Y.-K. (1978). Economic growth and social welfare - Need for a complete study of happiness. *Kyklos*, 32(4), pp. 575-587.
- Ng, Y.-K. (1980). Money and happiness - 1st lesson of eudaimonology. *Kyklos*, 33(1), pp. 161-163.
- Ng, Y.-K. (1980). Toward eudaimonology - Notes on a quantitative framework for the study of happiness. *Mathematical Social Sciences*, 1(1), pp. 51-68.
- Ng, Y.-K. (1997). A case for happiness, cardinalism, and interpersonal comparability. *Economic Journal*, 107(445), pp. 1848-1858.
- Nix, G., Ryan, R., Manly, J., & Deci, E. (1999). Revitalization through self-regulation: The effects of autonomous and controlled motivation on happiness and vitality. *Journal of Experimental Social Psychology*, 35, pp. 266-284.
- NORC - National Opinion Research Center. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.norc.org

- Nozick, R. (1974). *Anarchy, state and utopia*. New York: Basic Books.
- Nunnally, J. C. (1978). *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill.
- O'connell, M. (2004). Fairly satisfied: Economic equality, wealth and satisfaction. *Journal of Economic Psychology*, 25, pp. 297-305.
- OECD. (s.d.). *OECD Better Life Index*. Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.oecdbetterlifeindex.org
- Oishi, S. (2001). Cross-cultural differences in on-line and retrospective happiness: US vs. Japan. *13th Annual Meeting of the American Psychological Society*. Toronto.
- Oishi, S., Diener, E., Lucas, R., & Suh, E. (1999). Cross-cultural variations in predictors of life satisfaction: Perspectives from needs and values. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 25(8), pp. 980-990.
- Oishi, S., Diener, E., Suh, E., & Lucas, R. (1999). Value as a moderator in subjective well-being. *Journal of Personality*, 67(1), pp. 157-184.
- Okazaki, S. (2000). Asian American and white American differences on affective distress symptoms: Do symptom reports differ across reporting methods? *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 31, pp. 603-25.
- Okun, M., Haring, M., & Witter, R. (1984). The social activity/ subjective well-being relation: A quantitative synthesis. *Research on Aging*, 6, pp. 45-65.
- Omodei, M., & Wearing, A. (1990). Need satisfaction and involvement in projects: Towards an integrative model of subjective well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, pp. 762-769.
- Origoa, F., & Paganib, L. (2009). Flexicurity and job satisfaction in Europe: The importance of perceived and actual job stability for well-being at work. *Labour Economics*, 16, pp. 547-555.
- Ormerod, P. (2012). The folly of wellbeing in public policy. In P. Booth (Ed.), ... *and the pursuit of happiness. Wellbeing and the role of government* (pp. 39-58). London: The Institute of Economic Affairs.
- Osland, J., & Bird, A. (2000). Beyond sophisticated stereotyping: Cultural sensemaking in context. *Academy of Management Executive*, 14(1), pp. 1993-2005.
- Oswald, A. (1997). Happiness and economic performance. *Economic Journal*, 107(445), pp. 1815-1831.
- Oswald, A., & Powdthavee, N. (2006). Does happiness adapt? A longitudinal study of disability with implications for economists and judges. Institute for the Study of Labour, IZA DP No. 2208.

- Oswald, A., & Powdthavee, N. (2007). Death, happiness, and the calculation of compensatory damages. *IZA Discussion Paper No. 3159*, pp. 3-44.
- Oswald, A., & Powdthavee, N. (2007). Obesity, unhappiness, and the challenge of affluence: Theory and evidence. *Economic Journal*, 117, pp. F441-F454.
- Palmore, E. (1969). Predicting longevity: A follow-up controlling for age. *Journal of Gerontology*, 39, pp. 109-116.
- Parks, R. (1976). An impossibility theorem for fixed preferences: A dictatorial Bergson-Samuelson welfare function. *Review of Economic Studies*, 43, pp. 447-450.
- Parrott, W., & Sabini, J. (s.d.). Mood and memory under natural conditions: evidence for mood incongruent recall. *Journal of Personality and Social Psychology*, 59, pp. 321-336.
- Patil, V., Singh, S., Mishra, S., & Donovan, D. (2008). Efficient theory development and factor retention criteria: Abandon the eigenvalue greater than one criterion. *Journal of Business Research*, 61(2), pp. 162-170.
- Pavot, W., & Diener, E. (1993). Review of the satisfaction with life scale. *Psychological Assessment*, 5, pp. 164-172.
- Pavot, W., & Diener, E. (1993). The affective and cognitive context of self-reported measures of subjective well-being. *Social Indicators Research*, 28(1), pp. 1-20.
- Pavot, W., & Diener, E. (2008). The satisfaction with life scale and the emerging construct of life satisfaction. *Journal of Positive Psychology*, 3, pp. 137-152.
- Pavot, W., Diener, E., Colvin, C., & Sandvik, E. (1991). Further validation of the satisfaction with life scale: Evidence for the cross-method convergence of well-being measures. *Journal of Personality Assessment*, 57, pp. 149-161.
- Paxton, W., & Dixon, M. (2004). *The state of the nation*. London: Institute for Public Policy Research.
- Pearson, K. (1901). On lines and planes of closest fit to a system of points in space. *Philosophical Magazine*, 2, pp. 557-572.
- Peres-Neto, P., Jackson, D., & Somers, K. (2005). How many principal components? Stopping rules for determining the number of non-trivial axes revisited. *Computational Statistics Data Analysis*, 49, pp. 974-997.
- Persinger, M., & Levesque, B. (1983). Geophysical variables and behavior: XII: The weather matrix accommodates large portions of variance of measured daily mood. *Perceptual and Motor Skills*, 57, pp. 868-870.
- Peterson, C., Park, N., & Seligman, M. (2005). Orientations to happiness and life satisfaction: The full life versus the empty life. *Journal of Happiness Studies*, 6, pp. 25-41.

- PewResearchCenter. (2006). *Are we happy yet?* Obtido em 14 de Setembro de 2013, de pewresearch.org
- Pichler, F. (2006). Subjective quality of life of young Europeans. Feeling happy but who knows why? *Social Indicators Research*, 75, pp. 419-444.
- Pigou, A. (1920). *The economics of welfare*. London: Macmillan and Co.
- Platão. (1999). *The symposium*. (W. Hamilton, Trad.) London: Penguin Classics (obra original publicada no sèc. III a.C.).
- Poloma, M., & Pendleton, B. (1990). Religious domains and general well-being. *Social Indicators Research*, 22, pp. 255-276.
- Pordata. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.pordata.pt
- Powdthavee, N. (2009). Think having children will make you happy? *Psychology*, 22, pp. 308-311.
- Putnam, R. (1993). *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press .
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de investigação em ciências*. Lisboa: Gradiva.
- Rankin, M. B. (1998). Quality-of-life outcomes after cosmetic surgery. *Plastic and Reconstructive Surgery*, 102(6), pp. 2139-2145.
- Ravallion, M., & Lokshin, M. (2001). Identifying welfare effects from subjective questions. *Economica*, 68(271), pp. 335-357.
- Ravallion, M., & Lokshin, M. (2002). Self-rated economic welfare in Russia. *European Economic Review*, 46, pp. 1453-1473.
- Rehdanz, K., & Maddison, D. (2005). Climate and happiness. *Ecological Economics*, 52(1), pp. 111-125.
- Reis, H., & Gable, S. (2003). Toward a positive psychology of relationships. In C. Keys, & J. Haidt, *Flourishing: The positive person and the good life* (pp. 129-159). Washington DC: American Psychological Association.
- Reise, S., Waller, N., & Comrey, A. (2000). Factor analysis and scale revision. *Psychological Assessment*, 12(3), pp. 287-297.
- Reiter, J. (2000). Using statistics to determine causal relationships. *The American Mathematical Monthly*, pp. 1-15.
- Ricardo, D. (1821). *On the principles of political economy and taxation*. London: John Murray (obra original publicada em 1817).

- Rice, T., & Steel, B. (2004). Subjective well-being and culture across time and space. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 35(6), pp. 633-647.
- Richins, M., & Dawson, S. (s.d.). A consumer values orientation for materialism and its measurement: Scale development and validation. *Journal of Consumer Research*, 19, pp. 303-316.
- Ritchey, L., Ritchey, P., & Dietz, B. (2001). Clarifying the measurement of activity. *Activities, Aging & Adaptation*, 26, pp. 1-21.
- Roberts, J., Hodgson, R., & Dolan, P. (2011). "It's driving her mad": Gender differences in the effects of commuting on psychological health. *Journal of Health Economics*, 30(5), pp. 1064-1076.
- Robinson, J., & Shaver, P. (1969). Measures of social psychological attitudes. *Appendix B to Measures of political attitudes*. Ann Arbor, Michigan: Survey Research Center, Institute for Social Research.
- Rockeach, M. (1973). *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Ronen, S., & Kraut, A. (1977). Similarities among countries based on employee work values and attitudes. *Columbia Journal of World Business*, 12(2), pp. 89-96.
- Ronen, S., & Shenkar, O. (1985). Clustering countries on attitudinal dimensions: A review and synthesis. *Academy of Management Review*, 10, pp. 435-454.
- Rosenbaum, P., & Rubin, D. (1983). The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. *Biometrika*, 70, pp. 41-55.
- Rözer, J., & Kraaykamp, G. (2013). Income inequality and subjective well-being: A cross-national study on the conditional effects of individual and national characteristics. *Social Indicators Research*, 113(3), pp. 1009-1023.
- Rubin, D. (1986). Comment. Which ifs have causal answers. *Journal of the American Statistical Association*, 81, pp. 961-962.
- Rubin, D. (1990). Comment on Neyman (1923) and causal inference in experiments and observational studies. *Statistical Science*, 5, pp. 472-480.
- Rusting, C., & Larsen, R. (1997). Extraversion, neuroticism, and susceptibility to positive and negative affect: A test of two theoretical models. *Personality and Individual Differences*, 22, pp. 607-612.
- Ryan, R. (1995). Psychological needs and the facilitation of integrative processes. *Journal of Personality*, 63, pp. 397-427.
- Ryan, R., & Deci, E. (2000). Self-determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development and well-being. *American Psychologist* 55, pp. 68-78.

- Ryan, R., & Deci, E. (2001). On happiness and human potentials: A review of research on hedonic and eudaimonic well-being. *Annual Review Psychology*, 52, pp. 141-166.
- Ryan, R., Huta, V., & Deci, E. (2008). Living well: A self-determination theory perspective on eudaimonia. *Journal of Happiness Studies*, 9, pp. 139-170.
- Ryff, C. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57, pp. 1069-1081.
- Ryff, C. (1995). Psychological well-being in adult life. *Current Directions in Psychological Science*, 4, pp. 99-104.
- Ryff, C., & Keyes, C. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, pp. 719-727.
- Ryff, C., & Singer, B. (1996). Psychological well-being: Meaning, measurement and implications for psychotherapy research. *Psychotherapy and Psychosomatics*, 65, pp. 14-23.
- Ryff, C., & Singer, B. (1998). The contours of positive human health. *Psychological Inquiry*, 9, pp. 1-28.
- Ryff, C., & Singer, B. (2008). Know thyself and become what you are: An eudaimonic approach to psychological well-being. *Journal of Happiness Studies*, 9, pp. 13-39.
- Saad, L. (2004). *A nation of happy people: Most Americans are happy and satisfied with their life*. Washington DC: Gallup Organization.
- Sacks, D., Stevenson, B., & Wolfers, J. (2012). Subjective wellbeing, income, economic development and growth . In P. Booth (Ed.), ... *and the pursuit of happiness. Wellbeing and the role of government* (pp. 59-97). London: The Institute of Economic Affairs.
- Sales, S., & House, J. (1971). Job dissatisfaction as a possible risk factor in coronary heart disease. *Journal of Chronic Diseases*, 23, pp. 861-873.
- Sandvik, E., Diener, E., & Seidlitz, L. (1993). Subjective well-being: The convergence and stability of self-report and non-self-report measures. *Journal of Personality*, 61, pp. 317-342.
- Schein, E. (1992). *Organizational culture and leadership*, (2^a ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Schimmack, U. O. (2005). Individualism: A valid and important dimension of cultural differences between nations. *Personality and Social Psychology Review*, 9(1), pp. 17-31.

- Schooler, J., Ariely, D., & Loewenstein, G. (2003). The pursuit and assessment of happiness may be self-defeating. In I. Brocas, & J. Carrillo (Eds.), *The psychology of economic decisions* (Vols. 1: Rationality and well-being, pp. 41-70). New York: Oxford University Press.
- Schoon, I., Hansson, L., & Salmela-Aro, K. (2005). Combining work and family life: Life satisfaction among married and divorced men and women in Estonia, Finland and the UK. *European Psychologist*, 10, pp. 309-319.
- Schory, T., Piecznski, N., Nair, S., & El-Mallakh, R. (2003). Barometric pressure, emergency psychiatric visits and violent acts. *The Canadian Journal of psychiatry*, 48, pp. 624-627.
- Schwartz, P. (2012). Happiness is not within the government's remit: The philosophical flaw in happiness economics. In P. Booth (Ed.), *...and the pursuit of happiness. Wellbeing and the role of government* (pp. 222-245). London: The Institute of Economic Affairs.
- Schwartz, S. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In P. Mark (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 25, pp. 1-65). Academic Press.
- Schwartz, S. (1999). A theory of cultural values and some implications. *Applied Psychology: An international Review*, 48(1), pp. 23-47.
- Schwartz, S. (2006). Les valeurs de base de la personne: Théorie, mesures et applications. *Révue Française de Sociologie*, 42, pp. 249-288.
- Schwartz, S., & Sagiv, L. (1995). Identifying culture-specifics in the content and structure of values. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 26(1), pp. 92-116.
- Schwarz, N., & Strack, F. (1999). Reports of subjective well-being: Judgmental processes and their methodological implications. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwartz (Eds.), *Well-being: The foundations of hedonic psychology* (pp. 61-84). New York: Russell Sage Foundation.
- Schwarze, J., & Harpfer, M. (2007). Are people inequality averse, and do they prefer redistribution by the state? Evidence from German longitudinal data on life satisfaction. *Journal of Socio-Economics*, 36, pp. 233-249.
- Schyns, P. (2001). Income and satisfaction in Russia. *Journal of Happiness Studies*, 2, pp. 173-204.
- Scitovsky, T. (1941). A note on welfare propositions in economics. *The Review of Economic Studies*, 9(1), pp. 77-88.
- Scitovsky, T. (1951). The state of welfare economics. *The American Economic Review*, 41(3), pp. 303-315.

- Scitovsky, T. (1972). What's wrong with the arts is what's wrong with society. *The American Economic Review*, 62(1/ 2), pp. 62-69.
- Scitovsky, T. (1973). Inequalities: Open and hidden, measured and immeasurable. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, pp. 112-119.
- Scitovsky, T. (1976). Income and happiness. *Acta Oeconomica*, 15(1), pp. 45-53.
- Scitovsky, T. (1976). *The joyless economy: The psychology of human satisfaction* (1992 ed.). New York: Oxford University Press.
- Sekulova, F., & van den Bergh, J. (2013). Climate change, income and happiness: An empirical study for Barcelona. *Global Environmental Change*.
- Seligman, M. (2002). *Authentic happiness: Using the new positive psychology to realize your potential for lasting fulfillment*. New York: Free Press.
- Seligman, M. (2011). *Flourish: A visionary new understanding of happiness and well-being*. New York: Free Press.
- Seligman, M., & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: An introduction. *American Psychologist*, 55, pp. 5-14.
- Sen, A. (1970). *Collective Choice and Social Welfare*. Amsterdam: North-Holland.
- Sen, A. (1993). Positional objectivity. *Philosophy and Public Affairs*, 22, pp. 126-145.
- Senik, C. (2004). When information dominates comparison learning from Russian subjective panel data. *Journal of Public Economics*, 88, pp. 2099-20123.
- Sheldon, K. (2004). *Optimal human being: An integrated multi-level perspective*. New Jersey: Erlbaum.
- Sheldon, K., & Niemiec, C. (2006). It's not just the amount that counts: Balanced needs-satisfaction also affects well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 91, pp. 331-341.
- Sheldon, K., & Tan, H. (2007). The multiple determination of well-being: Independent effects of positive needs, traits, goals, selves, socil supports, and cultural contexts. *Journal of Happiness Studies*, 8, pp. 565-592.
- Sheldon, K., Ryan, R., & Reis, H. (1996). What makes for a good day? Competence and autonomy in the day and in the person. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 22, pp. 1270-1279.
- Shields, M. (1995). Correlation, determination and causality in introductory statistics. *American Statistical Association*, pp. 1-6.

- Shields, M., & Wheatley Price, S. (2005). Exploring the economic and social determinants of psychological well-being and perceived social support in England. *Journal Royal Statistical Society*, pp. (Part 3), 513-537.
- Shweder, R., & Bourne, E. (1982). Does the concept of the person vary cross-culturally? In A. Marsella, & G. White (Edits.), *Cultural conceptions of mental health and therapy* (pp. 97-137). New York: Reidel.
- Simon, H. (1978). Rationality as a process and product of thought. *American Economic Review*, 68, pp. 1-16.
- Sinha, J. (. (1990). The salient Indian values and their socio-ecological roots. *The Indian Journal of Social Sciences*, 3, pp. 477-488.
- Sirota, D., & Greenwood, M. (1971). Understanding your overseas workforce. *Harvard Business Review*, 51(1), pp. 53-60.
- Sivakumar, K., & Nakata, C. (2001). The stampede toward Hofstede's framework: Avoiding the sample design pit in cross-cultural business studies. *Journal of International Business Studies*, 32(3), pp. 555-574.
- Smith, A. (1904). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations* (Vol. 1). (E. Cannan, Ed.) London: Methuen (obra original publicada em 1776).
- Smith, A. (2006). *The theory of moral sentiments*. São Paulo: MetaLibri (obra original publicada em 1759).
- Smith, K. (2003). Individual welfare in the Soviet Union. *Social Indicators Research*, 64, pp. 75-105.
- Snowdon, C. (2012). Are more equal countries happier? In P. Booth (Ed.), ... *and the pursuit of happiness. Wellbeing and the role of government* (pp. 98-130). London: The Institute of Economic Affairs.
- Snyder, C., & Lopez, S. (2007). *Positive psychology: The scientific and practical explorations of human strengths*. Thousand Oaks: Sage.
- Sondergaard, M. (1994). Hofstede's consequences: A study of review, citations and replications. *Organization Studies*, 15(3), p. 447.
- Sousa-Poza, A., & Sousa-Poza, A. (2000). Taking another look at the gender/ job-satisfaction paradox. *Kyklos*, 53(2), pp. 135-152.
- Spector, P. C. (2001). An international study of the psychometric properties of the Hofstede Values Survey Module 1994: A comparison of individual and country/ province level results. *Applied Psychology: An International Review*, 50(2), pp. 269-281.
- Stearns, P. (2012). The history of happiness. How the pursuit of contentment has shaped the West's culture and economy. *Harvard Business Review*, 90(1-2), pp. 104-109.

- Steptoe, A., & Wardle, J. (2005). Positive affect and biological function in everyday life. *Neurobiology of Aging, Suppl.I*, pp. 108-112.
- Stevenson, B., & Wolfers, J. (2008). Economic growth and subjective well-being: reassessing the Easterlin paradox. *Brookings papers on economic activity*, pp. 1-102.
- Stiglitz, J., Sen, A., & Fitoussi, J.-P. (2009). *Report by the commission on the measurement of economic performance and social progress*.
- Stutzer, A. (2004). The role of income aspirations in individual happiness. *Journal of Economic Behaviour and Organisation*, 54, pp. 89-109.
- Stutzer, A., & Frey, B. (2005). *Stress that doesn't pay: The commuting paradox*. Zurich: University of Zurich.
- Stutzer, A., & Frey, B. (2006). Does marriage make people happy, or do happy people get married? *Journal of Socio-Economics*, 35, pp. 326-347.
- Suh, E., Diener, E., Oishi, S., & Triandis, H. (1998). The shifting basis of life satisfaction judgments across cultures: Emotions versus norms. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74(2), pp. 482-493.
- Sumner, L. (1999). *Welfare, happiness and ethics*. Oxford: Clarendon Press.
- Tanis, E. (1987). *Statistics II: Estimation and tests of hypothesis*. Orlando: Harcourt Brace.
- Taras, V. R. (2009). Half a century of measuring culture: Review of approaches, challenges, and limitations based on the analysis of 121 instruments for quantifying culture. *Journal of International Management*, 15, pp. 357-373.
- Tatarkiewicz, W. (1976). *Analysis of happiness*. Varsóvia: Polish Scientific Publishers.
- Tellegen, A., Lykken, D., Bouchard, T., Wilcox, K., Segal, N., & Rich, S. (1988). Personality similarity in twins reared apart and together. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, pp. 1031-1039.
- Terlutter, R., Diehl, S., & Mueller, B. (2006). The GLOBE study—applicability of a new typology of cultural dimensions for cross-cultural marketing and advertising research. In S. Diehl, & R. Terlutter (Edits.), *International Advertising and Communication* (pp. 419-438). Wiesbaden: Gabler.
- Thaler, R. (1992). *The winner's curse. Paradoxes and anomalies of economic life*. New York: Free Press.
- Theosdossiou, I. (1998). The effects of low pay and unemployment on psychological well-being: A logistic regression approach. *Journal of Health Economics*, 17, pp. 85-104.
- Theosdossiou, I., & Vasileiou, E. (2007). Making the risk of job loss a way of life: Does it affect job satisfaction? *Research in Economics*, 61, pp. 71-83.

- Thoits, P., & Hewitt, L. (2001). Volunteering work and well-being. *Journal of Health and Social Behaviour*, 42, pp. 115-131.
- Thompson. (2002). *Sampling* (2^a ed.). New York: Wiley.
- Tov, W., & Diener, E. (2009). The well-being of nations: Linking together trust, cooperation and democracy. In B. S. Sullivan, *Cooperations: A powerful force in human relations*. Malden: Blackwell.
- Triandis, H. (1995). *Individualism & collectivism*. Boulder: Westview Press.
- Trompenaars, A., & Hampden-Turner, C. (1997). *Riding the waves of culture: Understanding cultural diversity in business*. London: Nicholas Brealey Publishing.
- Tucker, L., Koopman, R., & Linn, R. (1969). Evaluation of factor analytical research procedures by means of simulated correlation matrices. *Psychometrika*, 34, pp. 421-459.
- Tung-Xiung, W. (1985). Reliability and validity analyze of attitude and behavior: theory, response and meditate. *Public Opinion Academic Journal*, pp. 29-53.
- ul Haq, M. (2003). The birth of the Human Development Index. In S. Fukuda-Parr, & A. Shiva Kuma (Edits.), *Readings in Human Development* (pp. 127-137). Oxford: Oxford University Press.
- UNDP (United Nations Development Programme). (1991). *Human Development Report 1991*. New York: Oxford University Press.
- Urry, H., Nitschke, J., Dolski, I., Jackson, D., Dalton, K., Mueller, C., et al. (2004). Making a life worth living: Neural correlates of well-being. *Psychological Science*, 15(6), pp. 367-372.
- v. Egnach, B. S. (2003). Cross-cultural management within Switzerland: An in-depth case study of a swiss financial services company. Tese de Doutoramento, University St.Gallen, Zürich.
- van den Berg, B., & Ferrer-i-Carbonell, A. (2007). The well-being of informal caregivers: A monetary evaluation of informal care. *Health Economics*, 16, pp. 1227-1244.
- van Praag, B., & Baarsma, B. (2005). Using happiness surveys to value intangibles: The case of airport noise. *Economic Journal*, 115(500), pp. 224-246.
- van Praag, B., & Ferrer-I-Carbonell, A. (2004). *Happiness quantified: A satisfaction calculus approach*. Oxford: Oxford University Press.
- Vásquez, C., Hernangomez, L., & Hervas, G. (2004). Longevidad y emociones positivas. In L. Slavador, A. Cano, & J. Cabo (Edits.), *Longevidad: Tratado integral sobre salud en la segunda mitad de la vida* (pp. 752-761). Madrid: Panamericana.

- Veenhoven, R. (1984). *Conditions of happiness*. Dordrecht: Reidel Publ. Co.
- Veenhoven, R. (1991). Is happiness relative? *Social Indicators Research*, 24, pp. 1-34.
- Veenhoven, R. (1991). Questions on happiness. Classical topics, modern answers, blind spots. In F. Strack, M. Argyle, & N. Schwarz (Edits.), *Subjective wellbeing, an interdisciplinary perspective* (pp. 7-26). London: Pergamon Press.
- Veenhoven, R. (1993). *Happiness in nations: Subjective appreciation of life in 56 nations 1946-1992*. Rotterdam: Erasmus University Press.
- Veenhoven, R. (1994). Is happiness a trait? Tests of the theory that a better society does not make people any happier. *Social Indicators Research*, 32, pp. 101-160.
- Veenhoven, R. (1995). The cross-national pattern of happiness: Test of predictions implied in three theories of happiness. *Social Indicators Research*, 34, pp. 33-68.
- Veenhoven, R. (1996). Happy life-expectancy. A comprehensive measure of quality-of-life in nations. *Social Indicators Research*, 39, pp. 1-58.
- Veenhoven, R. (1996). The study of life satisfaction. In W. Saris, R. Veenhoven, A. Scherpenzeel, & B. Bunting (Edits.), *A comparative study of satisfaction with life in Europe* (pp. 11-48). Budapest: Eötvös University Press.
- Veenhoven, R. (2000). Freedom and happiness: A comparative study in forty-four nations in the early 1990s. In E. Diener, & E. Suh (Edits.), *Culture and subjective well-being* (pp. 257-288). Cambridge: MIT Press.
- Veenhoven, R. (2000). The four qualities of life. Ordering concepts and measures of the good life. *Journal of Happiness Studies*, 1, pp. 1-39.
- Veenhoven, R. (2004). Happy life years: A measure of gross national happiness. In *Proceedings of the first international conference on operationalization of gross national happiness* (pp. 287-319). Thimphu: Centre for Bhutan Studies.
- Veenhoven, R. (2005). Apparent quality-of-life in nations. How long and happy people live. *Social Indicators Research*, 71, pp. 61-68.
- Veenhoven, R. (2005). Is life getting better? How long and happy people live in modern society. *European Psychologist*, 10, pp. 330-343.
- Veenhoven, R. (2008). Healthy happiness: Effects of happiness on physical health and the consequences for preventive health care. *Journal of Happiness Studies*, 9, pp. 449-469.
- Veenhoven, R. (2009). World database of happiness. *Psychological Topics*, 18, pp. 221-246.
- Veldman, D. (1979). Simple structure and the number of factors problem. *Multivariate Behavioral Research*, 14, pp. 191-200.

- Velicer, W. (1976). The relation between factor score estimates, image scores and principal component scores. *Educational and Psychological Measurement*, 36, pp. 149-159.
- Vendrik, M., & Woltjer, G. (2007). Happiness and loss aversion: Is utility concave or convex in relative income? *Journal of Public Economics*, 91, pp. 1423-1448.
- Vieira, V. (2012). Permutation tests to estimate significances on Principal Components Analysis. *Computational Ecology and Software*, 2(2), pp. 103-123.
- Vittersø, J. (2003). Flow versus life satisfaction: A projective use of cartoons to illustrate the difference between the evaluation approach and the intrinsic motivation approach to subjective quality of life. *Journal of Happiness Studies*, 4, pp. 141-167.
- Vittersø, J. (2004). Subjective well-being versus self-actualization: Using the flow-simplex to promote a conceptual clarification of subjective quality of life. *Social Indicators Research*, 65, pp. 299-331.
- Warr, P. (1999). Well-being and the workplace. In D. Kahneman, E. Diener, & N. Schwarz (Eds.), *The Foundations of Hedonic Psychology*. New York: Russell Sage Foundation.
- Waterman, A. (1993). Two conceptions of happiness: Contrasts of personal expressiveness (eudaimonia) and hedonic enjoyment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 64, pp. 678-691.
- Waterman, A. (2007). The importance of distinguishing hedonia and eudaimonia when considering the hedonic treadmill. *American Psychologist*, 62, pp. 612-613.
- Waterman, A. (2008). Reconsidering happiness: An eudaimonist's perspective. *Journal of Positive Psychology*, 3, pp. 234-252.
- Waterman, A., Schwartz, S., & Conti, R. (2008). The implications of two conceptions of happiness (hedonic enjoyment and eudaimonia) for the understanding of intrinsic motivation. *Journal of Happiness Studies*, 9, pp. 41-79.
- Watson, D., Clark, L., & Tellegen, A. (1988). Development and validation of brief measures of positive and negative affect: The PANAS scales. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54, pp. 1063-1070.
- Watson, G. (1930). Happiness among adult students of education. *Journal of Educational Psychology*, 21(2), pp. 79-109.
- Weinzierl, M. (2005). Estimating a relative utility function. Mimeo, Harvard University.
- Welsh, H. (2002). Preferences over prosperity and pollution: Environmental valuation based on happiness studies. *Kyklos*, 55, pp. 473-494.
- Welsh, H. (2006). Environment and happiness: Valuation of air pollution using life satisfaction data. *Ecological economics*, 58, pp. 801-813.

- Wildman, J., & Jones, A. (2002). Is it absolute income or relative deprivation that leads to poor psychological well being? University of York: YSHE.
- Wilson, W. (1967). Correlations of avowed happiness. *Psychological Bulletin*, 67, pp. 294-306.
- Winkelmann, L., & Winkelmann, R. (1998). Why are the unemployed so unhappy? *Economica*, 65(257), pp. 1-15.
- Wolfers, J. (2003). Is business cycle volatility costly? Evidence from surveys of subjective well-being. *International Finance*, 6(1), pp. 1-26.
- World Values Survey. (s.d.). Obtido em 10 de 01 de 2014, de www.worldvaluessurvey.org
- Wottiez, I., & Theeuwes, J. (1998). Well-being and labor market status. In S. Jenkins, A. Kapteyn, & B. van Praag (Edits.), *The Distribution of Welfare and Household Production: International Perspectives* (pp. 211-230). Cambridge: Cambridge University Press.
- Wyndham, H. (1969). Adaptation to heat and cold. *Environmental Research*, 2, pp. 442-469.
- Yeganeh, H., Su, Z., & Sauers, D. (2009). The applicability of widely employed frameworks in cross-cultural management research. *Journal of Academic Research in Economics*, 1(1), pp. 1-24.
- Yule, G. (1903). Notes on the theory of association of attributes in statistics. *Biometrika*, 2, pp. 121-134.
- Zak, P., & Fakhar, A. (2006). Neuroactive hormones and interpersonal trust: International evidence. *Economics and Human Biology*, 4(3), pp. 412-429.
- Zak, P., Kurzban, R., & Matzner, W. (2005). Oxytocin is associated with human trustworthiness. *Hormones and Behavior*, 48, pp. 522-527.
- Zwick, W., & Velicier, W. (1986). Comparison of five rules for determining the number of components to retain. *Psychological Bulletin*, 99, pp. 432-442.

Anexos

Anexo A – Definições de cultura

Fonte: autores vários citados em House et al. (1999)

- A patterned way of thinking, feeling, and reacting, acquired and transmitted mainly by symbols, constituting the distinctive achievements of human groups, including their embodiments in artifacts [...].
- The collective programming of the mind which distinguishes the members of one human group from another.
- The part of the environment that is created or modified by human beings.
- Systems of shared meanings placed upon events.
- Norms, roles, belief systems, laws and values that form meaningful wholes and which are interrelated in meaningful ways.
- A historically transmitted pattern of meanings embodied in symbols, a system of inherited conceptions expressed in symbolic forms by means of which men communicate, perpetuate, and develop their knowledge about and attitudes toward life.
- A learned, shared, compelling, interrelated set of symbols whose meanings provide a set of orientations for members of a society.
- The cumulative deposit of knowledge, experience, meanings, beliefs, values, attitudes, religions, concepts of self, the universe and self-universe relationships, hierarchies of status, role expectations, spatial relations, and time concepts acquired by a large group of people in the course of generations through individual and group striving.

Anexo B – Questionário português

Cultura e Felicidade - Tese de Doutoramento

Caro(a) Senhor(a),

O presente questionário destina-se à realização de uma tese de doutoramento intitulada de “Economia da Felicidade. Determinantes da Felicidade e a influência das dimensões socioculturais. Um estudo multicultural” que estou a realizar na Universidade Autónoma de Lisboa. O sucesso deste projeto depende, entre outros, do número de respostas obtidas, pelo que peço a sua colaboração no sentido de preencher este questionário e de divulgar o mesmo pelos seus contactos. Estima-se que o tempo de preenchimento do questionário seja de 10 minutos e as respostas são anónimas. Não existem respostas certas ou erradas. Importante é a sua opinião sincera. O questionário está dividido em duas partes. A primeira sobre valores sócio-culturais e a segunda sobre felicidade. Caso necessite de algum esclarecimento adicional, agradeço me contacte para sousasantos.a@gmail.com Obrigada pela sua colaboração e um dia feliz!

Anabela Sousa Santos

1. De modo global, como se sente? Diria que é *

- ☐ Muito feliz
- ☐ Bastante feliz
- ☐ Nada feliz

Por favor pense num trabalho ideal, independentemente do seu trabalho atual, caso o tenha. Ao escolher um trabalho ideal qual o grau de importância que teria para si (por favor marque uma resposta em cada uma das linhas conforme a escala que se segue):

1 - MUITÍSSIMO importante 2 - Muito importante 3 - De importância moderada 4 - De pouca importância 5 - De muito pouca ou nenhuma importância

2. Ter tempo suficiente para a sua vida pessoal ou familiar *

	1	2	3	4	5	
MUITÍSSIMO importante	☐	☐	☐	☐	☐	De muito pouca ou nenhuma importância

3. Ter um chefe (superior direto) que respeite *

	1	2	3	4	5	
MUITÍSSIMO importante	☐	☐	☐	☐	☐	De muito pouca ou nenhuma importância

4. Ser reconhecido por bom desempenho *

	1	2	3	4	5	
MUITÍSSIMO importante	☐	☐	☐	☐	☐	De muito pouca ou nenhuma importância

5. Ter segurança de emprego *

	1	2	3	4	5	
MUITÍSSIMO importante	☐	☐	☐	☐	☐	De muito pouca ou nenhuma importância

6. Ter pessoas agradáveis com quem trabalhar *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

7. Fazer um trabalho interessante *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

8. Ser consultado pelo seu superior direto nas decisões envolvendo o seu trabalho *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

9. Viver numa área desejada *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

10. Ter um trabalho respeitado pela sua família e amigos *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

11. Ter possibilidades de promoção *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

Na sua vida privada qual o grau de importância que tem para si (por favor marque uma resposta em cada uma das linhas conforme a escala que se segue):

1 - Muitíssimo importante 2 - Muito importante 3 - De importância moderada 4 - De pouca importância 5 - De muito pouca ou nenhuma importância

12. Manter tempo livre para diversão *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

13. Moderação: ter poucos desejos *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

14. Ser generoso para com as outras pessoas *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

15. Modéstia: parecer pequeno, não grande *

1 2 3 4 5

Muitíssimo importante ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ De muito pouca ou nenhuma importância

16. Se houver um artigo caro que queira muito comprar, mas não tiver dinheiro suficiente, o que faz? *

- ☐ Poupa sempre antes de comprar
- ☐ Costuma poupar
- ☐ Às vezes poupa, outras vezes pede emprestado
- ☐ Costuma pedir emprestado e paga mais tarde
- ☐ Compra sempre imediatamente e paga mais tarde

17. Com que frequência se sente nervoso ou tenso no seu trabalho? *

- ☐ Sempre
- ☐ Habitualmente
- ☐ Por vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

18. É uma pessoa feliz? *

- ☐ Sempre
- ☐ Habitualmente
- ☐ Por vezes
- ☐ Raramente
- ☐ Nunca

19. Tem o mesmo comportamento no trabalho (ou na escola, se for estudante) e em casa? *

- ☐ Sim, sempre
- ☐ Sim, habitualmente
- ☐ Não sei
- ☐ Não, raramente
- ☐ Não, nunca

20. As outras pessoas ou as circunstâncias impedem-no de fazer o que realmente quer? *

- ☐ Sim, sempre
- ☐ Sim, habitualmente
- ☐ Por vezes
- ☐ Não, raramente
- ☐ Não, nunca

21. Em termos gerais, como descreve o seu atual Estado de saúde? *

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Razoável
- ☐ Mau
- ☐ Muito mau

22 Qual a importância da religião na sua vida? *

- ☐ MUITÍSSIMO importante
- ☐ Muito importante
- ☐ De importância moderada
- ☐ De pouca importância
- ☐ De nenhuma importância

23. Qual é o seu grau de orgulho por ser cidadão do seu país? *

- ☐ Nada orgulhoso
- ☐ Não muito orgulhoso
- ☐ Algo orgulhoso
- ☐ Relativamente orgulhoso
- ☐ Muito orgulhoso

24. Na sua experiência, qual a frequência com que os subordinados têm medo de contradizer o chefe (no caso dos estudantes, o professor)? *

- ☐ Nunca
- ☐ Raramente
- ☐ Por vezes
- ☐ Habitualmente
- ☐ Sempre

Em que medida concorda ou discorda de cada uma das seguintes frases (por favor marque uma resposta em cada uma das linhas conforme a escala que se segue):

1-Concordo totalmente, 2-Concordo, 3-Indeciso, 4-Discordo, 5-Discordo totalmente

25. Pode ser-se um bom gestor sem ter uma resposta exacta a todas as perguntas que um subordinado possa fazer relativamente ao trabalho dele *

	1	2	3	4	5	
Concordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Discordo totalmente

26. Os esforços persistentes são o modo mais seguro de obter resultados *

	1	2	3	4	5	
Concordo totalmente	☐	☐	☐	☐	☐	Discordo totalmente

27. É de evitar a todo o custo uma estrutura organizacional em que alguns subordinados têm dois chefes *

1 2 3 4 5

Concordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Discordo totalmente

28. As regras de uma empresa ou organização não devem ser desrespeitadas - nem mesmo quando o empregado acha que desrespeitá-las beneficiaria a empresa ou organização *

1 2 3 4 5

Concordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Discordo totalmente

29. Devemos honrar os nossos heróis do passado *

1 2 3 4 5

Concordo totalmente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Discordo totalmente

As perguntas que se seguem pretendem avaliar o seu nível de felicidade. Agradeço que responda utilizando as seguintes hipóteses. Em que medida concorda ou discorda de cada uma das seguintes frases (por favor marque uma resposta em cada uma das linhas conforme a escala que se segue):

1-Discordo totalmente, 2-Discordo, 3-Discordo ligeiramente, 4-Não concordo, nem discordo, 5-Concordo ligeiramente, 6-Concordo, 7-Concordo totalmente

30. De modo geral a minha vida está próxima do meu ideal *

1 2 3 4 5 6 7

Discordo completamente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo completamente

31. As minhas condições de vida são excelentes *

1 2 3 4 5 6 7

Discordo completamente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo completamente

32. Estou satisfeito com a minha vida *

1 2 3 4 5 6 7

Discordo completamente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo completamente

33. Até agora consegui as coisas importantes que quero na vida *

1 2 3 4 5 6 7

Discordo completamente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo completamente

34. Se pudesse viver a minha vida outra vez, não mudaria quase nada *

1 2 3 4 5 6 7

Discordo completamente ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo completamente

35. Ultimamente tem conseguido concentrar-se no que está a fazer? *

☐ Menos do que habitualmente

- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

36. Ultimamente tem perdido muito sono devido a preocupações? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

37. Ultimamente tem sentido que desempenha um papel útil? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

38. Ultimamente tem sentido que é capaz de tomar decisões? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

39. Ultimamente tem se sentido sob pressão? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

40. Ultimamente tem sentido que não consegue ultrapassar as suas dificuldades? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

41. Ultimamente tem conseguido retirar prazer das suas atividades quotidianas? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

42. Ultimamente tem conseguido enfrentar os seus problemas? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

43. Ultimamente tem-se sentido triste ou deprimido/a? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

44. Ultimamente tem perdido confiança em si mesmo/a? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

45. Ultimamente tem pensado em si como pessoa inútil? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

46. Ultimamente tem se sentido feliz, de modo geral? *

- ☐ Menos do que habitualmente
- ☐ Não mais do que habitualmente
- ☐ Um pouco mais do que habitualmente
- ☐ Muito mais do que habitualmente

Os dados pessoais que agora solicitamos são apenas para tratamento estatístico. Não permitem, identificar o respondente e nunca serão apresentados individualmente.

Sexo *

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

Idade *

- ☐ Menos de 20
- ☐ 20-24
- ☐ 25-29
- ☐ 30-34
- ☐ 35-39
- ☐ 40-49

- ☐ 50-59
- ☐ 60 ou mais

Quantos anos de educação escolar formal (ou equivalente) completou (iniciando na escola primária) *

- ☐ 10 anos ou menos
- ☐ 11 anos
- ☐ 12 anos
- ☐ 13 anos
- ☐ 14 anos
- ☐ 15 anos
- ☐ 16 anos
- ☐ 17 anos
- ☐ 18 anos ou mais

Se tem ou teve um trabalho remunerado que tipo de trabalho é ou foi? *

- ☐ Sem trabalho remunerado (inclui os estudantes a tempo inteiro)
- ☐ Operário não especializado ou semi-especializado
- ☐ Administrativo com formação genérica, secretária, empregado de escritório
- ☐ Com formação vocacional: artesão, técnico, especialista de TI, enfermeiro, artista, quadro médio ou equivalente
- ☐ Profissão com formação académica superior ou equivalente (excluindo quadros com responsabilidade de gestão de pessoas)
- ☐ Chefe de um ou mais subordinados (não chefes)
- ☐ Chefe de um ou mais chefes

Em que sector de atividade trabalha? *

Caso esteja reformado/a, colocar reformado/a. Caso esteja desempregado/a, colocar desempregado/a.

Qual é a sua nacionalidade? *

Qual é a sua naturalidade (país)? *

Em que país vive? *

Anexo C – Questionário alemão

Kultur und Glück - Doktorarbeit

Guten Tag,

Der folgende Fragebogen dient der Realisierung einer Doktorarbeit mit dem Titel “Happiness Economics. Ursachen des Glücks und der Einfluss der soziokulturellen Dimensionen. Eine multikulturelle Studie”, die ich an der Universidade Autónoma de Lisboa (Lissabon, Portugal) schreibe.

Der Erfolg dieses Projekts hängt, unter Anderem, von der Anzahl der Antworten ab. Somit bitte ich diesen Fragebogen auszufüllen, und ihn an Ihre Kontakte weiterzuleiten.

Die geschätzte Antwortzeit beträgt 10min und die Antworten sind anonym.

Es gibt keine richtigen oder falschen Antworten. Es zählt nur Ihre ehrliche Meinung.

Der Fragebogen ist in zwei Bereiche unterteilt: Der erste beschäftigt sich mit soziokulturellen Werten, und der zweite mit Glück.

Bei Rückfragen, können Sie sich unter sousasantos.a@gmail.com bei mir melden.

Ich danke Ihnen für Ihre Hilfe und wünsche Ihnen einen glücklichen Tag!

Anabela Sousa Santos

1. Wie fühlen Sie sich im Grossen und Ganzen? Sind Sie *

- ☐ Sehr glücklich
- ☐ Ziemlich glücklich
- ☐ Gar nicht glücklich

Bitte denken Sie an eine ideale berufliche Tätigkeit - Ihre gegenwärtige berufliche Tätigkeit, falls Sie berufstätig sind, ausser Acht gelassen. Wie wichtig ist es bei der Auswahl einer beruflichen Tätigkeit für Sie, dass...

(bitte bei jeder Aussage eine Antwort auswählen): 1 = von höchster Wichtigkeit 2 = sehr wichtig 3 = wichtig 4 = weniger wichtig 5 = unwichtig

2. Sie genügend Zeit für sich persönlich oder für Ihr Familienleben haben *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

3. Sie eine/n direkte/n Vorgesetzte/n haben, die/den Sie respektieren können *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

4. Sie Anerkennung für gute Arbeitsleistungen erhalten *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

5. Sie einen sicheren Arbeitsplatz haben *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

6. Sie mit freundlichen Menschen zusammen arbeiten *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

7. Sie eine interessante Tätigkeit ausüben *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

8. Sie von Ihrer/m direkten Vorgesetzten bei Entscheidungen, die Ihre Arbeit betreffen, hinzugezogen werden *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

9. Sie in einer angenehmen Umgebung wohnen *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

10. Ihre Arbeit von Familie und Freunden respektiert wird *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

11. Sie Aufstiegsmöglichkeiten haben *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

Wie wichtig ist in Ihrem Privatleben folgendes für Sie:

(bitte bei jeder Aussage eine Antwort auswählen)

12. Zeit für Vergnügen freizuhalten *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

13. maßhalten: wenige Wünsche zu haben *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

14. großzügig zu anderen Menschen zu sein *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

15. Bescheidenheit: weniger ist mehr *

1 2 3 4 5

von höchster Wichtigkeit ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ unwichtig

16. Wie würden Sie sich verhalten, wenn Sie sich unbedingt etwas Teures kaufen wollen, Sie aber nicht genügend Geld zur Verfügung haben? *

- ☐ immer erst sparen und dann kaufen
- ☐ gewöhnlich erst sparen
- ☐ manchmal sparen, manchmal sich das Geld leihen
- ☐ gewöhnlich sich Geld leihen und später zurückzahlen
- ☐ immer sofort kaufen und später zurückzahlen

17. Wie oft fühlen Sie sich nervös oder angespannt? *

- ☐ immer
- ☐ meistens
- ☐ manchmal
- ☐ selten

- ☐ nie

18. Sind Sie ein glücklicher Mensch? *

- ☐ immer
- ☐ meistens
- ☐ manchmal
- ☐ selten
- ☐ nie

19. Sind Sie bei der Arbeit (oder in der Schule/Universität für Schüler/Studenten) dieselbe Person, die Sie zu Hause sind? *

- ☐ ziemlich dieselbe
- ☐ größtenteils dieselbe
- ☐ weiß ich nicht
- ☐ größtenteils anders
- ☐ ziemlich anders

20. Werden Sie jemals von anderen Personen oder gewissen Umständen davon abgehalten, das zu tun, was Sie wirklich wollen? *

- ☐ ja, immer
- ☐ ja, gewöhnlich
- ☐ manchmal
- ☐ nein, eher selten
- ☐ nein, nie

21. Wie würden Sie Ihren momentanen Gesundheitszustand im Großen und Ganzen beschreiben? *

- ☐ sehr gut
- ☐ gut
- ☐ mittelmässig
- ☐ schlecht
- ☐ sehr schlecht

22. Wie wichtig ist Ihnen Religion in Ihrem Leben? *

- ☐ sehr wichtig
- ☐ eher wichtig
- ☐ wichtig
- ☐ eher unwichtig
- ☐ unwichtig

23. Wie stolz sind Sie ein/e Staatsbürger/in Ihres Landes zu sein? *

- ☐ (überhaupt) nicht stolz
- ☐ nicht sehr stolz
- ☐ einigermaßen stolz
- ☐ ziemlich stolz

☐ sehr stolz

24. Wie oft, Ihrer Erfahrung nach, haben Mitarbeiter Angst davor, ihrer/m Vorgesetzten (bzw. Lehrer für Schüler/Studenten) zu widersprechen? *

☐ nie

☐ selten

☐ manchmal

☐ gewöhnlich

☐ immer

Inwieweit stimmen Sie den folgenden Aussagen zu oder nicht zu? (bitte bei jeder Aussage eine Antwort auswählen):

1 = stimme absolut zu, 2 = stimme zu, 3 = unentschieden, 4 = stimme nicht zu, 5 = stimme absolut nicht zu

25. Man kann ein/e gute/r Manager/in sein, auch ohne auf alle Fragen, die untergeordnete Mitarbeiter/innen bezüglich ihrer Arbeit haben, genaue Antworten geben zu können *

1 2 3 4 5

stimme absolut zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut nicht zu

26. Beständiger Fleiß ist der sicherste Weg zum Erfolg *

1 2 3 4 5

stimme absolut zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut nicht zu

27. Eine Organisationsstruktur, bei der bestimmte Beschäftigte zwei Vorgesetzte haben, sollte auf jeden Fall vermieden werden *

1 2 3 4 5

stimme absolut zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut nicht zu

28. Die Richtlinien des Unternehmens sollten nicht übertreten werden, selbst wenn ein(e) Mitarbeiter(in) glaubt, es geschähe im Interesse des Unternehmens *

1 2 3 4 5

stimme absolut zu. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut nicht zu

29. Wir sollten die Helden aus der Vergangenheit ehren *

1 2 3 4 5

stimme absolut zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut nicht zu

Die folgenden Fragen dienen dazu zu ermitteln wie glücklich Sie sind. Inwiefern stimmen Sie mit den folgenden Aussagen überein

Wählen Sie bitte eine der folgenden Optionen: 1- stimme überhaupt nicht zu , 2- stimme nicht zu, 3- stimme kaum zu, 4- unentschieden, 5- stimme ein wenig zu, 6- stimme zu, 7- stimme absolut zu

30. Im Grossen und Ganzen entspricht mein Leben meinem Ideal *

1 2 3 4 5 6 7

stimme überhaupt nicht zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut zu

31. Meine Lebensumstände sind ausgezeichnet *

1 2 3 4 5 6 7

stimme überhaupt nicht zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut zu

32. Ich bin mit meinem Leben zufrieden *

1 2 3 4 5 6 7

stimme überhaupt nicht zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut zu

33. Bis jetzt habe ich die wichtigsten Dinge, die ich im Leben wollte, erreicht *

1 2 3 4 5 6 7

stimme überhaupt nicht zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut zu

34. Wenn ich mein Leben noch ein Mal leben könnte, würde ich kaum etwas ändern *

1 2 3 4 5 6 7

stimme überhaupt nicht zu ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ stimme absolut zu

35. Können Sie sich in letzter Zeit, auf das, was Sie tun, konzentrieren? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

36. Haben Ihnen in letzter Zeit Sorgen viel Schlaf geraubt? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

37. Haben Sie in letzter Zeit gefühlt, dass Sie eine wichtige Rolle spielen? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

38. Haben Sie in letzter Zeit gefühlt, dass Sie Entscheidungen fällen können? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

39. Haben Sie sich in letzter Zeit unter Druck gefühlt? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

40. Haben Sie in letzter Zeit gefühlt, dass Sie den Schwierigkeiten, die sich Ihnen stellen, nicht gewachsen sind? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

41. Machen Ihnen Ihre alltäglichen Aufgaben in letzter Zeit Spass? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

42. Haben Sie in letzter Zeit Ihre Problem lösen können? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

43. Haben Sie sich in letzter Zeit traurig oder deprimiert gefühlt? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

44. Haben Sie in letzter Zeit das Vertrauen in sich selbst verloren? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

45. Haben Sie sich in letzter Zeit für eine unnütze Person gehalten? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

46. Haben Sie sich in letzter Zeit, im Grossen und Ganzen, glücklich gefühlt? *

- ☐ weniger als gewöhnlich
- ☐ nicht mehr als gewöhnlich
- ☐ ein wenig mehr als gewöhnlich
- ☐ viel mehr als gewöhnlich

Die folgenden persönlichen Angaben, dienen ausschliesslich statistischen Zwecken. Sie ermöglichen es nicht den Beantworter zu identifizieren und werden in keinem Fall individuell präsentiert.

Sind Sie *

- ☐ männlich
- ☐ weiblich

Wie alt sind Sie? *

- ☐ unter 20
- ☐ 20-24
- ☐ 25-29
- ☐ 30-34
- ☐ 35-39
- ☐ 40-49
- ☐ 50-59
- ☐ 60 oder älter

Wie viele Jahre hat Ihre Schulausbildung (oder Gleichwertiges) bis zu Ihrem Abschluss gedauert (beginnend von der Grundschule an)? *

- ☐ 10 Jahre oder weniger
- ☐ 11 Jahre
- ☐ 12 Jahre
- ☐ 13 Jahre

- ☐ 14 Jahre
- ☐ 15 Jahre
- ☐ 16 Jahre
- ☐ 17 Jahre
- ☐ 18 Jahre oder länger

Art von beruflicher, bezahlter Tätigkeit haben Sie ausgeübt oder üben Sie aus? *

- ☐ Keine bezahlte Tätigkeit (schließt Vollzeitstudenten mit ein)
- ☐ Ungelernter oder angelernter Handwerker
- ☐ Bürokraft oder Sekretär(in) mit allgemeiner Ausbildung
- ☐ Handwerker/in mit Berufsausbildung, Techniker/in, Informatiker/in, Krankenpfleger/in, Künstler/in oder

Gleichwertiges

- ☐ Akademische Ausbildung oder Gleichwertiges (aber keine Führungsaufgaben)
- ☐ Manager mit einem oder mehreren Untergebenen (die keine Manager sind)
- ☐ Manager von einem oder mehreren Managern

In welchem Bereich arbeiten Sie? *

Welche Nationalität haben Sie? *

In welchem Land wurden Sie geboren? *

In welchem Land leben Sie? *

Anexo D – Alphas de Cronbach

Valores socioculturais:

Coeficiente alfa de Cronbach:	0,7808
-------------------------------	--------

OMISSÃO DE VARIÁVEIS	
VARIÁVEL	VALOR DE ALFA
Q1	0,7597
Q2	0,7604
Q3	0,7564
Q4	0,7580
Q5	0,7562
Q6	0,7579
Q7	0,7626
Q8	0,7629
Q9	0,7624
Q10	0,7563
Q11	0,7637
Q12	0,7793
Q13	0,7591
Q14	0,7717
Q15	0,7862
Q16	0,7834
Q17	0,7858
Q18	0,7879
Q19	0,7839
Q20	0,7872
Q21	0,7801
Q22	0,7991
Q23	0,7878
Q24	0,7938
Q25	0,7846
Q26	0,7832
Q27	0,7805
Q28	0,7769

Satisfaction with Life Scale:

Coeficiente alfa de Cronbach:	0,8743
-------------------------------	---------------

OMISSÃO DE VARIÁVEIS	
VARIÁVEL	VALOR DE ALFA
Q1	0,8336
Q2	0,8538
Q3	0,8193
Q4	0,8491
Q5	0,8814

General Health Questionnaire

Coeficiente alfa de Cronbach:	0,8670
-------------------------------	---------------

OMISSÃO DE VARIÁVEIS	
VARIÁVEL	VALOR DE ALFA
Q1	0,8538
Q2	0,8569
Q3	0,8537
Q4	0,8510
Q5	0,8623
Q6	0,8468
Q7	0,8535
Q8	0,8506
Q9	0,8393
Q10	0,8458
Q11	0,8534
Q12	0,8447

Anexo E - Quadro de correlações entre as dimensões culturais e a felicidade

	PT				DE		
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	-0,019	-0,003	0,078	'PDI'	0,047	0,021	-0,046
'IDV'	-0,052	0,049	0,027	'IDV'	0,116	0,201	-0,085
'MAS'	-0,080	-0,109	0,151	'MAS'	-0,018	-0,045	-0,002
'UAI'	-0,180	-0,245	0,242	'UAI'	-0,192	-0,248	0,260
'LTO'	-0,109	-0,136	0,065	'LTO'	-0,244	-0,179	0,196
'IVR'	0,387	0,329	-0,311	'IVR'	0,325	0,316	-0,234
'MON'	0,109	0,099	-0,072	'MON'	0,079	0,128	-0,129
m >30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	0,057	0,048	-0,043	'PDI'	0,153	0,194	-0,324
'IDV'	-0,137	0,062	-0,087	'IDV'	-0,056	0,016	0,299
'MAS'	0,050	-0,102	0,218	'MAS'	0,058	0,056	0,038
'UAI'	-0,238	-0,193	0,180	'UAI'	-0,099	-0,303	-0,029
'LTO'	-0,155	-0,095	-0,033	'LTO'	-0,065	0,180	0,211
'IVR'	0,329	0,258	-0,196	'IVR'	0,369	0,537	-0,296
'MON'	0,035	0,160	-0,015	'MON'	0,003	0,108	-0,275
m <30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	-0,144	-0,005	-0,122	'PDI'	0,008	-0,167	-0,020
'IDV'	-0,081	-0,068	0,019	'IDV'	0,169	0,116	-0,124
'MAS'	0,013	-0,023	0,207	'MAS'	0,063	0,064	-0,005
'UAI'	-0,404	-0,524	0,280	'UAI'	-0,082	-0,380	0,245
'LTO'	-0,021	0,106	-0,135	'LTO'	-0,276	-0,162	0,016
'IVR'	0,423	0,443	-0,364	'IVR'	0,371	0,452	-0,320
'MON'	0,075	0,207	0,033	'MON'	0,097	0,049	-0,016
w >30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	-0,055	-0,071	0,154	'PDI'	0,447	0,160	0,144
'IDV'	-0,047	0,106	0,045	'IDV'	-0,011	0,250	-0,243
'MAS'	-0,134	-0,081	0,061	'MAS'	0,100	0,063	0,102
'UAI'	-0,109	-0,211	0,174	'UAI'	0,034	0,126	-0,103
'LTO'	-0,157	-0,192	0,192	'LTO'	-0,087	-0,216	0,239
'IVR'	0,334	0,347	-0,233	'IVR'	0,156	-0,105	0,254
'MON'	0,161	0,095	-0,130	'MON'	0,093	0,348	-0,176
w <30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	-0,013	0,075	0,091	'PDI'	-0,104	-0,017	0,009
'IDV'	0,054	0,012	0,052	'IDV'	0,197	0,312	-0,192
'MAS'	-0,193	-0,235	0,282	'MAS'	-0,123	-0,204	-0,031
'UAI'	-0,198	-0,300	0,416	'UAI'	-0,377	-0,286	0,486
'LTO'	-0,028	-0,185	0,073	'LTO'	-0,351	-0,301	0,230
'IVR'	0,502	0,397	-0,559	'IVR'	0,357	0,352	-0,367
'MON'	0,097	-0,061	-0,160	'MON'	0,100	0,087	-0,093

Anexo F -Quadro de significâncias das correlações entre as dimensões culturais e a felicidade

	PT				DE		
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	0,7170	0,9530	0,1560	'PDI'	0,41	0,702	0,433
'IDV'	0,3360	0,3880	0,6080	'IDV'	0,035	0	0,134
'MAS'	0,1350	0,0440	0,0060	'MAS'	0,745	0,449	0,972
'UAI'	0,0020	0,0000	0,0000	'UAI'	0,001	0	0
'LTO'	0,0430	0,0140	0,2250	'LTO'	0	0,002	0
'TVR'	0,0000	0,0000	0,0000	'TVR'	0	0	0
'MON'	0,0490	0,0650	0,1960	'MON'	0,177	0,032	0,028
m >30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	0,608	0,663	0,671	'PDI'	0,261	0,154	0,021
'IDV'	0,194	0,572	0,409	'IDV'	0,660	0,894	0,022
'MAS'	0,648	0,332	0,037	'MAS'	0,666	0,699	0,787
'UAI'	0,011	0,053	0,084	'UAI'	0,446	0,014	0,825
'LTO'	0,147	0,387	0,746	'LTO'	0,639	0,195	0,130
'TVR'	0,000	0,013	0,047	'TVR'	0,003	0,000	0,029
'MON'	0,751	0,129	0,890	'MON'	0,977	0,422	0,039
m <30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	0,369	0,979	0,442	'PDI'	0,963	0,196	0,871
'IDV'	0,633	0,692	0,910	'IDV'	0,201	0,386	0,335
'MAS'	0,892	0,895	0,190	'MAS'	0,642	0,626	0,972
'UAI'	0,010	0,000	0,079	'UAI'	0,550	0,002	0,051
'LTO'	0,899	0,472	0,395	'LTO'	0,027	0,202	0,899
'TVR'	0,008	0,007	0,018	'TVR'	0,002	0,000	0,012
'MON'	0,633	0,218	0,843	'MON'	0,470	0,700	0,904
w >30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	0,530	0,419	0,079	'PDI'	0,001	0,296	0,332
'IDV'	0,623	0,218	0,598	'IDV'	0,936	0,092	0,105
'MAS'	0,119	0,375	0,483	'MAS'	0,542	0,674	0,492
'UAI'	0,199	0,012	0,044	'UAI'	0,835	0,396	0,476
'LTO'	0,072	0,020	0,016	'LTO'	0,581	0,132	0,099
'TVR'	0,000	0,001	0,007	'TVR'	0,275	0,514	0,086
'MON'	0,056	0,267	0,145	'MON'	0,532	0,012	0,261
w <30							
	GSS'	'LSS'	'GHQ'		GSS'	'LSS'	'GHQ'
'PDI'	0,920	0,505	0,417	'PDI'	0,233	0,841	0,912
'IDV'	0,687	0,907	0,656	'IDV'	0,021	0,000	0,029
'MAS'	0,118	0,053	0,022	'MAS'	0,171	0,015	0,722
'UAI'	0,085	0,008	0,001	'UAI'	0,000	0,001	0,000
'LTO'	0,806	0,117	0,525	'LTO'	0,000	0,001	0,007
'TVR'	0,000	0,000	0,000	'TVR'	0,000	0,000	0,000
'MON'	0,434	0,601	0,177	'MON'	0,230	0,305	0,255